

Estudos de Sociologia

nº 39



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL – UNESP – Araraquara – v.20 – n.39 – 2º semestre de 2015

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Julio Cezar Durigan

Vice-reitora: Marilza Vieira Cunha Rudge

FCLAR – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Vice-diretor: Prof. Dr. Cláudio César de Paiva

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Chefe: Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Jardim

Vice-chefe: Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Junior

Secretária: Bruna Nadi de Abreu

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4. Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Claudete Camargo Pereira Basaglia

Revisão dos artigos em Espanhol: Sílvia Beatriz Adoue

Versão para o Inglês: Catarina Cotic Belloube

Capa: Andrea Yanaguita

Fotografia de capa: Pierre Yves Refalo

Apoio Técnico: Nadia Fratantonio

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews os Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3334-6219

E-mail: estudosdesociologia@fclar.unesp.br; <http://seer.fclar.unesp.br/estudos>

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Lucila Scavone, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO DE REDAÇÃO

Maria Aparecida Chaves Jardim, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Maria Ribeiro do Valle**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Maria Teresa Miceli Kerbauy**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bebiano, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Anete Brito Leal Ivo**, UFBA – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil; **Anita Simis**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Annie Thébaud-Mony**, INSERM – Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, Paris, França; **Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira**, PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Domenico Losurdo**, UNIURBIT – Università degli studi di Urbino “Carlo Bo”, Urbino, Itália; **Eduardo Garuti Noronha**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil; **Francisco Rüdiger**, PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Gabriel Cohn**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Irllys Alencar Firmo Barreira**, UFC – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil; **István Mészáros**, Universidade de Sussex, Inglaterra; **José Antônio Segatto**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **José Vicente Tavares dos Santos**, UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Joseph Yvon Thériault**, UQUAM – Université de Montréal, Canadá; **Klaus Von Lampe**, CUNY – City University of New York, Estados Unidos; **Lourdes Maria Bandeira**, UnB – Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil; **Magda Maria Bello de Almeida Neves**, PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil; **Marcelo Siqueira Ridenti**, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil; **Maria Arminda do Nascimento Arruda**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Maria Orlanda Pinassi**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Mariano Fernández Enguita**, USAL – Universidade de Salamanca, Espanha; **Marie-Blanche Tahon**, UOTTAWA – Université de Ottawa, Canadá; **Marta Araújo**, UC – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Mauro Guilherme Pinheiro Koury**, UFPB – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, Brasil; **Miriam Adelman**, UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil; **Michael Löwy**, CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, França; **Pablo Gonzáles Casanova**, UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México, México; **Raimundo Nonato Santos**, UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil; **Russell Parry Scott**, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil; **Sérgio França Adorno de Abreu**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Tânia Pellegrini**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil

SUMÁRIO

DOSSIÊ: DITADURAS NO CONE SUL, MEMÓRIA, GÊNERO E FEMINISMO

Apresentação..... 249

Danielle Tega

¿El “nunca más” tiene género? Un análisis comparativo de las comisiones de la verdad en Chile y Argentina..... 253

Hillary Hiner

Imágenes de la militancia. Representaciones de género en la prensa de montoneros (Argentina, años 70)..... 271

Alejandra Oberti

Desatar, desnudar... reanudar..... 291

Lilian Elmira Celiberti

Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba 309

Susel Oliveira da Rosa

ARTIGOS

A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação..... 327

Carlos Artur Gallo

Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil..... 347
Ivan Akselrud de Seixas e Silvana Aparecida de Souza

“Os afogados e os sobreviventes”: o naufrágio da memória na Itália de Primo Levi..... 365
Fernanda Di Flora Garcia

Memória dos anos de chumbo nas cidades brasileiras 381
Pedro Henrique Campello Torres

Memórias que revelam a história de um bairro industrial na cidade de São Paulo..... 399
Regina Soares de Oliveira

VARIA

Dinâmicas do atendimento ao cidadão: estudo sobre o Disque-Câmara..... 415
Antonio Teixeira de Barros

RESENHAS

Palavra, memória e política 435
Reginaldo Teixeira Perez

O ódio à democracia..... 441
Sidnei Ferreira de Vares

SUMMARY

DOSSIER: SOUTHERN CONE DICTATORSHIPS: MEMORY, GENDER AND FEMINISM

Foreword..... 249
Danielle Tega

Does “never again” have a gender? A comparative analysis of truth commissions in Chile and Argentina..... 253
Hillary Hiner

Images of militancy: gender representation in montoneros press (Argentina, 1970)..... 271
Alejandra Oberti

Untie, unfold... renew 291
Lilian Celiberti

Women versus dictatorship, large estate, and misogyny in Paraíba... 309
Susel Oliveira da Rosa

ARTICLES

The National Truth Commission and the reconstitution of the brazilian recent past: a preliminary analysis..... 327
Carlos Artur Gallo

The National Truth Commission and the network of regional, local and sectorial commissions: the brazilian path 347
Ivan Akselrud de Seixas and Silvana Aparecida de Souza

“The drowned and the survivors” : the wreck of memory in Primo Levi’s Italy 365
Fernanda Di Flora Garcia

Memory of the years of lead in brazilian cities..... 381
Pedro Henrique Campello Torres

Memories that reveal the history of an industrial neighborhood in the city of São Paulo 399
Regina Soares de Oliveira

VARIA

Dynamics of citizen services: a study of the Dial House 415
Antonio Teixeira de Barros

REVIEWS

Words, memory and politics 435
Reginaldo Teixeira Perez

The hatred of democracy..... 441
Sidnei Ferreira de Vares

Dossiê:
Ditaduras no Cone Sul,
Memória, Gênero e
Feminismo

APRESENTAÇÃO

*Danielle TEGA**

O legado destrutivo das ditaduras militares permanece nas sociedades latino-americanas. Por décadas, países como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai foram marcados pela censura e repressão, pela violência desmedida do Estado, por assassinatos e desaparecimentos forçados. Mas essa época também foi caracterizada pela mobilização de homens e mulheres que, em suas diferentes formas de militância, atuaram na resistência e no combate aos autoritarismos violentamente instaurados pelos golpes que assolaram a região. As sequelas deixadas na reprodução das desigualdades sociais, no conturbado cenário político e econômico dos anos que se seguiram e no âmbito jurídico são temas de incontáveis pesquisas e publicações, e o presente dossiê é mais uma contribuição para se pensar sobre as consequências dessa história recente.

Há uma luta política ativa sobre o sentido do ocorrido, e as modificações nos marcos interpretativos produzidas pelo processo histórico não podem ser deixadas de lado nos estudos sobre o período, pois novos cenários sociais e políticos interferem não apenas na percepção do passado, mas também nas alterações das formas de luta.

Nesse sentido, este conjunto de textos procura problematizar os exercícios de memória sobre o período com base nos estudos de gênero e no pensamento feminista. A denúncia da historiografia classista dos vencedores e a necessidade de superá-la são pontos fundamentais na investigação das conflituosas construções sobre o passado e a crítica feminista, também preocupada com as partes silenciadas da memória social, amplia esse debate ao expor o caráter sexista da historiografia dominante.

Uma das formas de pensar as dimensões de gênero nos trabalhos de memória parte do enfoque tradicional do feminismo de visibilizar aquilo que foi

* Doutora em Sociologia. UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Integrante e redatora do Relatório Final da Comissão da Verdade e Memória Octávio Ianni da UNICAMP. Campinas – SP – Brasil. 13083-970 - dani.tega@uol.com.br

historicamente ocultado, abrindo-se a vozes que foram, por muito tempo, caladas. Nesse sentido, não é questão menor ressaltar o espaço que tem sido ocupado pelos diferentes testemunhos de mulheres que militaram, foram sequestradas, permaneceram presas políticas ou tiveram suas vidas, de alguma forma, atravessadas pelos horrores das violências repressivas ditatoriais.

Não obstante, o pensamento e a militância feministas consistem também em tratar a situação das mulheres como um produto de relações sociais, denunciar as marcas autoritárias e hierárquicas do processo histórico das relações de gênero, politizar questões antes percebidas como pessoais, questionar as convenções de masculinidades e feminilidades, revelar outros modos de se pensar sobre o corpo, a subjetividade, a experiência. Relacionar esses temas ao estudo das ditaduras do Cone Sul permite problematizar tanto os alcances e os limites da militância como reinterpretar as violências sofridas pela repressão. Esses são os principais pontos que encontraremos nos textos que fazem parte do presente dossiê.

Hilary Hinner, historiadora e professora da Universidad Diego Portales (Santiago – Chile), abre o dossiê com o artigo *¿El “Nunca Más” tiene género? Un análisis comparativo de las comisiones de la verdad en Chile y Argentina*. A autora examina os relatórios da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación sobre Violación a los Derechos Humanos en Chile 1973-1990* (Informe Rettig, de 1991) e da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Nunca Más, de 1984) para problematizar as estratégias discursivas adotadas nesses materiais e as consequências sociais e políticas de tais escolhas.

Como afirma a autora, ambos os documentos são referências ainda muito influentes – tanto para as políticas da memória realizadas pelos dois países, como para as pesquisas sobre a história recente latino-americana. Mas há algo a ser destacado: se, por um lado, esses relatórios apresentam uma importante coletânea de testemunhos de vítimas e familiares, por outro possuem uma narrativa construída a partir da seleção dos materiais que o constituem. Permeados por disputas políticas antes e depois de sua publicação, são documentos produzidos e legitimados pelo Estado, sedimentando certa versão considerada mais representativa que outras. O texto de Hinner oferece um importante subsídio ao debate, pois desvenda como a defesa dos direitos humanos presentes em tais documentos não deixava de marginalizar e silenciar as experiências das mulheres, principalmente em relação às violências sexuais sofridas.

A socióloga **Alejandra Oberti**, professora e pesquisadora da Universidad de Buenos Aires e Diretora do Arquivo Oral de Memoria Abierta (Buenos Aires – Argentina), é autora do artigo *Imágenes de la militancia: representaciones de género en la prensa de Montoneros (Argentina, años 70)*. Ao interpretar as imagens

utilizadas em diferentes materiais da organização político-militar Montoneros, da Argentina, Oberti questiona os efeitos produzidos por essas representações num momento em que a participação política das mulheres desestabilizava as convenções de feminilidade vigentes até então. São imagens que, ao construir o que é e o que pode fazer uma mulher, ampliam as possibilidades de ação para as mulheres, ao mesmo tempo em que buscam domesticar a perturbação que implicava sua presença cada vez mais abrangente nas organizações político-militares.

Interpelando as imagens visuais e narrativas a partir de uma perspectiva de gênero, a autora relaciona as estratégias narrativas como expressão da relação entre militância, vida cotidiana, violência e corpo. Ao observar os contextos nos quais as imagens foram publicadas, destaca que as representações iconográficas variavam suas propostas de acordo com as circunstâncias. Nesse sentido, merece atenção a análise feita pela autora a partir das diferentes utilizações de imagens que recuperam a força expressiva de Eva Perón, cuja presença oferecia um especial apelo em relação à militância feminina montonera.

Desatar, desnudar... reanudar é o artigo da professora e militante feminista **Lilian Celiberti**, coordenadora do Centro de Comunicación Virginia Woolf - Cotidiano Mujer (Montevideu – Uruguai). Em um texto permeado por suas experiências como presa política e também como militante feminista, a autora trabalha as implicações pessoais e coletivas da repressão e da resistência. Com isso, desvenda a importância do movimento feminista para o trabalho de memória realizado no Cone Sul, destacando a perspectiva segundo a qual a experiência de homens e mulheres sob a repressão, tortura e prisão foi estabelecida a partir da construção social e cultural das relações de gênero do período.

Celiberti aponta que a denúncia das violências sexuais feitas por algumas presas políticas uruguaias implica em uma ressignificação do passado que, ao mesmo tempo, é potencialmente subversiva à cultura patriarcal vigente. A coragem para falar e transmitir essa experiência de dor e culpa é uma tarefa que apenas foi realizada quando as mulheres conseguiram elaborar coletivamente o significado político dessa violência e, nesse sentido, foi uma ação que acompanhou a emergência do sujeito político feminista no país, que legitimava as falas sobre a especificidade do corpo das mulheres na repressão.

O artigo de **Susel Oliveira da Rosa**, historiadora e professora da Universidade Estadual da Paraíba, encerra o dossiê. Em *Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba*, a autora enfatiza que os esquecimentos e silêncios sobre a ditadura civil-militar brasileira atinge principalmente a participação política feminina. Ao trabalhar sobre as estratégias e resistências possíveis numa situação de excepcionalidade, a autora encontra, no estado da Paraíba, um contexto bastante

intenso, principalmente nas regiões do Agreste e do Brejo paraibano: muitas mulheres estavam envolvidas nos movimentos sociais e políticos que lutavam não apenas contra a ditadura, mas também contra o latifúndio. Foram alvo, assim, de repressão enérgica tanto do Estado como dos latifundiários e seus pistoleiros. São histórias e memórias de mulheres que permanecem ausentes dos discursos sobre o período, mas Rosa recupera nomes e trajetórias na tarefa ética de incorporá-las socialmente.

Os quatro artigos que compõem este dossiê abordam diferentes países e fazem suas análises a partir de metodologias também diversas para dar conta de suas fontes: documentos oficiais; imagens produzidas por grupos revolucionários; autobiografia; história oral. Acreditamos que essa multiplicidade pela qual a memória e a história recente podem ser estudadas, quando entrelaçadas ao enfoque feminista e aos estudos de gênero, permite interrogar espaços conflitivos potencialmente desestabilizadores da cultura hegemônica e patriarcal. Esperamos, assim, que a leitura dos textos aqui reunidos possam inspirar novas pesquisas que deem continuidade ao debate e à luta pelo não esquecimento.

¿EL “NUNCA MÁS” TIENE GÉNERO? UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LAS COMISIONES DE LA VERDAD EN CHILE Y ARGENTINA

Hillary HINER*

RESUMEN: Este artículo problematizará las narrativas del *Nunca Más* (1984) y el *Informe Rettig* (1991) desde una perspectiva comparativa transnacional y la teoría de género. Aunque los discursos de cada informe presentan algunas diferencias, proponemos que la misión post-dictatorial de “refundar” el Estado nacional jugó un rol importante en la decisión de utilizar marcos discursivos que enfocaban la desaparición forzada como metáfora de ruptura y símbolo máximo del “nunca más”. Por esta razón, concluimos que tanto en Argentina como en Chile esta construcción universalista, y, por ende, androcéntrica, del “nunca más” y de las víctimas de las violaciones de los derechos humanos también tendía a marginalizar y silenciar las experiencias de las mujeres sobrevivientes, particularmente en cuanto la violencia política sexual y la tortura familiar.

PALABRAS CLAVES: Comisión de verdad. Género. Derechos humanos. Violencia política sexual. Tortura familiar.

¿Qué son los derechos humanos y quiénes los definen? ¿Por qué, en muchos casos, los derechos de la mujer no son entendidos por el Estado como “derechos humanos”? ¿De dónde viene esta separación? Motivado por estas preguntas, este estudio toma como sus fuentes principales los informes publicados de las comisiones de la verdad en Argentina y Chile – el *Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (o *Nunca Más*) (ARGENTINA, 2007) de 1984 y el *Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación* (o *Informe Rettig*)

* UDP - Universidad Diego Portales. Facultad de Ciencias Sociales e Historia. Santiago – Chile. 8370127 – hillary.hiner@udp.cl.

de 1991 (CHILE, 1996)¹ – para analizar narrativas generizadas de la violencia política. Proponemos aquí que las comisiones de la verdad juegan un rol importante en la fijación de discursos “legítimos” sobre el pasado y que éstos moldean nuestras posibilidades del presente y el futuro. Tomamos estos dos informes como documentos fundacionales en el proyecto nacional de lo que “debe ser” un país democrático y también como documentos mediados por los proyectos políticos del Estado al momento de su elaboración. Los informes son hechos de recopilaciones de testimonios de las víctimas y de los familiares de las víctimas pero también son documentos producidos y legitimados por el Estado que buscan transformar la violencia del pasado en un “mito útil de creación” (GRANDIN; KLUBOCK, 2007, p. 3). Las comisiones eligieron - o tuvieron a su disposición – sólo algunos de los testimonios posibles y construyeron ciertos tipos de narrativas a base de éstos. Seleccionaron discursos específicos en pos de producir las realidades socio-políticas que más se acercaban a lo que deseaban y, por tanto, es imposible no reconocer la gran injerencia que las subjetividades de los miembros de la comisión, incluyendo sus inclinaciones políticas, tuvo en la elección de los tipos de realidades que buscaban producir. Las comisiones intentaron presentar una narrativa “oficial”, pero esta interpretación fue sujeta a luchas y cambios antes y después de su producción, cimentando ciertas versiones del pasado como las más definitivas y representativas a la hora de hilar la Historia.

Planteamos que hay un especial valor en volver a estos informes y evaluar sus contenidos discursivos justamente porque terminaron ejerciendo tanto peso por sobre los escenarios políticos de las últimas décadas en ambos países y su particular manera de entender a los “derechos humanos”. El Estado presentó cada informe como una versión definitiva del pasado dictatorial y respaldó esta presentación en años posteriores vía referencias institucionales y políticas de la memoria que afirmaron el valor de estos discursos. Por ejemplo, podemos observar que los marcos históricos y discursos políticos de la memoria ocupados por el Informe Rettig han sido aplicados, casi sin modificaciones, a una serie de proyectos estatales emblemáticos que vinieron después: en la elaboración del Informe Valech (2003-2004) y en el establecimiento del Museo de la Memoria en Santiago en 2009. En el caso de Argentina, también percibimos un apego estatal fuerte a los discursos del Nunca Más, tal vez más representado en los eventos del trigésimo aniversario del

¹ La versión del Nunca Más que ocupamos en este artículo es la de 2007 (ARGENTINA, 2007) (30 Aniversario del Golpe de Estado). Incluye un nuevo prólogo adicional, pero aparte de eso el libro es igual al de 1984 (información, datos, fotos, etc.). El Informe Rettig usado para este trabajo (CHILE, 1996) data del año 1996, año en que fue reeditado con algunos pequeños cambios, como un índice onomástico de las víctimas, una leve modificación en el listado de casos denominados “sin convicción”, y los mensajes a la nación de Aylwin de 1990 y 1991, que no estaban en el Informe Rettig original de 1991 (ver notas de pie de página más adelante para información sobre revisión del número de víctimas).

golpe de estado de 1976 en 2006, cuando se llevaron a cabo actas públicas donde “entre los manifestantes, había quienes portaban en sus manos en alto, y en silencio, el libro” (CRENZEL, 2008, p. 173) y cuando se publicaron dos nuevas ediciones del Nunca Más, que vendieron 138.000 copias en un año. Por lo tanto, tanto en Chile como en Argentina podríamos decir que los discursos del “nunca más” producidos por estas comisiones de la verdad siguen siendo vigentes y muy influyentes.

Leer estos procesos vía el prisma de la teoría de género y, más específicamente, desde la violencia de género, no sólo nos abrirá espacios interesantes de debate y reflexión sobre los casos de Chile y Argentina sino también nos dará pistas interesantes para repensar los conceptos de derechos humanos y violencia política más generalmente. Tal como sugiere nuestro título, encontramos que el género ha sido excluido sistemáticamente de la construcción del “nunca más” y que esto ha empezado a cambiar sólo muy recientemente, dentro de los últimos diez años. Planteamos esta idea aunque reconocemos que ha habido una participación bastante alta de algunas mujeres dentro del trabajo de las comisiones de la verdad, en particular al momento de recopilar testimonios de mujeres familiares que sirven como “testigos” de la violencia política ejercida en contra de sus seres queridos. No obstante, durante muchos años esta presencia femenina no supuso un mayor cuestionamiento sobre las maneras específicas en que la violencia política fue generizada y sexualizada. Al contrario, se tendía a rescatar la violencia sólo como “política” y, por tanto, a las víctimas como grupo algo “homogéneo”, en el sentido de no tener género, etnicidad, raza, u orientación sexual.

No obstante, en los últimos años la búsqueda de la verdad y la justicia en el Cono Sur ha empezado a superar estas limitaciones. A partir de la publicación del Informe Valech en Chile en 2004 ha habido cada vez más discusión sobre la tortura sexual, por ejemplo (HINER, 2009). Y esta apertura ha sido aun más profundizado por las mismas mujeres sobrevivientes, que han formado colectivos (Colectivo de Mujeres Sobrevivientes Siempre Resistentes), salido a protestar (en fechas de DDHH, como el 11 de septiembre, y fechas feministas, como el 25 de noviembre), trabajado para recuperar sitios de memoria (Venda Sexy) y presentado querrelas por tortura sexual (Patricia Herrera en 2010) y violencia sexual (Nieves Ayress, Alejandra Holzapfel, Soledad Castillo y Nora Brito en 2014). Al otro lado de la cordillera también ha surgido cada vez más interés en el tema de la violencia política sexual. El libro *Y nadie quería saber* (OBERTI et al., 2011), publicado por la ONG de derechos humanos Memoria Abierta, rescató testimonios de mujeres sobrevivientes de la violencia de género durante la última dictadura en Argentina y, de igual manera que en Chile, se ha visto una creciente judicialización de la violencia sexual. En el año 2010, Gregorio Molina, jefe de la base de la Fuerza Área en Mar de Plata durante los años 70, fue condenado por varias violaciones

de los derechos humanos, incluyendo la violación sistemática de mujeres presas políticas (OBERTI et al., 2011, p. 19). También se ha ido abriendo el abanico de lo que significa la violencia política sexual, incluyendo la violencia ejercida en contra de la comunidad LGBTQ en Argentina. Durante el año 2011 se inauguró el Archivo de la Memoria de la Diversidad Sexual en el Archivo Nacional de la Memoria, ubicado en el sitio emblemático de la memoria de la ex – ESMA. Este archivo tiene el fin de recopilar testimonios de sobrevivientes LGBTQ del terrorismo de Estado, integrando una perspectiva muy poco estudiada de la represión autoritaria en el Cono Sur. Sin embargo, aunque hay cada día más atención prestada al rescate de fuentes tradicionales y orales que nos pueden iluminar respecto a la manera en que las violaciones de los derechos humanos fueron también violaciones de los derechos de las mujeres, hasta ahora ha habido relativamente poco estudio de la manera que en los primeros informes de la verdad en el Cono Sur ayudaron a borrar estos mismos aspectos de género que ahora estamos re-descubriendo en el siglo XXI. ¿Por qué tuvieron que pasar casi cuarenta años para hablar de la tortura sexual? ¿De qué manera fueron cómplices las comisiones de verdad en el silenciamiento de estas violencias generizadas y sexualizadas y por qué? Al momento de crear “verdad”, ¿cuáles fueron los elementos discursivos que se destacaron como siendo propios de los derechos humanos y la justicia y cuáles no? En este artículo comparamos discursos del Informe Rettig en Chile y el Nunca Más en Argentina, como discursos fundacionales de la verdad, la justicia y la democracia en cada país, pero también como discursos que establecieron precedentes en cuanto a la violencia política (que no tenía género) y que bloqueó, por lo mismo, la posibilidad de que el “nunca más” y las políticas de memoria pudieran tener género sino hasta el comienzo del nuevo siglo.

Antes de entrar a evaluar los informes de las comisiones de la verdad en Argentina y Chile es importante señalar un par de cosas básicas. Primero, que los/as jóvenes de estos dos países durante los años 60 y 70 vivían una vida permeada por la política partidaria, influenciados/as de una manera u otra por las revoluciones socialistas y sexuales de su tiempo. Por tanto, hubo muchos hombres y mujeres que apoyaban las propuestas más igualitarias e idealistas del socialismo y la teología de la liberación y que participaban en movimientos estudiantiles, comunidades eclesiales de base, y partidos políticos de izquierda. Algunos de éstos, en realidad un porcentaje bastante menor, militaron en grupos armados inspirados por el ejemplo de la Revolución Cubana, por ejemplo: el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) en Chile o los Montoneros y el Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) en Argentina. En todos estos grupos hubo una participación importante de mujeres, aunque su presencia tendía a concentrarse dentro de los rangos inferiores de las jerarquías de mando y en las tareas “políticas” (y no “militares”). Tal vez por lo

mismo, al momento de ser detenidos/as, también hubo un elemento de estratificación de género, particularmente en los casos de las desapariciones forzadas: en Chile el 94% de los desaparecidos eran hombres y en Argentina el 70%.²

Table 1 – Víctimas reconocidas por el Informe Nunca Más y el Informe Rettig

	Total víctimas reconocidas por informe	Total víctimas hombres (%)	Total víctimas mujeres (%)	Total víctimas ≤30 años (%)
Informe Nunca Más (Argentina, 1984)	8.961	6.273 (70%)	2.688 (30%)	6.192 (69.1%)
Informe Rettig (Chile, 1991)	2.298	2.160 (94%)	138 (6%)	1.436 (62.5%)

Fuente: Elaboración propia.

Posteriormente, esto mismo iba a jugar un rol determinante en la formación de grupos de derechos humanos dedicados a la temática de los detenidos-desaparecidos y la participación masiva de las mujeres, familiares de los afectados, en grupos como las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo en Argentina y la Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos (AFDD) en Chile.

Al llegar la transición a la democracia a Argentina en 1984 y a Chile en 1990, los grupos de derechos humanos, al igual que otros movimientos sociales, tendieron a reorientar sus estrategias de diálogo con el Estado y refocalizar sus energías para poder trabajar mejor con actores de la sociedad civil, incluyendo los partidos políticos. De manera interesante, aunque muchas mujeres feministas habían trabajado de manera cercana con los grupos de derechos humanos en las protestas anti-dictatoriales, no se plantearon, en general, temáticas feministas en relación a los derechos humanos. Como dice una activista feminista argentina, Celina Rodríguez: “En la historia de los organismos de Derechos Humanos, participamos muchas mujeres feministas. Sin embargo no se lo tomaba como un tema importante. Hubo un divorcio. Muchas veces nos preguntábamos ¿los derechos de la mujer son derechos humanos?” (RODRIGUEZ, 2007, p. 177). A la misma vez, el Estado también estuvo en un proceso de re-configuración en cuanto a la democracia y la ciudadanía. Dependiendo del contexto específico político-histórico, el Estado tomó diversas decisiones sobre las propuestas que emanaban desde la sociedad civil, aceptando algunas y rechazando otras, muchas veces por la manera en que se “enmarcaban”

² En el caso de Chile se agregaron más personas con la CNRR y la re-apertura de las comisiones Rettig y Valech durante el último gobierno de Sebastián Piñera. No obstante, los porcentajes según género y edad no se modificaron.

políticamente (*political framing*) las temáticas (HINER; AZOCAR, 2015). Las comisiones de la verdad convocadas por los presidentes Alfonsín y Aylwin al inicio de sus mandatos fueron también “tierra fértil” para este tipo de negociación entre el Estado y sociedad civil, tanto a un nivel de conformación (integrantes y misión de la comisión) como a lo de producción (informes escritos y su difusión). Miraremos ahora más de cerca los contextos de las dos comisiones.

Sostenemos que Chile y Argentina pasaron por procesos disímiles de transición democrática que produjeron algunos resultados – discursos sobre víctima y victimario – en común. Decimos “disímiles” por la ya muy bien conocida lógica de transición de “ruptura” (Argentina) versus transición de “pactos políticos” (Chile) que tanto ha dominado los estudios comparativos sobre la redemocratización en los dos países (EVANS, 2007; RONINGER; SZNAJDER, 1997). Sin embargo, hay resultados similares en el sentido que tanto Aylwin como Alfonsín reconocieron la importancia de incluir una plataforma sobre los derechos humanos en sus propuestas presidenciales y de centrar esta plataforma en torno a una comisión de la verdad. En el caso de Argentina, fue una de las primeras comisiones de verdad en Latinoamérica y fue propuesta en conjunto con medidas jurídicas que buscaban procesar a los hombres más visibles de la dictadura militar (el denominado “Juicio a las Juntas”). En gran parte, esto se pudo hacer por la derrota de las Fuerzas Armadas en la Guerra de las Malvinas y la naturaleza “rupturista” de una transición llevada a cabo por el presidente Raúl Alfonsín. Esta fue una realidad muy distinta a la de Patricio Aylwin en Chile en 1990, que sólo llegó a la presidencia después del plebiscito de 1988 y las elecciones de 1989, que contaban, ambos, con la participación organizada de figuras militares de la dictadura y la derecha chilena. Señal clara de esto es que aunque Aylwin asumió como presidente en 1990, Augusto Pinochet siguió siendo Comandante en Jefe de las Fuerzas Armadas, puesto que mantendría hasta pasar a ser “senador vitalicio” en marzo 1998 (el mismo año de su arresto en Londres, cuando fue forzado a abandonar la política de manera más definitiva).

Este contexto político disímil también nos ayuda a explicar la composición y la misión de las comisiones de la verdad en Argentina y Chile. Cuando Raúl Alfonsín creó, el 15 de diciembre de 1983, la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), no tuvo que integrar a la comisión representantes de la derecha ni simpatizantes del régimen militar como sí hizo Aylwin en 1990. Eso sí que Alfonsín quiso crear la impresión de un comité serio y profesional; objetivo. Y, por eso, eligió como presidente de la CONADEP al escritor Ernesto Sábato, cuyo propio pasado político pareciera hablar de su “imparcialidad”. No obstante, en general, la CONADEP, fue principalmente una comisión de centro, centro-izquierda que buscaba representar a un abanico amplio de ciudadanos (religiosos, científicos, artistas, etc.), con conexiones fuertes con el mundo de los derechos humanos ya

que el mismo Alfonsín había sido co-fundador de APDH y llevó muchos miembros de esta organización a la CONADEP. Por ejemplo, las secretarías de la CONADEP fueron integrados en gran parte por miembros de grupos que trabajaban con víctimas de la dictadura, como Graciela Fernández Meijide, jefa de la Secretaría de Recepción de Denuncias y madre de un desaparecido, quien había formado parte de las Madres de Plaza de Mayo y APDH. En el caso de Aylwin hubo mucho menos representación directa de los grupos de derechos humanos. De hecho, el único miembro de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación (CNVR), creada el 24 de abril de 1990, con un pasado vinculado a los derechos humanos fue el abogado José “Pepe” Zalaquett que había trabajado en el Comité Pro-Paz en Chile y posteriormente en Amnistía Internacional después de ser exiliado en 1976. Todos los demás fueron principalmente abogados del partido Demócrata Cristiano, de tendencias políticas de centro y centro-derecha. Mención aparte merece otro miembro de la CNVR, Gonzalo Vial - historiador conservador, exministro de Pinochet, y redactor del *Libro Blanco* (propaganda infame de la dictadura y promotor del falso “Plan Zeta”) – quien fue claramente de la derecha más dura y pinochetista y se rumorea que él escribió gran parte del contexto político del Informe Rettig (ubicado en el primer tomo del informe). En ambas comisiones hubo poca participación de mujeres; en el caso de la CONADEP hubo una – Magdalena Ruiz Guiñazú – y en el caso de la CNVR hubo dos - Mónica Jiménez y Laura Novoa. Todas ellas eran de un perfil político más bien de centro o centro-derecha y ninguna tenía cercanía alguna con el movimiento feminista.

En términos de las labores y las misiones de la CONADEP y la CNVR también hay diferencias y semejanzas. En el caso de la CONADEP, su misión fue principalmente la de poder aclarar la situación de los desaparecidos y documentar la violencia política que había acontecido en Argentina entre los años 1973 y 1983 (aunque el período más representativo del Informe Nunca Más es más bien del “Proceso” de 1976-83). Al momento de formar la comisión todavía no quedaba claro que todos los desaparecidos habían sido asesinados y todavía se esperaba encontrarlos con vida (CRENZEL, 2008). Además, desde la formulación inicial de CONADEP los miembros de la comisión sabían que los legajos que lograban armar bien serían elevados a los tribunales para poder procesar a los militares responsables. Por eso, querían retratar fielmente el sistema de desaparición forzada en Argentina – que incluía la tortura y el secuestro de menores – e identificar (con nombre y apellido si fuera posible) a los responsables, entendiendo el concepto de “responsabilidad” desde las lógicas duales de la jurisprudencia civil (*mens rea*) y militar (cadena de comando). Tal vez por esta razón, la de la cadena de comando, o por rencillas personales e institucionales dentro del cuerpo de ex -agentes del Estado represor, la CONADEP también pudo recopilar algunos testimonios de victimarios

de la violencia política, hecho poco común dentro del contexto de una comisión de verdad. Sin embargo, vale decir que la gran mayoría de los testimonios llegaron desde las víctimas de la violencia política y sus familiares, o porque prestaron declaración directa a CONADEP o porque dejaron constancia de sus experiencias en los archivos de algún grupo de derechos humanos que prestó esos documentos a la comisión. Además, los miembros de la CONADEP se dedicaron a recoger diversos tipos de testimonios que no habían sido escuchados anteriormente, por ejemplo los de sobrevivientes y familiares del interior del país. A la par con estas entrevistas, CONADEP también emprendió la labor de revisar e identificar minuciosamente los centros clandestinos de detención (CCD), o sus ruinas, en toda Argentina, acompañados por sobrevivientes, fotógrafos, y arquitectos. Los resultados de esta tarea – planos arquitectónicos, fotografías, y dibujos técnicos - aparecen intercalados en el informe final de la comisión.

Para la CNVR, la realidad política de una transición “pactada” limitó el radio de sus investigaciones a lo estrictamente no-jurídico – aunque los expedientes de la CNVR formaban parte de una reserva que podía ser elevada en algún momento al juicio - y a las desapariciones y ejecuciones políticas que acontecieron durante los años 1973-1990. No pudieron investigar casos de tortura ni tampoco casos de represión como los allanamientos violentos en las poblaciones, aunque sí se abrió un espacio más “subjetivo” para aludir a estas violencias dentro de la reproducción de los testimonios de las víctimas. Sin embargo, la composición política de la CNVR, como hemos visto, más bien de centro y centro-derecha, forzó a sus miembros a investigar no sólo los casos de violencia política que tenían como agresor el Estado terrorista de Pinochet sino también a los “extremistas políticos” de izquierda (un número de casos, en todo caso, extremadamente reducido en comparación con los del otro tipo). En ningún caso la CNVR pudo incluir nombres de los victimarios en su informe, aunque buscó identificar, como parte de su mandato, todas las víctimas fatales de la violencia política en Chile – con nombre, apellido y datos biográficos – y relatar sus historias, siendo éste, al fin y al cabo, su gran logro, a pesar de la imposibilidad de identificar fehacientemente a *todas* las víctimas. Por la peculiaridad de su mandato, entonces, todas las “víctimas” reconocidas por el Informe Rettig son muertos/as y se narran las circunstancias de estas muertes a través de testigos y familiares. El Informe Rettig reconoce una participación de algunos agentes del Estado en la CNVR, pero se supone que esta participación fuera menor por la falta de testimonios de este tipo en el mismo informe. Como instituciones, las Fuerzas Armadas y de Orden respondían negativamente al pedido de la CNVR para documentos sobre los casos de su mandato, argumentando que documentos de esa naturaleza habían sido “legalmente incinerados”. Por lo tanto, y de manera similar al caso argentino, la CNVR contó principalmente con los testimonios de los

familiares de las víctimas como materia prima para el informe, tanto los encontrados en las organizaciones de los derechos humanos, como la Vicaría de la Solidaridad o CODEPU, como los que fueron resultado directo del trabajo de la CNVR.

Finalmente, nos toca hablar brevemente de la producción y difusión de los informes de las dos comisiones, muy distintas entre Chile y Argentina. En el caso de la CONADEP, una vez que sus labores investigativas llegaban a su fin, hubo un tremendo interés por parte del gobierno en cuanto a la difusión pública de sus conclusiones, ya que fue una pieza clave en la “re-fundación” de Argentina como país democrático. Por ejemplo, como precursor a la entrega del informe y su posterior publicación, salió al aire el 4 de julio de 1984 un programa de televisión basado en los avances del informe CONADEP – con participación de APDH, las Madres, y las Abuelas de Plaza de Mayo – que fue un éxito masivo del rating, captando una audiencia de un poco más de un millón y medio de personas. Para la presentación formal del Informe Nunca Más – hecho histórico en Latinoamérica –, hubo otro acto público y televisado, el 20 de septiembre de 1984, cuando se le entregó al Presidente Alfonsín el informe en la Casa Rosada. Poco tiempo después, el 28 de noviembre de 1984 fue publicada la primera edición del libro *Nunca Más* por el Editorial de la Universidad de Buenos Aires. Estos primeros 40.000 ejemplares se agotaron en dos días y el libro se transformó luego en un *bestseller* del verano; hasta el 2007 se han vendido 503.830 copias en total (CRENZEL, 2008), ayudado por la omnipresencia de ediciones baratas del libro en las tiendas (y ediciones piratas en las calles) y la inclusión del libro en muchos currículos escolares. Esto no está mal para un libro de casi 500 páginas (dividido en ocho capítulos) que trata la violencia política a base de descripciones y testimonios.

El caso chileno parte de manera similar al argentino pero termina muy distinto en términos de difusión. El 4 de marzo de 1991, el Presidente Aylwin, al igual que Alfonsín casi siete años antes, decidió presentar públicamente el Informe Rettig vía un mensaje televisado, pidiendo perdón a las víctimas por parte del Estado chileno. Pese a las lágrimas de Aylwin mientras leía, la trascendencia del Informe Rettig quedó abruptamente truncada en las semanas siguientes por el asesinato de Jaime Guzmán, llevado a cabo por el grupo armado de ultraizquierda, el Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR), que sepultó el posible impacto mediático del Informe (LOVEMAN; LIRA, 2002). Quizás por este hecho, más un clima político abiertamente hostil entre la Concertación y personajes del régimen militar, muchos de los cuales todavía seguían de alguna forma en cargos importantes y respaldados por los partidos de derecha, como también por la escasez de ejemplares y el tamaño poco apropiado para su lectura, el Informe Rettig pasó, casi sin excepción, a ser un texto de académicos y abogados. Los fenómenos populares del programa televisivo y el libro *bestseller* que habían marcado tanto la

experiencia argentina del Nunca Más no tienen ningún tipo de paralelo en Chile. El Informe Rettig es muy largo y poco “amigable” para un lector casual - está escrito en un lenguaje parco y jurídico y compuesto por dos volúmenes y tres tomos. Sin embargo, el estilo narrativo también sirve otro objetivo – lo de ser un “sustituto” jurídico en el sentido que los relatos de casos de las víctimas se presentan de una forma que subraya su peso como “verdad” histórica, sellada con la convicción expresa de la comisión sobre el rol del Estado en la muerte de tal persona. En casos donde el régimen militar hubiese intentado ocultar o manipular los hechos de la violencia política, esta convicción de la CNVR literalmente tiene el efecto de “desvelar” la existencia de la violencia política en Chile y de deslegitimar la dictadura de Pinochet. Este es obviamente un mérito, a pesar del hecho que muy poca gente haya leído el Informe Rettig entero.

Para poder analizar con mayor nitidez los aspectos genéricos de los dos informes, organizaremos la siguiente sección según dos ejes de la violencia: (1) la violencia política sexual y (2) la tortura “familiar”, reproduciendo dos o tres textos cortos representativos de las mayores tendencias dentro de los informes. Posterior a cada ejemplo, plantearemos nuestro análisis.

(1) La violencia política sexual

Nunca Más:

A) Testimonio de M. de M. (Legajo N° 2356): “...Luego la ataron de los pies y de las manos con cables y le pasaron corriente eléctrica. A partir de ahí tuvo convulsiones, ellos decían que eso era el adiestramiento que necesitaba para que confesara. Luego la desnudaron y la violaron... También recuerda claramente que la paseaban desnuda por la galería, que la violaron varias veces, no recuerda si eran concriptos o gendarmes, recuerda que para esa época tenía muchas pérdidas y ella ya para ese entonces se dejaba morir, que ya no le importaba nada, ya ni lloraba ...Antes de que fallecieran sus padres, su marido salió de la cárcel, a él también lo habían torturado, pero nunca se tocó el tema, ella en especial nunca contó todo lo que había pasado, porque sentía vergüenza, después él se fue enterando porque ella fue teniendo como delirios y tenía temor de ir a cualquier psiquiatra, pero ahora ha comenzado un tratamiento y está dispuesta a colaborar, si es que su testimonio sirve” (ARGENTINA, 2007, p. 57)._

Informe Rettig:

A) Testimonio anónimo de una mujer familiar: “Mientras me violaban mi marido gritaba que me soltaran” (CHILE, 1996, p. 1144).

- B) Testimonio anónimo de una mujer familiar: “Cuando tomaron a mi papá, nos llevaron a mi marido y a mí también. A mí me violó un grupo entero que me cuidaba. Nunca le conté a mi marido. De eso hace quince años” (CHILE, 1996, p. 1144).

Primero que nada, es importante señalar que tanto el Nunca Más como el Informe Rettig no entran muy de fondo en la temática de la tortura y la violencia sexual. Como explicamos anteriormente en este artículo, el Informe Rettig excluye, por mandato, la posibilidad de trabajar la tortura como sí trabaja las desapariciones o las ejecuciones. El Nunca Más no deja fuera de manera explícita la tortura, pero hay un interés mayor frente el tema de la desaparición forzada. Sin embargo, las distintas narrativas de los dos informes nos proveen dos posibilidades de “enfrentamiento” en cuanto a la violencia política sexual. Por un lado, en el Nunca Más el esfuerzo de describir los procesos y los entornos geográficos y sociales de la desaparición forzada nos lleva inevitablemente hacia testimonios y descripciones que hablan de la violencia política sexual. En el interés de salvaguardar la integridad de los testimoniantes, la CONADEP decidió incluir sólo las iniciales de las víctimas de la violencia política sexual, en vez de sus nombres completos, aunque se identificaban con “chapa” o nombre de pila (y a veces con apellido también) algunos de los perpetradores de la violencia sexual. Dentro del Informe Rettig encontramos una lógica narrativa – enfocada en la presentación de los “marcos” de análisis y los relatos de caso de las víctimas - que es similar al Nunca Más en su análisis de la tortura y la violencia política sexual más bien como elementos en la cadena represiva. Referencias a la tortura son aun más “tangenciales” en el Informe Rettig por el estilo de los relatos de caso, que son extremadamente concisos y planteados como “hechos”, narrados en la voz de tercera persona. Sólo podemos encontrar algunas escasas menciones de la violencia política sexual dentro los testimonios de los familiares de las víctimas reconocidas por el informe. El análisis de la violencia sexual es complicado aun más por el formato de estos testimonios – todos son anónimos y los pensamientos expresados raramente superan una o dos líneas.

A pesar de las limitaciones de los dos informes en cuanto a su análisis de la violencia política sexual, y los formatos disímiles de narración, podemos observar en las citas plasmadas arriba varias tendencias compartidas. Primero que nada, la violencia sexual pareciera haber sido llevada a cabo mayoritariamente por victimarios hombres y por sobre los cuerpos de las mujeres. Esta violencia fue ejercida en el contexto de normas socio-culturales de género que controlaban estrictamente los límites de lo sexualmente permitido. Durante los años 60 y 70, el sexo fuera del matrimonio todavía fue considerado un pecado y se esperaba

que la mujer (pero no el hombre) llegara virgen al matrimonio. Por lo tanto, en muchos casos, la exposición del cuerpo de la mujer (que le “perteneía” a su padre o a su marido) a la mirada de *otros hombres*, como símbolo de su vulnerabilidad y como acto violento de humillación, podía ejercer un tremendo efecto por sobre las presas. Forzar a una mujer a “pasear desnuda por la galería” es sujetarla a los ojos, y las burlas, de los otros hombres; violarla es poseerla y arruinarla para *su* hombre - en ambos casos la mujer es hecha sentir vergüenza vía su homologación a la figura de la “prostituta callejera” (que es poseída públicamente por muchos hombres). La mujer fue particularmente vulnerable a esta tipo de violencia – la violencia de género - porque se ejercía de manera cotidiana fuera de los confines de la sala de tortura también. Ellas ya podían *sentir* la amenaza de la humillación y la violación de una manera que los presos varones (heterosexuales) raramente consideraban. También habían sido “enseñadas” a callar estas experiencias traumáticas; de no hablar de la violencia sexual como sus madres, abuelas, y bisabuelas tampoco habían hablado. Posterior a este tipo de abuso, es evidente que el grado de ocultamiento por parte de las mujeres fue muy alto. En el caso de todas las mujeres citadas, sus maridos también fueron detenidos; por ende, es muy probable que supieran del uso de la violencia sexual durante la tortura. No obstante, dos de ellas dejan en claro que no habían querido contarles a sus maridos lo que les había pasado. Una de ellas (M. de M.) dice que no lo hacía porque “sentía vergüenza”; no es difícil suponer que algo similar podría haber pasado en los otros casos. Pero, si violencia política sexual fue casi rutinaria para las presas políticas, ¿por qué las mujeres no podían hablar de esa violencia, ni siquiera con sus propias parejas? ¿Es porque la mujer quería “proteger” a su pareja, para que él no sufriera más? ¿Es por la naturalización de esta violencia, donde las mujeres la ven como tan común que ni siquiera es digna de denuncia? ¿Es porque ella sintió un trauma tan profundo que literalmente no podía hablar de lo que le había pasado? Consideramos estas preguntas en nuestras conclusiones.

(2) La tortura familiar³

Nunca Más:

- A) Testimonio de Graciela Trotta (Legajo N° 6068) sobre El Olimpo en Capital Federal en 1978: “Fui secuestrada el 28 de julio de 1978 junto con mi hijo Nahuel de dos meses de edad, y llevada al Banco. Allí me obligaron a citar a mi esposo encañando a mi hijo con un arma” (ARGENTINA, 2007, p. 165).

³ Tomamos el concepto de “tortura familiar” del texto de Ximena Bunster (1985), “Sobreviviendo más allá del miedo” que analiza la tortura de las mujeres desde la teoría feminista.

- B) “Elsa Fernández de Sanz (Legajo N° 7227) [t]enia 62 años y vino del Uruguay pues su hija Aída estaba por tener familia. No pasaron dos días de su llegada cuando un grupo de personas vestidas de civil y armadas allanan a su domicilio. Ambas fueron detenidas y hasta el momento permanecen desaparecidas. Testimoniante que se presentaron en esta Comisión afirman haberla visto en el denominado “Pozo de Bánfield”, donde fue brutalmente torturada a pesar de su edad y de su total sordera” (ARGENTINA, 2007, p. 342-3).
- C) Testimonios de Sara Solarz de Osatinsky y Ana María Martí (Legajo N° 4442) sobre María del Carmen Moyano en la ESMA: “En medio de su desesperación y sus gritos nace una niña. Inmediatamente la madre es conducida a su pieza donde se encontraba otra detenida, Ana de Castro. Las testimoniante vieron a María del Carmen Moyano hasta aproximadamente ocho días más, exactamente hasta dos días después de que Ana de Castro diera a luz un varón. Ambas madres fueron trasladadas sin sus hijos por personal del III Cuerpo de Ejército. A las pocas horas de haber sido llevadas sus madres, los niños fueron retirados por el suboficial conocido como “Pedro Bolita”” (ARGENTINA, 2007, p. 307).

Informe Rettig:

- A) Testimonio anónimo de una mujer familiar: “Mi hijo inconsciente, amoratado por la tortura, fue llevado a mi celda” (CHILE, 1996, p. 1144).
- B) Relato de Caso - Familias Gallardo y Ganga: “En esa misma madrugada fue detenida Ester Torres en su domicilio junto a sus hijos Renato Mauricio y Francisco Javier, por agentes de la DINA que buscaban a su hijo Luis Andrés Ganga, quien no se encontraba en ese domicilio. Los tres detenidos fueron llevados al cuartel de Villa Grimaldi. Después de interrogar y torturar a los detenidos, los agentes se enteraron que Luis Andrés Ganga se encontraba en casa de su abuelo donde lo detuvieron llevando para ello a su madre”. (CHILE, 1996, p. 805).
- C) Relato de Caso - Nelson Jorge Flores Zapata: “El 2 de octubre de 1973 fue muerto en su domicilio de la población Robert Kennedy tras ser allanado por fuerzas conjuntas de Carabineros y del Ejército, Nelson Jorge Flores Zapata, 29 años, funcionario de INDAP, militante del MAPU, y dirigente comunal...De acuerdo con el relato proporcionado por testigos, fue brevemente interrogado por los agentes e inmediatamente conducido al patio posterior del inmueble, donde fue ejecutado. Presenciaron los hechos su mujer y dos hijos pequeños. Su cuerpo quedó en dicho lugar y más tarde fue retirado por una patrulla de uniformados...” (CHILE, 1996, p. 170).

- D) Relato de Caso – Bernardo Mario Lejderman Konujowska y María del Rosario Ávalos Castañeda: “El 8 de diciembre de 1973 llegó hasta allí una patrulla militar acompañados por una persona que había sido detenida previamente y a quien se conminó a señalar el lugar en que se hallaban Lejderman y su cónyuge. Dicha persona fue obligada a permanecer oculta mientras los efectivos militares se aproximaron a los dos afectados, pudiendo oír disparos de metralleta... El hijo de la pareja fue entregado por los militares a una casa de religiosas, desde donde fue retirado tiempo después por la familia de la madre” (CHILE, 1996, p. 277).

Bajo el rubro de “tortura familiar” podemos ubicar tal vez la mayoría de las narrativas que hablan de la mujer en el *Nunca Más* y el Informe Rettig. Proponemos que esto es por dos razones: primero, porque la mayoría de las víctimas de la desaparición forzada fueron hombres (94% en Chile y 70% en Argentina). Sólo en términos básicos de representación, esto va a producir un efecto en la conformación de un “sujeto” detenido-desaparecido dentro de los dos informes, que es indudablemente un varón en ambos. La mujer se enmarca principalmente dentro de la “tortura familiar” en los dos informes también porque la desaparición forzada es narrada en términos de cómo el terrorismo de Estado tocó no sólo a la víctima individual sino también a toda la familia de ésta. Esto es resultado tanto de las tácticas de los agentes del Estado - que buscaban tomar como “rehenes” a los familiares de las víctimas - como también de una tendencia discursiva de los testimoniantes que participaban en la CONADAP y la CNVR, mucho de ellos familiares mujeres de las víctimas que denunciaban la represión estatal. El aspecto de la creación de “rehenes” dentro de la tortura familiar es presente en los dos informes. Podemos entender esto de dos maneras: (1) una mujer familiar “atrapada” entre su familia y la fuerzas represivas y forzada a delatar (amenazan al hijo/a de la mujer para encontrar al padre o llevan a la madre torturada para identificar al hijo/a) o (2) un familiar débil e “inocente” (que puede ser un niño/a o un anciano/a) tomado para presionar a algún familiar ya preso, involucrándolo de alguna manera en la tortura del preso. Desde la Teoría de los Dos Demonios⁴ - y la lógica de buscar la víctima “inocente” -, también encontramos un sentido “agregado” en la narrativa de los rehenes. Pareciera ser que ambos informes utilizaran esta narrativa de la tortura familiar y el/la familiar “inocente” para resaltar la barbaridad y la extrema violencia de los agentes de

⁴ Cuando se plantea que hubo un “demonio” en el terrorismo del Estado y las FFAA y otro “demonio” en la violencia de los grupos armados de izquierda. Sobre las limitaciones de la “Teoría de los Dos Demonios”, los historiadores argentinos Marcos Novaro y Vicente Palermo señalan: “De este modo, aun cuando la doctrina fue muy eficaz en neutralizar la lógica revolucionaria, pagó un muy alto precio en términos de las posibilidades que se abrían con la transición para alentar cambios más profundos en las identidades y prácticas políticas y sectoriales.” (NOVARO; PALERMO, 2003, p.492-493).

Estado. Estos no son solamente las “fuerzas del orden”; estos son hombres sádicos y bestiales que torturan a un niño frente a su madre, asesinan a un padre frente a sus hijos, y que torturan y desaparecen a una abuela sorda sólo por haber estado en la misma casa que su hija “subversiva”. Sin duda, estos son testimonios que tienen un particular efecto desgarrador por la inocencia de los terceros involucrados. “¿Podría haber sido yo?”, es un interrogante común frente a este tipo de tortura ya que se construye una red de represión que parece ser indiscriminada y azarosa. Y, sin embargo, para los agentes del estado esta no fue una relación “inocente” – un/a familiar de un detenido desaparecido había sido “manchado/a” por el tinte de sus pensamientos y acciones subversivos. “Algo habrán hecho” los detenidos y ese “algo” no había sido eficazmente detectado y corregido por los familiares, en particular, los padres.

Los únicos distintos son los/as niños/as; bajo la torcida lógica dictatorial, ellos/as sí pueden ser “salvados/as” por una intervención oportuna. Aquí encontramos la supuesta “justificación” para el robo de los bebés y los niños, que vemos en el caso de Argentina, donde un suboficial retiró a los recién nacidos de dos mujeres, y en el caso de Chile, donde un militar acribilló a los padres de un bebé y posteriormente lo dejó en una casa de religiosas. En los dos casos, la justificación del robo tenía que ver con la idea de “salvar” al niño/a, dejándolo bajo el cuidado de algún guardián “respetable”, como lo que podrían haber sido otros militares o representantes de la Iglesia. Finalmente, en el caso de las mujeres embarazadas llama la atención el gran número de mujeres – obstetras, enfermeras y parteras – involucradas en los partos de mujeres detenidas y el posterior robo institucional de sus bebés (ARGENTINA, 2007). Al parecer, muchas de éstas no fueron particularmente preocupadas por atender a mujeres tabicadas y engrilladas, que tuvieron que dar a luz en situaciones precarias de higiene y seguridad. No obstante, ¿encontramos civiles – y mujeres civiles – en la conceptualización del victimario por parte del Estado y la sociedad civil?

Para cerrar este artículo, queremos destacar lo propuesto por Nora Rabotnikof: que el Nunca Más fue “el primer relato testimonial colectivo que reconstruyó públicamente la escena del horror” que “fue la puesta en acto y la aparición en el espacio público de una memoria ciudadana” (RABOTNIKOF, 2007, p. 267). Pero, ¿qué es el tipo de ciudadanía que se construye en el relato colectivo del nunca más? Por un lado, detectamos un claro esfuerzo por parte del Estado en cuanto a la delimitación y conceptualización de los “derechos humanos” de los/as ciudadanos/as y la formulación de un programa preventivo para evadir futuros abusos (“nunca más”). Se puso énfasis en la creación de una ruptura jurídica y política entre el presente y el pasado, y dentro de este esquema el presente fue fuertemente asociado con los valores de la nueva democracia y

sus instituciones. Sin embargo, por el otro lado, es también posible percatarse de una fuerte incapacidad de las dos comisiones (CONADEP y CNVR) en cuanto al análisis del pasado y la definición de un concepto de ciudadanía más acorde con los sujetos actuales de sus respectivos países. Ningún informe es capaz de vincular su análisis de la violencia “política”, por ejemplo, con otros tipos de violencias que también jugaban un rol importante en las prácticas de la represión estatal, como la violencia política sexual o la tortura familiar. La violencia específica que sufrían las mujeres, los/a indígenas, los hombres gay o las mujeres lesbianas o trans dentro de los regímenes autoritarios – por ser un sujeto marcado con una “otredad” y, por ende, “castigado/a” acorde con esa marcación – no es explorada. De hecho, género, sexualidad, etnicidad, raza, clase, todas estas variables quedan fuera del análisis de las comisiones y las víctimas “estándar” que produjeron. Este “borrón” que estamos planteando en este artículo no sólo es algo abstracto o discursivo, sino también fue fuertemente cuestionado por los mismos movimientos sociales y los/as sobrevivientes al entrar en las primeras décadas del S. XXI. En ese sentido, vimos como las mujeres sobrevivientes han empezado a hablar más de la violencia política sexual por ambos lados de la cordillera y como el tema de la disidencia sexual también ha entrado a las políticas de la memoria en Argentina.

DOES “NEVER AGAIN” HAVE A GENDER? A COMPARATIVE ANALYSIS OF TRUTH COMMISSIONS IN CHILE AND ARGENTINA

ABSTRACT: *This article problematizes the narratives of Nunca Más (1984) and the Rettig Report (1991) using gender theory and a comparative transnational approach. Although each truth commission report exhibits some differences in its discourse, we propose that the post-dictatorship mission to “re-found” the nation-state purposefully utilized discourse frames that focused on forced disappearances, which were presented as a metaphor of rupture and as the major symbol of “never again”. For this reason, we conclude that in Argentina and Chile both, this universalist construction of “never again” and of the victims of human rights violations is also by extension androcentric, and therefore tends to marginalize and silence the experiences of female survivors, particularly with regard to sexual political violence and family torture.*

KEYWORDS: *Truth commission. Gender. Human rights. Sexual political violence. Family torture.*

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. **Informe Nunca Más**. 8.ed. Buenos Aires: EUDEBA, 2007. Disponible en: <<http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/argentina/informe-de-la-CONADEP-Nunca-mas.htm>>. Acceso en: 10 dez. 2015.

BUNSTER, X. Surviving beyond Fear: Women and Torture in Latin America. In: NASH, J.; SAFA, H. **Women and Change in Latin America**. South Hadley, MA: Bergin & Garvey, 1985. p.297–327.

CHILE. Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación sobre Violación a los Derechos Humanos en Chile 1973–1990**. v.1, Tomo I. Santiago: Ministerio Secretaría General de Gobierno, 1996. Disponible en: <http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/chile/nunca_mas_chile_a_1vol1_t1.pdf>. Acceso en: 10 dez. 2015. Informe Rettig.

CRENZEL, E. **La historia política del Nunca Más**: la memoria de las desapariciones en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

EVANS, R. Treating Poorly Healed Wounds: Partisan Choices and Human Rights Policies in Latin America. **Human Rights Review**, Kehl, v. 8, n. 3, p.249–278, abr./jun. 2007.

GRANDIN, G.; KLUBOCK, T. Editor’s Introduction. **Radical History Review**, Durham, n.97, n.esp., p.1-10, 2007.

HINER, H. Voces soterradas, violencias ignoradas: discurso, violencia política y género en los Informes Rettig y Valech. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v.44, n.3, p.50-74, 2009.

HINER, H.; AZOCAR, M. J. Irreconcilable Differences: Political Culture and Gender Violence during the Chilean Transition to Democracy, 1990–2000. **Latin American Perspectives**, Thousand Oaks, v.42, n.3, p.52–72, 2015.

LOVEMAN, B.; LIRA, E. **El espejismo de la reconciliación política**: Chile 1990-2002. Santiago: LOM/DIBAM, 2002.

NOVARO, M.; PALERMO, V. **La dictadura militar 1976/1983**: del golpe de estado a la restauración democrática. Buenos Aires: Paidós, 2003.

OBERTI, A. et al. **Y nadie quería saber**: relatos de sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2011.

RABOTNIKOF, N. Memoria y política a treinta años del golpe. In: LIDA, C.; CRESPO, H.; YANKELEVICH, P. (Comp.). **Argentina, 1976**: estudios en torno al golpe de Estado. Buenos Aires: FCE, 2007. p. 259-284.

RODRIGUEZ, C. El feminismo en movimiento: la posibilidad de ser más felices: diálogo con Celina Rodríguez. In: KOROL, C. (Comp.). **Hacia una pedagogía feminista**: géneros y educación popular. Buenos Aires: Editorial El Colectivo: América Libre, 2007. p.165-186.

RONINGER, L.; SZNAJDER, M. S. **The Legacy of Human-Rights Violations in the Southern Cone**: Argentina, Chile, and Uruguay. New York: Oxford University Press, 1997.

VEZZETTI, H. **Pasado y presente**: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

Recebido em 15/02/2015.

Aprovado em 17/08/2015.

IMÁGENES DE LA MILITANCIA. REPRESENTACIONES DE GÉNERO EN LA PRENSA DE MONTONEROS (ARGENTINA, AÑOS 70)

*Alejandra OBERTI**

RESUMEN: Las organizaciones político militares argentinas de los años 70, (me refiero fundamentalmente a Montoneros y el PRT-ERP) se esforzaron en presentar imágenes de la militancia capaces de interpelar a distintos sectores para que se sumen a la lucha revolucionaria. En este trabajo voy a leer aquellas imágenes con las cuales las mujeres son llamadas a ser parte de la lucha, tomando como ejemplo el caso de Montoneros. Me preguntaré qué relación guardan esas imágenes con las militantes reales y qué efectos de sentido produce ese modo de delimitar las formas femeninas de la militancia en el momento en que la presencia de mujeres en todos los frentes perturbaba cualquier definición que se pretendiera hacer.

PALABRAS CLAVE: Militancia. Género. Imagen.

Consideraciones iniciales

Las organizaciones político-militares que intervinieron en Argentina en la década del setenta (tomo en cuenta especialmente al PRT-ERP y a Montoneros, aunque en este texto me concentraré solamente en esta última) representaron la militancia de mujeres a través de diferentes imágenes, diferenciándolas y a la vez poniéndolas en serie con la de los militantes varones (que constituían a la vez una imagen neutra). La extensión de la presencia de imágenes —ya sea las fotografías

* UBA – Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Sociales. Buenos Aires – Argentina. C1122AAJ - alejandraoberti@gmail.com.

publicadas en la prensa gráfica de las organizaciones, las “imágenes narrativas”¹ o los audiovisuales y films producidos por distintos colectivos militantes— da cuenta de la importancia otorgada y hace que estos materiales constituyan elementos desde los cuales interpretar los mecanismos de simbolización y construcción de “la militante revolucionaria”. En ese sentido, es posible tratar las imágenes como objetos de investigación en sí mismos focalizando tanto en la asociación con los contextos discursivos en los cuales se insertan, como en su dimensión estético-expresiva.²

La participación femenina se produce y es representada en el marco de la creciente preocupación por la construcción de una subjetividad militante que encarnara el *hombre nuevo* y esta cuestión se relaciona a la vez con el modo en que en el seno de la izquierda radicalizada se concibieron dos relaciones cruciales: la que se da entre violencia y política y la que se despliega entre lo personal y lo político. En esta trama, la categoría de género funciona como herramienta crítica y teórica destinada a intervenir tanto en las instancias de inscripción ideológica de las identidades, como en las luchas por el poder interpretativo. En tanto categoría relacional, el género permite abordar y vincular diversas problemáticas y resulta pertinente para indagar las políticas inscriptas tanto en el imaginario político social como en las prácticas políticas. Las distintas intervenciones y posiciones de los sujetos tanto en los procesos históricos como en su representación – en términos de género, de clase, o de generación- requieren que las figuraciones visuales y narrativas sean también interpeladas desde la perspectiva de género en tanto categoría y herramienta crítica.

Prestando atención a los textos y a las descripciones en los que se afirma lo que “es y puede hacer una militante”, se pueden aislar estrategias enunciativas y los principios argumentativos con los que se expresa la relación entre militancia y vida cotidiana, entre violencia y cuerpo. A la vez, atendiendo a la materialidad de las imágenes, se percibe que las representaciones iconográficas de la militancia proponían diferentes modelos a seguir de acuerdo a las circunstancias (espacios de enunciación, contextos políticos). Estos desplazamientos se hacen especialmente visibles si se toman en cuenta aquellos momentos en que las exigencias de la militancia se profundizaban.

La figuración de hechos del pasado en diversos lenguajes y objetos, ya sean textuales o visuales, se sustenta en regímenes específicos de representación que

¹ Con el término “imagen narrativa” me refiero a las descripciones y narraciones que buscan provocar en quien las lee una figuración, una imagen.

² Louis Marin (1993) y Roger Chartier (1996, 2005) plantean que existe una irreductibilidad entre los modos de representación de la imagen y el texto que presentan lógicas diversas de producción de sentido. Una lógica de lo visible o icónica, y una lógica de lo legible o lo enunciable.

afectan los géneros expresivos y las posiciones enunciativas, lo cual demanda una reelaboración de dispositivos de lectura y la sistematización de enfoques críticos para el análisis, a fin de establecer sus respectivos procesos de producción de sentido y determinar las relación que tales representaciones sostienen con el marco histórico político contemporáneo. En ese sentido, el campo de “lo decible” y “lo visible” respecto de las políticas radicalizadas de los años 60 y 70 y de la posterior aplicación del terror estatal se va modificando en relación (no exclusiva) con momentos clave de cambios en la historia política nacional y por lo tanto cada presente agrega nuevas lecturas e inflexiones.

A diferencia de tratamientos ilustrativos de las imágenes, me apoyaré en las elaboraciones que piensan la relación entre imagen y lenguaje como un vínculo solidario a través del cual ambos, como señala Didi-Huberman, intercambian sus carencias recíprocas; a la vez, considero que esta relación complementaria puede ser examinada, también, como un lazo por el que imagen y lenguaje fuerzan lecturas impensadas de su contraparte, exponiendo aquello que no podrían hacer por separado.

Los textos, tanto como las imágenes fotográficas, filmicas y audiovisuales, producen figuras de la militancia que construyen representaciones de lo que es y puede hacer una mujer. Esas representaciones, que por un lado ampliaban las posibilidades de acción para las mujeres, a la vez buscaban domesticar la perturbación que implicaba su presencia extendida en las organizaciones político-militares.

Es necesario señalar que de la gran constelación de imágenes mencionadas, en las páginas que siguen analizaré una porción muy limitada.

Los primeros tiempos

Las organizaciones armadas peronistas contaron con la presencia de mujeres desde sus primeras operaciones. En el caso de las FAP, en el foco guerrillero de Taco Ralo participó por lo menos una mujer, Amanda Peralta. Mientras que en Montoneros, en las dos grandes acciones que dan a conocer públicamente a esa organización en el año 1970, el secuestro del Tte. General Pedro E. Aramburu y la toma de la localidad cordobesa de La Calera, intervinieron mujeres.

El modo en que se presentaron en el espacio público estos primeros comandos, con el secuestro de Aramburu o la toma de una localidad, acciones que como ha sido ya señalado colocan en el punto de origen hechos de violencia y la presencia de mujeres directamente involucradas en esas acciones marcan doblemente el comienzo

de Montoneros en un sentido que quiero subrayar. Ambas cuestiones le imprimieron un sello particular a estos momentos fundacionales y se extendieron en la etapa posterior en la cual Montoneros organizó su presencia en una escena pública en la cual la política parecía estar a punto de volver. Son los tiempos en que la Juventud Peronista busca organizarse y obtener representación tanto en la sociedad en su conjunto como, y muy particularmente, al interior del Movimiento Peronista. En ese sentido se plantearon, a continuación de estos primeros momentos, una serie de tareas organizativas y unas líneas de acción, ninguna de las cuales contempla la existencia de una línea de trabajo con las mujeres, quienes no están presentadas como uno de los sectores a los que era necesario llegar. No integraban como sector específico, por lo menos de manera particularizada, ese pueblo al cual su vanguardia político-militar debía guiar en la construcción del ejército, en lo que consideraban la principal tarea de la hora.

La Agrupación Evita de la Rama Femenina del Movimiento Peronista

Distinto sería el escenario, sin embargo, en los tiempos en que Montoneros ensayaba un trabajo político en la legalidad. Hacia mediados de 1973, durante el corto gobierno de Héctor Cámpora y en el marco del proceso electoral que llevaría a Perón al gobierno, Montoneros desarrolló un intenso trabajo de creación de frentes y agrupaciones “legales”. Una lectura de los primeros números de su principal órgano de difusión, *El Descamisado*³ (en adelante ED), muestra los esfuerzos que realizó la conducción de Montoneros para disputar un lugar en el peronismo con los sectores de la ortodoxia que, entendían, eran la base del proyecto de la derecha. La mayoría de las páginas de esa publicación están dedicadas a elaborar una estrategia de poder que condicione incluso las posiciones del propio Perón y que gane legitimidad entre el pueblo mayoritariamente peronista. Los sindicatos y los ámbitos de agrupamiento de los trabajadores constituyeron uno de los objetivos principales de Montoneros y la denominada burocracia sindical un contrincante privilegiado. En ese marco, el desarrollo de distintos “frentes de masas”, que se venían gestando desde años anteriores, tomó nuevas fuerzas y concentró una parte importante de los esfuerzos militantes. Junto con la Juventud Peronista, entonces fueron creciendo la Juventud Trabajadora Peronista, la Juventud Universitaria Peronista, la Unión de

³ *El Descamisado* fue un órgano de difusión de Montoneros y la Juventud Peronista. De edición semanal, llegó a tener una importante tirada, de más de 100.000 ejemplares y constituyó un material de lectura y discusión política de distintos sectores de la militancia. Publicó un total de 47 números entre mayo de 1973 y abril de 1974. En su último número, la revista publicó una entrevista a Mario Firmenich y Norma Arrostito, titulada “Mario Firmenich y Norma Arrostito cuentan cómo murió Aramburu”, luego del cual la publicación es censurada.

Estudiantes Secundarios y el Movimiento Villero Peronista. Por otro lado, si como se ha señalado, la rama femenina era uno de los pilares del peronismo, descuidada por Montoneros en sus primeros años, en el momento en que su estrategia política devino legal, tener una política hacia las mujeres cobró una importancia que no había tenido hasta entonces. Es en ese marco que, en 1973, Montoneros creó la Agrupación Evita de la Rama Femenina de Peronismo.

Si formar una agrupación para la rama femenina se enmarca en ese proceso, el nombre que ésta toma se relaciona, sin embargo, con una estrategia más amplia de la JP. La figura de “la abanderada de los humildes” no es sólo la guía y el referente de esta agrupación y de las mujeres, sino de toda la Juventud Peronista. Una Eva nombrada y citada de manera recurrente acompaña actos, congresos y movilizaciones, al tiempo que se producen reclamos por la repatriación de sus restos,⁴ en un trabajo de apropiación permanente.

En su análisis de los fundamentos discursivos del fenómeno peronista, Silvia Sigal y Eliseo Verón señalan que “en torno a la imagen y la palabra de Eva Perón se elabora, [especialmente] en *El Descamisado*, una de las maniobras claves para comprender [el] retorno exacerbado del pasado histórico en el presente de 1973”. (SIGAL; VERÓN, 2003, p.202). La operación consiste, para Sigal y Verón, tanto en una apropiación extendida de la figura de Eva Perón, como de una auto-adjudicación de la sentencia profética “volveré y seré millones”. Serían los jóvenes militantes montoneros dispuestos, según lo indicado por ella, a dar la vida por el líder, los millones que vuelven, reencarnándola. Sin embargo, estos elementos no alcanzan para explicar las significaciones más profundas de la estrategia montonera con relación a este tema. Será, continúan Sigal y Verón, en el terreno de la enunciación donde se encuentra “la naturaleza específica de la recuperación de Evita en el discurso de la Juventud Peronista” (SIGAL; VERÓN, 2003, p.206). Una estrategia que consiste en tomar su palabra remarcando que “Evita no dijo jamás otra cosa: que la única palabra peronista era la de Perón.” (SIGAL; VERÓN, 2003, p. 204).

En los tramos del discurso de Eva Perón que selecciona *El Descamisado* ella se presenta al mismo tiempo como la portavoz del pueblo y como aquella que es incondicionalmente leal a la palabra de Perón. Esto puede ser así porque “su relación con ambos está construida alrededor de lo único que permite anular toda contradicción posible: *el amor, la pasión*” (SIGAL; VERÓN, 2003, p.206, destacado

⁴ La figura icónica de Eva Perón, su papel en la construcción simbólica del peronismo y su relación con las masas ha sido extensamente analizada así como representada en la literatura.. El cuento “Esa mujer” de Rodolfo Walsh, “La señora muerta” de Davis Viñas, *Santa Evita* de Tomas Eloy Martínez o los textos disruptivos como *Eva Perón* de Copi y “Evita vive en cada hotel organizado” de Néstor Perlongher son apenas algunos ejemplos. Por otro lado, en *La pasión y la excepción*, Beatriz Sarlo se concentra en la construcción en vida de lo que denomina el cuerpo mítico de Eva Perón (SARLO, 2003). Cfr. también Cortés Rocca y Kohan (1998) y Navarro (1994).

en el original). En eso radica la fuerza expresiva de Eva Perón, una figura de una calidad extraordinaria que entrega todo, incluida su vida misma, al pueblo y a Perón, equiparándolos. De ese modo, al tomarla como referencia, Montoneros propone una forma de identificación a través de la cual Evita transfiere esos atributos a quienes ahora la reencarnan. “Convirtiendo a Evita en una ‘montonera’, la JP trata de apoderarse del lugar en el cual el discurso de vanguardia y el discurso de la lealtad incondicional pueden fusionarse en el plano simbólico, y abrir así un espacio que sólo existe en medida en que puede ser nombrado a través de la evocación de un mito.” (SIGAL; VERÓN, 2003, p.208).

La creación de la Agrupación Evita se produjo justamente en ese marco y encarnó la doble función de convertir a Evita en montonera y, a la vez, crear un espacio legal de trabajo con las mujeres. Como señala Susana Sanz, el objetivo de Montoneros en la legalidad era “[...] armar estructuras simétricas a las existentes, [...], entonces, se arma, frente a la rama femenina, la Agrupación Evita, destinada a las mujeres.”⁵

En el número 19 de *El Descamisado*, publicado el 26 de septiembre de 1973, es decir, unos días después de las elecciones nacionales en las cuales Juan Domingo Perón fue elegido presidente, junto con los festejos por el segundo triunfo electoral peronista en un mismo año, Montoneros plantea su agenda de trabajo para los tiempos venideros: lucha antiimperialista y reorganización del Movimiento Peronista con Perón en el poder. Uno de los titulares señala que: “Con una propuesta para reorganizar la rama juvenil, la JP toma la iniciativa” (ED, 1973b p. 7), y el proyecto consiste en consolidar el trabajo legal, campañas de afiliación masiva y congresos.

En ese mismo número, en las últimas páginas y a continuación de la historieta, se lee:

Quedó constituida la Agrupación Evita de la Rama Femenina del movimiento justicialista. Un pensamiento de Eva Perón, preside, como guía, los pasos de la agrupación. ‘... de los hombres nos separa una sola cosa: nosotros tenemos un objetivo, que es redimir a la mujer. Este objetivo está en la doctrina justicialista de Perón, pero nos toca a nosotras, mujeres, alcanzarlo [...]’ (ED, 1973c, p.25).

La nota reproduce partes sustanciales del folleto con el cual, en los días previos a las elecciones, Montoneros dio a conocer la Agrupación en el marco de una campaña de afiliación. Las partes del folleto citadas en el artículo dicen que:

⁵ Testimonio de Susana Sanz, del archivo oral de Memoria Abierta (2009), en Buenos Aires. Susana Sanz (San Rafael, 1935) es abogada laboralista y fue una activa militante peronista en los años sesenta y setenta, en la localidad de San Rafael en Mendoza. Militó en Montoneros, fue una de las responsables de la Agrupación Evita y participó de la formación del Partido Auténtico.

‘la temprana muerte de Evita interrumpió sus tareas de conducción de las mujeres peronistas en el trabajo político. Pero hoy se revela indispensable que continuemos la actividad, que nos organicemos como mujeres, como argentinas, y como peronistas para movilizarnos solidarias junto al conjunto de nuestro pueblo para hacer realidad el proyecto estratégico de nuestro conductor, el general Perón’ [...]. ‘Es muy importante que nos preguntemos por qué nos tenemos que organizar como mujeres en la rama femenina del Movimiento. En realidad, somos iguales a los hombres peronistas, tenemos los mismos derechos y los mismos deberes para con nuestro pueblo. ¿Por qué entonces, si somos iguales, tenemos que tener una forma de organización separada? [...] ‘no tenemos el mismo nivel de conciencia y de actividad política que los hombres. Esto se demuestra en el hecho de que, en toda forma de organizarse que tiene nuestro pueblo, siempre hay más hombres en el trabajo activo. Y eso no puede seguir así. No puede seguir así porque todas debemos ser soldados del ejército del que Evita seguirá siendo capitana. Pero hay razones para que esto ocurra. Tenemos menos formación y educación que los hombres para la vida política porque, además de trabajar, tenemos que cumplir con nuestras obligaciones de esposas y madres, trabajar en el hogar y educar a nuestros hijos. Y, a veces, todo ese trabajo no nos deja ni tiempo para leer el diario y concurrir a la Unidad Básica para enterarnos qué hay que hacer y cómo hay que organizarse para la tarea del momento.’ (ED, 1973c. p. 25, nuestros destacados).

Esta cita, en su carácter fundacional, marca una serie de cuestiones centrales para comprender el modo en que Montoneros interpeló a las mujeres. En primer lugar, a diferencia del llamamiento a la participación femenina del PRT-ERP, que a falta de referentes cercanos, apela a la mujer vietnamita, las organizaciones de la izquierda peronista contaban con un modelo interno y muy propio para proponer. La figura de Eva Perón y la existencia de la rama femenina estaban disponibles para ser usadas y adaptadas de acuerdo a las necesidades del momento (tanto como otras cuestiones dentro del propio movimiento, incluida la figura del propio Perón).

En segundo término, el folleto resalta el carácter de clase de las mujeres a las que está interpelando, se trata de trabajadoras, mujeres del pueblo con *obligaciones de esposas y madres*, mujeres que trabajan *también* en el hogar. Y son justamente esas obligaciones domésticas las que hacen que las mujeres no tengan *el mismo nivel de conciencia y de actividad política que los hombres*. De ahí que, a pesar de tener las mismas *obligaciones y derechos* que los *hombres peronistas*, las mujeres deban organizarse *como mujeres en la rama femenina del Movimiento*. Es decir, la condición de trabajadoras es parte de la identidad de estas mujeres. He aquí una lectura que resignifica la identidad femenina peronista: madres y esposas plus trabajadoras.

En tercer lugar, la prescripción contundente de que *eso no puede seguir así*.

Se ha señalado que la Agrupación Evita interpela a las mujeres (del pueblo) en su condición de madres a la vez que las equipara en una identidad compartida con los hombres peronistas y las coloca en una posición de antagonismo con otras mujeres, las de la oligarquía, entre las cuales se encuentran, inclusive, las feministas.⁶

En esta convocatoria, el carácter maternal se pone en evidencia en la enumeración de las reivindicaciones específicas que las mujeres tendrían en su carácter de esposas, madres, amas de casa. Pero también está presente su definición en tanto trabajadoras:

Nosotras debemos exigir que se nos pague igual salario por igual trabajo, que se respeten las leyes de protección de la maternidad e infancia, que haya jardines y guarderías para que podamos trabajar tranquilas y sumar así nuestro esfuerzo al de todo nuestro pueblo que quiere reconstruir y liberar a la patria. Nostras debemos luchar para que el colonialismo deje de vendernos como única mujer posible: las publicitadas imágenes de mujeres frívolas y superficiales que sólo se ocupan de sí mismas, porque eso es lo que quiere el imperialismo para impedir que nosotras (que somos la mitad de la población) nos sumemos a las fuerzas populares. (ED, 1973c. p. 25, nuestros destacados).

A la vez que afirma la posición maternal para las mujeres, la relativiza señalando que la protección socializada de la maternidad y la infancia, es condición necesaria para que las mujeres puedan *trabajar* y sumar su esfuerzo para *reconstruir y liberar a la patria*. Definidas, entonces, como trabajadoras y como militantes, las mujeres son convocadas a:

Defender el gobierno popular y garantizar, a través de la movilización, el cumplimiento del programa de justicia social y liberación nacional [...] Participar activamente en el proceso de reconstrucción nacional conducido por nuestro Líder, el general Perón. (ED, 1973c. p. 25, nuestros destacados).

Participar en el proyecto nacional y popular, igualar los salarios y elevar la conciencia; actividades todas ellas vinculadas al trabajo y a la política.

⁶ Karin Grammatico estudió la Agrupación tanto en su formación y experiencia, como en las relaciones con el movimiento feminista de la época. Grammatico destaca, siguiendo la línea trazada por quienes han analizado el discurso maternalista como constitutivo de la versión populista encarnada por el peronismo, que “[...] el frente de mujeres montonero recupera y hace suya la identidad política que el peronismo construyó para las mujeres en los años ‘40 y ‘50. Esta identidad, basada en la condición maternal [...] de las mujeres, se constituyó también a partir de una clara definición de una identidad adversaria [...] las mujeres oligárquicas”. (GRAMMÁTICO, 2010, p.278).

Si considero importante subrayar que la interpelación maternalista de los títulos no condiciona de manera definitiva los contenidos de los textos, no es tanto por considerar que existe una discontinuidad entre el discurso peronista clásico en relación al papel de las mujeres y el discurso de Montoneros, sino porque encuentro una suerte de desplazamiento entre las invocaciones y los argumentos.

Una sutil diferencia

Ejemplo de eso es el Homenaje a la Madre Peronista que tuvo lugar en ocasión del día de la madre de 1973. En un acto masivo, en el estadio Luna Park, homenajearon a las madres de los militantes muertos, de los militantes que entregan la vida de sus hijos por la causa, aquellas que luchan al lado de la nueva generación de peronistas. El mismo título del acto y la fecha elegida condicionan la escena equiparando mujer con madre en una ecuación sin fisuras. Sin embargo, la lectura de los textos publicados en ocasión de este evento en *El Descamisado* 25, (con el título: “Mujeres son las nuestras, mujeres peronistas, las demás están de muestra”) (ED, 1973a) da cuenta a la vez de una interpelación política, de un llamado a participar en pie de igualdad con los varones.

En un sentido similar, el Primer Congreso de la Agrupación, que tuvo lugar en Córdoba en febrero de 1974, les otorgaba a las mujeres dentro del peronismo un lugar a la vez privilegiado y obligatorio. En el relato que se publicó con posterioridad, nuevamente en *El Descamisado* 39, destaca el papel central de las mujeres en la construcción de un espacio político que salvaguarde lo conquistado (“que no nos ocurra como en 1955”, repiten), un lugar, político, que excede el de madre, incluso considerando el maternalismo como una posición política. A la vez, la insistencia en referirse a la mujer como trabajadora, definida de manera contundente a partir del ejercicio de una actividad extra doméstica, también produce un desplazamiento. Tal como dice Luisa Montaldo, una de las oradoras de ese Congreso, el llamado a la participación de las mujeres “[...] responde a la necesidad que muchas veces enunciáramos: la de participar activamente en la reconstrucción y liberación nacional, tratando de superar la escasa participación política que tiene la mujer en nuestro país” (ED, 1974e, p.16).

Luego están, claro, las tareas concretas propuestas para las mujeres y que son enumeradas pacientemente en cada ocasión. Guarderías, control de precio, vacunas, dispensarios, agua, saneamiento básico y asistencia a la niñez eran parte de los objetivos inmediatos que la Agrupación Evita presuponía e indicaba para sus afiliadas, y esas fueron justamente las tareas de las que se hizo cargo.

Las principales dirigentes de la Agrupación Evita fueron mujeres con trayectoria militante, en algunos casos cuadros de la organización, en otros, mujeres con compromiso en Montoneros y a la vez con presencia en el espacio público. Susana Sanz nombra a Lili Masferro, Diana Alac, Antonia Berger y Adriana Lesgart⁷ como algunas de sus figuras más reconocidas. Sabido es, por otro lado, que muchas militantes no volcaron su actividad hacia la Agrupación por voluntad propia, sino que, por el contrario, hubieran preferido permanecer con otras responsabilidades y si se sumaron a este frente, ha sido por obediencia a las indicaciones partidarias.

Más que una tensión entre las obligaciones asociadas a la condición femenina y el llamado a la participación en igualdad en las tareas políticas del momento, lo que se observa es la superposición de objetivos que, en sentido estricto, caracteriza la militancia en todas las agrupaciones de “superficie” de Montoneros.

Tal vez lo específico del frente de mujeres consista, entonces, en una sutil diferencia. Mientras que los demás grupos se autodefinen a través de una serie de atributos que le son propios y que tienen que ver con la actividad (trabajadores, estudiantes) o con la localización y la pertenencia a un espacio vital (villeros), en el caso de las mujeres la definición viene impuesta y está relacionada con una esencia. Porque si el ser trabajadores —y el tener una identidad, con un fuerte componente político, vinculada a la pertenencia a la clase obrera— tiene una tradición y es parte de una autodefinición de larga data, la determinación del sexo como parte de la identidad política pertenece, en todo caso, a un universo diferente al aquí invocado, esto es al feminismo, que, como ya he señalado, el peronismo rechazó.

Al incluir a las mujeres como sujetos de la política, el discurso de Montoneros, como el del PRT-ERP, las definió en una particularidad que destacaba atributos que se diferencian del sujeto universal. El destacar determinadas características para definir a un sujeto señala un modo etnocéntrico de pensar la política y los sujetos de la política, independientemente de que se lo haga de modo benevolente (SPIVACK, 2003). Las mujeres convocadas a militar en la Agrupación Evita —en el caso de quienes ya eran militantes de Montoneros, más que convocadas, compelidas— fueron invitadas a asumir una particularidad con la cual no necesariamente se identificaban: madres, esposas, la identidad que el peronismo “de Perón y Evita” pensó para ellas. De ahí, tal vez, la incomodidad de muchas militantes. Sin embargo, en la misma enunciación de la convocatoria, la interpelación crece y se mezcla con los signos de la época: madre-esposa, trabajadora y militante. Y es que también en el caso de Montoneros, el desafío que implicaba la presencia de mujeres en todos los frentes perturbó las definiciones.

⁷ Se trata en todos los casos de militantes de reconocida y extensa trayectoria en la organización.

Evita definitivamente Montonera: una segunda diferencia

El 21 de mayo de 1974, *El Peronista para la Liberación Nacional* publicaba una nota con el título “Las batallas de Evita” (EP, 1974a, p.16) en la cual se reafirma la intención de convertirla en una figura clave de Montoneros. En esta presentación, posterior a los sucesos del 1° mayo, si bien los elementos centrales de la lealtad y del amor a Perón están indicados, la evocación se centra en su propia figura como una pieza capital en los hechos del 17 de octubre de 1945 y, por consiguiente, en la formación del peronismo. “Las batallas de Evita”, a las que se refiere el título, son justamente las que libró esos días en los que Perón estaba preso y que culminaron en la movilización de los trabajadores a la Plaza de Mayo.

El recorte y la modalización en este caso construye una Evita que es “una fuente de energía revolucionaria” (EP, 1974a, p.16) que tanto alimenta al pueblo, como a Perón y a los Montoneros:

Evita está muerta. Esto es, lo que implacablemente a través de sus políticas, ha tratado de difundir el gorilaje. Es más, para confirmarle al pueblo la eternidad de Evita y hasta dónde llega el imperialismo cuando es hora de defender sus privilegios, maltrataron su cuerpo con la saña asesina que los caracteriza. [...] El reformismo, por su parte, curiosamente emparentado con la ironía reaccionaria de la izquierda cipaya, utiliza su figura para presentar la imagen de una mujer muy hermosa que ayudaba a los pobres e idolatraba a Perón. *Evita era mucho más que eso.*

Las diferencias, en ambos casos no llegan a enfrentarse. Tanto unos como otros, arriban al mismo resultado por distintos caminos. *Distorsionan sus cualidades revolucionarias.* Manosean a Evita. Pero aunque algunos se empeñen en considerar al pueblo un manso rebaño de ovejas, no podrán, no pueden borrar de la memoria popular, *la figura combatiente* de su abanderada. Porque la disputa va más allá de dos puntos de vista. Porque acá lo que está en juego, es la *esencia revolucionaria* del peronismo. Porque Evita sintetiza el proceso irreversible de cada uno de sus descamisados hacia la liberación definitiva. Porque estaría peleando contra los blandos de ideales, contra la burocracia vanderista, contra el imperialismo. Porque el pueblo la necesita. Por eso vuelve. Porque si viviera, sería *MONTONERA*. ‘El Peronista’, a través de estas notas, intenta rescatar la verdadera historia de Eva Perón. La que no podrán ocultar. La historia de sus luchas junto al pueblo peronista. Las *batallas* de Evita. (EP, 1974a, p.16, nuestros destacados).

La Evita que quieren construir e imponer como modelo es la *figura combatiente, esencia revolucionaria, montonera*. Pero todavía dan un paso más en la semblanza, la cual completan con otro recuadro con una cita de Perón hablando sobre ella. Se trata de un fragmento de *Del poder al exilio* (PERÓN, J.D., 1974) que opera como una suerte de inversión del conocido tramo de *La razón de mi vida* (PERÓN, E., 1951) en el cual Eva narra su encuentro con Perón:

Todos, o casi todos, tenemos en la vida ‘un día maravilloso’.

Para mí, fue el día en que mi vida coincidió con la vida de Perón.

El encuentro me ha dejado en el corazón una estampa indeleble; y no puedo dejar de pintarla porque ella señala el comienzo de mi verdadera vida. (PERÓN, E., 1951, p. 32, citado en DOMÍNGUEZ, 2004, p. 164).

La prensa montonera elige mirar ese encuentro con los ojos del líder:

Mi día maravilloso

‘Eva entró en mi vida como traída por el destino. Fue un trágico terremoto que se abatió sobre la provincia de San Juan, en la Cordillera y destruyó por entero la ciudad que me hizo encontrar a mi mujer. [...] Entre los tantos que en esos días pasaron por mi despacho había una mujer joven de aspecto frágil pero de voz resuelta, de cabellos rubios que dejaba caer sobre su espalda, y de ojos afiebrados, decía llamase Eva Duarte, era actriz de teatro y radio y quería concurrir de cualquier manera a las obras de socorro para la desgraciada población de San Juan. [...] *Yo la miraba y sentía que sus palabras me conquistaban; estaba casi subyugado por el valor de su voz y de su mirada*. Eva era pálida, pero mientras hablaba su rostro se encendía como una llama. [...] Discutimos largamente. Era la época en que tomaba cuerpo en mí la idea de dar vida a un movimiento político que transformara radicalmente la vida de Argentina’.

Así expresó el general Perón [...] el primer encuentro con la mujer que desde entonces lucharía junto a su pueblo, hasta el último aliento de su incomparable respiración. (EP, 1974b, p. 16, nuestros destacados).

El día maravilloso de Perón, como una suerte de espejo del día maravilloso de Evita, diseña una simetría igualitaria entre ambos, en tanto él es quien se muestra aquí *subyugado* por esa mujer que se preocupa por los más humildes. Paradójicamente, para construir la imagen revolucionaria de una mujer que *batalla*, le quitan la palabra. Será Perón, entonces, quien la legitime, transfiriéndole una parte de su poder simbólico, y a través de ella a Montoneros.

Este desplazamiento, entre una Evita cuyos atributos son la lealtad y el amor a una que retiene una parte del poder, se suma al ya mencionado en relación a la interpelación a las mujeres.

Lo que resulta de esta doble diferencia es un modo de reconocimiento de la participación política de las mujeres que no está determinado por la serie de atributos particulares que la vinculan esencialmente a la maternidad. En ese marco, la intervención que radica en construir una figura de Evita, aun a costa de ella misma, más combativa, más feminista, se apoya en una política de relectura de su enunciación que borra también los trazos más conservadores de su discurso, aquellos en los que Eva Perón arremete contra las feministas, los que reenvía a la mujer al ámbito doméstico y cuestiona sus intentos de inserción laboral (PERÓN, E., 1951), aquellos en los cuales señala que las mujeres deben ser sobre todo buenas madres, buenas compañeras de sus esposos.

Madres-esposas, trabajadoras, militantes y herederas de una Evita que encarna plenamente la lucha revolucionaria, las mujeres son llamadas a cumplir las tareas de la hora como una combatiente más.

La ninfa Evita, una fórmula de expresión para las mujeres montoneras

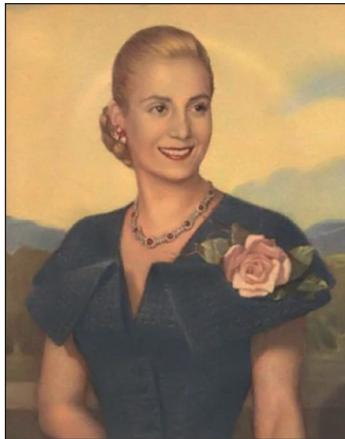
La interpelación a las mujeres por parte de Montoneros —como la del resto de la izquierda armada, con las diferencias analizadas— se basó en un modelo errático que oscila entre dos posiciones. Por un lado enfatizar unos atributos femeninos y ponerlos al servicio de la revolución, por otro, reconocerlas en una igualdad radical. Será la presencia militante, tan amplia como movilizadora, de las mujeres la que impidió que el modelo suture en uno de sus polos, haciendo que persistan, de este modo, las tensiones.

Pero hay todavía otro atributo de las militantes que aparece destacado en Montoneros, tanto como en el PRT-ERP: la juventud y belleza que, en el caso de la primera, encuentra una expresión en la imagen que eligieron como emblema. Una Evita que, no se cansan de repetir, es “hermosa y revolucionaria” (ED, 1973a, p.28), una “Evita, obrera, hermosa y montonera” (ED, 1973a, p.29), “[...] una mujer hermosa que lo había acompañado [a Perón]” (ED, 1973a, p.30). La figura elegida por la propaganda montonera corresponde a la fotografía de Eva Perón con el pelo suelto, muy diferente a la imagen oficial, y representa una mujer juvenil y sonriente.

José Emilio Burucúa, se refiere a esa imagen relacionándola con las representaciones de las ninfas, esas jóvenes mujeres que desde el renacimiento habitan la pintura y la literatura expresando la juventud:

La figura de la ninfa es el símbolo de la vida joven. Para AbyWarburg era una de las ‘fórmulas de expresión’ fundamentales. En la Argentina tenemos una ninfa: la representación de Evita con el pelo suelto. No era una foto que a ella le gustara particularmente. El oficialismo peronista trató de subordinar esa representación a la de Evita reina. Pero en los años ‘70 es esa la Evita que predomina: una mujer joven, feliz, que simboliza la energía y la proyección a futuro. Son los usos los que determinan el sentido de la imagen y estos usos dependen de condiciones históricas cambiantes. (BURUCÚA, 2010).

Imagen 1 – Evita Reina



Fuente: Perón, E.(1951).

Imagen 2 – Evita Montonera



Fuente: ED (1974d).

En el mismo número de *El Descamisado* en el que aparece en la contratapa a página completa esa foto de Evita, y en el marco de una extensa cobertura del acto que realizó Montoneros en el Estadio del Club Atlanta de la Ciudad de Buenos Aires⁸, hay una foto de Norma Arrostito que llama la atención, por contraste con la más difundida, aquella en la que aparece con el pelo recogido y el semblante severo. En esta imagen, el plano es más largo y ella está sonriente y tiene el pelo suelto. “El pueblo la envolvió con un abrazo montonero”, dice el título, no es ella la que habla, hablan por ella:

Era el único nombre que faltaba aparecer para completar un afiche dramático. Aquel del Aramburazo. Eran cinco. Capuano, Abal y Ramus cayeron combatiendo como héroes. Mario Eduardo Firmenich es una figura pública.

Ayer, en Atlanta, la aparición de una figura femenina cerró el círculo de un grupo que supo de la época más dura. Norma Ester Arrostito. Un nombre poblado de misterio. La imagen más acabada de las hijas de Evita. La compañera que se coloca al lado del hombre y comparte con él todos los aspectos de la militancia.

Nacen los fierros organizados y la mujer peronista pelea su lugar. Supera prejuicios y esquemas falsos. Quiere pelear y pelea. Quiere ocupar el lugar que le corresponde. Si el peronismo pudo generar una compañera como Evita, qué menos se le puede pedir a una organización peronista que da cabida en su seno a las compañeras. (ED, 1974d, p.3, nuestros destacados).

Imagen 3 – Norma Arrostito, foto carnet



Fuente: Imagen del documento de identidad que publicaron los medios de comunicación denunciándola por su participación en el secuestro de Aramburu, circa jun. 1970⁹.

⁸ La Juventud Peronista realizó dos grandes actos en el Estadio del Club Atlanta, uno en agosto de 1973 y otro el 11 de marzo de 1974. El número extra de *El Descamisado* se refiere al segundo. La fecha de la tapa es 14 de marzo de 1973, se trata seguramente de un error ya que el número trata hechos de marzo de 1974. La fecha es cercana al 14 de marzo de 1974.

⁹ Foto disponible en: <http://www.anred.org/IMG/jpg/Norma_arrostito.jpg>. Acceso en: 14 dez. 2015.

Imagen 4 – El pueblo la envolvió con un abrazo montonero



Fuente: Norma Arrostito en el palco del Acto de Montoneros en el Club Atlanta. ED (1974d, p. 3).

La figura de Eva Perón sutilmente desplazada —transformada en una joven mujer sonriente que subyuga a Perón con su determinación y se transforma en pieza clave del movimiento— tiene su continuidad en esta otra mujer que nace a la vida política junto con “los fierros organizados”. Las “hijas de Evita” se presentan igual a ella misma, jóvenes vitales y con el pelo suelto reclaman su lugar en una organización que las recibe en igualdad, como compañeras.

El modo en que las organizaciones armadas incluyeron a las mujeres como sujetos implicó, por momentos, destacar atributos esencialmente femeninos y ponerlos al servicio de la revolución. Las mismas consideraciones se ajustan a las “hijas de Evita” que fueron consideradas en términos similares. Y acá también, el desafío que representaba la presencia de mujeres en todos los espacios de la militancia se presenta como un exceso de cualquier posición donde se ubique.

La recuperación de los relatos que dan cuenta de la participación de Eva Perón en la génesis del movimiento y del papel de Norma Arrostito en la fundación de Montoneros representan modos de concebir a las mujeres que exceden los modelos femeninos particularizados. Sin embargo, esa subversión del género encuentra su fórmula de expresión en las figuras de mujeres jóvenes y bellas con las que intentan domesticar a las mujeres reales y concretas que se corrían de cada posición.

Imagen, género y militancia

Gayatri Spivak (2003) señala que el procedimiento de destacar determinadas características para definir a un sujeto otro con respecto a quien lo define y particularizado (para el caso, a las mujeres) —más allá de que los atributos seleccionados sean adecuados o no y más allá de que sean positivos o negativos— señala un modo etnocéntrico de pensar la política y los sujetos de la política, independientemente de que se lo haga de modo benevolente.

En oposición, Spivak rescata la utilidad de las conceptualizaciones de Jacques Derrida para pensar al Otro o más bien para constituir al Otro de un modo no etnocéntrico a través de una búsqueda que consiste en analizar los mecanismos por los cuales ese otro se constituyó en un particular, antes que en buscar comprender su esencia (SPIVAK, 2003). La propuesta de esta autora es dejar que ese otro hable dentro del texto propio, “como un espacio en blanco” que “vuelva delirante” (SPIVAK, 2003, p.340) el discurso propio.

Ya sea que se las considerara atrasadas ideológicamente, anticomunistas e individualistas; cuidadoras y reproductoras o ninfas, siempre se encontraban unificadas a partir de determinados rasgos físicos o morales. En ese sentido, las mujeres constituyeron un particular que da lugar a que el partido (en tanto encarnación del sujeto neutro y masculino, no dotado de atributos concretos sino generales) se afirme a sí mismo como vanguardia salvadora.

Sin embargo, continúa Spivak siguiendo a Derrida, la cuestión del sujeto no es un problema general sino asunto de quienes se colocan en el lugar del universal (el sujeto europeo etnocéntrico, dice Spivak). En el caso de la izquierda argentina, se puede leer desde esta perspectiva la insistencia de las organizaciones armadas en delimitar las posibilidades y atributos de las mujeres. La lectura de la prensa y los documentos muestra los modos discursivos de traducir el imaginario de una diferencia de género que inquieta y lleva a que las mujeres se encuentren cargadas de definiciones y de características. Como si señalaran con esto que en cualquier posición en la que se las encuentre se las podrá definir a partir de algunos atributos del género.

Las distintas intervenciones y posiciones de los sujetos tanto en los procesos históricos como en su representación – en términos de género, de clase, o de generación- requieren que las figuraciones visuales y narrativas sean también interpeladas desde la perspectiva de género en tanto categoría y herramienta crítica. Las imágenes y sus condiciones de producción, así como también de circulación, invitan a realizar un trabajo que observe tanto las condiciones de su producción como la propia sustancia de la imagen (DIDI-HUBERMAN, 2004). Estas imágenes

narrativas no son solamente ilustraciones, por el contrario son parte indisoluble de aquellos que las organizaciones quisieron transmitir. Se puede señalar que, vistas desde la perspectiva aquí propuesta producen figuras de la militancia que construyen representaciones de lo que es y puede hacer una mujer. Esas representaciones, que por un lado ampliaban las posibilidades de acción para las mujeres, a la vez buscaban domesticar la perturbación que implicaba su presencia extendida en las organizaciones político-militares.

**IMAGES OF MILITANCY: GENDER REPRESENTATION
IN MONTONEROS PRESS (ARGENTINA, 1970)**

ABSTRACT: *The political-military organizations in Argentina in the seventies, particularly Montoneros and the PRT-ERP, tried to spread an image of militant engagement that was appealing to diverse groups that might take up the revolutionary fight. This article analyses the images through which women were invited to be a part of the fight, using the example of Montoneros. It will ask the question of how representative of real militant women these images were; and whether there are consequences to thus delineating the feminine forms of militancy, at a time when the presence of women in any front was troubling, no matter what kind of definition was attempted.*

KEYWORDS: *Militancy. Gender. Image.*

REFERÊNCIAS

LAS BATALLAS de Evita. **El Peronista para la liberación nacional**, n. 5,21 may. 1974a.

MI DÍA maravilloso. **El Peronista para la liberación nacional**, n. 5,21 may. 1974b.

EL PUEBLO la envolvió con un abrazo montonero. **El Descamisado**, ed. extra, mar. 1974d.

QUE NO NOS OCURRA como en 1955. **El Descamisado**, n. 39, 12 feb. 1974e.

MUJERES son la snuestras, mujeres peronistas, las demás están de muestra. **El Descamisado**, n. 25, 26 nov. 1973a.

CON UNA PROPUESTA para reorganizar la rama juvenil: La JP toma la inciativa. **El Descamisado**, n. 19, 26 sept. 1973b.

FOLLETO de presentación de la Agrupación Evita. **El Descamisado**, n. 19, 26 sept. 1973c.

BIBLIOGRAFÍA

BURUCÚA, J. E. **Epígrafe en Casa del Bicentenario**. Buenos Aires, 2010. Exposición en Casa Nacional del Bicentenario.

CHARTIER, R. **El mundo como representación**: estudios sobre historia cultural. Barcelona: Gedisa, 2005.

_____. **Escribir las prácticas**: Foucault, de Certeau, Marin. Buenos Aires: Manantial, 1996.

CORTÉS ROCCA, P.; KOHAN, M. **Imágenes de vida, relatos de muerte**: Eva Perón, cuerpo y política. Rosario: Beatriz Viterbo, 1998.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imágenes pese a todo**: memoria visual del Holocausto. Barcelona: Paidós, 2004.

DOMÍNGUEZ, N. Eva Perón y Hebe de Bonafini, o la invención de un nacimiento. In: AMADO, A.; DOMÍNGUEZ, N. (Comp.). **Lazos de familia**: herencias cuerpo, ficciones. Buenos Aires: Paidós, 2004. p.151-181.

GRAMMÁTICO, K. Historia reciente, género y política: el caso de la Agrupación Evita. In: COSSE, I.; FELITTI, K.; MANZANO, V. (Ed.). **Los 60 de otra manera**: vida cotidiana, género y sexualidades en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo, 2010. p.270-292.

MARIN, L. **Des pouvoirs de l'image**: Gloses. Paris: Iditions de Minuit, 1993.

NAVARRO, M. **Evita**. Buenos Aires: Planeta, 1994.

PERÓN, E. **La razón de mi vida**. Buenos Aires: Peuser, 1951. Disponible en: <<http://es.scribd.com/doc/10234459/Eva-Peron-La-Razon-de-Mi-Vida>>. Acceso en: 12dez. 2015.

PERÓN, J. D. **Del poder al exilio**: quienes me derrocaron. Buenos Aires: Argentinas, 1974. Edición original de 1958.

SARLO, B. **La pasión y la excepción**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

SIGAL, S.; VERÓN, E. **Perón o muerte**: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista. Buenos Aires: Eudeba, 2003.

SPIVAK, G. C. ¿Puede hablar el subalterno? **Revista Colombiana de Antropología**, Bogotá, v.39, p.297-364, ene./dic. 2003.

Recebido em 17/02/2015.

Aprovado em 04/10/2015.

DESATAR, DESNUDAR... REANUDAR¹

*Lilian Elmira CELIBERTI**

RESUMEN: El artículo analiza cómo la constitución del sujeto feminista en América Latina posibilita una lectura de la experiencia de las mujeres en las dictaduras del Cono Sur desde nuevas perspectivas teóricas. Si hoy podemos hablar de violencia de género en las dictaduras del Cono Sur es porque desde el feminismo se ha creado el espacio de enunciación colectivo que supone la existencia de un sujeto capaz de politizar su experiencia y abrir campos de disputa con otros actores acerca del sentido de esas experiencias. Para hacer ese recorrido se toman tres verbos que convocaron la conmemoración de los 30 años de feminismo en América Latina: desatar, desnudar y reanudar, con la intención de mostrar que cuando la experiencia social de las mujeres leída desde el feminismo, ingresa en el debate público, todas las categorías asumidas como neutras por la cultura hegemónica, son interpeladas, mostrando, entonces, espesores y disonancias, hasta entonces desconocidos.

PALABRAS CLAVES: Feminismo. Patriarcado. Violencia de género.

Verbos que orientan

Desatar, desnudar... reanudar; son verbos que resumen muy bien los derroteros colectivos e individuales que permitieron repensar la experiencia social de las mujeres y construir nuevas pistas para interpretar la realidad. Con esos verbos se invitaba desde Colombia en el 2011 al Encuentro Feminista de Latinoamérica y El Caribe, para conmemorar los 30 años de Encuentros Feministas desde 1981. Cuando

* UPMS – Popular University of Social Movements. Porto Alegre – RS – Brasil. 90010-191 -lilian.celiberti@gmail.com

¹ Verbos que estructuran la convocatoria al 11 EFLAC (Encuentro Feminista de Latinoamérica y el Caribe) en conmemoración de los 30 años de encuentros.

la experiencia social de las mujeres, ingresa en el debate público, todas las categorías asumidas como neutras por la cultura patriarcal, son interpeladas desde dimensiones que han permanecido ocultas, y sin conceptos para nombrarlas, mostrando entonces espesores y disonancias hasta entonces desconocidos. La economía, el trabajo, la familia, el cuerpo, la sexualidad, entre muchos otros aspectos, son entonces re significados por el feminismo, mostrando sus matrices de desigualdad, dominación y violencia, mantenidos ocultos por siglos.

Hace 25 años, en diálogo con Lucy Garrido recorrí mi propia experiencia con la tortura, el autoritarismo y la cárcel, en “Mi habitación mi celda” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

Desde nuestro novato feminismo en 1987 disponíamos de pocos conceptos para analizar una experiencia personal y colectiva de tortura, silencio, dolor, y muerte, desde una “perspectiva de género”, (es más, creo que en ese momento ni siquiera conocíamos esa categoría de análisis). Pero ese diálogo, nos permitió abordar las vivencias, tanto las individuales como las colectivas, desde un lugar “otro”, menos épico, más humano, mas desinhibido; mezclando lo pequeño y cotidiano, con el miedo, la maternidad, la resistencia y la lucha por la sobrevivencia de una joven mujer. Para mí ese diálogo fue una forma de catarsis necesaria para tomar distancia con lo traumático y poder reanudar la vida, restablecer los vínculos y asumir nuevos desafíos. Pero fue también una forma de construir feminismo haciendo el puente entre la militancia político partidaria y el naciente movimiento feminista en el Uruguay pos dictadura.

Dice Elizabeth Jelin que la posibilidad de analizar la experiencia

[...] no ocurre en individuos aislados sino insertos en redes de relaciones sociales, en grupos, instituciones y culturas. De inmediato y sin solución de continuidad, el pasaje de lo individual a lo social e interactivo se impone. Quienes tienen memoria y recuerdan son seres humanos, individuos, siempre ubicados en contextos grupales y sociales específicos. Es imposible recordar o recrear el pasado sin apelar a estos contextos. (JELIN, 2002, p.19).

Si hoy podemos hablar de violencia de género en las dictaduras del Cono Sur es porque desde el feminismo se ha creado el espacio de enunciación colectivo que supone la existencia de un sujeto capaz de politizar su experiencia y abrir campos de disputa con otros actores, acerca del sentido de esas experiencias.

La acción política del feminismo es una de las innovaciones teóricas y políticas más importantes de la segunda mitad del Siglo XX y sus aportes son significativos en al menos dos dimensiones: el análisis de los sujetos y el de las

relaciones de poder. Los movimientos feministas han colocado entonces, tanto en el debate teórico como político, la cuestión de género en toda su complejidad abriendo múltiples perspectivas para repensar lo social, lo jurídico y lo político.

Desatar

Desatar [...] tiene el significado mismo de la palabra soltar, desenlazar lo atado, desanudar, desasir, desamarrar; a través de las herramientas de, en primer lugar, la memoria, su construcción, su reconstrucción, su relato desde distintas voces y lugares; y en segundo lugar del balance, como recuento de los muchos logros, pero también de las difíciles barreras y los retrocesos que vivimos en la región”. (ENCUENTRO..., 2011).

Desenlazar lo atado, ya sea por el miedo, el olvido o las políticas de silencio sobre la violencia de las dictaduras, no es sólo un acto de voluntad, es una acción colectiva que requiere de la voluntad de actores y protagonistas para abrir una escucha a las experiencias dolorosas y traumáticas.

Para Todorov (2000), existe un derecho a la memoria cuando los acontecimientos vividos por el individuo o por el grupo son de naturaleza excepcional o trágica, tal derecho se convierte en un deber: el de acordarse, el de testimoniar. Uno de los desafíos más complejos es como abordar ese espacio de la memoria del terrorismo de estado, evitando la repetición y la fijación al pasado. “Aprender a recordar”, tomar distancia con el pasado y emprender un camino que trabaja con la propia subjetividad “implica repensar la relación entre memoria y política y entre memoria y justicia” (JELIN, 2002, p.16) y construir ese espacio sólo puede ser una tarea colectiva.

Mi generación ingresó a la política en el cruce entre las utopías del 68 y las emergencias dictatoriales inauguradas por Brasil en el 64. A caballo de ambos procesos, combinamos los sueños de cambios radicales que establecieran una justicia social para todos, con el miedo, la tortura, y el autoritarismo. Fue una generación de jóvenes utópicos y omnipotentes, signados por la muerte, la voluntad revolucionaria y el sacrificio personal. Lo épico y lo trágico, golpeó a miles de familias a través de sus torturados y desaparecidos en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. La violencia del Estado impactó también en otros espacios de la vida cotidiana de las sociedades, como la cultura y la educación. El miedo se convirtió así, en una pauta de relacionamiento social. De alguna forma, ese tramo de nuestra historia colectiva, continúa presente ahora en las luchas políticas por el sentido de los hechos pasados, su interpretación e incluso conocimiento, ya

decía George Orwell² en 1984 que “gobernar el pasado es controlar el futuro”. Se necesitó conmemorar 50 años de la dictadura en Brasil para que la Comisión de la Verdad³ escuchara testimonios de víctimas y familiares y los medios hablaran de la dictadura.

Los años del miedo

Una característica central del terrorismo de Estado en Uruguay fue el uso sistemático y generalizado de la tortura. Se puede afirmar que todas las personas detenidas entre 1972 y 1984 en Uruguay, de una forma u otra, con mayor o menor intensidad, fueron torturadas. A partir del año 1972, las “medidas prontas de seguridad” o “el estado de guerra interno” le daba a las Fuerzas Conjuntas la facultad de disponer de las personas sin ninguna garantía jurídica por un tiempo que, paulatinamente se fue haciendo cada vez más largo, hasta llegar a la práctica de la desaparición forzada. Esta facultad se convirtió en el primer peldaño de la tortura síquica y física acompañado de la capucha, el plantón, y el interrogatorio en un marco de impunidad. Esta masividad de la tortura, establece una herida social profunda que habilita múltiples miradas y testimonios.

La tortura es practicada (y justificada) desde el poder militar y policial como un método eficaz de interrogatorio, limándole así sus aristas más despiadadas, perversas y abyectas. Los militares y policías practicaron durante las dictaduras la tortura sistemática como lo han hecho otros ejércitos y cuerpos represivos, como expresión del autoritarismo estatal que perseguía la destrucción de los opositores enmarcada en la “Doctrina de Seguridad Nacional”. La generalización de la práctica de tortura ha tendido a banalizar y despersonalizar el acto de torturar y la responsabilidad criminal de los individuos que la practicaron. El psicoanalista Daniel Gil analiza este aspecto en las argumentaciones de un Capitán de Navío⁴, el único militar uruguayo que dio alguna explicación.

² Disponible en: <<http://about-brazil.org/books/1984.pdf>>. Acceso en: 15 dec. 2015.

³ La Comisión Nacional de la Verdad fue creada por la Ley N° 12.528/11 con el fin de examinar y esclarecer graves violaciones a los derechos humanos. Trabajó durante dos años y 7 meses buscando testimonios y documentos y registró más de un millón de testimonios, visitas a centros de detención y realizó decenas de audiencias públicas en diversas ciudades del territorio de Brasil.

⁴ Capitán de Navío Luis Tróccoli, de la Armada Nacional de Uruguay indagado por la Justicia Italiana por su participación en el Plan Cóndor.

Un militar que habló, no porque quisiera confesar lo que había hecho, no porque estuviera arrepentido o atormentado por alguna culpa. Habló porque fue descubierto y denunciado. En su concepción, entre tantas cosas desagradables que tuvo que vivir el país estaba la de la represión, con sus actos de tortura, muertes y desapariciones. Era una cosa más, ni mejor ni peor, y había gente que era la encargada de hacerlo en esa ‚guerra‘. (GIL, 1999, p.15).

El silencio de los torturadores expresa un pacto militar que ha hecho imposible, al menos en Uruguay, cerrar las heridas de la dictadura. Transcurridos 40 años, ¿qué complicidades sostienen ese silencio? ¿Cuántos actores políticos y cuántas personas continúan pensando que la tortura era un acto intrínseco al contexto político de aquel momento? Sobre estos silencios se consolidan pactos de impunidad que perduran en el tiempo y terminan por borrar el significado de las luchas que le dieron sentido al compromiso político de mujeres y hombres de aquellos años. Cuando Dilma Rousseff o José Mujica llegan a la presidencia de sus respectivos países, son ex guerrilleros que tras su derrota, siguen los caminos de la democracia. Mientras que los mandos militares, sólo en Argentina fueron juzgados por sus crímenes y en los últimos 10 años se han abierto cientos de causas judiciales. Sobre esta base de olvidos colectivos, se ha asentado la impunidad jurídica que aún ampara a los torturadores en los países del Cono Sur.

Para Alicia Fernandez:

[...] la producción de hegemonía política también implica-entre otras cosas- que un grupo determinado logre imponer su versión imaginaria sobre el pasado y/o su perspectiva de futuro de su sociedad. Hay una relación necesaria entre lo que se instituye como memoria y lo denegado y desalojado de ella: los olvidos colectivos. (FERNANDEZ, 2007, p. 90).

Las mujeres en la dictadura, ha comenzado a ser un tema de análisis muy recientemente, y ello se debe a que, para disputar sentidos colectivos deben existir los sujetos con capacidad de interpelar y resignificar esas experiencias sociales desde su singularidad y contingencia.

La historiadora uruguaya Graciela Sapriza se pregunta:

[...] ¿son las mujeres portadoras de una memoria específica? Al abordar estos testimonios desde una perspectiva de género descartamos las explicaciones biológicas que al naturalizar la construcción de desigualdades, las justifican. (SAPRIZA, 2009, p.67).

Desnudar...

Re-construir la memoria y hacer balances implica despojarnos de la ropa... En un sentido literal, dejar desnudos los cuerpos en su propia piel, sin cubrirlos con los ropajes que a veces no nos permiten identificarlos/nos con claridad. Con esta estrategia queremos abordar críticamente nuestra práctica política, en lo personal y en lo colectivo, reconocer nuestros fracasos, tanto como nuestros éxitos colectivos. (ENCUENTRO..., 2011).

Partir del análisis de los cuerpos como territorios de poder generizados, posibilita repensar la experiencia social de las mujeres y los hombres frente a la represión y la tortura. Este artículo es sin embargo una lectura parcial, ya que no aborda algunas de las expresiones significativas de la represión en Uruguay, como fue la cárcel militar de largo plazo y la planificación específica del control y la tortura psicológica expresado en el panóptico de Punta de Rieles⁵.

El análisis del cuerpo ha sido re significada por el feminismo, abriendo nuevas dimensiones desde las cuales las mujeres han construido estrategias políticas y discursivas. Dice Marta Lamas:

Si el cuerpo, es el lugar donde la cultura aterriza los significados que le da a la diferencia sexual, ¿cómo distinguir qué aspectos de ese cuerpo están libres de *imprint* cultural, o sea, de género? No hay forma de responder a esta interrogante porque no hay cuerpo que no haya sido marcado por la cultura. El rechazo a la perspectiva que habla de lo “natural” o de una “esencia” (masculina o femenina) se fundamenta en ese reconocimiento. En cambio, si aceptamos, siguiendo a Foucault, que el cuerpo es un territorio sobre el que se construye una red de placeres e intercambios corporales, a los que los discursos dotan de significado podemos pensar que las prohibiciones y sanciones que le dan forma y direccionalidad a la sexualidad, que la regulan y reglamentan, pueden ser transformados. (LAMAS, 1999, p.173).

Desde esta perspectiva, la experiencia de hombres y mujeres frente a la represión, el terrorismo de estado, la tortura y la cárcel se inserta en la construcción

⁵ Punta de Rieles es el nombre del barrio donde se ubicaba el Establecimiento Militar de Reclusión para mujeres desde 1973 a 1985. La vigilancia a las detenidas era realizada por mujeres militares desde un lugar visible como en el panóptico de Bentham, desde el cual se registraban todos los movimientos de cada una y en particular los vínculos personales de amistad o enemistad que serían usados a posteriori para castigar y ejercer poder sobre ellas.

social y cultural de los géneros en el Uruguay de los setenta, y debe ser pensada en ese contexto para poder explicarnos los dolorosos silencios que han rodeado las denuncias de violaciones. La cultura de izquierda de entonces, desconocía y despreciaba, la diferencia entre hombres y mujeres y las relaciones de poder implicadas en esas relaciones. La concepción binaria de hombre-mujer como complementariedad naturalizada e idealizada instituía las relaciones culturales y las percepciones de los géneros. Como señala Sempol la homosexualidad era considerada por la cultura de izquierda de esos años como una expresión contrarrevolucionaria (SEMPOL, 2010).

Las múltiples expresiones de la sexualidad y más aun la atracción sexual o afectiva entre personas del mismo sexo dentro de las cárceles de la dictadura fueron controladas y vigiladas por el propio grupo como parte de las estrategias de resistencia.

La sexualidad entre presos políticos fue considerada un problema grave, y está casi desterrada de los relatos de los ex presos en los años ochenta. Y cuando se alude al tópico se lo hace para marcar una diferencia, señalar su inexistencia y explicar los “pocos casos” como fruto de una patología o una ausencia de una moral establecida. Nuevamente así, la sexualidad entre presos –cuando aparece-es puesta en el “otro”, ese otro que dentro de los presos constituía de alguna forma el “loco”, el colaboracionista o el que no portaba los valores propios de la izquierda política. (SEMPOL, 2010, p.64).

En este contexto de la cultura política de izquierda de los años 70 se inserta de alguna forma el silenciamiento de las formas específicas de violencia sexual de la represión.

El control y de poder

En realidad, toda tortura involucra una violación al cuerpo sexuado de la persona. La desnudez desvergonzada, las prácticas de tortura sobre aquellas partes del cuerpo donde la sensibilidad es mayor –especialmente órganos sexuales y zonas erógenas– ya son en sí mismas actos de violación sexual. (JELIN, 2010, p.70).

El cuerpo, es el umbral que conecta la construcción síquica del individuo y su experiencia vital, marcada por diversos regímenes de poder institucional y discursivo. El cuerpo está inmerso en un campo político que expresa las relaciones de poder que lo modelan, lo marcan y domestican.

Analizar la violencia desde una perspectiva de género supone una tarea compleja, ya que implica desatar los mecanismos de poder patriarcal que actúa sobre los cuerpos. Desde esta perspectiva, la violencia de género no se da exclusivamente cuando un cuerpo de mujer o de hombre es violado. En toda tortura, la violencia sobre un cuerpo sometido, desnudo, degradado y vejado, es una expresión de un poder marcado por el patriarcado.

En tanto que el cuerpo es el lugar de las identificaciones primarias, lo que nos permite distinguimos de los otros, la degradación del cuerpo puede desencadenar la claudicación síquica, la desolación y el desamparo. No existe, una forma única de reacción frente a la tortura, y en tal sentido Maren y Marcelo Viñar se preguntan:

[...] por qué medio y de qué manera la destrucción y degradación del cuerpo funciona como preparatorio y desencadenante de la quiebra y claudicación síquica. [...] ideología y ética son sucedáneas de una matriz originaria en la cual la dialéctica de las relaciones corporales de los vínculos erógenos primitivos, tienen un rol estructurante. La barbarie totalitaria comprende este saber psicoanalítico (no sé si a nivel de su conceptualización, sí sé que a nivel de su eficacia) utiliza métodos de depurada técnica que toman en cuenta esta verdad de origen: la primacía de la relación del hombre con su cuerpo. (VIÑAR; VIÑAR, 1993, p.39).

El torturador es, un hombre, y en tanto tal, posee el conocimiento y la internalización del poder que socialmente mantiene sobre la mujer. Las técnicas de la destrucción psicológica y de la pérdida de identidad política, que son el objetivo principal de la tortura, se articulan al poder ancestral de la condición patriarcal y por tanto la tortura tiene una connotación sexual, que se expresa de forma diferente hacia los cuerpos masculinos y femeninos.

Las fuerzas armadas, se estructuran en base a una concepción patriarcal del poder y la violencia, y por ello sus prácticas iniciáticas, incluso con los reclutas, se basan en el sometimiento del cuerpo con exaltación del machismo y la penalización institucional a las opciones sexuales.

Algunos testimonios dan cuenta del uso de este poder patriarcal sobre el cuerpo de hombres y mujeres en la tortura. Son voces que relatan la violación como estrategia de sometimiento, sea en el cuerpo propio como en el de otro u otra. Estos testimonios llevan circulando muchos años, tal vez más de 20, pero recién ahora parecen encontrar la escucha social y el concepto político que permite nombrarlo. Sólo cuando se crea un espacio para la denuncia es posible dar voz a aquella experiencia marcada por el dolor y la vergüenza. Una vergüenza y dolor, que es parte de la cultura patriarcal que hemos interiorizado. La necesidad de olvidar, la ausencia de códigos para interpretar la violación y el miedo a la censura

social, hace que perdure el silencio. El uso de la violación como sometimiento y vejación de la identidad, es una práctica ancestral del poder que expresa la internalización de los patrones culturales de la dominación masculina en las estructuras militares. La violación, tanto en las sesiones de tortura como en las ocupaciones y las guerras, sigue siendo una práctica patriarcal intrínseca de la institución militar. Hay cientos de denuncias sobre la prácticas de las fuerzas de ocupación y los Cascos Azules.

La lucha de las mujeres ha posibilitado muy recientemente incorporar la violación como delito específico en la Corte Penal Internacional, constituyendo uno de los avances conceptuales para el reconocimiento de la violencia de género. La abogada costarricense Alda Facio activista del Caucus de Mujeres por la Justicia de género, señala la importancia del Estatuto de Roma⁶ al incluir

[...] la violación sexual ya no como una ofensa contra el honor, como está en las Convenciones de Ginebra, sino como un delito tan grave como la tortura, la esclavitud, etc. Además, el Estatuto tipifica otra serie de delitos que no están contemplados en las Convenciones de Ginebra aunque han sido cometidos desde el inicio del Patriarcado, tanto en tiempos de guerra como en tiempos de aparente paz. Estos son: la esclavitud sexual, la prostitución forzada, el embarazo forzado (que fue por supuesto, el tema más controversial), la esterilización forzada y cualquier otra violencia sexual de gravedad comparable a los otros crímenes. Es más, se pueden enjuiciar todas estas formas de violencia sexual como tortura, genocidio, esclavitud, etc. o como violencia sexual. Para nosotras esto es muy importante porque, en general, la violación sexual y estos otros delitos no son considerados como verdaderos delitos por fiscales y jueces, de manera que si se enjuician estos actos como tortura, por ejemplo, es más fácil que se entienda la gravedad del daño infligido tanto a la víctima como a la sociedad entera. (FACIO, 2002, p. 4).

Argentina fue el primer país en la región en juzgar los delitos sexuales en el marco del terrorismo de Estado. El fiscal general del Tribunal Oral Federal N° 2 Carlos Gonella y uno de los representantes del ministerio público fiscal de Argentina en el juicio Videla/Menéndez expresa en una entrevista realizada por la revista “Umbrales:

⁶ Estatuto de Roma instituye la Corte Penal Internacional como institución permanente facultada para ejercer su jurisdicción sobre personas respecto de los crímenes más graves de trascendencia internacional con carácter complementario de las jurisdicciones penales nacionales. Entró en vigencia en el año 2002. Define la no prescripción de los delitos de lesa humanidad.

[...] la violencia de género es un concepto amplio que no sólo abarca las violaciones sino también el maltrato, por razón del género”. Y citó ejemplos como “hacer parir a una mujer, encadenada y ante personas que están custodiándola con armas; hacerla desnudar forzosamente y someterla a maltratos psicológicos y físicos también lo es, de manera tal que es un concepto que excede el delito sexual que por excelencia es la violación”. Asimismo remarcó que “estas prácticas durante el Terrorismo de Estado fueron parte de una metodología” y que también alcanzó a los varones. (GONELLA, 2010, p. 69).

La palabra, la denuncia

La primera condena por violencia sexual de la dictadura argentina se aplicó en Mar del Plata, en junio de 2010. El ex militar Gregorio Rafael Molina, alias “Charles” o “Sapo” fue condenado a prisión perpetua por delitos de lesa humanidad, entre ellos, por violaciones reiteradas a Marta García y a Leda Barreiro en el centro clandestino de detención y exterminio “La Cueva”, ubicado en esa ciudad. Otras denuncias fueron presentadas por ex detenidas en los juicios contra los represores en Argentina. La posibilidad del enjuiciamiento y la reconstrucción de la memoria por el camino de los juicios son un estímulo para la apertura de nuevos testimonios y tal vez para adquirir la capacidad de ponerle palabras al horror.

También en Chile, 30 años después del golpe de Estado, la elaboración del informe de la represión conocido como Informe Valech, creada a iniciativa del Presidente Lagos, consigna que la mayoría de las 3.400 que testimoniaron, señalan haber sido objeto de alguna violencia sexual⁷. A pesar de lo cual, como señalan las abogadas de la Corporación Humanas⁸, esta denuncia no estableció ningún tipo de reparación específica para el delito. El esfuerzo sostenido de las defensoras de derechos humanos y feministas, logró el juzgamiento en el 2010, de la primera querrela por violencia sexual.

Hablar públicamente sobre violencia sexual exige a cada mujer u hombre, la realización de un proceso interior, pero cuando las denuncias se hacen públicas es como correr un velo frente a lo prohibido. Elizabeth Jelin, defiende el derecho de cada mujer a elegir si hablar o no, y dónde y con quién hacerlo.

⁷ La Comisión Presidencial Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política, y Tortura, presidida por Monseñor Vallech actúa entre el 2003 y 2004 y se convoca a una segunda comisión en el 2009 ya en el gobierno de Michel Bachelet. Se puede acceder al informe completo disponible en: <<http://www.comisionvalech.gov.cl/informeValech/Capitulo5.pdf>>. Acceso en: 15 dez. 2015.

⁸ Corporación Humanas organización feminista chilena que investiga y actúa sobre casos de violencia de género en Chile.

Más allá del valor de prueba jurídica en juicios, hay una presión social y judicial para que las mujeres “cuenten”, expongan detalles y circunstancias. Y es en este punto donde el dilema (moral, emocional, político) se plantea con toda su fuerza. Porque la presión por contar se ejerce sobre mujeres cuya subjetividad se debate entre transparentar su cuerpo y su intimidad frente a la mirada social (que puede caer en la espectacularización del terror), y la urgencia de mantener o recuperar una intimidad vejada, guardada para sí misma o para compartir con quienes una elige hacerlo. Fuera de las cámaras, fuera de las miradas públicas de exposición masiva. (JELIN, 2010, p. 70).

Estas reflexiones, son válidas para el contexto argentino, pero no existe esa presión social y menos aun judicial en Uruguay. La denuncia presentada en el 2010 después de 30 años de democracia por 28 mujeres por abusos sexuales en los cuarteles de la dictadura, no ha tenido aún ninguna sentencia. ¿Es importante saber cuántos detenidos y detenidas fueron violados? El Informe de Serpaj “Uruguay Nunca Más”⁹ de 1989 hace referencia a la Encuesta realizada por Equipos Mori para SERPAJ a personas procesadas por la Justicia Militar entre 1972 y el final de la dictadura. Esta encuesta indica que un 7% de los entrevistados declaraban haber sido violados, manteniéndose un porcentaje similar de hombres y de mujeres, lo cual daría cifras importantes de violaciones. Sin embargo, la cifra puede ser mayor, se debe tener en cuenta que se trata de un hecho que cuesta comunicarlo. Un número tal vez mayor de mujeres sufrieron abusos sexuales, como manoseos, además de la especial predilección por la aplicación de todo tipo de castigos en las zonas genitales.

Un militar que escribiera una carta a Amnistía Internacional en 1976 expresaba:

Las mujeres son un tema aparte: los oficiales, suboficiales y la tropa, comentan con regocijo la llegada de detenidas jóvenes. Algunos de éstos han llegado a venir los días franco para participar en los interrogatorios. [...] He presenciado personalmente las peores aberraciones cometidas con mujeres ante otros presos por varios interrogadores. Muchas de las detenidas lo están, para conocer el paradero de su esposo o su padre o su hijo, es decir, no existe acusación contra ellas. (BUSTAMANTE, 1989, p. 97).

Romper la lógica del miedo a denunciar, es un paso significativo, no sólo para abrir una nueva cara al prisma de la memoria, sino para erosionar la cultura

⁹ El Servicio de Paz y Justicia (SERPAJ) es una organización defensora de Derechos Humanos nacida en 1981 para defender perseguidos y torturados en la dictadura. Uruguay Nunca Más fue publicado en marzo de 1989 y recoge testimonios de cientos de ex presos/as políticos/as y torturados.

patriarcal que hace culpable a la víctima de las acciones del violador. Así lo cuenta Ana Amoros, una de las 28 mujeres uruguayas que presentan denuncia penal contra los militares por violencia sexual.

Fui llevada por el Sargento Gómez a dialogar con (Gilberto) Vázquez. [...] Comenzó a tocarme y el terror se apoderó de mi ser entero. Siempre había pensado que si alguna vez estaría expuesta a eso, me defendería, lo patearía, mordería, pero no lo hice, quedé inmóvil. Recuerdo su cara déspota cuando me mandó devolver al calabozo, el tono burlón de Gómez cuando me llevaba. Desde esa noche algo se murió en mí, me sentí sucia, maldije mi género, no lograba entender por qué no me había defendido, era la peor tortura. Dos noches después se repitió la pesadilla, esa vez intenté defenderme, zafarme, le gritaba, pero no logré detenerlo”. [...] “Luego me llevaron al 4º de caballería, careos, plantones y Vázquez nuevamente, me despertaba asco, pero debo reconocer que le temía realmente. Cuando me llevaban rumbo a Punta de Rieles me preguntó socarronamente si se me había pasado el miedo, a lo que yo le contesté: ‘lo peor lo viví aquí hace unos meses’. Se burló de mí y me dijo: ‘No existieron violaciones, fue todo hormonal’. Me sentí muy mal, y me seguí torturando”. Ana Amoros¹⁰

Mirta Macedo ex detenida política, testimonia:

Me llevaron sola (al baño). Como yo no me sacaba la bombacha el hombre me dijo: ‘¿Dónde se ha visto que una persona se bañe con calzones?’ Cuando me la saqué el hombre me apretó contra la pared, me penetró, tuvo todas las relaciones del mundo. Esa misma persona, cuando llegaba a la guardia, pasaba por donde yo estaba, apenas me tocaba y yo ya sabía que era él, le tenía terror, pánico. Es más, los días que ellos no tenían guardia iban a violarnos, éramos como sus putas. Ese hombre siempre me violó mientras estuve en el 300¹¹. El tipo me agarraba y me llevaba al baño. Uno al principio tiene intento de defenderse pero ¿qué te vas a defender con las manos atadas? Me violaba día por medio, cada dos días. Y después siempre me sentaba junto a mi marido. Era muy duro. Mirta Macedo.¹²

¹⁰ Ana Amoros, expresa política y una de las 28 mujeres denunciantes de violencia de género.

¹¹ El 300 Carlos era uno de los lugares de tortura masiva, ubicado en el espacio de un cuartel militar el Batallón de Infantería 13 pero en un lugar mas apartado al que accedían sólo los soldados habilitados en la tortura a los detenidos. Este año junto con uno de los jueces que investiga otra causa colectiva participé de una recorrida de reconocimiento de lugares de detención en ese establecimiento junto a un grupo de mujeres y hombres que pasaron por ese centro entre el año 72 y 83.

¹² Mirta Macedo detenida en 1975, denunciante en la causa de las 28 mujeres.

Las 28 mujeres que presentaron la denuncia penal en Uruguay, necesitaron de mucho tiempo para que los relatos de vejación finalmente fueran enunciadas públicamente. Necesitaron vencer el miedo a la vergüenza, y a la exposición. Necesitaron encontrar el coraje de hablar, desnudar su experiencia, derrotar la culpa y ponerle palabra al dolor, casi 30 años después. Inés Hercovich citada por Guadalupe Santa Cruz afirma que:

[...] el miedo es una de las formas más sutiles de dominación sexual, una tecnología de poder, más aun si el miedo es difuso, informe. Lo afirma sobre todo para las violaciones de mujeres, respecto de las cuales no sólo hay imágenes en bloque –narraciones ya hechas, ya juzgadas o en palabras de Suzanne Jacob, ficciones dominantes que impiden, cuando estas violaciones tienen lugar, abrir los relatos de las mujeres violadas, sino que el silencio-dificultad de nombrar y narrar-realimenta aquel temor colectivo carente de suelo, carente de forma”. (HERCOVICH, 1997 apud SANTA CRUZ, 2008, p.151).

Ellas tuvieron miedo de narrar lo sucedido aun después de la cárcel, y sólo pudieron hacerlo cuando lograron re-elaborar colectivamente el significado político de esa violencia. Una re elaboración que acompaña la emergencia del sujeto político feminista en el país, que da sustento y legitimidad a hablar de la especificidad del cuerpo de las mujeres en la represión.

Putas y traidoras

Una reflexión sobre violencia de género no puede obviar las múltiples formas de ejercicio de poder inscripto culturalmente en la matriz genérica de los varones y en particular de los represores investidos del poder de disponer de esos cuerpos en cautiverio.

Una de las estrategias de sometimiento de las y los detenidos en de los interrogatorios, es la combinación de dolor y vejación, mediante la tortura física, con la aparición del “bueno salvador y paternalista” que coloca un alivio momentáneo al dolor y al miedo. El llamado “Síndrome de Estocolmo” denomina esa reacción psíquica en la cual la víctima de un secuestro o de detención, desarrolla una relación de complicidad (y sometimiento) con quien la ha secuestrado. La “seducción” de los torturadores sobre jóvenes mujeres en una situación tan desigual de poder, es, ni más ni menos, una de las formas de la violación.

Marcelo Viñar señala que:

[...] existe un momento –en el sentido estructural de la palabra – en que el sufrimiento se desliza de la agresión en el cuerpo físico de un sujeto indemne a la más desoladora experiencia de desamparo. Este momento se sitúa después de un tiempo muy variable de prisión y tortura; según la estructura individual y el contexto de la situación, tiene lugar al cabo de horas, días o meses. Pero su desenlace me parece una encrucijada ineludible y decisiva. (VIÑAR; VIÑAR, 1993, p.39).

Esa encrucijada, es muchas veces apenas perceptible, ya que el miedo paraliza el discernimiento. La “desoladora experiencia de desamparo” a la que alude Viñar es el resultado ineludible de un cuerpo golpeado, mancillado, sucio, toqueteado, insultado, encapuchado y maloliente.

La violación, cuando se da en el ámbito familiar, expresa una manipulación afectiva que pone en juego el poder masculino frente a la niña, niño o adolescente. En la cárcel de la dictadura, el abuso y la tortura a jóvenes mujeres, se dio también en un contexto de victimización extrema, y adquirió formas muy diversas tendientes a degradar y someter. Uno de los testimonios de las 28 mujeres denunciadas cuenta cómo los soldados de la tropa fueron habilitados por los mandos militares para vejar a las mujeres incluso apoderándose en “propiedad” de alguna de ellas hasta hacerlas sentir esclavas.¹³

Otras situaciones diferentes se dieron como parte de la identificación con el torturador o de aquel represor que se acercaba supuestamente con miras de “aliviar” el dolor.

Estas mujeres fueron víctimas, al mismo tiempo, del poder patriarcal y la violencia-sometimiento del estado policíaco.

Ana Longoni analiza en el libro “Traiciones”, la construcción del “traidor y la traidora” en las culturas políticas de la izquierda de los 70 a partir de tres textos; “Recuerdos de la muerte”, de Miguel Bonasso; “Los compañeros”, de Rolo Diez; y “El fin de la historia”, de Liliana Heker. El análisis de Longoni dedica un capítulo especial a la traidora como puta (LONGONI, 2007).

A partir de los tres textos la autora muestra como “de modo sinuoso” “[...] las traidoras se deslizan a la categoría de putas. Esta asociación es remarcada más gráficamente en algunos textos, como el de Bonasso cuando dice ‘la traición se parece a una mujer seducida’”. Es así que el horror de la tortura y el terror recae sobre la víctima en una doble victimización. Los textos analizados por Longoni realizan esta asimilación sin que haya mediado la entrega de nombres o datos que

¹³ Testimonio de Mirtha Macedo disponible en: <<http://sdr.liccom.edu.uy/2011/11/16/cada-uno-tenia-su-mujer/>>. Acceso en: 15 dez. 2015.

hicieran posible la detención de otras personas. Es por tanto una tipificación de traición por “puta”.

Putas, como recuerda Marcela Lagarde, es un concepto genérico que define a las mujeres por el erotismo, en una cultura que lo ha construido como tabú para ellas (LAGARDE, 2005, p.559). Los testimonios de detenidas dan cuenta de cómo eran prostituidas como forma de atacar su autoestima y destruir su identidad política. Como define muy bien Beatriz Jimeno, la prostitución no se trata de comprar sexo, sino de comprar poder y simular una fantasía de dominación que reafirma la masculinidad hegemónica (GIMENO, 2012).

La Malinche mexicana se ha convertido en un símbolo de la traición por entregar su cuerpo y su vida al conquistador. Para Roger Bartra, “[...] la malinche- en la leyenda mexicana- es la Gran prostituta pagana: fue la barragana de Cortés y se ha convertido en el símbolo de la traición femenina” (BARTRA, 1987, p. 215). Esta imagen construye la especificidad cultural del patriarcado latinoamericano nacido del mestizaje entre colonizador y colonizadas.

Entre los muchos silencios y tabúes que aún nos rondan, los límites humanos frente a la tortura sigue siendo una zona oscura que interpela universos complejos donde se intersectan identidades políticas y personales, pero también la ética y los valores, que dan sentido a nuestras memorias.

Reanudar o re-anudar

Desde la doble acepción de volver a empezar o volver a anudar los hilos rotos, la memoria es siempre este acto de renovación de los hechos.

Los cuerpos atravesados por lógicas culturales y sociales, tabúes y prohibiciones, discursos y disciplinas, binarismos sexuales desde los cuales construyeron su ser hombres o mujeres, aún disputan los sentidos de la memoria no sólo con los otros (el estado, las leyes, los representantes de dar vuelta la página), sino consigo mismos, con las interpretaciones de sus propias lógicas y dolores.

Ana María Fernández señala la necesidad de

[...] revisar los a priori lógicos desde donde los cuerpos han sido categorizados, clasificados, ordenados, teorizados, instituyendo las condiciones de posibilidad de los saberes sobre el cuerpo, delimitando sus áreas de visibilidad e invisibilidad, sus principios de ordenamiento, sus formas de enunciabilidad y sus regímenes de verdad. Y aquí pareciera que el antiguo ordenamiento platónico alma-cuerpo aún despliega sus efectos, renueva sus eficacias, renaciendo de pequeñas muertes que nuestro ingenuo positivismo creyó infligirle. (FERNANDEZ, 2007, p. 266).

El acto de re-anudar se construye en las acciones colectivas de diferentes actores para imaginar nuevos horizontes emancipatorios, que instituyen los derechos de cada quien, como constructor de parámetros de vida en común.

Re-anudar significa revisar la experiencia y la memoria, y actuar críticamente en ellas y con ellas. Sin embargo, sólo es posible re-anudar cuando logramos antes desatar los nudos que atan la experiencia a interpretaciones neutras que construyen la invisibilidad histórica de las mujeres, desnudar los cuerpos de esos nudos permiten re-armar la capacidad de agencia y protagonismo, darle voz a la experiencia desde nuevos marcos interpretativos. Pero estos marcos encontrarán nuevas dificultades en el aparato judicial, ya que una violación es más difícil de probar que la tortura, aún para aquellas que la denuncian fuera del contexto de una cárcel o la tortura. La memoria convoca a la justicia y ésta es aún esquiva con las víctimas, en la mayoría de los países del Cono Sur. Pero tanto a nivel personal como colectivo la acción de re-anudar, es casi una condición imprescindible para recoger los retazos de experiencias, las pérdidas, los dolores y las muertes. Nos marcan el paso los rostros queridos de tantos jóvenes desaparecidos y muertos. Dice Ivonne Trias¹⁴ que “hay que anotar el rastro, las migas de pan, los hilos en el laberinto. Son los caminos para recuperar el alma, el rostro y la sombra.” (TRIAS, 2007, p. 9).

En esas búsquedas, aparecen las palabras que construyen la memoria. Mujeres y organizaciones feministas defensoras de derechos humanos, dan sostén y fortalecen la voz de las víctimas. Sin embargo, analizar las dictaduras cívico-militares desde la perspectiva feminista, abarca otras muchas aristas, que incluyen el análisis de la vida cotidiana en sociedades pautadas por el autoritarismo, la represión, y el miedo, y las formas que adquiere la resistencia, los nuevos rostros de la política, como las madres en la búsqueda de sus hijos o las redes solidarias frente a los perseguidos. Tenemos aún muchas dimensiones a explorar para armar el puzzle de nuestras memorias.

UNTIE, UNFOLD... RENEW

ABSTRACT: *This paper discusses how the construction of the feminist subject in Latin America opens up new theoretical approaches through which to analyze the experiences undergone by women under the dictatorships of the Southern Cone. If we can talk about gender violence in these dictatorships today it is because feminism has created a space where collective enunciation assumes the existence of a subject who is capable of politicizing her experience and thus of opening up a field of*

¹⁴ Ivonne Trias presa política desde 1972 a marzo de 1985. En sus años de cárcel, su marido Alfredo Mercader y su hermana Cecilia Trias desaparecieron en Argentina en el año 1976

debate with other social actors about the meanings of these experiences. To develop this idea, I have constructed an argument centered on the three verbs used by the feminist movement in Latin America during the celebration of its thirtieth year: to untie, to unfold, and to re-entangle. My aim is to show that certain categories that are perceived as neutral by the hegemonic culture may not be when the social experience of women – read from a feminist perspective – enters the public debate. Thus, I hope to bring to the fore dissonant aspects and hidden meanings that have been concealed up until now.

KEYWORDS: *Feminism. Patriarchy. Gender violence.*

REFERENCIAS

BARTRA, R. **La jaula de la melancolía**. México: Grijalbo, 1987.

BUSTAMANTE, F. (Coord.). **Uruguay Nunca Más**: informe sobre la violación a los Derechos Humanos (1972 -1985). Montevideo: Serpaj, 1989.

CELIBERTI, L.; GARRIDO, L. **Mi habitación mi celda**. Montevideo, Uruguay: ARCA, 1989.

ENCUENTRO FEMINISTA DE LATINOAMÉRICA Y CARIBE, 12., 2011, Bogotá. **Anais...** Bogotá: EFLAC, 2011.

FACIO, A. **Las mujeres y la Corte penal Internacional**. 2002. Disponible em: <<http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/369/File/PDF/CentrodeReferencia/Temasdeanálisis2/cpi/articulos/facioalda.pdf>>. Acceso em: 15 dez. 2015.

FERNÁNDEZ, A. M. **Las lógicas colectivas**: imaginarios, cuerpos y multiplicidades. Buenos Aires: Biblos, 2007.

GIL, D. **El capitán por su boca muere o la piedad de eros**. Montevideo, Uruguay: Ediciones Trilce, 1999.

GIMENO, B. **La prostitución**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2012.

GONELLA, C. Entrevista de Kay García en *Umbrals*. *Crónicas de la utopía*. 2010

HERCOVICH, I. **El enigma sexual de la violación**. Buenos Aires: Biblos, 1997.

JELIN, E. Dilemas del presente: los abusos sexuales como crímenes de lesa humanidad. **Revista Umbrals**, Córdoba, 2010.

_____. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires; Madrid: Siglo XXI, 2002.

LAGARDE, M. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas, locas**. 4.ed. México: UNAM, 2005. (Colección Posgrado).

LAMAS, M. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría Género. **Papeles de Población**, Toluca, n.21, p.147-178, jul./set. 1999.

LONGONI, A. **Traiciones: la figura del traidor en los relatos acerca de los sobrevivientes de la represión**. Buenos Aires: Editorial Norma, 2007.

SANTA CRUZ, G. El discurso público sobre la moral sexual. In: RICHARD, Nelly. **Debates críticos en América Latina**. v.1. Santiago de Chile: Cuarto Propio: Arcis, 2008. p. 151-156.

SAPRIZA, G. Memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay 1973-1985). **DEP Deportate Esuli Profughe: rivista telematica di studi sulla memoria femminile**, Venice, n.11, p.67, 2009. Disponible en: <http://www.unive.it/media/allegato/dep/n_1speciale/05_Sapriza.pdf>. Acceso en: 15 dez. 2015.

SEMPOL, D. Homosexualidad y cárceles políticas uruguayas: la homofobia como política de resistencia. **Sexualidad, Salud y Sociedad -Revista Latinoamericana**, n.4, p. 53-79, 2010. Disponible en: <www.sexualidadsaludysociedad.org>.

TODOROV, T. **Los Abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

TRÍAS, I. **La tiente**. Montevideo: Trilce, 2007.

VIÑAR, M.; VIÑAR, M. **Fracturas de la memoria**. Montevideo: Trilce, 1993.

Recebido em 20/02/2015.

Aprovado em 30/10/2015.

MULHERES VERSUS DITADURA, LATIFÚNDIO E MISOGINIA NA PARAÍBA¹

*Susel Oliveira da ROSA**

RESUMO: Nesse artigo, procuro refletir sobre os esquecimentos e silêncios que envolvem a história das mulheres e da ditadura civil-militar no Brasil. Ao fazer isso, apresento algumas mulheres paraibanas que, no contexto de exceção vivido cotidianamente dos anos 1950 para cá, investem/investiram no “cuidado com o mundo”.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Ditadura civil-militar. Testemunho. Paraíba.

Jeanne M. Gagnebin (2010), nos lembra que o silêncio sobre os mortos, desaparecidos e torturados de ontem, acostuma a silenciar sobre os mortos, desaparecidos e torturados de hoje. Vide o número de desaparecidos sociais no Brasil contemporâneo. Aqueles que enquanto vidas nuas² – como diz Giorgio Agamben (2004) – são mortos ou assassinados nas ruas e periferias das cidades brasileiras. Vida que pode ser exterminada sem que se cometa crime ou sacrilégio e remonta a uma exclusão originária que funda a comunidade humana e remete a relação de exceção. Vidas como dos inúmeros Amarildos - Amarildo Dias de Souza: pedreiro detido e assassinado por uma das Unidades de Polícia Pacificadora da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro em 2013 - e Cláudias - Cláudia Ferreira Silva: auxiliar de

* UEPB - Universidade Estadual da Paraíba. Departamento de História. Guarabira – PB – Brasil. 58200-000 - susel.oliveira@gmail.com.

¹ Pesquisa financiada pelo Edital Universal/CNPq/2013. Alguns trechos desse artigo foram retirados do livro “Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante” (SP: Intermeios/Fapesp, 2013).

² ‘Vida nua’ é uma expressão retomada por Giorgio Agamben, pela qual ele designa a vida matável e insacriável do *homo sacer*, a vida que foi colocada fora da jurisdição humana; seu exemplo supremo é a vida no campo de concentração. A origem da expressão “vida nua” remonta a Walter Benjamin, para quem a ‘vida nua seria a portadora do nexos entre violência e direito.

serviços baleada e depois arrastada num carro da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 2014. Ambos pobres e negrxs: vidas matáveis no horizonte biopolítico do mundo contemporâneo. Em relatório recente, a Anistia Internacional anuncia: são mais de 30.000 jovens assassinados por ano no Brasil – desses, 77% são negros -, o que dá uma média de 82 por dia e 7 a cada duas horas³. A maioria vítima da violência policial. As Mães de Maio de 2006 brasileiras - são testemunhas dessa violência⁴.

Um impulso que vai de encontro a esse silêncio é o que nos impulsiona a escrever sobre os temas que são abordados nesse dossiê. Pra mim, significativamente, àqueles que envolvem testemunhos, pois acredito que mesmo que a linguagem possa fracassar na tentativa de abarcar os sentimentos e os sofrimentos envolvidos em situações traumáticas, precisamos inscrever na memória coletiva o trauma individual e social. Especialmente no Brasil, cuja memória do período da ditadura civil-militar é marcada por uma política de esquecimento que só recentemente – e de forma muito parcial e limitada com a criação das Comissões da Verdade, apesar de todo investimento das Comissões de Familiares e Mortos e Desaparecidos -, passa a dar lugar ao trabalho de luto e ao acerto de contas com o passado. Nesse contexto, é essencial pensarmos – como propõe Beatriz Sarlo (2007) - que a lembrança precisa vir acompanhada da reflexão: como aconteceu, por que aconteceu, de que forma foi possível?

Mesmo que não tenhamos ainda uma cultura do testemunho em terras brasileiras, a reflexão de Sarlo (2007) é válida, pois a violência que marca a trajetória do estado-república-de-exceção no país – e se intensificou com as ditaduras – autoriza os desaparecimentos, as exclusões e os assassinatos sociais e políticos de ontem e hoje.

Logo, vale sublinhar também que quando falamos em memória, falamos na dinâmica entre lembrança e esquecimento – dinâmica essencial ao funcionamento da memória. Nesse sentido, Gagnebin (2010) – acompanhada por Ricouer, Freud, Proust, Nietzsche, entre outros – lembra-nos que existem algumas modalidades positivas de esquecimento – nas quais o esquecimento não é uma não-memória, não é um apagar dos rastros ou uma página em branco. Dentre esses esquecimentos positivos, a filósofa cita:

O esquecimento de reserva: que de Freud a Proust está ligado as lembranças não-conscientes/inconscientes, que podem se transformar em aliados preciosos no processo de recordação, quando solicitadas; o esquecimento alegre, de Nietzsche: uma dimensão feliz do esquecimento, que acena pra leveza, mas isso depois de

³ Para saber mais consultar Anistia Internacional, *Jovem Negro Vivo*, Disponível em: <<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>>. Acesso em: 27 out. 2015.

⁴ Sobre as “Mães de Maio de 2006” brasileiras, consultar: <<http://maesdemaio.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 27 out. 2015.

um longo e generoso processo de elaboração. Esquecimento que, pós-elaboração, permite que não se carregue mais o passado como uma pedra nos ombros, o que cede lugar a novas possibilidades de vida:

Como se sabe, no mínimo desde Freud e Proust, o esquecimento não é somente uma não-memória, um apagar de rastros, uma página em branco. Existe também aquilo que Paul Ricouer, na sua suma *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, chama de “esquecimento de reserva”, isto é, um manancial de lembranças não conscientes, diria Proust, inconscientes, diria Freud, que pode se transformar num precioso aliado no processo de recordação quando o sujeito do lembrar desiste de tudo controlar no campo restrito de sua consciência. Existe igualmente, como afirma toda a filosofia de Nietzsche, uma dimensão feliz do esquecimento, uma alegria e uma leveza que permitem fazer as pazes com o passado, geralmente depois de um longo, dolorido e generoso processo de elaboração, leveza e alegria que possibilitam não carregar mais o passado como uma pedra nos ombros, mas reaprender a dançar e a inventar outras figuras de vida no presente. Esse esquecimento feliz remete, na tradição literária e filosófica, ao êxtase erótico e à embriaguez dionisíaca, na tradição religiosa ao enlevo místico, à Graça e ao Perdão que são como prefigurações da Redenção [...] **Essas dimensões positivas do esquecimento nunca negam ou apagam o passado, mas transformam seu estatuto vivido no presente**, permitem que se viva sem ressentimento, diz Nietzsche, sem cair na perpétua repetição, diz Freud, **permitem a instauração do novo**. (GAGNEBIN, 2010, p.179).

No Brasil, as pessoas que viveram os anos da ditadura civil-militar, que foram presas, torturadas ou acompanharam amigos e parentes que o foram, não tiveram ainda a possibilidade de acionar essas dimensões positivas e essenciais a vida. A imposição do esquecimento, como gesto forçado de apagar e ignorar, de fazer como se não houvesse havido tal crime, dor, trauma, ferida no passado, vai na direção oposta dessas funções positivas do esquecer para a vida. Lembrando que impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar – portanto um não lembrar, uma memória impedida. Espaços vazios, buracos de memória, do não-dito do passado que se entrelaçam aos lugares sem lei do presente, espaços de exclusão e exceção (GAGNEBIN, 2010).

Esquecimento que toca em especial a trajetória das mulheres. Vale lembrar que para a ditadura, as mulheres militantes encarnavam um papel duplamente transgressor: transgrediam enquanto agentes políticos ao se insurgirem contra a ditadura e transgrediam ao romper com os padrões tradicionais de gênero ao ocupar o espaço público e a arena política (COLLING, 1999; FERREIRA, 1996; ROSA, 2013; RAGO, 2013; TEGA, 2010).

Logo, abordar a história dessas mulheres significa abordar versões diferentes da ditadura, como propõe Leonor Arfuch (2009). Versões que supõem um trabalho com a memória, em seu entrelaçamento com o público, o privado e o íntimo, especialmente quando também está em jogo o corpo. Está em jogo o corpo, por que se a disseminação da tortura, do desaparecimento e dos sequestros perpetrados pelas forças repressivas atingiram os militantes em geral, adquiriram um caráter específico em relação às mulheres por meio da violência baseada no gênero. Torturar através de estupro, mutilação, humilhação, insultos e ameaças sexuais foram técnicas sistematicamente utilizadas contra as mulheres, desde o momento da prisão até a sala de torturas.

Eis que essas versões mostram a diversidade de perspectivas nos processos históricos, já que se faz necessário falar da tortura e simbolizar o traumático. E não só como denúncia do horror, mas para mostrar como os testemunhos das presas e presos políticos falam também de resgate de valores, de cuidado com o mundo, de valorização do espaço público, de políticas da amizade (SAPRIZA, 2009; ROSA, 2013).

Essa é uma questão que me acompanhou ao refletir sobre a trajetória de mulheres que lutaram contra as ditaduras militares instauradas na América Latina. Mulheres como Vera Lucia Magalhães, Yara Gouveia, Delcy Gonçalves de Paula, Maria José de Lima e muitas outras. Mulheres que viveram os tempos sombrios da ditadura militar, inventando possíveis saídas para além das capturas biopolíticas. Suas narrativas femininas (feminino aqui entendido como construção cultural e não dado natural), vale dizer, não lamentam o destino da revolução. São narrativas que privilegiam o devir revolucionário, para Gilles Deleuze e Claire Parnet (1998), o único capaz de conjurar a vergonha e responder ao intolerável.

Vale enfatizar, como diz Rago (2009) que não se trata de vitimizar mais uma vez as mulheres nem de construir figuras heroicas ou idealizadas. Trata-se, antes, de abrir espaços para outras memórias. Memórias que estejam diretamente ligadas ao fato de que, se no limiar da modernidade biológica a espécie ingressou no jogo das estratégias políticas, dando forma a biopolítica, isso não significa que a vida tenha sido totalmente integrada às técnicas que a gerenciam, ela lhes escapa continuamente, como ressaltou Michel Foucault (2001).

Mas como manter o empenho com o mundo num contexto de exceção? Que estratégias e resistências foram possíveis? Estratégias não excepcionais, num contexto de excepcionalidade. Nilce Cardoso, Danda Prado, Flávia Schilling e muitas outras mulheres responderam a minha pergunta através de suas trajetórias numa pesquisa de pós-doutoramento que realizei entre os anos de 2008 e 2011 (ROSA, 2013). Entretanto, essas questões continuaram em minha mente ao

chegar na Paraíba - estado do nordeste brasileiro, sede de algumas das conhecidas Ligas Camponesas⁵ e local de conflitos intensos pela terra, com muitas mulheres envolvidas nos movimentos sociais e políticos. Dessa vez, não apenas contra a ditadura, mas também contra o latifúndio.

Nesse artigo, ao refletir sobre os esquecimentos e silêncios que envolvem a história das mulheres e da ditadura civil-militar no Brasil, faço uma breve apresentação – fruto de um levantamento preliminar de pesquisa - de algumas mulheres paraibanas que no contexto de exceção vivido cotidianamente dos anos 1950 para cá, investem/investiram no cuidado com o mundo.

“Por muito que as coisas do mundo nos afetem, por muito profundamente que nos abalem e estimulem, só se tornam humanas para nós quando podemos discutilas com nossos semelhantes”, diz Hannah Arendt (1991, p.36) ao retomar o valor político da amizade, aliada à noção de “cuidado com o mundo”. Mundo que Arendt não entendia, simplesmente, como as pessoas que o habitavam, mas sim como o espaço-entre, “o mundo está entre as pessoas [...] muito mais do que os homens, ou o homem, ao contrário do que muitas vezes se pensa” (ARENDRT, 1991, p.12-13). Ao aceitar o compromisso com o mundo torna-se contingente refletir sobre o que estamos fazendo de nós mesmos, problematizar nossas práticas, localizando-nos no entre-tempo das coisas que não são mais e daquelas que virão a ser.

Camponesas, repentistas, advogadas, freiras: elas são muitas e múltiplas

As mulheres do presente
Não são mais as do passado,
Não ficam em cima do muro
Olhando para cada lado
Sem ter direito de ver seu sonho realizado.
As mulheres do passado
Viviam sem opção
Eram escravas do lar da cozinha e do fogão
Objetos de prazer dos desejos do machão.
Aprendemos dizer não,
Para nossa outra metade
E não baixar a cabeça perante a sociedade
Porque a mulher não é de ninguém propriedade.
(Soledade e Minervina - CD Vozes que se misturam)

⁵ Sobre a história das Ligas Camponesas na Paraíba, vale a pena conferir Rangel (2000).

Mulheres como **Elizabeth Teixeira** e **Margarida Maria Alves** investiram no cuidado com o mundo no sentido arendtiano de pensar sobre seu tempo e agir no espaço público. Tanto Elizabeth Teixeira quanto Margarida Alves tem em comum o território-espaço onde viveram: a Paraíba. Elizabeth Teixeira assumiu papel central de liderança na Liga Camponesa de Sapé – cidade localizada na região do chamado Brejo Paraibano, território que foi alvo de repressão intensa, tanto dos latifundiários (e seus pistoleiros), quanto do Estado. Espaço que congrega muitos municípios e faz fronteira com Rio Grande do Norte e Pernambuco – logo após o assassinato de João Pedro Teixeira⁶. Margarida Maria Alves foi líder sindical, ligada ao Sindicato dos trabalhadores Rurais da cidade de Alagoa Grande/PB e ao Movimento das Mulheres Camponesas da Paraíba. Foi assassinada por pistoleiros de latifundiários e usineiros no ano de 1983. Sobre ambas já temos alguma produção bibliográfica que trata de registrar suas trajetórias⁷.

Porém, além de Elizabeth Teixeira e Margarida Alves muitas outras mulheres se insurgiram contra o sistema vigente – a ditadura civil-militar e o latifúndio – na região. Mulheres como **Cândida Magalhães** que participou dos primeiros movimentos feministas, foi presa durante a ditadura e trabalha(ou) na Secretaria de Política para Mulheres da Paraíba. Como **Lourdes Meira** que ligada ao PC do B também lutou contra a ditadura e hoje faz parte da União Brasileira de Mulheres e é uma das coordenadoras do Fórum das Mulheres da Paraíba. Mulheres como **Maria do Carmo de Aquino** – também conhecida como **Maria Cuba**, referência explícita as suas passagens por Cuba durante os anos 1970 – que criou a Liga Camponesa de Guarabira e foi presidenta da Associação das Ligas Camponesas do Brejo. Maria Cuba ou *Maria del Cuba* – como chamavam-na os companheiros cubanos - precisou exilar-se e só voltou ao Brasil pós-anistia. Ou ainda, mulheres como **Valeria Resende**: freira que abrigou e refugiou militantes perseguidos pela ditadura, na cidade de Guarabira e **Isabel Cavalcante**, advogada que defendeu os trabalhadores rurais frente aos latifundiários. Conduzida ao DOPS de Recife várias vezes, ainda nos anos da ditadura civil-militar criou o Centro de Direitos Humanos da cidade de Guarabira/PB. Acusada de comunista sofreu cerceamentos profissionais em função de sua trajetória de luta e militância.

Mulheres como **Ophélia Amorim**, advogada paraibana que trabalhou na Superintendência da Reforma Agrária e participou da Liga Camponesa de Sapé e atualmente reside no interior do estado de São Paulo. Lutou em defesa dos direitos

⁶ Sobre João Teixeira e sobre as Ligas Camponesas: "Cabra marcado para morrer" (1984), filme sob direção de Eduardo Coutinho/Brasil, e *Lutas Camponesas no Nordeste* de Manuel Correia de Andrade (1986), entre outros.

⁷ Ana Paula Ferreira (2010); Guilherme Rocha (1996); Lourdes Bandeira, Neide Miele e Rosa Godoy (1997), entre outros.

trabalhistas, contra os abusos dos latifundiários, abusos que se intensificaram com o golpe civil-militar. Seus vínculos políticos, o fato de advogar em nome dos trabalhadores rurais e a defesa da Reforma Agrária resultou na sua prisão logo após o golpe, em abril de 1964. Em seu depoimento para a Comissão Estadual da Verdade/PB em 14 de abril de 2014 (PARAÍBA, 2014), enfatizou que “[...] a repressão não tinha medidas: poderia ser de uma prisão até ao espancamento; passamos por espancamentos, torturas e até a morte, como ocorreu com vários companheiros nossos... fui presa no dia 6 de abril, também de 1964”.

Mulheres como **Maria da Penha do Nascimento Silva**, líder sindical que junto com Margarida Maria Alves lutou pelas impunidades e restrições dos direitos trabalhistas dos camponeses. Após o assassinato de Margarida, Penha deu continuidade ao trabalho. Participou da criação da CUT/PB (Central Única dos Trabalhadores da Paraíba) da qual também foi diretora. Foi uma das fundadoras do Movimento de Mulheres do Brejo (MMB) e publicou os livros *Violência Rural e Reforma Agrária* (SINDICATO RURAL DE TRABALHADORES DE ALAGOA GRANDE, 1986) e *Porque trabalhar com mulheres* (SILVA, 1988), além de inúmeras outras publicações e cadernos organizados. Morreu no mesmo acidente que vitimou a feminista Elizabeth Lobo, em março de 1991, alguns dias antes de testemunhar no inquérito que investigava a morte de Margarida Maria Alves. Além de Penha e Elizabeth Lobo, estavam no carro duas professoras: Socorro Rangel e Lourdes Bandeira. Sobre a fatalidade, Lourdes Bandeira rememora:

O acidente provocou mobilização social e política muito forte, pois se tratava de duas mortes e, sobretudo, da sindicalista Maria da Penha que seria a testemunha na semana seguinte, da morte de outra sindicalista, Margarida Alves. Maria da Penha vinha sofrendo ameaças há algum tempo. Foi levantada a hipótese de que o acidente teria sido um atentado a Maria da Penha, sei que é uma história muito complicada, mas sem dúvida, foi uma profunda fatalidade. Foi um momento de muita dor e muito sofrimento para todas nós, familiares, amigos e colegas. A professora Elizabeth Lobo, da USP havia demonstrado interesse em participar da entrevista com Elizabeth Teixeira, porque ela e o marido tinham, em algum momento anterior, assessorado o cineasta Eduardo Coutinho que escreveu o roteiro do filme “Um cara marcado para morrer”. Na verdade, o livro sobre Elizabeth Teixeira seria publicado com o nome parafraseando: “Uma mulher marcada para viver”. Foi publicado um livro, mas com muitas reservas. Penso em retomá-lo, num futuro próximo, após uma conversa com Dona Elizabeth Teixeira. (GROSSI; MINELLA; PORTO, 2006, p. 233).

Mulheres como **Maria da Soledade Leite**, camponesa-repentista que atuou na Liga Camponesa de Mulheres com Margarida Alves e Maria da Penha: “[...] conheci a Margarida e a Penha em 1975 [...] Depois da morte de Margarida a gente viu a necessidade de fundar um movimento de mulheres; aí a gente fundou, a gente criou o MMB”⁸. Soledade deu continuidade ao trabalho de ambas e continua atuando no MMB (Movimento de Mulheres do Brejo da Paraíba) e no Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT/PB). Os repentes de Maria da Soledade são marcados pelo envolvimento social e político, especialmente a luta pela terra e o feminismo, a exemplo do repente – ou arte da cantoria – usado como epígrafe no início desse tópico. Conta que depois da morte de Margarida e Penha, enfrentou muitas dificuldades para continuar com o MMT /MMB, mas conseguiu dar continuidade ao trabalho com a ajuda de outras mulheres como **Luzia Soares Ferreira**. Luzia é atual presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, trabalhou com Penha e atualmente também coordena, na cidade onde mora, uma Rede de Letramento de Jovens e Adultos. Conta-nos como surgiu a necessidade de criar um movimento de mulheres:

O movimento surgiu do momento que vimos a necessidade. Como foi essa necessidade? Os homens vinham para as reuniões e traziam as mulheres, só que as mulheres não tinham o direito de falar, só quem falava eram os homens. Eu, Penha e Carmelita Pedrosa, a gente começou com aquela preocupação: “por que vocês não falam mulheres? Falem também vocês, também são sócias [...] Elas ficavam ali com vergonha, porque na época elas achavam que só o homem tinha direito, o homem era tudo e nós mulheres não era nada [...] Penha dizia: “Luzia, as mulheres não falam aqui, então vamos formar um grupo de mulheres”. Eu disse: “É Penha, nós já temos um grupo, tem Carmelita, tem eu e tem você, Soledade, tem Ilda [...]Aí a gente começou se reunindo e fomos juntando aquelas mulheres [...]”. (Depoimento de Luzia Soares Ferreira)⁹.

Mulheres como **Maria das Neves Moura do Nascimento** – mais conhecida como **Dona Lia** – agricultora que fundou o STRR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Riachão/PB) e a Associação de Mulheres.

Sobre essas e outras mulheres e inspirada em trabalhos como os de Rago (2009, 2010, 2013), Shoiet (2009, 2003), Pedro (2009, 2010), Moraes (2008, 2000), Wolff (2013, 2009) e Sapriza (2009) - uma das responsáveis pelo projeto *Memória para Armar*, que reuniu mais de 300 relatos de ex-presas políticas e mulheres que vivenciaram a ditadura no Uruguai -, entre outras, que registro, agora, histórias de

⁸ Entrevista com a autora em 28/06/2014.

⁹ Entrevista realizada em 13/01/2015.

mulheres que investiram no cuidado com o mundo e no devir revolucionário na Paraíba, durante, antes e após os anos da ditadura civil-militar.

Ao afirmar que a vida tornara-se alvo dos investimentos biopolíticos, Michel Foucault (2001, p.134) não deixou de lembrar, também, que essa mesma vida, sem cessar, escapa aos cálculos do poder: “não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente”. Faz isso se apoiando no mesmo ponto onde o biopoder investe, ou seja, na vida: “[...] o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível” (FOUCAULT, 2001, p.135).

Essas são histórias de mulheres que, no mínimo, tensionaram e escaparam inúmeras vezes às capturas e aos cálculos do poder em meio aos tempos sombrios, no exato sentido atribuído por Hannah Arendt (1991) à expressão. Tempos de estado de exceção, de ditadura, de repressão, de pena de morte, de assassinatos e perseguições políticas explícitas. Algumas talvez não tenham se conhecido, não tenham sido amigas, mas têm em comum o que Arendt (1991) chamou de inquietação e compromisso com o mundo. Carecem de uma concordância feliz e natural com o mundo. Nesse sentido, manter-se empenhado com o mundo significa não se sentir bem com o que acontece no seu tempo e, apesar disso, continuar acreditando nas possibilidades, manter seu compromisso em relação ao mundo.

Da solidão das memórias obliteradas

Devo ressaltar ainda que, se as mulheres têm estado ausentes, com algumas exceções, nos textos históricos e nas produções biográficas e autobiográficas, em que se narram os acontecimentos da ditadura civil-militar, esse contexto é mais intenso quando falamos no Estado da Paraíba e, em especial, o interior: a região do Agreste e do Brejo paraibano. Espaço-território onde foram formadas algumas das mais conhecidas Ligas Camponesas do Nordeste (como as das cidades de Sapé e Guarabira). Espaço-território que, como enfatizei anteriormente, foi alvo de repressão intensa: tanto dos latifundiários (e seus pistoleiros), quanto do Estado.

De acordo com o Mapa da Violência de 2012 (WASELFSZ, 2012), o estado da Paraíba é um estado que registra 20 vezes mais homicídios contra negros do que contra brancos; altos índices de violência contra as mulheres e contra homossexuais; estado de onde partiram grandes contingentes migratórios de áreas rurais para zonas industriais do centro-sul brasileiro, e de onde são recrutados cerca de 8% dos trabalhadores, submetidos às condições análogas à escravidão em outras regiões do

país, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2011); região com fortes traços de formas de dominação política tradicional e conflitos sociais intensos, particularmente relacionados à questão agrária.

Espaço-território marcado pela luta dos camponeses e trabalhadores rurais frente aos latifundiários. Espaço-território inúmeras vezes marcado pelo medo e pelo silêncio mesmo anos após o fim das ligas camponesas e de muitas mortes – como o assassinato de Margarida Maria Alves em 1983. Medo e silêncio possíveis de registrar através das lembranças dos moradores da região: “Há muitos anos atrás, quando comecei esta pesquisa, compartilhei com um grupo de pesquisadores [...] a forte sensação de que as Ligas Camponesas eram ainda muito presentes no cotidiano dos trabalhadores daquela região, mas uma experiência silenciada [...] o tempo vivenciado se dividia em ‘antes’ delas e ‘depois’ delas” (RANGEL, 2000, p.11).

Em sua dissertação, defendida no ano de 2000 – *Medo da morte, esperança de vida: a história das ligas camponesas na Paraíba* – a historiadora Socorro Rangel conta que alguns de seus entrevistados:

[...] não conseguiam falar porque o corpo todo tremia. Outros marcavam as entrevistas e sumiam misteriosamente. Outros me pediam dinheiro para o caso de precisar fugir depois da entrevista. Muitos se disseram doentes e, portanto, impossibilitados de lembrar. E a maioria, simplesmente, se recusava a tocar no assunto. No entanto, o medo que impedia o discurso, explicitava nas caras, nos gestos, nas atitudes e nas falas de recusa, a densidade de uma experiência permanentemente renovada numa relação tensa e vigilante entre os camponeses e os donos da terra. Impedidos de partilharem as lembranças, a memória das Ligas para os camponeses, era dolorosamente solitária (RANGEL, 2000, p.11).

Silêncio que resulta na/da política de esquecimento que marca a trajetória do Estado brasileiro no que diz respeito às memórias da ditadura. Silêncio que recentemente vem sendo problematizado com a criação da Comissão Nacional da Verdade e das Comissões Estaduais da Verdade. Política de silenciamento, investimento em uma memória única que acaba por apagar também as histórias das resistências, como nos mostra Flávia Schilling (2010). No caso das lembranças sobre as Ligas Camponesas e a atuação da repressão na Paraíba, silêncio sobre

[...] as torturas, as mortes dos companheiros, as ameaças permanentemente renovadas, [que] destruíram os suportes da memória coletiva, o que restou, foram fragmentos dolorosamente e só aparentemente esquecidos. Através dos signos do medo – mãos que tremiam, vozes que se calavam, corpos que adoeciam e dos discursos dolorosamente manifestados, fui desvendando os contornos de uma

memória, que codificou além do medo, desejos, disposições e esperanças, porque quando resolvem romper com o silêncio, quase sempre submerge do discurso, por contraste, a evocação de uma outra história, ressignificada pelo orgulho e pela esperança (RANGEL, 2000, p.III).

Silêncio que se acentua quando falamos da violência contra as mulheres, já que para a repressão e seus agentes, as mulheres militantes encarnavam um “[...] papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente)” (FERREIRA, 1996, p.152). A figura da mãe ou da santa – comum nos anos 1970 – cedia lugar rapidamente à figura da bruxa e da prostituta. Elizabeth Ferreira (1996) salienta que as mulheres não eram acusadas somente por serem terroristas, mas acusadas duplamente por serem terroristas e mulheres: uma combinação infame para a repressão. Desde o momento da prisão até o horror da sala de torturas, estavam nas mãos de agentes masculinos fiéis às performances de gênero, que utilizavam a diferença como uma forma a mais para atingir as mulheres.

Agentes que, durante a ditadura militar, tinham uma licença especial para matar, torturar ou estuprar. Agentes que viam as mulheres militantes como “desviantes, aquelas que renegavam sua natureza, ousando ocupar o espaço da luta política” (COLLING, 1999, p.97). Mesmo nos relatos posteriores sobre a trajetórias das mulheres, nas pesquisas que se propõem a resgatar suas trajetórias e enfatizar suas lutas, percebemos ainda o quanto essas trajetórias continuam sendo apresentadas de acordo com as performances de sexo e gênero (ROSA, 2013).

Alômia Silva (2008) lembra – para citar um exemplo – que os registros mais significativos de **Elizabeth Teixeira** são marcados pela sua condição primeira de viúva do líder das ligas camponesas. Esposa que, depois do assassinato de João Teixeira, assume o lugar de liderança ocupado pelo marido. Elizabeth Teixeira é a líder que deu continuidade ao lugar ocupado pelo marido assassinado, é a mãe dos filhos de João Teixeira, é a eterna viúva de João. Condição de viuvez que é marcada pela falta. Já os relatos e representações de **Margarida Maria Alves** estão sempre acompanhados da descrição da mulher que apesar de ocupar o espaço público da arena política, de coordenar um sindicato e ocupar o lugar de líder da luta dos camponeses frente aos latifundiários, não deixou de ser uma excelente mãe, esposa e religiosa. Essas características são sempre enfatizadas quando se fala da líder dos trabalhadores rurais. Novamente é o corpo das mulheres, sua sexualidade e sua capacidade reprodutiva que são enfatizados. Dessa vez, para mostrar que ocupar o espaço público não deve excluir o lugar de ser o sexo e a maternidade.

O testemunho e as mulheres...

No nosso processo civil e penal brasileiro, existem duas maneiras de uma pessoa testemunhar sobre o fato. Uma se chama a testemunha presencial e a outra que sabe do fato por ouvir dizer. Eu sou testemunha da primeira categoria, a testemunha que presenciou o fato. (Ophelia Amorim, Depoimento na Comissão Estadual da Verdade)¹⁰.

Em seus inúmeros escritos sobre o testemunho, Seligmann-Silva (2010), além de enfatizar que “[...] o testemunho, com todos seus conhecidos limites, buracos e impossibilidades, pode ser um caminho para [...] o que foi e ainda é recalcado pelas nossas elites”, retoma a tragédia grega *Eumênides* – que narra a história do julgamento do matricida Orestes – acenando para o argumento patrilinear e falocêntrico que estaria na origem do testemunho. “Orestes reconhece ser o assassino, mas nega que tenha sido injusto. Afinal ele não teria matado um parente ao matar a mãe. Neste ponto, ele pede que Apolo o apoie com seu testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 75). Apolo testemunha, afirmando que o filho não é gerado pela mãe, pois o criador de fato seria o homem que fecunda. Além de Apolo, Atena também reafirma o argumento falocêntrico que torna o matricida Orestes - antes banido pelo assassinato da mãe - rei de Argos. Julgamento que tem como coluna vertebral, o testemunho. Nessa lógica testemunhal patrilinear – em outra tragédia, o parricida Édipo é excluído da comunidade pelo assassinato do pai e tornado *homo sacer* (AGAMBEN, 2010) – o matricida Orestes é inocentado e reconhecido como autoridade.

Para além da tragédia grega, Seligmann-Silva (2005) lembra ainda que a palavra *testis* em latim significa igualmente testemunho e testículo. Já no hebraico bíblico as palavras memória – *Zehker* - e masculino – *Zakhar* - se aproximam, enquanto a palavra que designa mulher e esposa – *Isha* -, estaria mais próxima de esquecimento - *Neshia*. Talvez aqui, possamos entender a pouca visibilidade e, mesmo ausência, dos testemunhos femininos na História patriarcal da ditadura civil-militar no Brasil.

Esse formato original do testemunho estaria ligado a uma lógica do convencimento em que o que conta mais é o olhar: “[...] o olhar e não a audição tem a absoluta precedência na cena patriarcal do testemunho [...] a claridade dos olhos, a luminosidade irrefutável da prova são postas ao lado do argumento patrilinear e falocêntrico” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.76-77).

¹⁰ Audiência pública realizada em 14.04.2014 na cidade de Sapé/Paraíba. Transcrição da autora.

Considerando a necessidade do testemunho, especialmente num país em que não temos essa cultura, Seligmann-Silva (2005) propõe que pensemos o testemunho para além dos seus significados originais, adotando, também, o modelo auricular. Diz isso, ao lembrar que testemunho também inclui sobrevivente:

Ao invés de reduzir o testemunho ao paradigma visual, falocêntrico e violento (que tende a uma espetacularização da dor), e sem esquecer testis a favor apenas de superstes, minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto um misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles se relacionam também de modo conflitivo. [...] Vendo o testemunho como o vértice entre a história e a memória, entre os fatos e as narrativas, entre, em suma, o simbólico e o indivíduo, essa necessidade de um pensamento aberto para a linguagem da poesia no contexto testemunhal fica mais clara. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.81-82).

Num modelo auricular, podemos considerar efetivamente a proposta de Gagnebin (2006, 2010) de ampliarmos o conceito de testemunha: **testemunha** não só no sentido daquele que viu e viveu, mas também daquele que ouve a narração do outro e atualiza essa memória. Certamente, incluindo as mulheres e todos os que escapam a ordem falocêntrica, branca e heterossexual.

Nesse sentido, ouvir a narração, acessar os arquivos pessoais e públicos de mulheres como Maria do Carmo de Aquino, Maria da Soledade Leite, Ophélia Amorim, Maria da Penha Nascimento, Dona Lia, entre outras, significa ampliar o conceito de testemunha e dar visibilidade às narrativas femininas que ousam denunciar, refletir e testemunhar, fragmentando as histórias oficiais, abrindo brechas no tecido textual, instigando a perguntar pelo silenciado, esquecido e reprimido, como propõe Rago (2009, 2013).

WOMEN VERSUS DICTATORSHIP, LARGE ESTATE, AND MISOGYNY IN PARAÍBA

ABSTRACT: *This paper, in reflecting on forgetting and the silences involving women's history and the civil-militar dictatorship in Brazil, introduces some women from Paraíba who, in the state of exception lived daily from the 1950's up to the present days, have invested in the "care of the world" (Arendt, 1991).*

KEYWORDS: *Women. Civil-Militar dictatorship. Testimony. Paraíba.*

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

_____. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDRADE, M. C. de. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

ARFUCH, L. Mujeres que narran: trauma e memória. **Revista Labrys**, Brasília, n.15-16, dez. 2009.

BANDEIRA, L. B.; MIELE, N. M.; GODOY, R. **Eu marcharei na tua luta**: a vida de Elizabeth Teixeira. João Pessoa: Universitária, 1997.

CABRA marcado para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Elenco: Elisabeth Teixeira e família, João Virgínio da Silva e os habitantes de Galiléia (Pernambuco). Narração: Ferreira Gullar, Tite Lemos e Eduardo Coutinho. Brasil, 1984. 1 DVD (120 min).

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

FERREIRA, A. P. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves**. 2010. 146f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FERREIRA, E. F. X. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2001. v.1.

GAGNEBIN, J. M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p.177-186.

_____. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: 34, 2006.

GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; PORTO, R. (Org.). **Depoimentos**: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

MORAES, M. L. Q. Direitos humanos e terrorismo de Estado: a experiência brasileira. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 13, 2008.

_____. Os direitos humanos como direitos históricos e a contribuição do feminismo brasileiro. **Revista Ideias**, Campinas, p.1, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Igualdade no trabalho: um desafio contínuo**. 2011. Trabalho apresentado ao 100^o Conferência Internacional do Trabalho, [S.l.], 2011. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorioglobal_2011.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

PARAÍBA. **Relatório Estadual da Comissão da Verdade**. 2014. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/wp-content/uploads/2014/04/Relat%C3%B3rio.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2015.

PEDRO, J. Narrativas do feminismo em países do Cones Sul: 1960-1989. In: PEDRO, J.; WOLFF, C. S. (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. v.1. p.115-137.

_____. Os feminismos e os muros de 1968 no Cone Sul. **Revista CLIO**, Recife, v. 26, 2009.

RAGO, M. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2013.

_____. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina Sheibe (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. v.1. p.156-173.

_____. Desejo de memória. **Revista Labrys**, Brasília, n.15-16, dez. 2009.

RANGEL, S. **Medo da morte, esperança de vida: a história das ligas camponesas na Paraíba**. 2000. 372f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ROCHA, G. **Margarida Alves**. São Paulo: Salesiana, 1996.

ROSA, S. O. **Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante**. São Paulo: Intermeios, 2013.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAPRIZA, G. **Memoria para armar: la construcción de un archivo: Relatos de mujeres sobre la dictadura en Uruguay**. In: ENCUESTRO ARCHIVOS Y DERECHOS HUMANOS: EL ARCHIVO Y EL TESTIMONIO, 3., Buenos Aires, sept. 2009. Disponível em: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/materiales/pdf/sapriza.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2015.

SCHILLING, F. Memória como resistência ou resistência como construção da memória. In: PADRÓS, E.S et al. (Org.). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul: história e memória: conexão repressiva e operação condor**. Porto Alegre: Corag, 2010. v.3. p.141-178.

SHOJET, R. Cisões, alianças e sucessos dos feminismos no Rio de Janeiro: anos 1970-1980. **Revista Labrys**, Brasília, n.15-16, dez. 2009.

_____. Mulheres e biografia: significados para a História. **Revista Lócus**, Juiz de Fora, v. 9, 2003.

SILVA, A. A. **Paraíba mulher-macho: tessituras de gênero, (desa)fos da história**. 2008. 252f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SELIGMANN-SILVA, M. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.2, n.1, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894/158>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

_____. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.30, p. 71-98, jun. 2005.

SILVA, M. da P. do N. **Porque trabalhar com mulheres**. Alagoa Grande: Colina da primavera, 1988.

SINDICATO RURAL DE TRABALHADORES DE ALAGOA GRANDE. **Violência Rural e Reforma Agrária: um relato de Penha, dirigente do STR de Alagoa Grande**. Alagoa Grande: Colina da primavera, 1986.

TEGA, D. **Mulheres em foco: construções cinematográficas brasileiras da participação política feminina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

WOLFF, C. S. Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone Sul. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, p 451-471, 2013.

_____. Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985). **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v.13, p.124-130, 2009.

Recebido em 09/02/2015.

Aprovado em 25/10/2015.

Artigos/Articles

A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A RECONSTITUIÇÃO DO PASSADO RECENTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DA SUA ATUAÇÃO

*Carlos Artur GALLO**

RESUMO: Neste estudo, analisa-se o surgimento e a atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) criada no Brasil para lidar com a memória da repressão política praticada durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964. Para melhor organizar a exposição, o estudo encontra-se dividido em duas seções. Na primeira, é analisado o processo de elaboração do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e do Projeto de Lei que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Na segunda, analisamos os resultados produzidos pelos trabalhos da Comissão, atentando para os percalços surgidos em sua trajetória.

PALAVRAS-CHAVE: Comissões da Verdade. Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Memória da repressão política.

Introdução

Entre 1964 e 1985, no contexto da Guerra Fria, o Brasil viveu sob uma ditadura civil-militar. Os militares no poder, contando com o apoio de parcelas da elite civil do país, aplicaram e promoveram a Doutrina de Segurança Nacional – DSN (PADRÓS, 2008), sendo responsáveis pelo alinhamento da economia nacional aos novos padrões do capitalismo internacional (MARTINS, 1988).

Em 21 anos de ditadura, o aparato repressivo brasileiro deixou como saldo da repressão, além de resquícios psicológicos e sociais da aplicação da Doutrina de

* UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre - RS – Brasil. 91509-900 - galloadv@gmail.com

Segurança Nacional – DSN (PADRÓS, 2008): aproximadamente 50 mil pessoas presas somente nos primeiros meses depois do Golpe; pelo menos 426 mortos e desaparecidos políticos; um número até hoje desconhecido de mortos em protestos; 7.367 indiciados e 10.034 atingidos por inquéritos realizados em 707 processos que tramitaram na Justiça Militar por crimes contra a Segurança Nacional; 4 sentenças de morte (não consumadas); 130 desterrados; 4.862 cassados; 6.592 militares atingidos por atos do regime; milhares de exilados políticos; e centenas de camponeses assassinados (ALMEIDA; et al., 2009, p. 21; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Com o final da ditadura, mas, sobretudo a partir da primeira década dos anos 2000, questões relacionadas ao saldo da repressão política frequentemente têm vindo à tona, chamando a atenção para a necessidade de se pensar e implementar políticas destinadas ao enfrentamento das marcas que o autoritarismo deixou na história recente do país. Uma política pública específica formulada em países que viveram experiências autoritárias diz respeito à criação de uma Comissão da Verdade.

Neste trabalho analisamos a Comissão Nacional da Verdade (CNV) brasileira, seu surgimento e sua atuação. Para melhor organizar a exposição, dividimos o estudo em duas seções. Na primeira, nos detivemos na análise do processo de elaboração do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e do Projeto de Lei que criou a CNV. Na segunda, analisamos os resultados produzidos pelos trabalhos da CNV, atentando para os percalços surgidos em sua trajetória.

O processo de criação da Comissão Nacional da Verdade: da previsão no PNDH-3 à sanção da Lei nº 12.528/2011

A eficácia resultante da incorporação, em âmbito interno, das normas e dos princípios internacionais de proteção aos direitos humanos, pode ser analisada tendo-se por base as políticas de direitos humanos existentes em cada país (GONZÁLEZ, 2010). No que se refere especificamente ao caso brasileiro, verifica-se que a elaboração de políticas de direitos humanos avançou significativamente desde a realização da Conferência de Viena, em 1993.

Isso porque, além de ter reinserido o tema na pauta de discussões, a Conferência formulou algumas sugestões para que os países preocupados com a proteção dos direitos humanos pudessem reorganizá-las internamente (KOERNER, 2003). Uma das sugestões da Conferência, nesse sentido, era a criação de Programas Nacionais de Direitos Humanos. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) foi sugerido e previsto no item 71 da Carta de Viena, em 1993, e sua

elaboração, segundo Rodrigo Stumpf González (2010), talvez seja a ação mais concreta realizada pelo Governo Federal para estabelecer uma agenda nacional com vistas à formulação de políticas para os direitos humanos e, além disto, alinhá-la aos parâmetros internacionais fixados em Viena.

As duas primeiras edições do PNDH, o PNDH-1 e o PNDH-2, foram lançados respectivamente em 1996 e 2002, durante os Governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (BRASIL, 1996; 2002). Nos seus 8 anos de governo (1995-2002), FHC deu passos significativos não só na evolução das políticas destinadas à causa geral dos direitos humanos, mas também em direção ao tratamento da memória da repressão política. Merecem destaque, além das duas primeiras versões do PNDH: a) a edição da Lei nº 9.140 de 1995, que reconheceu como mortos e desaparecidos pelo aparato repressivo estatal 135 militantes; b) a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que, instituída pela Lei nº 9.140, concedeu indenizações aos familiares dos 135 desaparecidos políticos mencionados no Anexo da Lei, e possibilitou o julgamento de novos casos de mortes e desaparecimentos e a respectiva concessão de indenização às famílias dessas pessoas; c) a criação da Comissão de Anistia, em 2001.

No que se relaciona especificamente ao PNDH-1 e ao PNDH-2 (BRASIL, 1996, 2002), as políticas vinculadas à memória da repressão estiveram diluídas em previsões amplas que propunham a promoção: a) de políticas educacionais voltadas à sedimentação de uma cultura de direitos humanos; b) de políticas destinadas à garantia do acesso à justiça; c) da luta contra a impunidade e contra a tortura; d) da divulgação dos mecanismos internacionais de proteção internacional dos direitos humanos; e) do apoio à entidades de defesa dos direitos humanos. Mesmo permanecendo em um segundo plano, a temática ia obtendo, com a edição destas primeiras versões do PNDH, a consolidação de garantias complementares e necessárias ao próprio êxito da causa que há décadas vinha sendo representada por vítimas da repressão, familiares de mortos e desaparecidos, além de organizações e militantes de direitos humanos.

A nova edição do PNDH, ficou a cargo do sucessor de FHC, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, que governou o país de 2003 a 2010. No tocante ao PNDH-3, é visível que houve uma significativa ampliação do tratamento da memória da repressão no país, sendo reservado à temática um Eixo Orientador específico do documento: o Eixo VI, intitulado Direito à memória e à verdade (BRASIL, 2010c). Tão significativa quanto à organização de um Eixo para o tema, porém, era o seu conteúdo original.

Além de prever a preservação e promoção da memória da repressão (Diretriz nº 24) e a revisão da legislação que, produzida durante o período militar, ainda estava

em vigor (Diretriz nº 25), de acordo com a Diretriz nº 23, também estava prevista a criação, em 2010, de uma Comissão da Verdade (não realizadora da Justiça) a exemplo da Comissão da Verdade e Reconciliação sul-africana, que funcionou na África do Sul na segunda metade da década de 1990.

As ideias que deram base à formulação do PNDH-3 foram organizadas mediante a discussão pública na XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2008, e que:

Retomando a experiência da primeira conferência, realizada em 1996, esta edição teve por objetivo principal discutir propostas para subsidiar a elaboração do PNDH. Contando com a participação de 1.228 delegados em sua etapa nacional, a conferência foi precedida por etapas em todas as unidades da Federação (UFs), por sua vez precedidas por 137 conferências municipais, territoriais e livres. (IPEA, 2010, p. 284).

Apesar da ampla mobilização obtida durante a formulação do PNDH-3, antes de se encaminhar o lançamento da nova edição do Programa, em dezembro de 2009, houve uma tentativa de que suas disposições passassem pelo crivo de todas as pastas ministeriais, no intuito de aferir maior legitimidade às diretrizes estabelecidas pelas conferências – 31 ministérios aprovaram o texto – (BRASIL, 2010c). Passando por cada um dos ministérios para apreciação, o lançamento do Programa atrasou em quase um ano devido à apresentação, por parte do Ministério da Defesa, de um posicionamento contrário à apuração das violações ocorridas durante o período autoritário (IPEA, 2010).

Frustrando as expectativas inicialmente surgidas para os familiares de mortos e desaparecidos, que viam na criação da Comissão a esperança de encontrar os restos mortais de seus parentes e elucidar as circunstâncias reais das suas mortes e desaparecimentos, houve, entre o final de 2009 e o início de 2010, uma série de manifestações públicas e discussões polêmicas em torno do Eixo VI, além de críticas duras a outros dispositivos do Programa que não tratavam do período autoritário¹. No final das contas, integrantes dos mesmos setores das Forças Armadas que, representados pelo Ministério da Defesa (chefiado por Nelson Jobim), haviam levado ao atraso na finalização do texto do PNDH-3 (BRASIL, 2010c), terminaram influenciando a opinião pública no momento em que começaria a sua implementação, classificando o conteúdo sobre a ditadura como revanchista².

¹ Caso das previsões sobre temas como: laicidade do Estado, regulação da mídia e aborto.

² Os meios de comunicação deram ampla cobertura às polêmicas surgidas em torno do lançamento do PNDH-3. No jornal Zero Hora, de Porto Alegre, por exemplo, no período que vai de 9 a 15 de janeiro de 2010 (ver lista de referências completa no final do artigo (SILVA, 2010; FRAGA, 2010; GALIMBERTI,

Como resultado, o Governo Federal recuou e, em maio de 2010, foi editado o Decreto nº 7.177 (BRASIL, 2010a), que alterava dispositivos do Eixo VI de forma que as disposições sobre a memória da ditadura restassem modificadas. Com as alterações do texto do PNDH-3 (BRASIL, 2010c), referências às “violações aos direitos humanos praticadas no contexto da repressão política” foram suprimidas, sendo a menção às violações atrelada, na nova versão do documento, a conflitos políticos do período mencionado pelo art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), qual seja, o período compreendido entre 1946 e 1988. Isso porque, para integrantes das Forças Armadas, crimes cometidos “no contexto da repressão política” dava a impressão de que somente violações praticadas por agentes do regime seriam investigadas, algo que, na visão dos militares, seria evidência de revanchismo (QUERO, 2010).

Após o recuo do Governo Federal, o Projeto de Lei (PL) nº 7.736 (BRASIL, 2010b) responsável por criar a Comissão da Verdade foi elaborado, começando a tramitar ainda em 2010, último ano do Governo Lula. Redigido com base nas disposições do PNDH-3 e, por isso mesmo, diretamente influenciado pelas alterações realizadas no texto original do Programa, o PL dispôs:

Art. 1º Fica criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

As votações na Câmara dos Deputados e no Senado foram finalizadas respectivamente em setembro e outubro de 2011, primeiro ano do mandato da presidente Dilma Rousseff. Em novembro, o texto foi sancionado pela Presidência da República, dando origem à Lei nº 12.528. Antes da sanção presidencial, contudo, e ao ser aprovado pela Câmara dos Deputados abrangendo emendas propostas pelo DEM e pelo PSDB, o texto foi levado para votação no Senado com **urgência urgentíssima**, sendo lá aprovado sem emendas³. De acordo com o disposto nas emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados, foram agregadas limitações à nomeação dos membros da CNV, que não poderiam, por exemplo, ser filiados a nenhum partido político. Antes, durante, e depois de aprovada a Lei, críticas

2010; GRUPOS..., 2010; BROSSARD, 2010; LULA..., 2010a, 2010b; NOVO..., 2013; PLANO..., 2010; RACHA..., 2010; SOB..., 2010), quando as polêmicas atingiram seu auge, reportagens e editoriais deram destaque às discussões.

³ Manifestações da presidenta Dilma e da Ministra Maria do Rosário Nunes no sentido de que a aprovação do PL nº 7.736 (BRASIL, 2010b) ocorresse da forma mais breve possível foram, com frequência, divulgadas nos sites da Secretaria de Direitos Humanos e do projeto *Memórias Reveladas*.

constantes à Comissão foram apresentadas sobretudo por setores vinculados às Forças Armadas, questionando sua necessidade e legitimidade (GASPAROTTO, 2013).

A Comissão da Verdade no Brasil: entre limites, possibilidades e desafios

Uma Comissão da Verdade não se trata propriamente de uma novidade, tendo sido criadas, somente nas últimas três décadas, aproximadamente 40 instâncias desse tipo (GASPAROTTO, 2013). Na América Latina, por exemplo, foram criadas Comissões que investigaram violações aos direitos humanos na Argentina, na Bolívia, no Chile, na Colômbia, no Equador, em El Salvador, na Guatemala, em Honduras, na Nicarágua, no Panamá, no Paraguai, no Peru e no Uruguai (RODRIGUES PINTO, 2010).

No Brasil, a CNV iniciou suas atividades em maio de 2012, envolta em uma série de polêmicas relacionadas aqueles que questionavam a sua necessidade, bem como às suas limitações, que de acordo com grupos de defesa dos direitos humanos, juristas e, também de grupos de vítimas da repressão, prejudicariam o alcance dos seus trabalhos. No que diz respeito àquelas que seriam suas limitações iniciais, é possível mencionar pelo menos três: 1^a) o número dos membros da CNV, somente 7, para analisar crimes cometidos em um país da dimensão do Brasil; 2^a) o tempo de duração dos trabalhos da Comissão: dois anos⁴; 3^a) o período a ser investigado.

Conforme visto na seção anterior, as polêmicas surgidas no lançamento do Programa levaram a um recuo do Governo Federal, que alterou a redação de algumas disposições do PNDH-3 e, no caso das previsões sobre as violações ocorridas durante a ditadura civil-militar, houve a supressão de expressões específicas que faziam alusão ao período de 1964 a 1985. Assim, ao deslegitimar o uso da expressão “no contexto da repressão política”, originalmente mencionado no *caput* do Objetivo Estratégico da Diretriz 23 (BRASIL, 2010b, p. 173), e transpor para o texto da Lei nº 12.528 que a CNV teria por finalidade esclarecer graves violações aos direitos humanos ocorridas no período fixado no art. 8º do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o legislador possibilitou que crimes cometidos contra opositores políticos na vigência da Segurança Nacional pudessem ser equiparados a quaisquer violações ocorridas entre 1946 e 1988.

⁴ Em dezembro de 2013, o prazo de funcionamento da CNV foi prorrogado por mais 7 meses, se estendendo a vigência dos seus trabalhos até 16 de dezembro de 2014. Ainda que ampliado, trata-se de um prazo bastante exíguo para investigar violações praticadas ao longo de mais de 40 anos, principalmente se tratando de um país com as dimensões territoriais do Brasil.

Desse modo, embora seus membros tenham definido como prioridade “[...] o levantamento de informações relacionadas às mortes e desaparecimentos ocorridos durante o regime de 64-85 [...]” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2013, p. 2), é inegável que o fato de a CNV ter como objetivo geral coletar e analisar dados sobre violações ocorridas durante períodos democráticos (de 1946 a 1964) e, ao mesmo tempo, sobre aquelas que foram praticadas na vigência do autoritarismo (de 1964 a 1985), parece constituir uma subversão da finalidade de um organismo como esse. Afinal, segundo Simone Rodrigues Pinto (2010, p.132):

As comissões de verdade têm a responsabilidade de, ao construir a verdade por meio dos diversos testemunhos, garantir a compreensão dos eventos do passado, mas não apenas um evento específico e sim de todo um contexto mais amplo. Representa o resgate da história de um país que, em função das características próprias de um período de repressão, possui muitos eventos não esclarecidos.

Nesse sentido, ainda que graves violações tenham, com efeito, ocorrido no cenário político imediatamente posterior ao final do Estado Novo no país, não parece acertado esperar que uma Comissão da Verdade analise fatos do período democrático concomitantemente aos fatos ocorridos durante a ditadura, já que não se tratam de situações que fazem parte de um mesmo contexto.

A CNV foi oficialmente instalada em cerimônia realizada em Brasília no dia 16 de maio de 2012, em um ato que contou com a presença de todos ex-presidentes da Nova República (José Sarney, Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva). A partir de então, outras questões foram despontando como limites ou possibilidades a serem trabalhadas por seus membros. Nomeados pela Presidência da República, compuseram originalmente a Comissão: Cláudio Fonteles, ex-Procurador Geral da República durante o Governo Lula; Gilson Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, ex-Ministro da Justiça durante o Governo Fernando Henrique Cardoso; José Paulo Cavalcanti, jurista e escritor; Maria Rita Kehl, psicanalista; Paulo Sérgio Pinheiro, diplomata; e Rosa Maria Cardoso, advogada de presos políticos⁵.

Em maio de 2013, ao completar 1 ano de funcionamento, a CNV publicou um relatório resumindo as atividades realizadas no período (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2013). Essa publicação possibilitou, por um lado, que a Comissão deixasse claros os conceitos-chave que instrumentalizara na análise dos dados que vinha coletando, tendo viabilizado, por outro lado, que os interessados em geral

⁵ Em junho de 2013, Cláudio Fonteles pediu demissão da Comissão, sendo posteriormente substituído pelo jurista Pedro Dallari. Em abril do mesmo ano, Gilson Dipp havia pedido afastamento por problemas de saúde, mas sua vaga não foi preenchida até o encerramento dos trabalhos da CNV.

pudessem entender como seus trabalhos eram realizados, quais suas principais linhas de atuação, e seus recortes temáticos. Embora importante para dar uma ideia do que fora feito, e traçar um panorama daquilo que havia sido mapeado pelos membros e funcionários da Comissão, as informações apresentadas no relatório resumiram-se, em sua maioria, a dados numéricos, informando a quantidade de arquivos identificados ou catalogados, o número de audiências realizadas e de depoimentos coletados, dentre outras informações.

De acordo com Edson Teles e Renan H. Quinalha (2013):

O relatório lançado [...] mais parece um texto de apresentação institucional da CNV do que efetivamente um balanço analítico dos trabalhos realizados e dos resultados atingidos. Após praticamente metade do prazo total de funcionamento da CNV, foi publicado um texto de apenas 20 páginas e, de uma perspectiva qualitativa, há pouquíssima – para não dizer nenhuma – informação nova. O relatório acaba assumindo caráter de carta de intenções. A maioria dos verbos denota que a CNV “pretende”, “está empenhada”, “está desenvolvendo”, todos remetendo a ações futuras, o que ilustra o estágio atual de paralisia.

Bastante plural em sua composição, a CNV enfrentou, desde 2012, problemas relacionados à perspectiva que cada um dos seus membros possuía a respeito de temas como: 1) a possibilidade de punição dos agentes da repressão; 2) a divulgação de dados parciais e a prestação de contas dos trabalhos realizados; 3) a publicidade de dados coletados; 4) a participação de integrantes da sociedade civil complementando os trabalhos da Comissão. Ainda que possa ser considerada como algo natural, a existência de divergências internas entre seus integrantes passou a ganhar destaque nos meios de comunicação em 2013⁶.

Em junho, a situação se agravou, culminando com o pedido de demissão de Cláudio Fonteles da CNV. O estopim para saída desse membro, foi a veiculação de sua declaração favorável à revisão da anistia e à punição das pessoas envolvidas com a repressão política (a declaração foi publicada no site da CNV). Ao manifestar-se publicamente sobre a questão, Fonteles chamou a atenção do público em geral para os problemas internos enfrentados pela CNV, demonstrando que, além de divergências internas a respeito de temas específicos, parecia haver entre seus integrantes uma divisão em torno da figura Paulo Sérgio Pinheiro, que na época era o coordenador da Comissão.

⁶ Em notícia veiculada pelo jornal Zero Hora (referência completa no final do trabalho) sobre dificuldades enfrentadas pela CNV, consta que “o novo coordenador [José Carlos Dias] também comentou recentes rugas entre membros da CNV. Ele disse que não há desavenças, mas ‘temperamentos diferentes’” (NOVO..., 2013, p.18).

Em texto intitulado *A verdade sobre a Comissão da Verdade*, Luiz Cláudio Cunha (2013) relata o seguinte:

Na terça-feira, 2 de julho, fui comunicado de meu afastamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Ali atuava como consultor do GT da Operação Condor, atendendo convite do ministro do STJ Gilson Dipp e da advogada Rosa Cardoso. Contra o voto divergente de Cardoso, fui punido pela decisão de quatro comissários - Paulo Sérgio Pinheiro, José Carlos Dias, Maria Rita Kehl e José Paulo Cavalcanti - por suposto delito de opinião em artigo publicado 40 dias antes. Entre outras questões, nele criticava entrevista concedida pelo comissário Dias, na qual antecipava seu veto a qualquer parecer que anule impunidade que cobre os torturadores do país. O mais relevante agora é o alvo visível do quarteto punitivo da CNV: a advogada Rosa Cardoso, hoje herdeira solitária da confiança das entidades de direitos humanos, cada vez mais desconfiadas dos trabalhos da comissão. A solidão aumentou com o afastamento do comissário Cláudio Fonteles, que renunciou exaurido pelo confronto com Pinheiro. Na essência, é um confronto entre visões díspares que podem levar a CNV à implosão: de um lado, Fonteles, aberto e conectado com a rua, e, de outro, Pinheiro, desconfiado e fechado ao escrutínio externo. [...] sem a sociedade e a mídia, qual a vantagem de uma Comissão da Verdade? (CUNHA, 2013).

Em Carta Aberta à Comissão Nacional da Verdade (2013) redigida e assinada por um grupo formado por familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos, entidades vinculadas à luta por Memória, Verdade e Justiça, e militantes de direitos humanos, o relatório foi criticado. No documento, publicado em 15 de julho de 2013, foram realizadas críticas ao Balanço de Atividades, às limitações da CNV, e ao comportamento de alguns dos seus integrantes:

Nós, familiares de mortos e desaparecidos políticos, ex-prisioneiros políticos, entidades, movimentos de luta pela Verdade e Justiça, militantes dos direitos humanos e lutadores sociais, vimos externar nossa indignação com os graves acontecimentos que envolvem a Comissão Nacional da Verdade e nossa preocupação com a opacidade, falta de unidade e morosidade com que tem funcionado a CNV. Desde o início dos trabalhos da CNV, cobramos a apresentação de um plano mínimo de trabalho, com objetivos e metodologia definidos; enfatizamos a necessidade de priorizar a investigação sobre os mortos e desaparecidos políticos e sobre a estrutura de repressão. Expressamos a necessidade e importância de convocar os agentes do estado responsáveis pelos crimes de tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados. Da mesma forma,

consideramos fundamentais as audiências públicas, amplamente divulgadas pelo sistema público de comunicação social, com os testemunhos das vítimas, familiares e sobreviventes. Houve momentos de entusiasmo de nossa parte, com os textos publicados por Cláudio Fonteles no site da CNV, comprometidos com a busca da verdade em torno dos mortos e desaparecidos políticos. Qual não foi nossa surpresa, quando vimos que essa postura era duramente questionada por outros integrantes da CNV! A partir de então, temos assistido as divergências internas se transformarem em ataques pessoais e públicos, numa triste demonstração de descompromisso com a verdade e a história, refletindo na falta de clareza do papel histórico da CNV. A divulgação do relatório parcial da CNV demonstrou desconhecimento das informações acumuladas, ao longo de mais de 40 anos, pelos envolvidos na luta pelo resgate da memória e da verdade histórica. (CARTA..., 2013).

A partir do segundo semestre de 2013, apesar das limitações apontadas, a atuação da CNV ganhou destaque na mídia, possibilitando alguns avanços positivos na árdua tarefa de recomposição do passado recente do país. Fatos significativos, nesse sentido, foram: i) a exumação, em novembro de 2013, dos restos mortais do ex-presidente João Goulart, falecido no exílio, na Argentina, em dezembro de 1976; ii) a realização de audiência pública, no dia 27 de fevereiro de 2014, na qual foram prestados esclarecimentos sobre o caso do desaparecimento do ex-deputado Rubens Beirodt Paiva, ocorrido em janeiro de 1971, após terem-no levado para o DOI-CODI do Rio de Janeiro⁷.

A realização do traslado, da exumação e da cerimônia fúnebre (com honras de Chefe de Estado) para o segundo sepultamento dos restos mortais do ex-presidente deposto foi bastante noticiada. Realizada em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a exumação do cadáver busca identificar, mediante testes científicos, se João Goulart foi ou não envenenado por agentes da repressão. Isso porque, envolta em mistérios desde que ocorreu, sua morte tem sido frequentemente associada ao conjunto de ações que teriam sido desenvolvidas através da Operação Condor, conexão repressiva articulada pelas ditaduras no continente para perseguir seus opositores fora das fronteiras de cada país.

Ao comentar a cerimônia realizada em Brasília para receber os restos mortais do ex-presidente, Danyelle Nilin Gonçalves (2014, p.212) observa que:

A simbologia de oferecer honras militares ao ex-presidente civil deposto para a instauração de um regime militar, a concessão de honras de chefe de Estado,

⁷ Ver Relatório parcial sobre o caso Rubens Paiva (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014a).

o fato de estarem presentes diversos ministros, quase todos os ex-presidentes pós-ditadura e a principal autoridade do país demonstra a relevância dos atos que fazem parte de um conjunto de ações de “reparação” aos perseguidos pela ditadura militar [...].

Embora as medidas realizadas pela CNV entre novembro e dezembro sejam relevantes, a reparação simbólica destinada à memória de João Goulart e aos seus familiares, contudo, não se esgota com a concessão de honras de Chefe de Estado ao ex-presidente. Somente com o reestabelecimento da verdade sobre as reais circunstâncias da sua morte, a identificação dos responsáveis pelo crime (caso haja confirmação do envenenamento) e, em última análise, com a realização da justiça, se encerrará o ciclo de reparação iniciado pela Comissão da Verdade.

Em 1º de dezembro de 2014, o laudo a análise do material coletado durante a exumação do ex-presidente foi divulgado, tendo sido apresentado à sociedade um resultado inconclusivo. Como mediante a análise de peritos no Brasil e no exterior não pôde ser descartada a hipótese de envenenamento, visto que, por ter passado muito tempo desde o sepultamento, vestígios de veneno poderiam ter se dissipado, as dúvidas que pairam sobre o caso, em vez de terem sido solucionadas, seguem aguardando por uma resposta definitiva.

No que se relaciona ao caso Rubens Paiva, após terem acesso a documentos que por mais de 40 anos foram sonegados e terem ouvido o depoimento de militares da Reserva, integrantes da Comissão afirmaram ter reunido prova documental e testemunhal suficiente para declarar: 1) que as versões apresentadas pelos órgãos da repressão, que negavam responsabilidade pela prisão, tortura, morte e desaparecimento do ex-Deputado, são falsas; 2) que as identidades de pelo menos dois agentes da repressão envolvidos no caso haviam sido descobertas.

Embora desde 1995 (com a edição da Lei nº 9.140) o Estado brasileiro já tenha assumido a responsabilidade pelo desaparecimento de Rubens Paiva, ao reiterar publicamente essa responsabilidade, combinando-a com a divulgação dos nomes dos envolvidos no caso, a atitude da Comissão parecia denotar que avanços em direção à Memória e à Verdade poderiam ser esperados. Afinal, ainda que a divulgação de novidades fosse limitada, a realização de cerimônias públicas para apresentação de resultados preliminares⁸ de casos específicos sinalizou uma ruptura com a estratégia assumida (na prática) em seu primeiro ano de atividades.

⁸ Entre fevereiro e agosto de 2014, 8 relatórios preliminares de pesquisa foram apresentados pela CNV à sociedade. Todos os relatórios estão disponíveis no site da Comissão. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/relat%C3%B3rios.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Ou seja, em vez de manter em sigilo dados obtidos com a realização de audiências, busca de documentos e tomada de depoimentos, ou, então, limitar-se à reprodução de dados disponibilizadas em livros e relatórios organizados por grupos de vítimas da repressão (caso dos relatórios organizados por familiares de mortos e desaparecidos políticos) e organismos oficiais (caso dos informes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Comissão de Anistia / Ministério da Justiça), a CNV de algum modo potencializou seu papel de realizadora do direito à memória à verdade ao dirigir-se à população para desconstruir publicamente versões oficiais criadas pelo aparato repressivo.

Por outro lado, e também a partir de 2013, uma busca por maior interação com o público e uma maior publicização de dados sobre as atividades realizadas pela CNV começaram a ser realizadas. Na televisão, na internet (com o uso das redes sociais) e na mídia impressa, passaram a ser mais frequentes notícias divulgando o trabalho da Comissão, além de serem disponibilizados no *YouTube* vídeos das audiências públicas que estavam sendo realizadas em todas as regiões do país para a tomada de depoimentos de vítimas do aparato repressivo, de ex-agentes da repressão e de testemunhas que, por décadas, tiveram receio de contar publicamente o que sofreram, o que fizeram ou o que viram ser feito em nome da DSN.

É difícil identificar até que ponto um incremento na publicidade se reverteu em saldo positivo para o organismo. É fato, no entanto, que a divulgação de notícias destacando o esclarecimento de aspectos importantes da história recente do país conjugada com uma crescente difusão de informações sobre as atividades e avanços realizados mediante o trabalho dessa entidade, podem ter ajudado a reduzir a visão negativa que a ela possa ter sido associada após a demissão de Fonteles, além de ter fortalecido junto à população a importância de uma política de memória como essa.

Encaminhando-se para a reta final das suas atividades, e tendo como objetivo a apresentação de um relatório final (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b) consistente sobre o que foi possível esclarecer na sua vigência, ao longo do ano de 2014 a CNV teve pela frente um caminho no qual se fazia necessário (e urgente) estabelecer planos de ação com vistas ao enfrentamento de alguns desafios que a curto prazo não haviam sido solucionados desde a sua instalação. Um desafio que seguia se apresentando à Comissão, nesse sentido, era a necessidade de ampliação (em alguns casos, de estabelecimento) do diálogo entre a CNV com outros setores da sociedade civil organizada.

Se é verdade que a estrutura criada pelo Estado brasileiro para investigar os crimes da ditadura estabeleceu parcerias e diálogo com alguns dos comitês estaduais e regionais da verdade instalados em todo o país nos últimos dois anos, como ocorreu, por exemplo, com as audiências públicas realizadas com o auxílio

de Comissões Estaduais da Verdade, como a de São Paulo, a do Rio de Janeiro e a do Rio Grande do Sul, dentre outras, é verdade também que o diálogo com grupos de vítimas da repressão foi, em muitos momentos, dificultado e bastante reduzido.

Outro desafio que se apresentou durante os trabalhos da Comissão, e que se refere diretamente às possibilidades de elucidação das circunstâncias de muitas violações e à devida recomposição de partes até então desconhecidas ou adulteradas da história do país, tudo depende, em maior ou menor grau, da própria capacidade de se fazer valer os efeitos jurídicos da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527 de 2011. Sancionada pela presidente junto com a Lei que criava a CNV, a regra responsável por estabelecer uma nova política nacional de sigilo documental se mostrou, na prática, limitada. Nesse sentido, de pouco adiantava a Comissão da Verdade ter direito a obter ou acessar toda a documentação que considerasse necessária ao pleno desempenho de suas atividades, se alguns arquivos específicos seguiram inacessíveis, ou, então, tiveram sua existência reiteradamente negada por setores das Forças Armadas.

No dia 10 de dezembro de 2014, dia internacional dos direitos humanos, a CNV entregou à presidente Dilma Rousseff o relatório final das suas atividades (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b). Para surpresa de grupos de vítimas da repressão e de organismos de defesa dos direitos humanos, a cerimônia de entrega do documento, ao contrário da que ocorrera quando da instalação da Comissão em 2012, foi realizada com a presença de público restrito. Ao fazê-la desse modo, o Governo Federal deu indícios de que optara, por um lado, por não se comprometer com as consequências decorrentes da apresentação do relatório para a sociedade, mas também, por outro, para não correr o risco de gerar maiores tensões com representantes dos interesses das Forças Armadas⁹.

Com duas mil páginas, o relatório final foi dividido em 3 volumes. O primeiro deles, expõem os objetivos da Comissão, apresenta um panorama da história política no Brasil a partir de 1946, detalha como funcionou a estrutura repressiva no país e as técnicas utilizadas pelos agentes do Estado durante a ditadura, destacando, inclusive, os vínculos entre a estrutura repressiva brasileira e de países vizinhos, que atuaram de modo coordenado no âmbito de uma conexão repressiva internacional: a Operação Condor. Feito isso, expondo ainda a cadeia de comando existente no período, avalia o saldo da repressão e, nominando 377 responsáveis diretos ou

⁹ Divulgado o relatório final da CNV, o Clube Militar lançou uma nota sugerindo que as Forças Armadas recorram ao Judiciário, uma vez que aqueles que foram apontados como responsáveis pelas violações aos direitos humanos foram injustiçados pelos integrantes da Comissão da Verdade, que teria produzido uma investigação parcial, baseada na versão de militantes de esquerda. Na visão do Clube Militar, os comissionários cometeram crime de "injúria" e "difamação" contra os militares listados no relatório (CLUBE..., 2014).

indiretos pelos crimes cometidos no período (muitos deles já falecidos), estabelece um conjunto de 29 recomendações a serem consideradas no atual cenário político brasileiro.

No segundo volume, são apresentados dados a respeito da repressão que foi praticada contra segmentos específicos da sociedade brasileira. Assim, sob diferentes perspectivas, o relatório analisa as violações que atingiram integrantes das Forças Armadas que eram contrários à tomada do poder, trabalhadores urbanos, camponeses, povos indígenas, religiosos, pessoas da comunidade LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, professores e estudantes universitários. Ainda nesse volume, são analisados o papel desempenhado por parcelas da sociedade civil e por empresários que apoiaram o Golpe de 1964, bem como as diversas formas de oposição e resistência à tomada e ocupação do poder pelos militares.

No terceiro e último volume do relatório, o mais extenso dos três, estão uma lista e o perfil de 434 pessoas que foram reconhecidas como mortas ou desaparecidas em virtude de violência política praticada entre 1946 e 1988. Referida, na Introdução ao Volume 3, como uma lista passível de ser revisada posteriormente, a mesma é, ainda, reconhecida pelos integrantes da CNV como limitada, sendo suas limitações atribuídas à falta de colaboração de integrantes das Forças Armadas, visto que, como consta no documento:

As lacunas dessa história de execuções, tortura e ocultação de cadáveres de opositores políticos à ditadura militar poderiam ser melhor elucidadas hoje caso as Forças Armadas tivessem disponibilizado à CNV os acervos do CIE, CISA e Cenimar, produzidos durante a ditadura, e se, igualmente, tivessem sido prestadas todas as informações requeridas, conforme relatado no capítulo 2 do volume 1 do Relatório da CNV. As autoridades militares optaram por manter o padrão de resposta negativa ou insuficiente vigente há cinquenta anos, impedindo assim que sejam conhecidas circunstâncias e autores de graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014b).

Para impedir a reprodução de comportamentos antidemocráticos por parte das Forças Armadas, relativizar a manutenção destes setores como *veto players* da nova democracia, e possibilitar que seja dado um fim à impunidade dos crimes praticados em nome do regime autoritário, a CNV, no conjunto das 29 recomendações apresentadas no seu relatório final, sugeriu, dentre outras medidas: a) que as Forças Armadas brasileiras reconheçam publicamente a repressão praticada por seus agentes no período investigado pela Comissão da Verdade; b) que seja apurada e atribuída a responsabilidade civil, criminal e administrativa dos envolvidos em violações aos

direitos humanos durante a ditadura, sendo, nestes casos, afastada a aplicação da Lei de Anistia; c) que o currículo das academias militares seja reformulado com base em valores democráticos e no respeito aos direitos humanos; d) que sejam proibidas atividades oficiais comemorando o Golpe de 1964; e) que se aperfeiçoe e fortaleça um sistema nacional de prevenção e combate à tortura; f) que seja revogada a Lei de Segurança Nacional; f) que seja extinta a Justiça Militar estadual; g) que seja efetivado o direito de acesso aos arquivos da repressão.

Embora limitado, e ainda que não seja possível prever como e quais recomendações do relatório final da CNV serão implementadas, é fato que o documento representa um avanço significativo no tratamento do tema em âmbito nacional. Afinal, além de apontar os responsáveis por um conjunto de violações aos direitos humanos no país, e recomendar uma série de medidas contra a impunidade que persiste, o relatório final incorpora ao debate sobre a ditadura civil-militar algumas contribuições importantes: 1º) reconhece, de uma vez por todas, que violações aos direitos humanos foram praticadas pelo Estado brasileiro de forma sistemática, contando-se, para tanto, com uma estrutura bastante organizada, com centros de repressão e cadeias de comando em todas as regiões do país; 2º) ao contrário do que costuma ser dito com a finalidade de relativizar a dimensão da violência praticada no período, o relatório demonstra que a repressão política não foi restrita aos setores da luta armada, atingindo trabalhadores urbanos e rurais, professores e estudantes universitários, militares dissidentes, indígenas e pessoas com orientação sexual diferente; 3º) chama à atenção para o fato de que o êxito do Golpe de Estado e a manutenção da ditadura foram possíveis devido ao apoio de parcelas da sociedade civil e de empresários que se beneficiaram da modernização econômica implementada no país.

Considerações finais

O objetivo deste estudo era entender como a Comissão da Verdade brasileira foi criada e analisar os principais resultados por ela produzidos desde que suas atividades foram iniciadas. Prevista no PNDH-3 (BRASIL, 2010b), mas intimamente relacionada a uma demanda antiga, formulada há décadas principalmente por movimentos de vítimas da repressão, a criação da CNV constitui uma política de memória de larga escala que, embora limitada, é importante para a recomposição de algumas questões não esclarecidas a respeito da história recente do país.

Enfrentando a resistência de setores vinculados ao período autoritário e/ou comprometidos com o conteúdo dos pactos que possibilitaram a transição lenta, gradual e segura, antes, durante e depois da aprovação da Lei que a instituiu, a

Comissão da Verdade teve que lidar, ainda, com uma série de problemas de ordem técnica. Como é o caso do número limitado de integrantes, do prazo exíguo para a investigação das violações, e das dificuldades de acessar arquivos e dialogar com grandes parcelas da sociedade.

Se tem sido possível ampliar a visibilidade a respeito de aspectos gerais da ditadura brasileira junto à população em geral, fomentando-se de alguma maneira o debate e a reflexão sobre o que ocorreu entre 1964 e 1985, são visíveis, num outro sentido, limites na atuação da CNV. Combinada com a existência de divergências internas, que expuseram para sociedade a divisão entre seus poucos integrantes, as limitações decorrentes de uma complicada aplicação da nova política nacional de sigilo e a frequente deslegitimação dos seus trabalhos por parte de setores vinculados às Forças Armadas também contribuíram negativamente com os trabalhos em busca da verdade.

Apesar dos limites observados em sua trajetória, a Comissão Nacional da Verdade brasileira parece ter contribuído para que se lance um olhar menos condescendente com a violência do passado e mais comprometido com o resgate da memória da repressão política no país. Não se pode prever quais consequências virão com a publicação do relatório final e o encerramento dos seus trabalhos. É de se esperar, contudo, que o conjunto de dados por ela compilados e suas recomendações sirvam de base para a formulação de políticas mais efetivas com vistas à garantia dos postulados da Memória, da Verdade, e, finalmente, da Justiça.

THE NATIONAL TRUTH COMMISSION AND THE RECONSTITUTION OF THE BRAZILIAN RECENT PAST: A PRELIMINARY ANALYSIS

ABSTRACT: *This study analyzes the emergence and the work of the National Truth Commission created in Brazil to deal with the memory on the political repression practiced during the civil-military dictatorship started after 1964. To better organize the exhibition, the study is divided into two sections. At first, analyzing the context in which was prepared the 3rd National Human Rights Program version, we understand how it was created the Brazilian Truth Commission. In the second, we analyze the results so far produced by the Truth Commission's work, noting the pitfalls encountered in its path.*

KEYWORDS: *Truth Commissions. Civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985). Memory on the political repression.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. S. de. et al. (Org.). **Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. 2.ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **1º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1)**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://dhnet.org.br/dados/pp/pndh/textointegral.html>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **2º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2)**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://dhnet.org.br/dados/pp/pndh/pndh_concluido/index.html>. Acesso em: 16 dez. 2015.

_____. Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010. Altera o Anexo do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 13 maio 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm>. Acesso em: 28 fev. 2014.

_____. Projeto de Lei nº 7.376, de 20 de maio de 2010. Cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Câmara dos Deputados, Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=478193>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília, 2010c. Disponível em: <<http://www.pndh3.sdh.gov.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

BROSSARD, P. Plano funesto. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 13, 11 jan. 2010. Editorial.

CARTA aberta à comissão nacional da verdade. **Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça**, São Paulo, 15 jul. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?id=464293790309606&story_fbid=517449204994064>. Acesso em: 27 out. 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Balanco de atividades: 1 ano da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/balanco_1ano.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2014.

_____. **Relatório preliminar de pesquisa sobre o caso Rubens Paiva**. Brasília, fev. 2014a. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio_preliminar_26-02.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, 10 dez. 2014b. 3v. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

CUNHA, L. C. A verdade sobre a Comissão da Verdade. **Veja**, São Paulo, 05 jul. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/luiz-claudio-cunha-afastado-da-comissao-da-verdade-diz-ter-sido-punido-por-crime-de-opiniao/>>. Acesso em: 27 out. 2015.

CLUBE militar pede ação judicial contra relatório da Comissão da Verdade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1562820-clube-militar-pede-acao-judicial-contra-relatorio-da-comissao-da-verdade.shtml>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

FRAGA, R. A construção da verdade histórica. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 12, 11 jan. 2010. Editorial.

GALIMBERTI, D. Direito à memória e à verdade. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.15, 12 jan. 2010. Editorial.

GASPAROTTO, A. Apontamentos (e desapontamentos) em relação à criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. In: PADRÓS, E. S. (Org.). **Cone Sul em tempos de ditadura**: reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013. p.235-250.

GONÇALVES, D. N. Os sentidos e as disputas em torno da anistia e da reparação de persdeguidos políticos no Brasil. In: GALLO, C. A.; RUBERT, S. (Org.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 211-224.

GONZÁLEZ, R. S. A política de promoção aos direitos humanos no Governo Lula. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.107-135, jul./dez. 2010.

GRUPOS de direitos humanos defendem saída de Jobim. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.29, 15 jan. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. Direitos humanos e cidadania. In: _____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília, 2010. p.283-305.

KOERNER, A. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.53, p.143-157, out. 2003.

A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação

LULA tende a desidratar programa. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 6, 12 jan. 2010a.

LULA vai reeditar plano para contornar crise. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 12, 13 jan. 2010b.

MARTINS, L. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C.; WHITEHEAD, L. (Org.). **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988. p.108-139.

NOVO comando: Comissão da Verdade admite dificuldades. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 18, 28 ago. 2013.

PADRÓS, E. S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, C. et al. (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 143-178.

PLANO de direitos humanos provoca onda de protestos. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.6, 09 jan. 2010.

QUERO, C. Lula assina novo decreto sobre Comissão da Verdade. **BBC**, 13 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/blogs/portuguese/br/2010/01/lula-assina-novo-decreto-sobre.html>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

RACHA no governo faz presidente rever plano. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 6, 11 jan. 2010.

RODRIGUES PINTO, S. Direito à memória e à verdade: Comissões de Verdade na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p.128-143, jan./jun. 2010.

SOB pressão, Lula altera plano de direitos humanos. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.28, 14 jan. 2010.

SILVA, A. As “crises” e os direitos humanos. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 15, 12 jan. 2010. Editorial.

TELES, E.; QUINALHA, R. O trabalho de Sísifo da Comissão Nacional da Verdade. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 02 set. 2013. Disponível em <<http://diplomatique.org.br/artigo.php?id=1497>>. Acesso em: 27 out. 2015.

Recebido em 13/01/2015.

Aprovado em 04/10/2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A REDE DE COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS: A TRAJETÓRIA DO BRASIL

*Ivan Akselrud de SEIXAS**
*Silvana Aparecida de SOUZA***

RESUMO: Trata-se de levantamento preliminar da rede de comissões estaduais, municipais e setoriais da verdade, uma peculiaridade instituída no Brasil em consequência e como desdobramento da criação da Comissão Nacional da Verdade – CNV, no final de 2012. O texto tenta demonstrar que essa rede contribuiu de forma significativa para o cumprimento do objetivo da comissão nacional, pois teria dado capilaridade de ação em um país de dimensões continentais, unindo e organizando o esforço na busca de documentos, na realização de audiências, de atos políticos e de visitas técnicas a locais relacionados com os graves crimes cometidos contra os direitos humanos no Brasil no período estabelecido pela lei que criou a Comissão Nacional da Verdade – CNV, sobretudo no período da ditadura militar, de 1964 a 1985.

PALAVRAS-CHAVE: Comissão da Verdade. Memória. Reparação.

Apresentação

A recente experiência da instalação da Comissão Nacional da Verdade – CNV, com a consequente apresentação de conclusões e recomendações, ainda não foi adequadamente conhecida em detalhes para a reflexão necessária, entendida e,

* Núcleo de Preservação da Memória Política. São Paulo – SP – Brasil. 01402-000 - iseixas@uol.com.br

** UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Educação e Letras - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Foz do Iguaçu – PR – Brasil. 85870-900 - sasouzaunioeste@hotmail.com

mais do que tudo, não é de conhecimento geral como se deu o processo. Desde sua instalação, passando por seu funcionamento e dinâmica de trabalho, até chegar ao seu relatório final, apresentado em 10 de dezembro de 2014, a CNV foi alvo de muita disputa, críticas e embates.

Passou totalmente despercebida do público a criação *sui generis* de uma ampla rede de comissões da verdade estaduais, municipais, sindicais e universitárias, com um importante trabalho complementar ao da comissão nacional. Apenas a CNV tinha o poder legal de convocação de pessoas para depoimentos e requisição de documentos para pesquisa, mas sozinha não tinha a capacidade e a capilaridade necessárias para fazer a ampla apuração que um país de dimensão continental exigia.

O objetivo deste artigo é dar conhecimento da existência dessa ampla rede de trabalho, pesquisa e apuração dos fatos, que desempenhou fundamental papel auxiliar no levantamento dos crimes cometidos pelo terrorismo de Estado implantado a partir de 1964, com o golpe de Estado, além de ajudar a levar a cada local de trabalho e a cada comunidade, o conhecimento dos fatos ocorridos.

Durante seus dois anos e meio de trabalho, a CNV forneceu ao país uma carga de informações sobre esse período e mostrou uma pequena parte dos danos causados à história, aos direitos, à cultura, à educação e a muitos outros aspectos da vida cotidiana dos cidadãos. Essas informações permitiram lançar luz e dar condições para uma reflexão mais aprofundada do que é uma ditadura. Teve a ajuda dessas comissões complementares, que contaram com menor tempo, visto que foram criadas após a implantação da Comissão Nacional.

A criação da CNV

Os primeiros a cobrar a apuração dos fatos decorrentes da ação dos diferentes governos da ditadura militar, por óbvio, foram os familiares dos presos políticos torturados, mortos e desaparecidos. Depois, com a campanha pela anistia política, em 1979, os ex-presos políticos passaram a cobrar as torturas sofridas e as sequelas com as quais conviviam. Note-se que o Estado nesse momento ainda era ocupado pelos ditadores e torturadores a seu serviço.

Thomas Skidmore (1988, p.425), reconhecido brasilianista, afirma que:

O movimento pró-anistia [...] não estava satisfeito com a nova lei. Queria que fossem chamados à responsabilidade os que deram sumiço a 197 brasileiros que se acreditava terem sido assassinados pelas forças de segurança desde 1964.

A transição do regime ditatorial dos militares para os civis foi pactuado dentro da dimensão definida pelo general Ernesto Geisel, penúltimo ditador, como sendo uma abertura lenta, gradual e segura.

Passado o período de transição negociada e com a eleição de presidentes e governadores com o voto direto pelo povo, a exigência de reparação às vítimas imediatas foi parcialmente atendida e começou-se um período que pode ser definido como de reparação e memória, mas na investigação e a revelação dos crimes do passado não se conseguia tocar.

A jurista Flávia Piovesan (2007, p.A12) propõe uma resposta para tão perturbadora questão:

Se no regime militar houve a fusão dos militares com o governo civil, ao longo da transição democrática houve uma acomodação dos governos militares. Por isso os governos democraticamente eleitos temem enfrentar o assunto. Os militares ainda constituem um poder, ainda que mais oculto. Há um acordo entre civis e militares que põe em risco a consolidação democrática. Se não mudarmos a cultura, não adianta mudar as leis.

Só muito recentemente passou a ser cobrada a apuração dos fatos ocorridos durante a ditadura militar. A 11.^a Conferência Nacional de Direitos Humanos de 2008, que reuniu as reivindicações e anseios da população nessa área, deu origem ao terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, o chamado PNDH-3, que introduziu a questão da Memória e Verdade sobre o período da Ditadura e estabeleceu a necessidade de criação de uma Comissão Nacional da Verdade, para apurar os crimes cometidos pela ditadura militar (BRASIL, 2009).

Na diretriz n.º 23 do PNDH-3 está previsto que a ação programática do Objetivo Estratégico I será:

a) Designar Grupo de Trabalho composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua Comissão Nacional da Verdade, composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política no período mencionado, observado o seguinte: [...] (BRASIL, 2009).

Isso contrariou os interesses das pessoas, órgãos e empresas envolvidas, comprometidas e beneficiárias da ditadura. Mesmo com a polêmica instaurada, em maio de 2010 o então Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva apresentou ao

Congresso Nacional o projeto de lei criação da CNV, que o aprovou somente em 18 de novembro de 2011, já na gestão da Presidenta Dilma Roussef, convertendo-se na lei n.º 12.528 (BRASIL, 2011).

A CNV foi criada com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [da Constituição Federal de 1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional (BRASIL, 2011). O período indicado na lei era de 1946 até 1985, ano em que o general João Figueiredo passou a faixa presidencial ao civil José Sarney, ex-presidente do partido da ditadura, o Partido Democrático Social (PDS), dentro do pacto de transição lenta, gradual e segura, imposto pelo general Geisel.

A lei definiu que a CNV seria composta por 7 (sete) membros remunerados e com dedicação exclusiva para o trabalho. A escolha dos nomes passou a ser um grande problema, pois havia na lei a exigência de que não fossem pessoas atingidas ou envolvidas com os fatos a serem apurados. Isso queria dizer ex-presos, familiares de ex-presos ou de desaparecidos, assim como militares. Além disso, a correlação de forças políticas indicava a necessidade de um atendimento aos vários partidos com representação no Congresso Nacional, para evitar contestações ou acusações.

Ao fim, a composição da CNV, ficou da seguinte forma:

4. A CNV foi composta por sete membros, integrados em Colegiado e nomeados pela presidenta da República. Conforme mencionado no Capítulo 1, em 16 de maio de 2012, por ocasião da cerimônia de instalação, assumiram como conselheiros do Colegiado: Claudio Lemos Fonteles, ex-procurador-geral da República; Gilson Langaro Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Carlos Dias, advogado, defensor de presos políticos e ex-ministro da Justiça; José Paulo Cavalcanti Filho, advogado e ex-ministro da Justiça; Maria Rita Kehl, psicanalista e jornalista; Paulo Sérgio Pinheiro, professor titular de ciência política da Universidade de São Paulo (USP); e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada criminal e defensora de presos políticos. Em outubro de 2012, Gilson Dipp afastou-se da CNV por razões de saúde. Em junho de 2013, Claudio Fonteles renunciou ao cargo de membro da CNV, sendo substituído, em setembro do mesmo ano, por Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, advogado e professor titular de direito internacional do Instituto de Relações Internacionais da USP. Estiveram formalmente vinculados à CNV, em períodos distintos de seu funcionamento, 217 colaboradores, incluindo assessores, servidores públicos cedidos por outros órgãos, consultores, pesquisadores, auxiliares técnicos e administrativos, estagiários e voluntários que trabalharam em sua sede, em Brasília, e em escritórios nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. (BRASIL, 2014, p. 21).

A criação da rede de Comissões

Em todos os países onde as ditaduras foram instaladas e a transição para a democracia teve a apuração dos fatos e das responsabilidades, houve apenas uma única Comissão da Verdade. Apesar de ter se constituído uma comissão da verdade mais de quarenta anos depois do golpe de Estado que implantou a ditadura, e desta não ter dentre suas atribuições a tarefa de se ocupar de como se deram os processos de transição para a democracia, assim como da punição ou não dos responsáveis pelos crimes durante a ditadura, no Brasil inovou-se ao criar uma extensa rede de comissões da verdade, numa enorme teia de trabalhos dedicados à apuração dos fatos por estados, municípios, setoriais por atividades profissionais ou espaços acadêmicos.

Em seu relatório final, a CNV informa que:

Não prevista pelo legislador brasileiro foi a profícua disseminação de comissões da verdade em todo o país. Reitere-se que a cooperação com comissões estaduais, municipais, universitárias e setoriais possibilitou a multiplicação de esforços em um país com a dimensão do Brasil, grandemente o alcance da atuação da CNV. É razoável presumir, portanto, que, em um futuro próximo, a história sobre comissões da verdade irá considerar que o Brasil tanto apreendeu como contribuiu na consolidação da experiência das comissões da verdade. (BRASIL, 2014, p. 33).

A primeira destas comissões a ser criada foi a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva, que prestou homenagem ao deputado cassado pela ditadura e também desaparecido político, numa indicação de que havia o real interesse em apurar os fatos e apontar responsáveis e patrocinadores dos crimes cometidos durante a ditadura. Não foi criada por lei e sim por decisão da mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado (SÃO PAULO, 2012a).

Depois foram criadas várias outras Comissões Estaduais, Municipais, da Ordem dos Advogados do Brasil e várias de suas sedes regionais, de sindicatos, centrais sindicais e de universidades. A CNV apresenta a seguinte lista em seu relatório final:

Comissões da verdade com acordo de cooperação técnica com a CNV:
Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB; Comissão da Memória e da Verdade Eduardo Collier Filho da Faculdade de Direito da UFBA; Comissão da Memória e Verdade da UFPR; Comissão da Memória, Verdade e Justiça de Natal “Luiz Ignácio Maranhão Filho”; Comissão da Verdade da Câmara Municipal de Araras; Comissão da Verdade da OAB/PR; Comissão

da Verdade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Reitora Nadir Gouveia Kfoury; Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”; Comissão da Verdade do Município de São Paulo “Vladimir Herzog”; Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros (Federação Nacional dos Jornalistas); Comissão da Verdade e da Memória Advogado Luiz Maranhão (OAB/RN); Comissão da Verdade e do Memorial da Anistia Política da OAB/MG; Comissão da Verdade e Memória: pela construção do Nunca Mais! (Escola de Sociologia e Política de São Paulo); Comissão da Verdade “Marcos Lindenberg” da Universidade Federal de São Paulo; Comissão da Verdade “Professor Michal Gartenkraut” da Câmara Municipal de São José dos Campos; Comissão Especial da Memória, Verdade e Justiça da OAB (Conselho Federal da OAB); Comissão Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Espírito Santo; Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (PE); Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça Deputado Estadual José Porfírio de Souza (GO); Comissão Estadual da Verdade da Bahia; Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro; Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul; Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Comissão Estadual da Verdade Francisco das Chagas Bezerra “Chaguinha” (AP); Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (SC); Comissão Memória, Verdade e Justiça do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Próprias e Contratadas na Indústria e no Transporte de Petróleo, Gás, Matérias-Primas, Derivados e Afins, Energia de Biomassas e Outras Renováveis e Combustíveis Alternativos no Estado do Rio de Janeiro; Comissão Municipal da Verdade no Âmbito do Município de Juiz de Fora (MG); Comissão Parlamentar Especial da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão; Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. (BRASIL, 2014, p. 10).

Essa grande rede também teve comissões que nem chegaram a assinar convênios de cooperação com a CNV e, por isso, não constam desta listagem, mas atuaram em estreita cooperação, através de convênios de cooperação com as comissões estaduais ou municipais, e enviaram seus relatórios parciais ou totais como apoio e colaboração para que a comissão nacional elaborasse seu relatório final. Sendo assim, pode-se concluir que, graças à capilaridade possibilitada por essa rede de comissões, o Brasil apurou seu passado em relação a um período que tantos danos causou ao seu povo.

A importância dessa rede de comissões é expressa no relatório final da CNV, quando afirma:

A instituição da CNV foi acompanhada pela constituição de comissões da verdade em todo o país. A cooperação e o diálogo com essas comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias, sindicais e de seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que hoje ultrapassam uma centena, possibilitou uma ampla mobilização em torno dos temas relacionados à memória, à verdade e à justiça. A realização conjunta de atividades – como audiências públicas e diligências a locais em que foram praticadas graves violações de direitos humanos – dotou a CNV de forte capilaridade, aspecto essencial em um país de dimensão continental como o Brasil. Com o objetivo de aprimorar seus trabalhos, e de evitar a superposição desnecessária de investigações sobre fatos e circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos, a CNV editou a resolução no 4, de 17 de setembro de 2012 – por meio da qual se estabeleceu que, em princípio, não duplicaria procedimentos abertos e em curso no âmbito das comissões estaduais da verdade, ou de quaisquer outras comissões de natureza semelhante. A ausência de subordinação das denominadas comissões parceiras permitirá que seus mandatos sobrevivam ao encerramento dos trabalhos da CNV. A experiência brasileira de articulação territorial e setorial da comissão de caráter nacional com outras comissões faz presumir que futuras comissões da verdade contarão com uma importante referência para o seu funcionamento. (BRASIL, 2014, p. 21).

Todas as comissões realizaram audiências públicas para ouvir depoimentos, apresentar resultado de pesquisas sobre documentos produzidos pela rede de controle que a ditadura exercia sobre a estrutura do Estado, das empresas, das universidades e sobre a população em geral. Além disso, essas comissões realizaram atos políticos para marcar datas, lembrar episódios importantes de nossa história ou homenagear vítimas e lutadores contra a ditadura.

Certamente, o momento mais importante foi no dia 31 de março de 2014, quando foram completados cinquenta anos do golpe de Estado que implantou a ditadura militar. Em várias localidades do país atos políticos registraram a data. Talvez o mais emblemático de todos tenha sido o ato realizado na cidade de São Paulo, dentro do prédio onde funcionou a Operação Bandeirante (Oban), órgão público, mas ilegal de repressão, torturas e assassinatos de opositores políticos, que depois foi oficializada como Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, quando mais de mil e quatrocentas pessoas se reuniram para prestar homenagens aos que morreram em sessões de torturas naquele local ou foram executadas sumariamente por aquele órgão de extermínio de opositores ao regime de terrorismo de Estado. Esse ato foi encabeçado pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva (CINQUENTA..., 2014).

Cabe destacar ainda que na estrutura da CNV havia treze Grupos de Trabalho (GTs) com dedicação temática específica:

10. A partir de dezembro de 2012, as atividades de pesquisa da CNV passaram a ser desenvolvidas basicamente por meio de grupos de trabalho coordenados pelos membros do Colegiado, contando, cada um deles, com assessores, consultores ou pesquisadores. Tal forma de organização teve por intuito permitir a descentralização das investigações e a autonomia das equipes de pesquisa. Pautada nessas diretrizes iniciais, a CNV estabeleceu 13 grupos de trabalho, segmentados pelos seguintes campos temáticos: 1) ditadura e gênero; 2) Araguaia; 3) contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; 4) ditadura e sistema de Justiça; 5) ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; 6) estrutura de repressão; 7) mortos e desaparecidos políticos; 8) graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; 9) Operação Condor; 10) papel das igrejas durante a ditadura; 11) perseguições a militares; 12) violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e 13) o Estado ditatorial-militar. (BRASIL, 2014, p. 52).

A única correção a fazer nesse trecho do relatório final da CNV é que o Grupo de Trabalho ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical trabalhava com consultores colocados à disposição pelas próprias centrais sindicais. E, como se verá a seguir, a colaboração das centrais foi determinante no levantamento que teve como consequência a demonstração da cumplicidade, colaboração e participação complementar de empresas no aparato de repressão. As pesquisas em arquivos e depoimentos conseguiram estabelecer que as empresas montaram verdadeiros serviços de espionagem e repressão aos trabalhadores, que depois entregavam seus relatórios para o DOPS e este tinha a tarefa de prender o cidadão. A coordenação deste GT era da advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha, uma das integrantes da CNV.

Resultados obtidos pela rede de Comissões da Verdade no país

Considerando que foram criadas mais de uma centena de Comissões da Verdade pelo país, não é possível dentro do limite de um artigo descrever o trabalho de todas. Deste modo, optou-se em destacar, a título de exemplo, apenas algumas destas experiências, para ilustrar os resultados relevantes para a apuração e denúncia dos crimes cometidos pela ditadura, que tais comissões propugnaram:

Comissão Estadual da Verdade do estado de São Paulo Rubens Paiva

A primeira Comissão Estadual da Verdade a ser criada foi a mais criticada pelo inusitado e inesperado fato de romper com a tradição de só haver uma Comissão Nacional da Verdade, como aconteceu em outros países. Aconteceram especulações de que um suposto divisionismo iria levar à dispersão de esforços ou que poderia fazer sombra para as denúncias a serem feitas pela CNV. Por outro lado, o governo do Estado de São Paulo tinha receio de que aquela comissão poderia ser usada como palanque político partidário, visto que o presidente era o Deputado Adriano Diogo, do Partido dos Trabalhadores (PT), conhecido por sua militância de esquerda. Outro provável medo era que os trabalhos da comissão estadual pudessem vir a criticar a gestão de Franco Montoro, primeiro governador eleito pelo voto popular, que administrou a Polícia Militar ainda sob o comando de militares da ditadura e que cometeu dura repressão ao movimento sindical, notadamente ao episódio de Leme, quando trabalhadores foram baleados e até o carro de um deputado petista foi atingido (SÃO PAULO, 2012b).

No entanto, a história demonstrou que o receio de ambos os lados não se confirmou e a Comissão Rubens Paiva cumpriu seu papel de modo respeitoso e complementar ao da CNV e soube diferenciar o governo democraticamente eleito de Franco Montoro dos governadores indicados pela ditadura.

A Comissão de São Paulo se afirmou no objetivo de dar voz às vítimas e a denunciar os crimes da ditadura. Outra característica foi sempre realizar audiências públicas, abertas e transmitidas pelo canal de televisão da Assembleia Legislativa ou via Internet. Isso serviu como referência e base para críticas à CNV, que relutava em realizar audiências públicas e recebeu, por causa disso, a acusação de hermetismo ou secretismo no trato das informações. Esse episódio causou certo atrito político, mas serviu para mostrar um caminho baseado na transparência, que todas as Comissões da Verdade do país tomaram.

As pesquisas realizadas pela pequena assessoria da Comissão Rubens Paiva serviram de base para denúncias importantes. Além disso, foram editados e publicados livros com o registro dos trabalhos e denúncias das ações da ditadura. Entre os resultados, podem ser destacados os seguintes:

Livros de visitação do DEOPS

A Comissão Rubens Paiva descobriu no Arquivo Público do Estado de São Paulo um conjunto de livros onde eram registradas as entradas e saídas de visitantes

no prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), órgão de repressão política aos movimentos sociais, dos trabalhadores e de organizações comunistas, transformado em órgão complementar de repressão a estrutura militar de torturas e extermínio de opositores políticos (SÃO PAULO, 2015a; 2015b; 2013a).

Desses livros sobraram apenas oito, mas que mostravam a rotina e a intimidade de pessoas e entidades com o aparato repressivo oficial. Lá estava registrado, por exemplo, que Geraldo Resende de Matos, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) era assíduo frequentador daquele órgão repressivo a ponto de ser tratado como delegado em alguns registros. Por entrevistas indicou-se que sua presença ali servia para intermediar o recebimento de listas de trabalhadores a serem presos, produzidas pelo serviço secreto particular das empresas.

Diz a CNV em seu relatório final:

Nessas listas de visitantes há policiais de outras delegacias, membros das Forças Armadas, políticos, entregadores de mercadorias, familiares dos presos, advogados, jornalistas, colaboradores e arrecadadores de fundos para atividades de repressão política. Geraldo Rezende de Mattos, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), era dos que mais frequentava as dependências do DOPS/SP. O delegado José Paulo Bonchristiano confirmou que todos o conheciam como Geraldinho. Registros mostram que, em determinadas ocasiões, Mattos passou a noite toda no DOPS/SP; em outros, há apenas o registro de sua entrada. O empresário Paulo Henrique Sawaya Júnior se apresentava como assessor do então ministro Antônio Delfim Netto. Sawaya Júnior fez parte da coordenação da Oban (1969) e mantinha ligações com o DOI-CODI/SP (1970). Por meio da Consultores Industriais Associados S.C. (CIA) e da Intelligence Assessoria Integral, arrecadou fundos entre empresários para financiar a repressão em São Paulo. (BRASIL, 2014, p. 170).

Além dessas pessoas citadas pelo relatório da CNV, era frequentador assíduo daquele órgão de repressão Claris Rowney Halliwell, identificado como cônsul dos Estados Unidos da América (EUA) e, por sua constante presença, algumas vezes também era identificado como delegado. A Comissão Estadual Rubens Paiva cruzou informações e identificou que várias dessas entradas se davam quando militantes importantes estavam sendo torturados. Num dos casos apontados, do operário Devanir José de Carvalho, Comandante Henrique, dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Halliwell entra no mesmo horário que outro torturador do DOI-CODI, Capitão Ênio Pimentel Silveira, vulgo Nazistinha ou Doutor Nei, e ambos não tem registrado o horário de saída, permitindo concluir que passaram a noite toda dedicados a torturar o militante. Questionado o consulado

dos EUA sobre quem seria essa pessoa e sua relação com o consulado, nunca houve resposta. Depois, pesquisas indicavam que Halliwell era membro do departamento de Estado e que saiu do Brasil em 1974 e foi servir no Chile sob a ditadura militar de Augusto Pinochet (SÃO PAULO, 2015a; 2015b; 2013a).

Estrutura da repressão

Documentos estudados pela assessoria da Comissão Estadual de São Paulo mostraram que a repressão no país sob a ditadura, era uma estrutura completa, sob o comando do ocupante da presidência da República, coordenada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e, com isso, comprovou-se que não haviam porções da ditadura ou que as torturas eram excessos cometidos por agentes sem controle. Um dos documentos apresentava a estrutura do Sistema Nacional de Informações (SISNI) e um outro mostrava que órgão fazia parte de uma estrutura maior chamada Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), que controlava dos órgãos de espionagem e controle da população até as estruturas de repressão e torturas, os temidos DOI-CODIs.

Publicação de documentos de presos políticos em livro

O primeiro livro a ser editado e lançado pela Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva foi a *Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos*, que reproduz a Condenação ao Estado brasileiro pelos desaparecimentos de presos políticos na região do Araguaia. A condenação ao Brasil se estendeu também aos desaparecidos políticos do resto do país (SÃO PAULO, 2013b).

A segunda publicação foi relativa a um documento elaborado pelos presos políticos de São Paulo, em 1975, para denunciar os crimes, locais e torturadores, ganhou repercussão e atualidade através de sua publicação pela comissão de São Paulo. Esse documento foi construído ao longo de três anos seguidos e contou, no calor dos fatos, a tragédia que o país vivia dentro das prisões políticas, por quem enfrentava torturas, escapou da morte e testemunhou o assassinato de vários de seus companheiros e companheiras. O livro publicado pela Comissão Rubens Paiva ganhou o título de *Bagulhão: a voz dos presos políticos contra os torturadores* (SÃO PAULO, 2013c).

Outro livro elaborado intitula-se *Infância Roubada* e relata os crimes cometidos pela ditadura contra crianças, crimes estes até então desconhecidos (SÃO PAULO, 2014). Todos os três livros foram publicados em versão impressa e *on line*.

Comissão Municipal de São Paulo

Caso JK

A Comissão Municipal da Verdade, da Câmara Municipal de São Paulo, analisou a morte do ex-presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira, que morreu num acidente na Rodovia Dutra, em 1976. A suspeita era que tivesse sido um assassinato e não um acidente de carro. Foi ouvido o motorista do ônibus envolvido no acidente, peritos analisaram os laudos de perícia e foi concluído que seria mais um assassinato da chamada Operação Condor. Por sua vez, peritos contratados pela CNV analisaram todos os documentos sobre o caso e concluíram que não foi assassinato e que não havia como afirmar que houve um acidente, portanto, não havia como culpar ninguém. Apesar da tensa polêmica entre as duas comissões, a repercussão trouxe à tona o debate sobre o episódio vivido pelo país.

Oitiva do ex-ministro Delfim Netto

A oitiva do ex-ministro Delfim Netto foi antecedida de muita expectativa. Quando foi ministro da economia, o poder político e repressor era exercido pelos militares e o poder econômico era dirigido por economistas que impunham o chamado Milagre Brasileiro, modelo econômico e financeiro baseado em aporte de grande quantidade de dólares de investidores do exterior. Delfim Netto teria muita coisa a explicar, mas não foi arguido de forma intensa suficiente, por causa de um acordo com a presidência da Comissão Municipal, alegadamente como uma exigência do ex-ministro para se fazer presente.

Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

A Comissão do Rio, como era conhecida, tomou muitas iniciativas importantes e realizou expressivas denúncias sobre os crimes da ditadura e, principalmente, do DOI-CODI do I Exército que funcionava na sede da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, na capital carioca e do DOI-CODI da Aeronáutica, que funcionava na Base Aérea do Galeão. Realizou visitas tensas nas dependências daquelas unidades, acompanhada de ex-presos políticos, que reconheceram o local e apontaram como foram assassinadas várias pessoas durante aquele tempo de ditadura.

Por outro lado, realizou audiências em que foram ouvidos militares acusados como perpetradores de torturas e responsáveis por assassinatos de militantes políticos. A mais marcante foi a do ex-major Valter Jacarandá, que, confrontado por pessoas torturadas por ele, reconheceu tais crimes e disse não lembrar quantos torturou.

A Comissão Estadual do Rio de Janeiro realizou trabalho de levantamento e informações sobre a chamada Casa da Morte de Petrópolis, local clandestino de torturas e extermínio de quase uma centena de militantes, confirmando o que Inês Etienne Romeu, a única pessoa a sair com vida daquele local, disse em seu extenso relato dos horrores passados naquele local, fornecendo nomes dos torturadores, com suas patentes militares, ainda durante a ditadura, logo após ser deixada na frente da casa de sua família, em Belo Horizonte, com apenas 38 quilos. Já nos tempos de democracia, Inês conseguiu localizar a casa e identificou o proprietário participante das violências.

Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco

A Comissão da Verdade de Pernambuco se dedicou a contar os crimes da ditadura naquele estado e deu grande contribuição na apuração do assassinato do padre Henrique Pereira Neto e no massacre da Granja São Bento.

A comissão apurou os fatos e apontou os responsáveis pelo assassinato de Padre Henrique, que atuava com o Bispo Dom Hélder Câmara nas denúncias contra os crimes cometidos pelos militares e sua ditadura. Padre Henrique foi sequestrado, torturado e morto pelos militares e seu corpo foi jogado num terreno baldio dentro da Cidade Universitária, em Recife. Era uma ameaça velada a Dom Hélder Câmara e também ao movimento estudantil, ainda ativo apesar da repressão militar.

O chamado Massacre da Granja São Bento, última ação do Cabo Anselmo, agente infiltrado, que tinha a tarefa de atrair militantes de dentro do Brasil e do exterior, para depois serem capturados e assassinados, ocorreu em um sítio nos arredores de Recife, que servia de escola de capacitação de militantes e foi usado como cenário do assassinato coletivo de seis pessoas. Na realidade, foram torturadas e mortas em outros locais e apresentadas à imprensa, na época, como se tivessem sido localizadas, trocaram tiros com os agentes da repressão militar e morreram nessa operação.

Os Grupos de Trabalho criados fora da CNV

A Comissão Nacional da Verdade e as Comissões Estaduais da Verdade criaram vários GTs temáticos. Por falta de espaço, ressaltamos dois deles, por sua atuação destacada e de certa forma, representativa de todos os outros: o GT da repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical e o GT sobre os danos causados à educação durante a ditadura.

O GT dos trabalhadores e do movimento sindical

O GT que se dedicou a apurar a repressão aos trabalhadores surgiu de uma audiência pública realizada pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva, que reuniu oito das dez Centrais Sindicais do país em torno da apuração das agressões cometidas contra os trabalhadores durante o regime militar. Quase ao mesmo tempo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou uma Comissão da Verdade própria para apurar as agressões contra os trabalhadores dos sindicatos de sua base e apresentou sua iniciativa a presidenta Dilma Roussef, que sugeriu a criação de um GT específico dentro da CNV para apurar as agressões contra toda a classe trabalhadora, reunindo todas as Centrais Sindicais. Desta forma, a iniciativa da CEV de São Paulo e a da CUT se juntaram no GT dos trabalhadores e do movimento sindical da CNV.

A ditadura agrediu os direitos dos trabalhadores individualmente, em grupos, mas também invadiu, saqueou e dilapidou o patrimônio das organizações sindicais através da ação de interventores e agentes infiltrados na estrutura das entidades.

A apuração mostrou que além da repressão oficial, foi montada uma estrutura paralela empresarial de espionagem, controle e repressão empreendida pelos empresários e seus sindicatos e federações. Foi investigada a rede de financiamento à repressão e de premiação aos torturadores. Foram encontrados muitos documentos comprobatórios da cumplicidade e colaboração entre os empresários e militares.

O cruzamento de informações com os livros de entrada no DEOPS confirmaram a colaboração das entidades empresariais com os órgãos de repressão. Do mesmo modo, a entrada frequente de Paulo Henrique Sawaya Junior, assessor do então Ministro da Fazenda Delfim Netto, mostrou que a dobradinha empresarial-repressiva era efetiva.

Além disso, o depoimento na Comissão Rubens Paiva de um escrivão do DOI-CODI comprovou a presença de empresários nas dependências dos órgãos de repressão, a existência de uma caixinha de premiação dos torturadores, que a

alimentação dos agentes repressores e instrumentos de uso diário eram também fornecidos por empresas colaboradoras.

O GT dos danos causados à educação

O Grupo de Trabalho sobre os danos causados à educação durante a ditadura também surgiu de uma audiência pública da Comissão da Verdade Rubens Paiva e reuniu especialistas de várias universidades do país. Os professores, que eram do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de São Paulo, do Paraná, dentre outros estados, apuraram que a linha educacional da ditadura foi traçada pela Escola Superior de Guerra ainda na década de 1950, que essa linha política era ideologicamente afinada com a posição conservadora e mesmo fascista, que uma reforma educacional formatou a estrutura educacional para a obediência e o civismo inserindo os estudos de Moral e Cívica, Estudos dos Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira. Criou uma rede de alfabetização orientada para apagar a experiência popular de antes do golpe de 1964, então dirigida por Paulo Freire. Além disso, foi mostrado que, a pretexto de melhorar o nível da educação brasileira, efetuaram uma privatização acelerada e o consequente desmonte da educação estatal do Brasil.

Considerações finais

Como no Brasil o tempo entre os fatos ocorridos durante a ditadura e a apuração foi muito longo e a sociedade, por sua vez, não desenvolveu força e/ou consciência suficiente para exigir a devida punição aos agentes que cometeram graves crimes contra os direitos humanos, isso dificultou bastante os trabalhos de apuração. Além disso, a correlação de forças no país, mais favorável aos grupos comprometidos com a ditadura, tendo a grande mídia como força maior, influencia a opinião pública. Some-se a isso, o fato de que o Supremo Tribunal Federal, com forte presença conservadora, rejeitou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 153, requerida pela OAB Federal, não permitindo que sejam punidos os torturadores sob a alegação de que a Lei de Anistia, 6683-79, de 28 de agosto de 1979, anistiou torturadores ao mesmo tempo em que anistiou os militantes políticos. A condenação da Corte Interamericana de Direitos Humanos indica que isso configura uma auto-anistia (SÃO PAULO, 2013b).

No entanto, é preciso perceber que a manutenção da impunidade do passado contribui para a continuidade da ação autoritária e por vezes criminosa das forças policiais no momento atual de nosso país.

Todas as comissões da verdade dos outros países da América Latina que também sofreram regimes ditatoriais, tiveram uma tarefa mais objetiva e um resultado também mais objetivo. Não por acaso, todas as comissões nacionais da verdade recomendaram e foram sucedidas por outras comissões da verdade.

A exceção da Comissão Nacional da Verdade do Uruguai, que foi sucedida por uma estrutura permanente de apuração e reparação, ligada à presidência da República, as demais receberam outras versões que estudaram outros aspectos não atendidos na versão anterior. A Argentina teve a Comissão Nacional sobre os Desaparecidos Políticos (Conadep), que foi sucedida por outras duas comissões que apuraram as violações contra outros setores atingidos pela violência da ditadura. Do mesmo modo, no Chile foram instaladas três comissões da verdade, a primeira delas ainda durante o governo de Augusto Pinochet, que apurou a existência de três mil desaparecidos e a última delas apurou que esse número chegaria a mais de quinze mil.

Muito combatida de início, a rede de Comissões da Verdade criada no Brasil mostrou-se positiva e produtiva e serviu inclusive, para atenuar e compensar o fato de o Brasil ter efetivado apenas uma Comissão Nacional da Verdade, sem ter criado, após seu final, uma estrutura permanente, com a atribuição de dar continuidade ao movimento de levantamento da memória, reparação e justiça.

Este breve inventário das Comissões da Verdade estaduais, municipais, setoriais e dos Grupos de Trabalho formados e de parte dos resultados de suas ações, apresentado neste texto, mostra que a criação de comissões complementares à CNV foi acertada, não tendo sido perturbadora para os trabalhos da comissão nacional, mas, pelo contrário, a cooperação foi altamente salutar e necessária.

THE NATIONAL TRUTH COMMISSION AND THE NETWORK OF REGIONAL, LOCAL AND SECTORIAL COMMISSIONS: THE BRAZILIAN PATH

ABSTRACT: *These are preliminary surveys of the network of state, municipal and sectorial truth commissions, a peculiarity established in Brazil as a result of the creation of the National Truth Commission in late 2012, of which they are branches. The text tries to show that this network has contributed significantly to the achievement of the goals of the National Commission. Indeed, it has given the Commission the means of having a capillary action in a country of continental dimensions, uniting and organizing efforts in the search for documents and in the organization of hearings, political acts and technical visits to sites related to human*

*rights violations in Brazil during the period the law that created it has established –
particularly the military dictatorship, from 1964 to 1985.*

KEYWORDS: *Truth Commission. Memory. Reparation.*

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v.1). Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a comissão nacional da verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 17 ago. 2015.

_____. Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009. Aprova o programa nacional de direitos humanos - PNDH-3 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 22 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm>. Acesso em: 28 out. 2015.

50 anos do golpe de 1964. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 março 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433549-ato-lembra-50-anos-do-golpe-e-pede-punicao-a-torturadores-da-ditadura.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2015.

PIOVESAN, F. Lei de anistia optou pelo esquecimento e pela paz sem justiça. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. A12, 28 jan. 2007. Entrevista.

SÃO PAULO. (Estado). **Livros de portarias do DEOPS**. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015a. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/portaria_deops>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. O financiamento da repressão. **Relatório**, Tomo I, parte I, 2015b. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_1_O-financiamento-da-repressao.pdf>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. **Cuide da sua mãe que um dia eu volto pra te buscar**. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014. Também disponível em: <<http://verdadeaberta.org/livros/infancia-roubada>>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. Relações entre o consulado dos EUA, a FIESP e a ditadura militar. **ALESP: Agência de Notícias**, São Paulo, 15 fev. 2013a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=332719>>. Acesso em: 14 set. 2015.

_____. **Sentença da corte interamericana de direitos humanos**. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2013b. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/livros/downloads/Sentenca-completa.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. **Bagulhão**: a voz dos presos políticos contra os torturadores. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2013c. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/livros/bagulhao/>>. Acesso em: 28 out. 2015.

_____. Resolução ALESP N.º 879, de 10 de fevereiro de 2012. Cria, no âmbito da ALESP, a Comissão da Verdade do Estado de S. Paulo para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei nº 12.528, de 2011, na apuração de graves violações dos Direitos Humanos praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no artigo 8º do ADCT, da Constituição Federal, de 1964 até 1982, no território do Estado. **ALESP**, São Paulo, 10 fev. 2012a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/2012/resolucao.alesp-879-10.02.2012.html>> Acesso em: 27 out. 2015.

_____. Instalada Comissão da Verdade para apurar graves violações dos direitos humanos. **ALESP: Agência de Notícias**, São Paulo, 28 fev. 2012b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=308915&textoBusca=comissao;estado;paulo;sao;verdade&flRealcca=T>>. Acesso em: 27 out. 2015.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Recebido em 17/08/2015.

Aprovado em 25/11/2015.

“OS AFOGADOS E OS SOBREVIVENTES”: O NAUFRÁGIO DA MEMÓRIA NA ITÁLIA DE PRIMO LEVI¹

*Fernanda Di Flora GARCIA**

RESUMO: A política migratória italiana tem sido marcada pela declaração sistemática do estado de emergência e pela proliferação de centros de detenção para imigrantes, solicitantes de asilo e refugiados. Setenta anos após o fim do nazi-fascismo, o país volta a ser palco de políticas amplamente discriminatórias, que excluem e criminalizam determinadas categorias de pessoas, numa perigosa fusão entre racismo popular e racismo institucional. O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre o papel da memória diante das políticas e tragédias recentes na Itália.

PALAVRAS-CHAVE: Emergência. Centros de detenção. Imigrantes. Memória. Itália.

Introdução

Há pouco mais de um ano, no dia 16 de dezembro de 2013, um vídeo registrado por um jovem sírio confinado em um Centro de Primeiros Socorros e Acolhimento (CPSA), na ilha italiana de Lampedusa, chocou o mundo. As imagens registram o tratamento anti-sarna ao qual são submetidos os estrangeiros ali mantidos: expostos ao frio intenso, nus e semi-nus, estes indivíduos, no pátio externo do centro, são pulverizados com jatos de desinfecção, enquanto um homem orienta a operação com “a brutalidade de um *Kapo*” (RIVERA, 2013, p.01), uma prática cuja ocorrência é semanal.

* UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP – Brasil. 13081-970 - ferdiflora@uol.com.br

¹ Este artigo retoma algumas questões contidas na Dissertação de Mestrado (GARCIA, 2011) financiada pelo Cnpq, articulando com dados obtidos na pesquisa de doutorado em andamento.

Entre os estrangeiros submetidos a tal tratamento figuravam, inclusive, diversos sobreviventes do trágico naufrágio de 3 de outubro do mesmo ano, também nas proximidades de Lampedusa, quando 366 pessoas morreram, dezenas desapareceram e poucas foram resgatadas com vida e alojadas no centro em questão. A tragédia de outubro havia promovido um debate público sobre a possibilidade de evitar a ocorrência de eventos similares e sobre a qualidade do acolhimento oferecido pelo governo italiano aos imigrantes, refugiados e solicitantes de asilo, um debate que durou poucas semanas até o retorno da rotina habitual de naufrágios, mortes e evocação sistemática do estado de emergência.

Diante desse cenário, o vídeo que mostra o tratamento brutal destinado aos imigrantes e que foi divulgado apenas dois meses após o trágico naufrágio é ainda mais significativo, pois revela como a comoção pública e os discursos políticos sobre a necessidade de qualificação e reforma do sistema de acolhimento e detenção de imigrantes são reiterados paulatinamente na mesma medida de sua ineficácia. Não obstante o choque que tais imagens e fatos causaram, ao ponto de expoentes do governo, incluindo o Ministro do Interior, as qualificarem de desumanas e indignas de representar um país civilizado como a Itália – nas palavras da presidente da Câmara Laura Boldrini – a rotina do tratamento cruel e degradante no interior dos centros não é novidade: ela tem sido denunciada há anos por organizações internacionais tais como Anistia Internacional, *Human Rights Watch*, Médicos para os Direitos Humanos, Médicos Sem Fronteiras, *Migreurop*, entre outras², sem que mudanças significativas, seja no sistema de acolhimento, no interior dos centros ou nas políticas migratórias tenham sido estabelecidas. No lugar de políticas efetivas de acolhimento e integração dos imigrantes, o governo italiano caminha no sentido de dificultar o acesso e permanência no país, tornando, ao mesmo tempo, difícil obter o *título di soggiorno* e fácil perdê-lo, vertendo-se em uma “fábrica de clandestinidade” (BALLERINI, 2013, p.01) e primando por uma política securitária na qual não há nenhuma distinção entre o encarceramento e o acolhimento e que, além da manutenção dos centros como principal dispositivo de controle dos fluxos migratórios, estabelece o crime da imigração irregular³, promulgando sucessivamente leis e decretos-lei que reduzem o fenômeno a uma questão emergencial, que, como tal, exige medidas igualmente excepcionais.

² Respectivamente: *Everyday intolerance. Racist and xenophobic violence in Italy*, 2001; *Italy: temporary stay, permanent rights*, 2005; *Al di là del muro. Viaggio nei centri per migranti in Italia*, 2010; *Arcipelago CIE. Indagine sui centri di identificazione ed espulsione italiani*, 2013; *Encierro de migrantes. El 'modo de gestión' privilegiado de las migraciones*, 2013.

³ Pacto de Segurança, 2009.

Após a difusão das imagens, novamente severas críticas aos centros italianos e à sua gestão foram tecidas: líderes políticos italianos e europeus reivindicaram mudanças na sua administração⁴, movimentos sociais clamaram por seu fechamento e a mídia passou a denominá-los como *lager*, numa referência aos campos de concentração nazistas, cuja analogia até então era considerada abusiva, falsa, inadequada. Enquanto diversos ativistas e intelectuais já chamavam a atenção para o caráter excepcional das detenções administrativas desde o seu estabelecimento em 1998, com a lei Turco-Napolitano, partidos, líderes políticos e expoentes dos diversos governos em vigor desde então as justificavam a partir da ótica da emergência, do imperativo de adotar medidas que pudessem combatê-la, salvaguardando os cidadãos dos efeitos catastróficos da migração em massa e do ingresso excessivo de solicitantes de refúgio e asilo. Os centros, em suas diferentes modalidades⁵, apareciam como pilar principal da política migratória nacional, uma espécie de filtro, confinando em seu interior todos aqueles considerados indesejáveis para posterior deportação.

É importante ressaltar o papel que o dispositivo da emergência tem assumido no país desde o final dos anos 1990. Após o primeiro ingresso em massa de refugiados albaneses na Itália, na cidade de Bari⁶, o governo acionou o referido dispositivo para controlar o fluxo de ingressos e confinar durante semanas, no estádio de futebol da cidade, tais refugiados, para posteriormente deportá-los para a Albânia. Este é o evento emblemático que marca o início da adoção sistemática do estado de emergência na gestão da imigração. Há mais de vinte anos, este tem sido o principal recurso utilizado para reprimir os ingressos em solo italiano, mobilizando politicamente direitos de acordo com as vicissitudes do momento, como evidencia a mais recente adoção do Estado de emergência em 2011⁷, como resposta ao tsunami humano,⁸ isto é, o ingresso de imigrantes e refugiados oriundos das revoltas árabes, especialmente Síria e Tunísia.

⁴ A gestão dos centros é privada, alguns deles estão sob os cuidados de agências humanitárias como a Cruz Vermelha.

⁵ Os centros são hoje divididos em basicamente quatro tipos: os *Centri di Identificazione e espulsione (CIE)*, *Centri d' Accoglienza (CDA)*, *Centri di Primo Soccorso e Accoglienza (CPSA)* e *Centri di Accoglienza Richiedenti Asilo (CARA)*.

⁶ Sobre o caso albanês e as alterações legislativas subseqüentes, ver a Dissertação de Mestrado *Sobre os Centros de Permanência Temporária e a construção social da não-pessoa* (GARCIA, 2011).

⁷ As sucessivas declarações do Estado de emergência estão disponibilizadas no sítio do Ministério do Interior, seção imigração: Disponível em: <www.interno.it>. Acesso em: 10 set. 2015.

⁸ Palavras proferidas por Berlusconi e pelo então ministro do Interior, Roberto Maroni, que também utilizou a referência do “êxodo bíblico” para qualificar o fluxo migratório oriundo do norte da África com o objetivo de amplificar o medo da invasão extracomunitária e ao mesmo tempo ampliar as medidas consideravelmente mais restritivas.

Os (des)caminhos da memória

Declaração constante do Estado de emergência, centros de detenção para estrangeiros, leis que criam uma espécie de direito especial para determinadas categorias de pessoas (estrangeiros), racismo popular e institucional, declínio dos direitos humanos. Tal é o panorama atual da Itália, setenta anos após o fim do nazifascismo. Há mais de vinte anos a gravidade da situação social e política italiana é tal que em maio de 2008, intelectuais italianos de diversas orientações políticas e teóricas escreveram e divulgaram um manifesto intitulado *Aquele atroz passado que pode retornar*⁹, chamando a atenção para o perigo das medidas adotadas pelo governo italiano, pautadas por ideologias racistas de clara matriz nazi-fascista e no qual faziam um apelo contra o novo racismo de massa (BURGIO et al., 2008), destacando o grave e profundo avanço da discriminação, do preconceito, da xenofobia, que tornavam-se elementos estáveis no interior da sociedade italiana na sua relação com os estrangeiros. Ao final do documento, os signatários expressaram seu alerta nas seguintes palavras:

Queremos que este alarme seja acolhido por todos, a começar pelos mais altos funcionários do Estado, pelos administradores locais, pelos professores e pelos profissionais da informação. O perigo nos aparece demasiadamente grave, de modo a colocar em risco o fundamento da própria convivência civil, como já aconteceu no século passado- quando os mesmos ciganos estiveram entre as vítimas designadas pela violência racista. Jamais como nestes dias nos é claro como teve razão Primo Levi ao temer que tal passado atroz retornasse. (BURGIO et al., 2008, p.20).

A referência a Primo Levi não é arbitrária. Diante das manifestações constantes de violência contra os estrangeiros¹⁰ e de normativas claramente discriminatórias, ela possui o sentido preciso de apontar para o perigo e tragicidade de tais eventos por meio da evocação da memória daquele que fez de sua vida após a libertação de Auschwitz uma reflexão contínua sobre o universo concentracionário, o espaço de exceção no qual se efetuou “a mais absoluta *conditio inhumana* que se tenha dado

⁹ Burgio et al. (2015). Entre os signatários estão Alberto Burgio, Alessandro Dal Lago, Salvatore Pallida, Enrico Pugliese, Annamaria Rivera, Emilio Santoro, Nicola Tranfaglia, Fulvio Vassallo Paleologo, Danilo Zolo, entre outros.

¹⁰ De acordo com o monitoramento efetuado pela associação Lunaria, publicado periodicamente em seu sítio *Cronache di ordinario razzismo*, a violência racista contra os estrangeiros em todas as suas formas é um fato cotidiano. Entre o início de 2007 e dezembro de 2014, foram registrados 4189 episódios de racismo perpetrados por indivíduos, instituições, governo e mídia. Já segundo os dados oficiais do *Ufficio Nazionale Antidiscriminazioni Razziali (Unar)*, em 2013 foram registrados 763 casos de efetiva discriminação étnico-racial.

sobre a terra” (AGAMBEN, 2002, p.173). O motor de sua ação, desde os tempos de confinamento até sua morte, foi uma vontade de conhecimento, uma necessidade de compreender a retirada abrupta da condição humana e a transformação em escravo, em coisa, efetuada pelo Estado nazista. Nesse intuito, buscou transformar sua vivência individual em palavras que pudessem dotar de senso a experiência histórica coletiva, reconstruindo o espírito de seu tempo.

Químico italiano de origem judia, Levi foi detido pela milícia fascista enquanto participava do grupo de resistência piemontesa ao fascismo, sendo logo entregue ao exército nazista presente na Itália que o confinou no campo de prisioneiros de Fossoli e logo o deportou, junto a centenas de pessoas, para Auschwitz, em fevereiro de 1944. Levi permaneceu um ano no *lager* e essa experiência o marcou de modo indelével, de modo que toda sua vida posterior a experiência do campo é marcada pela necessidade de narrar o que viveu, pelo imperativo da transmissão da memória, tornando-se escritor imediatamente após a libertação, um empenho contido em seus diversos livros, *É isto um homem?* (LEVI, 1988); *A Trégua* (LEVI, 1997a); *A tabela periódica* (LEVI, 1994); *Se não agora, quando?* (LEVI, 1999); *O último natal de guerra* (LEVI, 2002), *Os afogados e os sobreviventes* (LEVI, 1990), assim como em artigos, entrevistas e palestras ministradas em escolas. Seus livros figuram entre os mais importantes relatos de sobreviventes sobre o que significou a experiência totalitária no interior dos espaços de exceção, constituídos pelos campos de concentração e extermínio, de modo que Tzvetan Todorov (1995, p. 285) afirmou que na narrativa de Levi está presente “um esforço ímpar na literatura contemporânea, tanto pela variedade das questões levantadas quanto pela própria qualidade da reflexão”.

A leitura das obras de Primo Levi tornou-se obrigatória nos liceus italianos e franceses na década de 1980 (GRAMARY, 2006). Suas duas primeiras obras publicadas após a libertação, *É isto um homem?* (1988) e *A trégua* (1997) foram lidas por gerações de jovens italianos que aprenderam através delas os horrores perpetrados pelos regimes nazista e fascista, a redução do homem à vida nua, a desumanização do Outro. Através da leitura atenta de sua narrativa moral e histórica, os jovens podiam perceber que os pilares que sustentam nossa civilização são por demais frágeis para que sejam capazes de evitar a regressão à violência como forma de relação social na ausência de uma reflexão contínua sobre os mesmos. A lição de Auschwitz, portanto, é a da possibilidade sempre presente da desumanização, do extermínio, uma vez que “[...] o extermínio é filho da civilização européia, um filho parido pela racionalidade instrumental e alimentado por meios potentes: a burocracia e a ciência, colocadas à disposição da modernidade [...]” (RIVERA, 2009, p.120), como destacaram Adorno (1995a, 1995b), Horkheimer (1990), Bauman (1998), Traverso (1997), Burgio (2010) e outros críticos da negação do extermínio como

produto da modernidade. Afastando a ideia de que o nazi-fascismo, o genocídio, o extermínio em massa tenham sido exceções no interior da modernidade, eventos trágicos que não fazem parte daquilo que a civilização europeia é, Primo Levi demonstra como a realidade material e objetiva do nazi-fascismo era reproduzida por homens comuns, pelas engrenagens que faziam a máquina do extermínio funcionar, por aqueles que, como afirmou Hannah Arendt (1999), representavam a banalidade do mal, fazendo do campo o espaço no qual tudo é possível, inclusive a eliminação física dos indesejáveis. A radicalidade dessas afirmações reside sobretudo na sua intrínseca atualidade, que nos impele a compreender a violência e tragicidade dos eventos do século XX como fator fundamental na luta contra os processos de desumanização que ainda são colocados em marcha na atualidade. Como afirma Enzo Traverso, (2003, p.14), não poderíamos ser cidadãos sem ser portadores da memória deste século e sem ser conscientes da parte de responsabilidade histórica que nos cabe, especialmente num tempo marcado pela destruição do passado, “ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas”, como também afirmou Hobsbawm (1995).

A democracia é o produto de lutas contra regimes que a destruíram e que desembocaram às vezes em violências e genocídios de uma dimensão muito ampla. Assim, pensar a democracia como uma democracia cega, amnésica, sem memória, seria pensar em uma democracia muito débil, muito frágil perante as ameaças que existem atualmente, e seria um luxo que países como Espanha, que conheceu o franquismo, Itália, que conheceu o fascismo, ou Alemanha, que conheceu o nazismo, não devem permitir-se. Portanto, em nossa concepção de democracia devemos sempre incorporar esta memória histórica das violências do século XX. (TRAVERSO, 2003, p.15).

Constatação semelhante também foi efetuada por Theodor W. Adorno (1995a, 1995b), que via na destruição da memória uma tendência histórica que simboliza o espírito de nossa época, não se restringindo apenas ao âmbito da experiência dos indivíduos mais jovens e sua não vinculação ao passado público, mas afeta a humanidade como um todo. Para o filósofo, um mundo que não se humaniza reflete, no limite, a tendência geral da perda da experiência, de uma humanidade sem memória que recusa o contato com o passado e a sua compreensão, tornando impossível que os motivos que levaram ao horror absoluto se tornem conscientes e, portanto, não se repitam.

Nesse contexto, para Primo Levi (1998), a memória era uma espécie de arma de combate diante de um tempo caracterizado pelo esquecimento do passado, por transformações intermitentes que tornam cada vez mais pobres as experiências

comunicáveis, consciente que era dos perigos decorrentes da não compreensão dos acontecimentos passados, por isso afirmava: “Penso que a memória é um dom, mas também um dever, portanto, estamos obrigados a cultivar a própria memória, não podemos deixar que ela se perca [...]” (LEVI, 1998, p.147). Contra o declínio da capacidade de narrar as experiências e dotá-las de um sentido (BENJAMIN, 1994), Levi escreve, fala, reitera e reelabora suas vivências, escolhendo conscientemente viver dentro da recordação contínua do *lager*, sendo capaz de transmitir, por meio da narrativa da experiência individual, um trágico processo político que afetou milhões de pessoas. Além de exercer uma função histórica, ao revelar o universo concentracionário em suas diversas manifestações, sua narrativa tinha como objetivo não permitir que tal acontecimento histórico fosse esquecido, para que não se concretizassem as sentenças proferidas pelos oficiais nazistas, como a seguinte afirmação proferida por um oficial nazista, narrada por Simon Wiesenthal¹¹ e citada por Levi:

Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos *Lager*. (WIESENTHAL apud LEVI, 1990, p. 01).

O domínio completo da memória era um objetivo declarado do Estado totalitário nazista, de modo que Levi (1990, p. 14) afirma que “[...] toda a história do curto ‘Reich milenar’ pode ser relida como uma guerra contra a memória [...]”. Todorov (2002, p.136) cita o célebre discurso de Himmler, de outubro de 1943, no qual paradoxalmente afirma: “Esta é uma página gloriosa de nossa História, que nunca foi escrita e nunca o será [...]”. A guerra contra a memória é evidenciada sobretudo pelo fato de o Estado nazista ter procedido de modo a eliminar todos os vestígios dos crimes cometidos mesmo nos momentos finais da guerra, através da instalação de fornos crematórios, incineração de cadáveres e documentos comprometedores.

O medo de que os nazistas ditassem a história dos campos ou que o genocídio fosse esquecido atormentava os prisioneiros e aparecia freqüentemente em seus

¹¹ *Gli assassini sono fra noi*, 1970.

sonhos, como narram diversos sobreviventes. Mesmo com a derrota do nazi-fascismo, o temor de que os horrores perpetrados em Auschwitz fossem olvidados e possivelmente repetidos continuou a atormentar Levi (1997), sobretudo em função da emergência do revisionismo histórico e por testemunhar a continuidade dos fenômenos da violência em diversos países do mundo. No Prefácio de 1972 aos jovens, contido em suas *Obras Completas* (1997b), afirma:

Não, não existe hoje em nenhum lugar câmaras de gás e fornos crematórios, mas existem campos de concentração na Grécia, na União Soviética, no Vietnã, no Brasil. Existem, quase em todos os países, cárceres, institutos juvenis, hospitais psiquiátricos nos quais, como em Auschwitz, o homem perde o seu nome e o seu rosto, a dignidade e a esperança. Sobretudo, o fascismo não está morto: consolidado em alguns países, à espera de revanche em outros, não deixou de prometer ao mundo uma Nova Ordem, nunca renegou os *lager* nazistas, ainda que freqüentemente ouse colocar em dúvida sua real existência. Livros como este, hoje, não podem mais ser lidos com a serenidade com a qual estudamos os testemunhos sobre a história passada: como Brecht escreveu, “a matriz que pariu este monstro ainda é fértil”. (LEVI, 1997b, p.12).

O que há de inquietante no caso italiano é que a despeito dos relatos de Levi e outros sobreviventes, a despeito das duras lições dos anos fascistas, existe uma tendência já consagrada na historiografia oficial de reduzir o racismo fascista à exceção, caracterizando-o como um desvio na história italiana, obliterando a compreensão dos caminhos pelos quais o racismo se consolida e se converte em regra no interior das relações sociais atuais. Com efeito, de acordo com Alberto Burgio (2008), nos anos que sucederam o final da Segunda Guerra Mundial, a Europa e especialmente a Itália, foram palco de um grave paradoxo: durante um período considerável, a ideia corrente era a de que o racismo compunha um resíduo do arcaico, um fenômeno passado e superado, ainda que as ideologias e práticas racistas tenham desempenhado papel fundamental no período anterior e durante as duas guerras mundiais. Para o filósofo, duas seriam as razões principais de tal paradoxo: a primeira diz respeito ao desejo de afastar rapidamente do continente a recordação dos terríveis acontecimentos efetuados durante o nazi-fascismo, relegando-os a uma história que, por ser excepcional, deveria ser logo esquecida. A segunda refere-se a necessidade de iniciar uma nova fase histórica, imune, portanto, às heranças negativas do passado. Nesse sentido, diversas imagens ideológicas da civilização européia e da modernidade foram propagadas, baseadas na difusão de um ideário no qual os fenômenos da violência ou estavam ausentes ou se colocavam diante de anticorpos suficientemente fortes para evitar o risco da reedição dos

acontecimentos atrozos que culminaram em última instância no terror no extermínio em escala industrial.

O que estava em jogo era a elaboração de uma leitura otimista da modernidade, pautada sobre a premissa de que o racismo de Estado e os horrores dele decorrentes tivessem sido uma exceção no quadro de uma história no interior da qual a norma seria o respeito à diferença e o acolhimento dos estrangeiros. É por este motivo que quando os fenômenos atuais de racismo e xenofobia são colocados em questão o olhar se volta sobretudo para os acontecimentos mais recentes, para os efeitos da globalização, da crise econômica, especialmente para os últimos 30 anos e não para um panorama de longo alcance que vislumbre problemas que ou permanecem irresolutos ou ocultados na narrativa oficial.

No que se refere ao papel que a memória do fascismo desempenha na consolidação das instituições democráticas italianas e no combate ao racismo, há uma postura ambígua tanto por parte dos setores políticos, no interior da academia, quanto pela própria sociedade civil. De acordo com diversos intelectuais, entre os quais Alberto Burgio et al. (2010), Nicola Tranfaglia (1999), Giorgio Agamben (1997) e Enzo Colotti (2003)¹², a Itália tem uma relação contraditória com a memória histórica: por um lado, o país ainda não acertou as contas com seu passado fascista, de modo que, para evitar o confronto com os horrores daqueles anos, grande parte da historiografia italiana se vale de circunstâncias atenuantes, principalmente a do papel supostamente subordinado desenvolvido pela Itália na execução do projeto genocida para afirmar que o racismo não é parte constitutiva da história italiana; por outro lado, o país se “condena ao ressentimento” quando se trata da anistia daqueles que efetuaram atividades políticas durante os anos de chumbo¹³, de modo que “[...] aquilo que deveria ser tratado como objeto de investigação histórica é tratado como um problema político atual [...]” (AGAMBEN, 1997, p.01). Conforme aponta o autor, o problema não diz respeito apenas a questão da memória e do esquecimento, mas de saber o momento exato de efetuar seu exercício, colocando no devido lugar a influência dos eventos passados na barbárie do presente, questionando, por exemplo, a continuidade de leis de exceção promulgadas nos anos fascistas que projetam hoje “uma sombra sinistra na vida de nossas instituições democráticas”.

Como apontamos, com relação ao período fascista, a tese segundo a qual o racismo existente e propagado nesse período tenha sido algo excepcional, gozou de

¹² Ver, respectivamente: *Nonostante Auschwitz. Il ritorno del razzismo in Europa*, 2010; *Un passato scomodo. Fascismo e postfascismo*, 1999; *Cattive memorie*, 1997; *Il fascismo e gli ebrei. Le leggi razziali in Italia*, 2003.

¹³ “Anni di piombo” é uma expressão usada para definir o período compreendido entre o final dos anos 1960 e início da década de 1980, quando a Itália foi palco de intensos conflitos envolvendo grupos armados da extrema direita, extrema-esquerda e do Estado, o qual, por sua vez, instaurou uma forte repressão contra os mesmos.

amplo apoio e aceitação durante os anos que sucederam a Segunda Guerra, tendo como principal expoente o historiador Renzo De Felice (TRANFAGLIA, 1999), autor do primeiro estudo acerca da perseguição fascista aos judeus na década de 1960. A referida tese pautava-se na defesa da inexistência de um racismo italiano, havendo uma diferença essencial entre o nazismo de Hitler e o fascismo de Mussolini, como se os acontecimentos pelos quais o país passou tivessem ocorrido unicamente pela influência alemã, afastando a culpa e a responsabilidade pelos crimes cometidos, tendo o nazismo como álibi fundamental para o fascismo italiano. Significava, portanto, que as atitudes de Mussolini e seus seguidores não expressavam qualquer indício de um racismo existente e difuso na sociedade italiana: o ditador italiano teria adotado as medidas discriminatórias com o objetivo de que o país fosse visto com bons olhos pelos alemães, de modo que seriam estes os responsáveis principais pela deportação dos judeus e pelos crimes contra eles cometidos, e não fruto de decisões políticas nascidas no interior do próprio governo italiano.

Recentemente o discurso sobre a excepcionalidade do racismo italiano passou a ser questionado. Embora as leis anti-judaicas promulgadas por Mussolini tivessem de fato a intenção de refletir o ideário nazista, elas decorreram essencialmente de motivações internas, entre elas o desejo de forjar o consenso por meio da discriminação da diversidade, vista como potencial foco de dissenso, antecipando em parte a própria legislação racista efetuada pelos nazistas. Ao contrário do que afirma a tese de De Felice (BURGIO et al., 2010), o anti-semitismo não nasceu em 1938: ele é forte durante todo o início do século e principalmente na década de 1930, quando a tendência a discriminar os judeus por serem anti-fascistas, críticos e fomentadores do dissenso e do conflito social cresce exponencialmente, especialmente com o estabelecimento do racismo de Estado entre 1938 e 1945, quando os judeus passam a desempenhar o papel do inimigo interno do país.

A banalização do passado e a não-compreensão dos elementos que introjetam e naturalizam o racismo na sociedade italiana permitem que estes permaneçam incompreendidos, naturalizados. É certo que os momentos históricos possuem suas especificidades, e a emergência e consolidação do fascismo dependeram de uma conjuntura particular e de elementos que estavam presentes à época, mas o retorno do racismo enquanto elemento central da política impõe a necessidade da compreensão dos fatores que possibilitaram seu retorno, entre os quais a incompreensão de sua presença em solo italiano, uma vez que durante um grande período se postulou a excepcionalidade deste fenômeno.

Em primeiro lugar, é importante salientar que entre diversos países europeus a principal fonte de racismo direto contra populações estrangeiras foi o colonialis-

mo, e, embora a experiência colonial italiana tenha sido de curta duração, foi tanto ou mais brutal quanto as outras. O colonialismo italiano foi o terreno no qual a nação começou a experimentar o domínio do outro e a afirmar a superioridade da própria raça, em contraste com os africanos, vistos como seres inferiores. Além da experiência colonial, outros fatores apontam para a existência de um racismo difuso na sociedade italiana, precedendo o governo fascista. De acordo com Alberto Burgio et al. (2010, p. 68-111), existem diversos componentes históricos que comprovam a via italiana ao racismo, em especial o racismo com relação aos eslavos no início do século XX. Além disso, encontra-se na base do racismo italiano a discriminação com relação aos sujeitos considerados como marginais, delinqüentes, anormais, homossexuais, deficientes, prostitutas, enfim, todos aqueles considerados como portadores de comportamentos desviantes. Mesmo em se tratando da própria unificação do país, Enzo Collotti (2000) salienta que esta não se edificou sobre a base da igualdade, mas como hegemonia do Norte sobre o Sul, de modo que a discriminação ocorre também com relação aos próprios cidadãos do mesmo país. É importante lembrar que há, ainda hoje, uma forte discriminação dos cidadãos do norte italiano com relação aos indivíduos do sul, uma discriminação representada principalmente pelo partido xenófobo Liga Norte, que fora um componente importante do governo Berlusconi e ainda ocupa posição de destaque no cenário político com suas declarações marcadamente xenófobas e racistas. Como destaca Benito Giordano (1999, p.215), atualmente a Liga Norte tem “[...] tentado inventar uma ‘*etnicidade*’ para o norte da Itália para justificar suas reivindicações políticas de proteção dos interesses econômicos da região [...]”, afirmando uma suposta superioridade dos cidadãos do norte com relação aos indivíduos que habitam a região sul.

Levando em conta os elementos brevemente expostos, fica evidente que as leis fascistas não afirmam idéias e práticas inéditas, sem qualquer vinculação direta à sociedade italiana. Pelo contrário, elas apenas confirmam que o racismo sempre fez parte da cultura e da própria constituição da nação, alterando periodicamente seu objeto. O Estado fascista agiu, portanto, de modo a consolidar a consciência racial dos italianos, unificando-os por meio da sua distinção com relação aos outros, e as leis refletiram um racismo já existente e difuso, que passou então a ser canalizado para um alvo específico, o judeu, mas não antes de introduzir medidas que vetam a mistura racial entre italianos e africanos e decretar a exclusão dos mestiços da cidadania, em 1937. Estas medidas exerceram influência significativa na elaboração das primeiras leis contra os judeus, com as quais partilharam uma série de elementos, a começar pela referência biológica. Além destes fatores, outro elemento importante que

contraria a versão da excepcionalidade do racismo italiano é o fato de que, no momento da promulgação das leis raciais não houve nenhuma forte reação no interior da sociedade civil. O que houve de fato foi uma forte indiferença e passividade com relação a elas e posteriormente com relação à deportação em massa e extermínio da maior parte dos deportados ao mesmo tempo em que se difundiam as delações e a postura de colaboração com o governo.

Fica evidente, portanto, que o não-reconhecimento dos crimes fascistas constitui um obstáculo à construção de uma consciência crítica que não permita que fatos ou elementos semelhantes se reproduzam, considerando que a memória deste período permanece de certa forma obscura, uma vez que a tese ainda hegemônica (embora questionada) postula a não-participação efetiva dos italianos no genocídio em escala industrial. Ainda que a memória de Primo Levi, narrada em seus diversos livros, difundida como leitura obrigatória nas escolas secundárias italianas, uma história de amplo conhecimento no país e no mundo, no cenário hodierno a sociedade civil italiana em geral não se mobiliza quando novamente são promulgadas leis marcadamente discriminatórias e racistas, que criminalizam determinada categoria de indivíduos e os exclui da esfera do direito. O risco que tal atitude comporta não é apenas que a visão do senso comum com relação ao outro se estabeleça, isto é, que o estrangeiro seja percebido como criminoso e como um perigo a ser afastado, mas principalmente a possibilidade de que qualquer violência que venha a ser cometida contra aqueles que não pertencem ao solo do país não seja vista enquanto tal, muito menos como uma prova da degradação de seus direitos fundamentais, mas como uma postura legítima no combate àquele que não é visto como igual, como sujeito, como pessoa.

Como destacou Antonio Cassese (2008), o perigo aparece como iminente sobretudo porque o *outro* passa a não ser visto mais como homem, mas como inimigo, e é precisamente essa desumanização do outro, sua caracterização enquanto inimigo da nação que “comporta a justificação do homicídio de um ser reduzido à nulidade, a um estado subumano”. Fazendo também referência a Primo Levi, ele ainda afirma: “Recordemos as primeiras páginas de *É isto um homem?* Levi narra sua chegada a Auschwitz. Homens, mulheres e crianças constrangidos a desnudar-se, a tomarem banho, a usarem tamancos de madeira e casacos listrados: no tempo de uma hora, se passa de seres humanos a números.”

Poucos anos após a morte de Primo Levi, o racismo volta a ser amplamente difuso na sociedade italiana, um cenário no qual as mortes cotidianas de estrangeiros nas fronteiras do país já não causam mais comoção, um cenário no qual a brutalidade no interior dos centros¹⁴ já foi naturalizada, assim como sua própria existência

¹⁴ Os vários relatórios efetuados pelas organizações internacionais citadas no texto destacam as diversas violências pelas quais passam os estrangeiros detidos nos centros, entre as quais: detenção ilegal de pessoas com visto de permanência; presença de mulheres grávidas e crianças junto às

e o estado de emergência sobre o qual se baseiam e são fundados. Um trágico contexto onde se tornou comum as declarações que evocam a necessidade de fornos crematórios para os ciganos¹⁵, de leis especiais para afastar os imigrantes do solo nacional, no qual os naufrágios acabam sendo considerados como um mal necessário para barrar a invasão dos seres considerados incompatíveis com os valores da nação. Talvez hoje, mais do que nunca, seja atual o alerta de nosso escritor:

Devemos ser escutados: acima de nossas experiências individuais, fomos coletivamente testemunhas de um evento fundamental e inesperado, fundamental justamente porque inesperado, não previsto por ninguém. Aconteceu contra toda a previsão; aconteceu na Europa; incrivelmente, aconteceu que todo um povo civilizado, recém-saído do intenso florescimento cultural de Weimar, seguisse um histrião cuja figura, hoje, leva ao riso; no entanto, Adolf Hitler foi obedecido e incensado até a catástrofe. Aconteceu, logo pode acontecer de novo: este é o ponto principal de tudo quanto temos a dizer. (LEVI, 1990, p.123-124).

THE DROWNED AND THE SURVIVORS: THE WRECK OF MEMORY IN PRIMO LEVI’S ITALY

ABSTRACT: *The Italian migration policy has been marked by the systematic declaration of a state of emergency and the proliferation of detention centers for immigrants, asylum seekers and refugees. Seventy years after the end of Nazi-fascism, the country returns to a backdrop of widely discriminatory policies that exclude and criminalize certain categories of persons, in a dangerous fusion of popular racism and institutional racism. The purpose of this article is to reflect on the role of memory when confronted with the recent policies and tragedies in Italy.*

KEYWORDS: *Memory. Emergency. Detention centers. Immigrants. Italy.*

demais categorias (homens, criminosos comuns); ausência de separação no interior dos centros entre imigrantes em situação irregular e estrangeiros transferidos em função de crimes cometidos; infraestrutura inadequada; exposição a temperaturas extremas; superlotação; ausência de espaços internos e externos para recreação; péssimas condições de higiene; ausência de produtos de higiene pessoal, de vestimentas e roupas de cama adequadas e limpas; problemas com oferecimento da alimentação; abusos racistas, agressões físicas, uso excessivo da força por agentes de segurança; uso abusivo de sedativos; inadequação ou ausência de atendimento médico; falta de comunicação sobre os procedimentos legais para expulsão ou para contestá-la; atos de auto-mutilação, tentativas de suicídio em função da extrema frustração, incerteza e ansiedade sobre seu futuro (e falta de apoio/tratamento psicológico adequado para estes casos), entre outros.

¹⁵ Palavras da Conselheira Municipal (vereadora) Massimila Conti, escritas em seu perfil no facebook. Além de afirmar que os ciganos compõem a raça mais propensa a delinquir, roubar, ela evoca a necessidade de estabelecer leis que sejam capazes de identificá-los, etiquetá-los. Ver: I ROM? (2014).

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. O que significa elaborar o passado. In: _____. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a. p.29-49.

_____. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b. p.119-138.

AGAMBEN, G. Cattive memorie. **Il Manifesto**, Roma, 23 dez. 1997.

_____. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BALLERINI, A. CIE, le nostre leggi, fabbrica de clandestinità e violenza. **Il Fatto Quotidiano**, [S.l.], 20 fev. 2013.

BAUMAN, Z. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. (Ed.). **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.114-119.

BURGIO, A. et al. **Nonostante Auschwitz: Il 'ritorno' del razzismo in Europa**. Roma: Derive Appodi, 2010.

_____. Quell'atroce passato che può ritornare. **Giornale Liberazione**, Roma, p.20, magg. 2008.

CASSESE, A. Entrevista. Entrevistador: Amnestycampania. **Amnesty International**, [S.l.], 21 magg. 2008. Disponível em: <<https://amnestycampania.wordpress.com/2008/05/21/intervista-ad-antonio-cassese/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

COLLOTTI, E. **Il fascismo e gli ebrei**: le leggi razziali in Italia. Roma: Laterza, 2003.

_____. **Fascismo e anti-fascismo**: rimozioni, revisioni, negazioni. Roma: Laterza, 2000.

GARCIA, F. **Sobre os centros de permanência temporária na Itália e a construção social da não pessoa**. 2011. 201f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

GIORDANO, B. A place called Padania? the Lega Nord and the political representation of Northern Italy. **European Urban and Regional Studies**, London, v.6, n.3, p.215-230, 1999.

GRAMARY, A. Primo Levi: a queda do sobrevivente. **Saúde Mental**, Linda-a-Velha, v.8, n.6, p.49-56, nov.-dez. 2006.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, M. Considerações sobre ciência e crise. In: _____. **Teoria crítica**. São Paulo: EDUSP, 1990.

I ROM? Ai forni: Parola di consigliera. **Cronache di Ordinario Razzismo**, 04 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.cronachediordinariorazzismo.org/i-rom-forni-parola-consigliera/>>. Acesso em: 15 set. 2015

LEVI, P. **O último natal de guerra**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2002.

_____. **Se não agora, quando?** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Entrevistas e conversaciones**. Barcelona: Ed. Península, 1998.

_____. **A trégua**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a.

_____. **Opere complete**. Torino: Nuova Universale Einaudi, 1997b.

_____. **A tabela periódica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

RIVERA, A. Nel Lager di Lampedusa essere infami è il ‘protocolo’. **II Manifesto**, Roma, 18 dez. 2013.

_____. **Regole e Roghi**: metamorfosi del razzismo. Bari: Edizione Dedalo, 2009.

TODOROV, T. **Em face do extremo**. Campinas: Papirus, 1995

_____. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002.

TRANFAGLIA, N. **Un passato scomodo**: fascismo e post-fascismo. Roma: Laterza, 1999.

TRAVERSO, E. Guerra y memoria: una mirada sobre el siglo XX desde el presente. **Cuadernos del CISH**, La Plata, n.13-14, p.215-228, 2003. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.384/pr.384.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **Pour une critique de la barbarie moderne**: écrits sur l'histoire des Juifs et de l'antisémitisme. Paris: Page Deux, 1997.

Recebido em 15/01/2015.

Aprovado em 29/10/2015.

MEMÓRIA DOS ANOS DE CHUMBO NAS CIDADES BRASILEIRAS

*Pedro Henrique Campello TORRES**

RESUMO: O presente artigo analisa as relações entre memória, história e sociedade no espaço urbano brasileiro, em especial as disputas em torno de lugares de memória referidos à Ditadura Civil-Militar (1964-1985). A dimensão política da prática de se nomear espaços simbólicos de enaltecimento à ditadura civil-militar é o tema central do presente trabalho. As cidades brasileiras, onde se desenvolveu a maior parte das ações de resistência, guardam marcas da história recente da Ditadura. Com o fim do regime de exceção iniciado em 1964, permaneceu o que se chamou de feridas históricas, entre as quais a manutenção das marcas do regime autoritário em nomes de ruas, estabelecimentos e logradouros públicos. Passados mais de um quarto de século do final do regime autoritário, ainda permanecem designações de estátuas, ruas, praças e escolas públicas, e outros espaços públicos e privados que homenageiam integrantes do governo militar, torturadores e colaboradores do regime.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar de memória. Ditadura civil militar. Cidades.

Sabe-se que existem inúmeras formas de se fazer memória. Uma delas consiste na criação de espaços simbólicos destinados a preservar no tempo e no espaço, em forma de monumentos, nomes de logradouros ou de instituições, a remissão a personagens e fatos concorrentes à criação de identidades e sentidos de pertencimento a uma história. Entre as maneiras de se fazer história, a operação historiográfica admite múltiplos usos de fontes e procedimentos metodológicos para se estudar um mesmo objeto.

* Bolsista CAPES. Doutorando em Ciências Sociais. PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22451-900 - phcampellotorres@gmail.com

A dimensão simbólica da história foi durante muito tempo desprezada pela precedência da história econômica e política. Mas o estudo dos símbolos, sua interação com o espaço (em nosso caso particular, a cidade) e o imaginário de seus habitantes é contribuição importante para remontar um quebra-cabeça de versões, acontecimentos e interpretações de fatos – essenciais para formação da identidade/memória de um país.

Ao buscar caracterizar as dinâmicas de designação e alocação de símbolos associados a logradouros públicos em municípios brasileiros, consideraremos a cidade como espaço historicamente produzido e mutante, que se reproduz no tempo inclusive através dos signos que formam a identidade e a memória dos lugares, *locus* das relações entre os sujeitos históricos e suas sociabilidades. O trabalho busca, assim, refletir sobre o processo de formação de uma cartografia da memória política em construção nas cidades, sua produção e reprodução simbólica e material do espaço urbano e sua relação com a sociedade brasileira.

É comum vermos em distintos países, nos mais diversos períodos históricos que, junto à queda de um ditador, caem também as marcas e símbolos construídos por ele ou por sua base política, sendo imediatamente substituídos por outros que trazem referência a um novo período. O estabelecimento de marcos zeros em momentos que sucedem episódios de revoluções, golpes, insurreições ou a restauração da democracia pós-regimes autoritários tem sido uma constante na história. Os grupos triunfantes, uma vez no poder tendem a, concretamente, apagar signos que rememorem um passado recente e de conflito.

São marcantes as imagens de eventos do século XX como a queda do muro de Berlim na Alemanha em 1989, a derrubada da estátua de Saddam Hussein no Iraque, do busto de Stalin em países do leste europeu, entre tantos outros exemplos. Estas transformações expressas no espaço são fruto de disputas de memória social que objetivam a formação de novas identidades coletivas.

Estátuas e bandeiras são talvez os principais exemplos. Imagens da queda de estátuas-bustos de Stalin, Saddam Hussein, Hitler, entre muitos outros tornaram-se importantes marcos históricos da passagem de um tempo histórico a outro. Assim como existem inúmeros outros exemplos de marcos análogos como a troca de calendário após as revoluções francesa e russa, a mudança do nome de cidades como a atual São Petersburgo, que outrora já fora renomeada Leningrado e Petrogrado (em homenagem a Lenin e a Pedro, o Grande, respectivamente).

Nos processos de redemocratização da América Latina, no final do século XX, ocorreram grandes processos de discussões sobre a anistia e o que fazer com o legado histórico deixado pelos governantes designados pelas forças armadas¹. Na história

¹ Países como Argentina, Chile, Uruguai tem realizado profunda revisão do período ditatorial e sua relação com a memória e o espaço. Importante contribuição da experiência argentina está retratada no livro **Memorias en la ciudad**: señales del terrorismo de estado en Buenos Aires (MEMORIAS..., 2009).

do Brasil é mais comum a construção de um monumento do que sua destruição. Em nosso país, a estátua de D. João VI não foi derrubada quando passamos de Colônia a Império. Menos ainda as de D. Pedro I e D. Pedro II, quando a república foi proclamada. Getúlio Vargas, mesmo tendo protagonizado o Estado Novo e se aproximado dos nazifascistas ganhou da ex-governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, um busto gigantesco na Praça da Glória.

Uma característica da história recente do Brasil se manifesta na lenta transição que marcou a saída da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Esta peculiaridade diz respeito a uma transição pactuada à democracia, realizada sob égide das forças do próprio regime de exceção. No pensamento social brasileiro este traço conciliador vigente entre as elites que articulam o sistema político já encontrava referências em autores como Werneck Vianna, em *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976), Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil* (2006), Caio Prado Jr., em *A revolução brasileira* (1977), por exemplo. A tendência conciliadora em momentos de transição política refletir-se-á também nos marcos simbólicos da produção do espaço social das cidades brasileiras.

Trabalhos clássicos como *Quatro vezes cidades* (CARVALHO, 1994), *Espelho de próspero* (MORSE, 1988) e *A cidade letrada* (RAMA, 2015) refletiram sobre a peculiaridade do processo de produção das cidades latino-americanas, sobretudo a partir de seu eixo modernizador e sua relação colonial. Em sentido oposto ao moderno, a modernização das cidades na América Latina, entre 1870-1920, não destruiu os alicerces simbólicos e materiais das cidades absolutistas. As reformas urbanas aqui empreendidas mantiveram a prevalência da ordem dos signos sob a ordem material, ou seja, a perpetuação da razão absolutista europeia sobre a imaginação local (RAMA, 2015).

Conflitos e memórias na cidade: identidades, toponímia e território

Aquilo que se designa por cartografia histórica (CHAUPRADE, 2007) é um procedimento que analisa a formação e configuração espacial de um território ao longo do tempo, verificando a dinâmica de suas representações sociais e simbólicas. A cartografia é poder, assim como o ofício de historiar. Está nos mapas dos cartógrafos, assim como na escrita da história, a produção de uma forma de representação do homem no espaço e no tempo.

As formas de produção e representação das cidades variam no tempo e no espaço, de acordo com os conflitos existentes em determinados períodos dentro de um território. Os nomes de ruas, símbolos e formas urbanas fazem parte do processo de disputas na formação espacial de uma cidade.

A memória coletiva é, deste modo, um meio fundamental da vida social, uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder. Poder, por exemplo, de transmitir ou perenizar uma memória de si, ou de propor ou impor uma dada memória à coletividade; poder de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos. O ato da memória é um “[...] ato de poder e o campo da memória, o espaço onde atuam seus lugares, é um campo de conflitos [...]” (GUARINELLO, 1995, p.189).

A história das cidades, com seus lugares de memória, é também a história dos conflitos entre grupos sociais com interesses e perspectivas distintos. A produção espacial material e simbólica disposta no tempo reflete a disputa de poder entre os grupos que nele habitam.

Nesse sentido, o argumento é de que a memória é uma construção social; ela é própria e referente a cada grupo social; se impõe como produção hegemônica – e se reproduz - dependendo da força de cada grupo social; reflete e faz refletir a identidade de um grupo; reflete e faz refletir a inserção – formas distintas de representação – de cada grupo no espaço.

Para o historiador francês Pierre Nora (1993) memória envolve a repetição e a rememoração. A memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém. Isso significa dizer que a memória é objeto de disputa entre grupos com interesses distintos. E que o grupo que detém maior poder mantém a hegemonia da produção da memória coletiva. Na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, mas sim, de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós. A repetição de datas, símbolos e ritos constrói o sentimento simbólico de tradição e identidade que, quando vivenciadas por um grupo, passam a ser incorporadas, mesmo que inconscientemente, à cultura e à memória coletiva.

A perspectiva que explora as relações entre memória e a história tem, segundo Henry Rousso (1998, p. 94-95), por atributo mais imediato

[...] garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Foi Maurice Halbwachs (2006) quem mais detidamente se debruçou, ainda na década de 1920, sobre o que se denominou estrutura social da memória. Para o sociólogo francês, as memórias são construções dos grupos sociais. Mesmo sendo as lembranças individuais, são os grupos sociais que determinam o que é memorável e as formas pelas quais isto será lembrado.

Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grupo. Existiriam memórias sociais em diferentes épocas e lugares, considerando diversos aspectos do passado como memoráveis (batalhas, política, religião, economia) e apresentando o passado de maneiras muito distintas, se concentrando em fatos ou estruturas, em grandes personagens ou pessoas comuns, conforme o ponto de vista do seu grupo social (BURKE, 2000).

Na estrutura pensada por Halbwachs (2006, p.41) teríamos,

[...] na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível.

Em decorrência da seletividade, alguns fatos são registrados e outros são esquecidos, ou seja, o que será preservado na memória dos indivíduos é escolhido em função de preocupações pessoais ou políticas pertinentes a determinado momento e, nesse sentido, a memória pode se tornar um instrumento de dominação, assim como o esquecimento (HALBWACHS, 2006).

A importância da história do presente e suas distintas formas de representação também são apontadas pelo sociólogo como componentes do processo de fazer memória. Assim, no nosso caso, a renomeação de logradouros ou espaços públicos no presente, além de reescrever uma história imediata, projeta uma nova possibilidade de construção da história futura:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2006, p.75-76).

Quando tratamos da memória viva, ou seja, aquela em que a história do tempo presente, imediata, ainda não destilou o passado, mas, ao contrário aguarda o inevitável conflito e tem seus personagens ainda vivos e ocupando papéis de destaque na cena política, econômica, militar ou cultural do país, a imprevisibilidade é certa. Registre-se a respeito o debate teórico sobre a necessária relação entre presente-passado, acrescentando o horizonte do futuro, como ensina Jaques Le Goff (1990).

Lembra o historiador que o especialista em períodos antigos tem um elemento diferencial em sua análise que é o fato de já saber o que se passou depois do seu recorte cronológico:

Os historiadores do contemporâneo, do tempo presente, ignoram-no. A história contemporânea difere assim (há outras razões para esta diferença) da história das épocas anteriores. Esta dependência da história do passado, em relação ao presente deve levar o historiador a tomar certas precauções. (LE GOFF, 1990, p.7).

Celso Pereira de Sá et al. (2009) aproxima as noções de memória coletiva de Halbwachs (2006) com as de Jedlowski (2001, p.33) autor em que a memória coletiva pode ser definida como “[...] um conjunto de representações sociais acerca do passado que cada grupo produz, institucionaliza, guarda e transmite através da interação de seus membros.”

Para Jedlowski (2001) memória coletiva é, por definição, a memória de um grupo social, da mesma forma que uma representação social como definida por Moscovici (1976) e Jodelet (1984, 1989) tem obrigatoriamente um grupo como sujeito produtor e/ou usuário. Por outro lado, a memória histórica, como aqui conceituada (SÁ et al., 2009) é uma memória social que pode ser constituída pelas memórias comuns a um conjunto amplo de pessoas que tenham sido expostas aos mesmos fatos ou informações.

No final da década de 1970, o historiador Pierre Nora (1993, p.13) desenvolveu o conceito de lugar de memória: “Os Lugares de Memória vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é necessário criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, notariar atos, porque estas operações não são naturais.”

Para o historiador, os lugares de memória apresentam uma tríplice acepção: a) são lugares materiais, onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; b) são lugares funcionais, porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas; c) são lugares simbólicos, onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade – se expressa e se revela.

Assim, Nora (1993) desenvolve a referência sócio-espacial presente no conceito de memória coletiva de Halbwachs (2006):

Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ambiente material não será mais o mesmo. Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. [...] é sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e quem em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 2006, p.59).

Em nosso caso, destacamos os monumentos com os quais se procurou impregnar de valores positivos os nomes de responsáveis pela Ditadura Civil-Militar e suas práticas de exceção, assim como aqueles através dos quais buscou-se, ulteriormente, em sentido inverso, registrar os valores democráticos e de resistência ao regime de exceção.

Maria Carolina Maziviero (2007, p.7) afirma que no

[...] âmbito da cidade, a preservação de obras de arquitetura ao longo do tempo nos serve como testemunho do poder. [...] Patrimônio pode ter um significado mais amplo, abrangendo não somente a produção e a reprodução de bens materiais, mas, também, a de bens imateriais.

Maurice Halbwachs (2006) enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem no imaginário da coletividade a que pertencemos. Os monumentos são

[...] esses lugares da memória analisados, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. (HALBWACHS, 2006, p.59).

A manutenção de logradouros, signos e símbolos de regimes políticos superados é marca concreta de como a transição articulou a possibilidade de reconstrução da memória coletiva, da produção do espaço e da identidade nacional.

Para Halbwachs (2006), há, na noção de construção da identidade (o que o faz remeter à literatura da psicologia social) três elementos essenciais: a) Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do copo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; b) Há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; c) Há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados.

Ainda, quando memória e identidade estão,

[...] suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, [...] os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. (HALBWACHS, 2006, p.61).

Em nosso caso, os elementos que formam marcas simbólicas no espaço público das cidades brasileiras contemporâneas são objetos definidores de identidade, são elementos negociados e, assim como a memória, “[...] valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos [...]” (POLLAK, 1992, p.5).

Segundo o geógrafo Mauricio de Almeida Abreu (1998, p.7),

[...] o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares [...] a busca da identidade dos lugares, tão alardeadas nos dias de hoje tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado.

É na cidade que indivíduos, famílias e grupos sociais se ligam em si. No entanto a cidade,

[...] não é um coletivo de vidas homogêneas [...] O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. (ABREU, 1998, p.12).

Para Sandra Pelegrini (2008, p.218), a memória socialmente construída não raro aparece associada às lembranças vinculadas a monumentos e lugares específicos da cidade. Tal escolha pode indicar “representações de mitos fundadores, marcos identitários e referências culturais urbanas”, os silêncios e as ausências de celebrações são igualmente reveladores. Certo é, como assinalam os estudiosos dessa temática, que tal tradição tem sido tomada como uma prática pedagógica, um meio de rememorar fatos, negar episódios, enaltecer personagens ou relegá-los ao esquecimento.

Maria Carolina Maziviero (2007), acredita que a questão da identidade está inserida na memória enquanto construção social. No que diz respeito ao mundo urbano, as

[...] construções nos contam uma parte importante das relações entre cidades e seus habitantes. A maneira de arranjá-las no espaço, os materiais e as técnicas empregadas na sua edificação ou mesmo os padrões estéticos utilizados para lhes dar forma e cor são elementos que corroboram para ativação da memória dos indivíduos que se relacionam naquele espaço. (MAZIVIERO, 2007, p.8).

A este propósito, Gisele Lütke S. Jarek (2007, p.182) entende a

[...] reflexão sobre a cidade não só enquanto conteúdo histórico proposto em diversos currículos – mas também como um documento a ser explorado pelo(a) professor(a) de História, ou seja, como um espaço de múltiplas memórias, culturas, identidades e conflitos. No espaço da cidade, diversas práticas culturais são percebidas e se tornam mais concretas nas ruas, bairros, praças e lugares de memória. Em cada um desses lugares um sistema de valores se manifesta. Portanto, a trajetória da cidade pode ser lida nas diferentes marcas que os homens selecionaram, conscientemente ou não, para transmitir algo a outras gerações.

Para Oriá (2005), é a memória que faz com que os habitantes percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas lutas e experiências cotidianas. Sem isso, a população urbana não teria condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Sem a memória não se consegue situar na própria cidade, e acaba-se perdendo o elo afetivo da relação habitante–cidade e assim sentimo-nos deslocados e confusos.

Esta perda de referenciais históricos e culturais, pautados na memória da cidade, nos dá uma estranha sensação de que somos estrangeiros em nossa própria casa e aí nos restam apenas os lugares que o poder econômico dos setores dominantes construíram ou escolheram para manter como símbolo de uma memória única e excludente que não favorece a multiplicidade de memórias e identidades presentes em uma cidade. Assim, o grupo hegemônico no processo de produção social do espaço tende a ser, ao mesmo tempo, hegemônico no processo de produção da memória coletiva e da identidade do indivíduo.

Segundo Jörn Seemann (2005), citando Claval (2001, p.207) “[...] espaço e cultura são indissociáveis, porque não há sociedades que vivam sem espaço para lhes servir de suporte.” O ser humano se compreende pelo ambiente que habita, e habitar um lugar significa conhecê-lo, transformá-lo e humanizá-lo (BONNEMAISON, 2000). Para organizar esse espaço humanizado para fins de orientação, organização e referência, registra-se e mapeia-se as localidades, atribuindo-lhes nomes. Dessa maneira, o batismo dos lugares e o estudo dos nomes dos lugares se tornam um “empreendimento de muitas facetas com grandes e excitantes potencialidades intelectuais” (ZELINSKY, 1997, p.465) que vão além da toponímia como estudo etimológico dos nomes de lugares.

Sob uma perspectiva histórico-cultural, Claval (2001, p.189) considera a denominação de lugares como tomada de posse do espaço e como referência e orientação, afirmando que “todos os lugares habitados e um grande número de sítios

característicos na superfície da Terra têm nomes – frequentemente há muito tempo”. A toponímia é uma herança preciosa das culturas passadas. Paul Carter (apud JACKSON, 1992) considera a nomeação dos lugares como fazer história espacial que começa e termina com a língua. Pelo ato de nomear, o espaço é simbolicamente transformado em lugar que, por sua vez, é um espaço com história.

Memória dos anos de chumbo no espaço urbano

O caso em que vamos nos deter no presente trabalho é o da memória dos anos de chumbo no espaço urbano brasileiro, embora tenhamos visto que o debate sobre as características da produção das cidades é de longa duração. As cidades brasileiras, onde se desenvolveu a maior parte das ações de resistência (ACSELRAD, 2015), guardam marcas da história recente da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Com o fim do regime de exceção permaneceu o que se chamou de feridas históricas, entre as quais a manutenção das marcas do regime autoritário em nomes de ruas, estabelecimentos e logradouros públicos. Passados mais de um quarto de século do final do regime autoritário, ainda sobrevivem designações de estátuas, ruas, praças e escolas públicas, e outros espaços públicos e privados que homenageiam integrantes do governo militar, torturadores e colaboradores do regime.

A perpetuação destes símbolos, após a diluição das coalizões de poder que deram sustentação ao regime de exceção, sugere a indisposição de setores presentes em seguidos governos que se sucederam a esse regime em trabalhar a memória coletiva no sentido de valorizar a resistência à ditadura e promover uma consciência crítica habilitada a prevenir a volta de regimes de força. Assim é que no caso brasileiro, as permanências parecem prevalecer; continuidades são visíveis, a despeito das descontinuações dos processos históricos. No que diz respeito à relação entre história e cidade, a construção da memória mais parece uma malha de tecidos remendados. Estátuas, logradouros, escolas, prédios públicos, entre outros, fazem referência – muitas vezes ufanista – aos mais diversos protagonistas de nossa história.

Mas, ao se lembrar de alguns, esquece-se de outros. Por isso a escolha, o processo de dar nomes aos lugares, a criação de um espaço simbólico é uma prática política. Na geografia cultural da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, convive-se, com a estátua em homenagem a um dos principais promotores do golpe de 1964, Marechal Castelo Branco, na praia do Leme, assim como com a Ponte Rio Niterói designada como Ponte Presidente Costa e Silva, nome do militar responsável pela assinatura do Ato Institucional Número 5. Várias gerações de jovens vêm estudando na Escola Municipal Presidente Médici, situada em Bangu, nomeada em homenagem

ao militar designado pela Ditadura para governar o país durante o período mais fortemente repressivo do regime autoritário.

Assim, quase trinta anos após o fim da Ditadura Civil-Militar, continuam em curso as disputas em torno da memória relativa a este período da história política brasileira. Em se tratando de uma história do presente – se faz relevante caracterizar a cidade como espaço de disputa de memória, nela apontando a presença de signos do regime autoritário com os quais os cidadãos conviveram por décadas após o fim do regime autoritário sem que isto fosse problematizado no espaço público. Isto porque tendem a coexistir, dentro de uma mesma cidade, símbolos urbanos que expressam a forma histórica da produção simbólica do espaço, estabelecendo vínculos entre o passado e o futuro.

Como se deu, por exemplo, o processo de escolha da nomeação da Av. Marechal Castelo Branco – localizada no bairro do Maracanã-RJ, em homenagem ao primeiro ditador do regime inaugurado em 1964? Por que a opção por seu nome e não outro? Quando se deu, quem foi (ou quem foram) o(s) autor(es) da homenagem e como isto aconteceu? Houve oposição? E por que a escolha deste local e não outro? No processo de decisão, houve debate sobre a localização da homenagem? Quais os caminhos institucionais seguidos por este processo? E ainda: houve tentativas da sociedade civil para que, após o fim do regime ditatorial, este nome fosse substituído por outro? E também, como se dá, em geral, a dinâmica institucional de nomeação de logradouros na cidade do Rio de Janeiro? Em princípio, tais propostas devem ser encaminhadas por vereador ou pelo Prefeito a um conselho formado com a Secretaria de Cultura e Urbanismo, além de representantes da Rio Urbe e do IPP – Instituto Pereira Passos, responsável pelas informações estatísticas e geográficas da cidade.

O artigo do historiador Reginaldo Benedito Dias (2012), *Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira*, faz amplo mapeamento das disputas simbólicas em torno da memória espacial referidas ao regime autoritário de 1964-1985, circunscritas nas cidades brasileiras.

Para Dias (2012), a disputa pela memória do período histórico em pauta incide no processo político das nomeações de ruas nas cidades do país. Um episódio ocorrido em São Carlos-SP, por exemplo, seria revelador da potencialidade e do sentido mais profundo de uma das mais menosprezadas entre as atividades dos legisladores e agentes públicos: a nomeação de logradouros públicos. Motivados por denúncias de grupos de direitos humanos o antigo nome de rua que homenageava o conhecido torturador Delegado Fleury foi trocado pelo de Dom Helder Câmara. Trata-se de recorrente mecanismo de construção da memória histórica, visto que

se elege um personagem ou um fato para ser perenizado na lembrança coletiva (DIAS, 2012). Dependendo da abrangência do nome que será estampado na placa, há um investimento na composição da memória: “[...] é na disputa pela definição de datas, símbolos e cerimônias comemorativas que começa a se delinear o caráter culturalmente arbitrário, histórico, social e politicamente construído da nação [...]” (CATELA, 2001, p. 206).

É fundamental perceber as ações de determinados grupos sociais que se constituem para denunciar a permanência de elementos do regime de exceção na vida corrente das cidades mesmo em um período em que vigoram as instituições de um sistema político formalmente democrático. No sistema de ação que nos interessa, consideramos também os sujeitos e forças sociais que buscam legitimar tal permanência, justificando-a diretamente ou através de diversos artifícios argumentativos, assim como procurando criar obstáculos para a sua remoção ou impedir que seja cultivada a presença histórica dos que combateram a ditadura e que foram vitimados por seus agentes repressivos.

Percebe-se assim os embates históricos que se têm produzido na cidade real e concreta em torno de manifestações urbanas operadas na esfera simbólica, tendo por referência a polis, ou seja, a cidade propriamente política, onde se constroem as concepções e práticas relativas à construção de um mundo comum.

Trata-se aqui de examinar a trama da intercomunicação constituída em torno das disputas toponímicas como parte do trabalho de coordenação de experiências e de atividades sociais que tende a orientar, em nosso caso no espaço específico da cidade, o movimento de criação social e cultural. Esta é, por certo, uma trama que se desenrola numa arena pública, ou seja, num teatro de competição, conflitos e controvérsias, onde indivíduos e grupos se encontram ao redor de posturas divididas, acertando situações problemáticas, elaborando programas de ação, se enfrentando em estratégias de interesses e se comprometendo em interações de diversos tipos (CEFAI, 2003).

Da década de 80 do século passado aos primeiros anos da década do ano 2000², grupos organizados dedicados às disputas toponímicas tratam de fazer uma denúncia pública, apontar uma injustiça que se pensa ser de ordem geral e não particular. Buscam convencer pessoas a respeito de uma causa que se quer universal, associá-las ao protesto, mobilizá-las para aderir a uma verdade que se quer que seja dita, portadora de uma acusação que esteja à altura da injustiça denunciada (BOLTANSKI, 2000).

² Se na década de 1980 as principais ações estavam lideradas pelo Grupo Tortura Nunca Mais, na primeira década do ano 2000 outros movimentos se juntam à mesma agenda, como o Levante Popular da Juventude, Lembrar é Re-existir, setores da OAB, entre outros.

A exibição pública dos nomes das vítimas da ditadura faz parte das manobras argumentativas a partir das quais os denunciadores se dispõem a oferecer provas e tornar públicas as injustiças ocorridas. Como assinala Boltanski (2000), quando certos atores sociais se apoiam no peso da opinião pública para obter uma reparação simbólica, põem em causa a reabilitação de vítimas que foram objeto de ações tidas por injustas e a quem se procura reconhecer e restituir a honorabilidade.

Ao procurarmos evidenciar os locais escolhidos e o histórico da construção de símbolos relativos à vida política na Ditadura Civil-Militar, durante e após a vigência do regime autoritário inaugurado em 1964, adentramos um território de disputas pela memória e identidade nacionais, tendo por objeto a toponímia referente a monumentos, logradouros e estabelecimentos públicos, como escolas.

A busca pela valorização de uma outra história – aquela ainda oficialmente silenciada – é condição para a criação de um espaço para o debate público sobre a história nacional, ainda por ser revelada. Os movimentos espontâneos ou organizados da sociedade civil brasileira que buscam renomear logradouros fortalecem esse duplo aspecto da luta por uma nova memória, identidade e espaço social. Não apenas o ato de reparação em si é importante, quanto o próprio debate público que esta ação proporciona.

A manutenção de elementos concretos que marcam o espaço em homenagem àqueles que feriram a legalidade e estabeleceram um regime ditatorial no Brasil, de um lado, perpetua simbolicamente versões obscuras da história que precisam ser esclarecidas, não porque caiba a História o poder de produção da Justiça, por excelência, mas sim o papel de construção da memória e, por conseguinte, da identidade de grupos e nações.

Conclusão

No Brasil, as iniciativas pareceram por muito tempo isoladas e dependentes da vontade política dos governantes. Mas no início dos anos 2000³, o assunto ganhou relevância, embora seu alcance ainda seja tímido perante sua importância histórica. Se a memória é uma construção social e território de disputas simbólicas, a justiça, a moral e a decência - o próprio ideal do que é justo, moral, decente – também o são.

³ No caso do Rio de Janeiro a chegada ao poder, na década de 80, de políticos que participaram da resistência ao regime militar foi fundamental para que a cidade ganhasse homenagens a aqueles que lutaram contra à ditadura, em articulação com o Grupo: Tortura Nunca Mais (1986) e (DESAPARECIDOS..., 1988-1989).

Segundo o filósofo Avishai Margalit (1999), existe uma distinção entre uma sociedade decente – aquela em que as instituições não humilham seus membros – e uma sociedade civilizada – aquela em que seus membros não se humilham uns aos outros. A ideia de sociedade decente - aquela em que ninguém pode ser humilhado pelas instituições – é, para o autor, um conceito macro-ético, enquanto a sociedade civilizada remete a um conceito micro-ético. A sociedade decente é a que evita a humilhação e respeita os direitos humanos pelo controle da arrogância burocrática, o combate ao desemprego e ao esnobismo social (MARGALIT, 1999). A sociedade civilizada é aquela em que os atos de desrespeito das instituições sejam repudiados por todos, através da inscrição simbólica deste repúdio no espaço público.

Homenagear - ou manter no tempo e no espaço o que se entende por homenagem nominal - a figuras que usaram da força para por o país em um estado de exceção, fazendo do período da Ditadura Civil-Militar brasileira um momento indecente da história do país, não é compatível nem com um a sociedade decente nem como uma sociedade civilizada. Isto significa uma recusa do projeto de construção de uma sociedade civilizada, estendendo no tempo a humilhação dos cidadãos para além do período de exceção. Significa mesmo uma modalidade de permanência do estado de exceção no interior do período de democracia formal.

Nesse sentido, as denúncias públicas são o registro das reivindicações por justiça – no caso das renomeações/homenagens em logradouros públicos na cidade, caminho para a construção coletiva de uma nova memória e uma identidade civilizada compartilhada. Pois quando a sociedade sai à rua para denunciar uma homenagem tida por indevida num logradouro público, ou marcar simbolicamente o *locus* urbano da morte de um militante que combateu a ditadura, a cidade se transforma. O que os atores sociais críticos envolvidos na disputa toponímica buscam é cultivar o espaço público como como lugar de mediação entre os poderes públicos (o Poder Executivo, a Assembleia Legislativa e o Poder Judiciário, as agências administrativas, os poderes locais), a sociedade política (partidos políticos, corpos constituintes), a sociedade civil (Igrejas, organizações sindicais, associações cívicas e movimentos sociais) e os meios de comunicação.

O que é justo? e o que é justiça? São as perguntas subjacentes às suas ações. No caso que nos interessa, quais são os argumentos que se utilizam para acolher ou não a mudança de nome de um logradouro? Quando não há resistência não significa que não há conflito.

No caso dos chamados escrachos – atos coletivos que tornam públicos os espaços privados de moradia de torturadores - mais do que se condenar pelo silêncio, pelo esquecimento, a ideia é condenar pela lembrança e pela visibilização a história de crimes de quem torturou aqueles que se rebelaram contra a Ditadura. Há, no seio

da sociedade tanto uma memória como um esquecimento que, ora é apaziguado, ora não apaziguado. Os movimentos sociais/políticos reivindicam a possibilidade de expor ao debate público o que não foi apaziguado em nossa história. Ou, ainda, expor o que foi apaziguado de forma farsesca pela classe hegemônica e pelo aparelho estatal.

Uma nova cidade surge marcada pela luta que ocorreu entre 1964-1985, mas que oficialmente, teve até recentemente uma só versão. É justo, portanto, a reivindicação de novas versões, de novas narrativas e a recolocação nas arenas, da perspectiva dos atores sociais da resistência. Para Boltanski (1984) denúncia só é uma denúncia quando é tornada pública. Um reclamo por justiça - sempre presente nos protestos sociais e políticos – ou a denúncia de uma injustiça supõe referência a um culpado ou responsável. Os momentos críticos evidenciam não só o esforço da crítica em fundamentar a sua denúncia de injustiças, mas também o esforço dos atores em produzir justificações. Em nosso caso, para a justiça se materializar em renomeações ou novas homenagens aos que combateram a ditadura foi preciso que a sociedade pressionasse, evocasse a construção de uma nova memória. Tratam-se de disputas pelo que se entende dever tornar público, sabendo-se que o processo de publicização resulta da composição de pequenas escolhas, arazoados e decisões em ambientes que, pelo fluxo de recursos e configurações de oportunidades oferecidas, assim como pelos tipos de experiência e ações que se desenham, restringem as formas de compromisso entre os atores (CEFAI, 2003).

A nação que não reconhece de forma pública os descaminhos históricos tomados rompe um pressuposto básico de que o primeiro passo para tratar de uma questão é reconhecer que ela existe. Ao se conviver com uma pretensa história sem conflitos, o que é dialeticamente impossível, constrói-se uma sociedade sem memória, portanto sem identidade, sem consciência de si.

MEMORY OF THE YEARS OF LEAD IN BRAZILIAN CITIES

ABSTRACT: *The present article analyzes the relation between memory, history and society in urban space in Brazil, in particular the disputes surrounding places of memory that are a throwback to the Civil-Military Dictatorship (1964-1985). The political dimension of the practice of naming symbolic spaces in a manner that honors the dictatorship is the central theme of this work. The most important actions by the resistance took place in Brazilian cities, and marks remain in them of the recent history of the dictatorship. With the end of the regime of exception which started in 1964, historical wounds – as they were called - remained, chief among them the continued presence of marks of the authoritarian regime in street names,*

establishments and public spaces. More than a quarter of a century after the end of the authoritarian regime, designations of statues, streets, squares, public schools, and other public and private spaces still honor members of the military government, torturers and other collaborators of the regime.

KEYWORDS: *Place of memory. Civil-military dictatorship. Cities.*

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 111, n.4, p.05-26, jan./jun. 1998.

ACSERALD, H. **Sinais de fumaça na cidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

BOLTANSKI, L. **El amor y la justicia como competencias**: três ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires: Amorrotu, 2000.

_____. La denonciation. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v.51, p.03-40, mars. 1984.

BONNEMAISON, J. **La géographie culturelle**. Paris: Éditions du C.T.H.S, 2000.

BURKE, P. História como memória social. In: _____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CATELA, L. da S. **Situação-limite e memória**: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001.

CARVALHO, M. A. R. de. **Quatro vezes cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CEFAI, D. Qu'est-ce que c'est une arène publique? quelques pistes pour une approche pragmatique. In: CEFAI, D.; JOSEPH, I. (Org.). **Heritage du pragmatisme**: conflits d'urbanité et épreuves de civisme. Paris: La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube, 2003. p.5-82.

CHAUPRADE, A. **Géopolitique, constantes et changements dans l'histoire**. 3.ed. rev. et augmentée. Paris: Ellipses, 2007.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 2.ed. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

DESAPARECIDOS políticos dão nomes a ruas. **Tortura Nunca Mais**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, p. 2, nov./jan. 1988-1989.

DIAS, R. B. Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira. **Revista Patrimônio e Memória São Paulo**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 155-181, jan./jun. 2012.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.14, n. 28, p.180-193, 1995.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Centauro, 2006.

JACKSON, P. **Maps of meaning: an introduction to cultural geography**. Londres: Routledge, 1992.

JAREK, G. L. S. Cidades, culturas, memórias e identidades: uma proposta em educação patrimonial. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.13, n.2, p. 180-191, jul./dez. 2007.

JEDLOWSKI, P. **Memory and sociology: themes and issues**. London: Time & Society, 2001.

JODELET, D. Les representations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Ed.). **Les representations sociales**. Paris: PUF, 1989. p.45-78.

_____. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). **Psychologie sociale**. Paris: PUF, 1984. p.357-378.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

MARGALIT, A. **La société décente**. Paris: Editions Climats, 1999.

MAZIVIERO, M. C. **Memória e espaço: vinculações acerca da formação da identidade urbana**. 2007. Trabalho apresentado ao 5º Seminário Memória, Ciência e Arte: Razão e Sensibilidade na Produção do Conhecimento, Campinas, 2007.

MEMORIAS em la ciudad: Señales del terrorismo de estado en Buenos Aires. Buenos Aires: Edeuba, 2009.

MORSE, R. **O espelho de próspero**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF, 1976.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.07-28, 1993.

ORIÁ, R. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.

PELEGRINI, S. C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **História (São Paulo)**, Franca, v.27, n.2, p. 145-173, 2008.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p.200-2012, 1992.

PRADO Jr., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAMA, A. **A cidade das letras**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2015.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Coord.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.30-48.

SÁ, C. P. de. et al. A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.26, n.2, p.159-171, 2009.

SEEMANN, J. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. **Revista Vivência**, [Natal], n. 29, p.207-224, 2005.

TORTURA nunca mais. Rio de Janeiro, n. 2, maio 1986.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ZELINSKY, W. Along the frontiers of name geography. **Professional Geographer**, [S.l.], v.49, n.4, p.465- 466, 1997.

Recebido em 30/01/2015.

Aprovado em 25/11/2015.

MEMÓRIAS QUE REVELAM A HISTÓRIA DE UM BAIRRO INDUSTRIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

*Regina Soares de OLIVEIRA**

RESUMO: A história do espaço urbano não é contada, normalmente, pela ótica popular, relegando ao segundo plano as vivências, práticas e percepções desse segmento sobre o espaço. Por meio da experiência de duas lideranças residentes em uma vila operária, construída por um empresário da indústria têxtil em 1917 e em um conjunto habitacional edificado em sistema de mutirão durante a década de 1990, ambas no centro expandido da cidade de São Paulo, buscou-se apreender a teia em que se entrelaça a memória do espaço urbano com a memória individual, bem como as estratégias empreendidas pelos indivíduos para, em meio a processos de apagamento da memória, assegurar a preservação de marcos da sua história pessoal e dos grupos aos quais estão ligados, ao mesmo tempo, em asseguravam a preservação da história e memória do bairro e da própria cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. História. Urbanização. São Paulo.

Diferentes formas de olhar o espaço urbano: memória e história oral

Tanto a memória como a história oral já se consolidaram como campos de saberes interdisciplinares, sendo utilizadas em campos diversos como História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Educação e Biologia, assim como também encontramos diversos trabalhos que buscaram oferecer uma maior compreensão sobre a memória e seu papel na construção da identidade individual e de um grupo, a relação entre memória coletiva e individual, bem como o papel das lembranças, das

* UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia - Campus Jorge Amado. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Itabuna – BA – Brasil. 45613-204 - oliveira.regs@gmail.com

narrativas¹. Quando voltamos nosso olhar para analisarmos as práticas desenvolvidas no espaço urbano, assim como as percepções sobre as constantes transformações sofridas pelo mesmo, o trabalho com a memória e a história oral, a partir das percepções dos grupos populares torna-se, conforme Pollack (1992, p. 207), “um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa”.

Existe a necessidade de visibilizar e valorizar as práticas populares realizadas no espaço urbano, quebrando a lógica que delega ao poder público a tarefa de consagrar as versões sobre a constituição e organização do espaço, o que implica relegar e tratar as práticas populares como de segunda categoria ou com pouco potencial de informação aos pesquisadores, mantendo-os sem a devida atenção quando se trata de pesquisa sobre as temáticas urbanas.

As reflexões aqui apresentadas são parte de uma pesquisa em que se trabalhou com as percepções sobre as transformações do espaço, a constituição de território segregados na cidade e os conflitos sociais existentes em um mesmo espaço urbano, comparando-se visões de moradores de projetos de habitação popular do século XX. Pesquisou-se, principalmente, as percepções de moradores de dois projetos habitacionais no bairro Belenzinho, em São Paulo, produzidas por diferentes agentes da cadeia produtiva – empresário e trabalhadores.

Nesse artigo, buscamos privilegiar o olhar de duas lideranças desses projetos: um morador de uma vila operária construída por um empresário da indústria têxtil em 1917 (Edécio Pereira) e outro, residente em um conjunto habitacional edificado em sistema de mutirão durante a década de 1990, por participantes do movimento de moradia e moradores de um antigo cortiço da região (Maria Salomé).

Ao observar as estratégias criadas por essas lideranças, junto com os demais moradores, percebeu-se a carga simbólica da preservação e recuperação dos imóveis símbolos desses projetos – vila e cortiço – pois sentiam-se, de certa forma, guardiões de uma parte da história da cidade e do bairro, ao mesmo tempo em que desenvolviam estratégias ao processo da renovação urbana e do apagamento dos marcos físicos da memória coletiva.

O espaço urbano atrelado a discussão da moradia popular

O bairro Belenzinho já era conhecido, por viajantes e peregrinos que se deslocavam do Rio de Janeiro e Vale do Paraíba em direção a cidade de São Paulo, como pouso de tropeiros desde meados do século XIX (TORRES, 1969), momento

¹ Em especial destacamos os trabalhos de Bosi (2007), Halbwachs (2004), Nora (1993), Pollack (1989, 1992) e Thompson (2002).

em que ainda era considerado estância climática por abrigar diversas chácaras da elite paulistana².

Após esse período as chácaras começaram a ser loteadas para a implantação do emergente parque industrial paulistano. Juntamente com os bairros Mooca e Brás, o Belenzinho, no início do século XX, mostrou-se extremamente atrativo ao capital imobiliário para a instalação de um parque industrial a baixo custo, especialmente o parque têxtil. Contribuíram para isso fatores como o baixo preço dos terrenos, localizados em áreas alagadiças, a proximidade com a ferrovia, facilitando o escoamento da produção, e a abundância de água os rios e córregos da região, fundamentais às indústrias que ali se instalaram (OLIVEIRA, 2014).

Atrelados a história da industrialização da cidade de São Paulo, os antigos bairros industriais nos remetem a trajetória do trabalho, da habitação popular, ao crescimento econômico e populacional da cidade. Esses bairros se constituíram como uma outra cidade (a cidade ilegal), separada daquela estabelecida no triângulo histórico da cidade – território da elite. Além de espaço das fábricas, das moradias operárias, eram também o lugar dos imigrantes, dos indesejáveis, aqueles que a elite queria bem distante de si (OLIVEIRA, 2008).

Os bairros industriais localizados à leste do centro histórico, na várzea do rio Tamanduateí, passaram a concentrar os maiores contingentes de indústrias e mão-de-obra, eram território sem regras de uso e ocupação do espaço (ROLNIK, 1997, 1981), onde qualquer tipo de atividade, incluindo aquelas consideradas perigosas, eram permitidas. Também chamava a atenção a algumas características comuns como a uniformidade de seu traçado viário, o parcelamento do solo, o conjunto de casas em série com suas frentes voltadas para a rua (GENNARI, 2007), além de misturarem edificações industriais com habitações destinadas aos trabalhadores, especialmente cortiços e vilas operárias.

Qualquer análise sobre a habitação operária no começo do século XX, necessariamente, passa pela compreensão sobre a constituição dos bairros industriais, pois nesse período, as intervenções físicas ganhavam dimensões sociais e essas, caso de polícia (ROLNIK, 1997). Foi nesse cenário que as vilas operárias passaram a ser consideradas o modelo higiênico de habitação popular – que evitaria o contágio e proliferação de doenças infecciosas –contraponto aos cortiços, vistos como focos de contágio e espaços degradantes, “capazes de desvirtuar os indivíduos” (OLIVEIRA, 2008, p. 47). As vilas difundiriam o modelo de casa unifamiliar, instalando mecanismos de controle sobre os trabalhadores por meio da introdução

² As referências ao bairro como instância climática aparecem na obra do memorialista Jacob Penteado (2003). Por sua vez, Blay (1985) fez uma descrição das diversas chácaras, posteriormente, desmembradas em lotes industriais e de seus donos.

de novos hábitos e valores, impedindo assim as mobilizações sociais³, uma vez que as questões trabalhistas englobavam, também, debates sobre as condições das residências operárias.

No Belenzinho, essas duas dessas tipologias de habitação operária atravessaram o século XX e várias são as vilas e cortiços que podem ali ser encontrados. A pesquisa sobre a Vila Maria Zélia e o cortiço Casarão deu-se pela permanência desses projetos na atualidade e, por eles serem considerados emblemáticos da produção habitacional popular do início do século XX.

Construída pelo industrial Jorge Street (1863-1939) entre 1912 e 1917⁴, a vila Maria Zélia foi, a representante única de um modelo de ocupação que não se concretizou:

Ela constitui [...] documento fundamental de uma época e de uma forma de ocupação do espaço urbano [...] A Vila Maria Zélia tem um grande interesse urbanístico, à medida que concretiza uma das possíveis formas da habitação operária produzida pelo capital. (BLAY, 1985, p. 219).

Entre os princípios de sua implantação constava a separação da vila da cidade e a instalação de equipamentos que assegurassem “a reduzida circulação do trabalhador para fora de seu espaço” (OLIVEIRA, 2008, p. 54). A vila era constituída por 198 casas de diferentes tamanhos, distribuídas por 10 ruas (seis principais e quatro transversais), contando com um conjunto de equipamentos (capela, armazéns, ambulatório médico, farmácia, refeitório, salão de baile, campo de futebol, coreto e praça), alojamento para solteiros, além de escolas de meninos e meninas, creche e jardim de infância. Alugadas somente aos trabalhadores da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ), a desvinculação do trabalho na fábrica, forçava o trabalhador a deixar o imóvel, o que demonstra, não só para a vida na Vila Maria Zélia como em outras vilas operárias, que o controle do patrão se estendia à vida privada dos funcionários, por meio do estabelecimento de inúmeras regras que deveriam ser seguidas: “todos se conhecem, dos proprietários aos vizinhos, e se observam, se espiam, se controlam” (RAGO, 1987, p. 183).

Ao longo de mais de cem anos os cortiços se consolidaram como a tipologia habitacional característica das populações de mais baixa renda na cidade de São Paulo (VÉRAS, 1999). Sua rápida proliferação no início do século XX deu-se, basicamente, por dois motivos: necessidade de moradia em uma cidade cujo

³ Vide (RAGO, 1987; CORREIA, 1995; OLIVEIRA, 2008).

⁴ A Vila Maria Zélia foi adquirida pelo IAPI em 1931 e, em função de dívidas fiscais, foi transferida ao INPS/INSS. Em 1938, 18 casas foram demolidas para a ampliação da Indústria de Pneus Goodyear. Ver (BLAY, 1985; BONDUKI, 2004; OLIVEIRA, 2008).

crescimento demográfico deu-se de forma acelerada na passagem do século e pela lucratividade que possibilitava aos seus empreendedores (OLIVEIRA, 2008), devido ao alto adensamento e subdivisão de vários cômodos. Não obstante a expansão da cidade em direção a periferia da cidade, os cortiços ficaram concentrados na região central, próximo aos locais de trabalho, ofertando aos seus moradores vantagens como economia de tempo, dinheiro, maior oferta de emprego e acesso aos serviços básicos (KOHARA, 1999), ainda que as condições das habitações fossem extremamente precárias.

Nos bairros Brás, Mooca e Belenzinho, desde 1980 havia ações desenvolvidas pelos movimentos de moradia e igreja voltadas a publicizar e denunciar as condições em que viviam os moradores de cortiço na região. Esses grupos passaram a formular uma proposta, entregue no começo da década de 1990 à prefeitura da cidade, solicitando a desapropriação de grandes cortiços existentes nesses bairros para fins habitacionais.

No Belenzinho, o cortiço escolhido era conhecido como Casarão, uma construção da década de 1920 que abrigava 76 famílias. Originalmente construído para ser habitação, esse imóvel abrigou na década de 1960 a sede da primeira delegacia do bairro e, em 1972, com a transferência desta delegacia para outro imóvel na região, teve seus cômodos sublocados, transformando-se em cortiço. O interesse do movimento de encortiçados por esse imóvel deu-se tanto pela quantidade de pessoas que nele habitavam, como pelo esforço empreendido por alguns de seus moradores para modificar a imagem que o imóvel tinha no bairro, visto como espaço de extrema violência e local para esconder bandidos (OLIVEIRA, 2008). Iniciado em 1991, o Mutirão do Casarão, cuja obra se alongou por uma década, resultou na construção de 182 unidades sobre parte do antigo cortiço e foi consequência da mobilização dos moradores daquele espaço – visto pelo entorno como ameaçador – que chamaram a atenção para o local que habitavam desencadeando a incorporação da melhoria desse lugar à pauta de reivindicação do movimento de encortiçados.

O espaço urbano também se apoia em marcos físicos que remetem à memória coletiva que, por sua vez, se pauta pelo tempo e espaço. Contar a história do bairro Belenzinho implica, necessariamente, percorrer a trajetória das pessoas residentes na Vila Maria Zélia e no antigo cortiço Casarão, relações marcadas e influenciadas pelas trocas realizadas entre o grupo e o espaço (HALBWACHS, 2004).

Diferentes visões as transformações do bairro

Por meio dos moradores da Vila Maria Zélia e do antigo cortiço Casarão podemos compreender as transformações que o bairro sofreu e como estas se

conectam à memória coletiva e individual e as influenciam. As lideranças desses espaços ao narrarem suas trajetórias dentro do bairro, buscaram dar sentido a sua própria existência e dessa forma, tornaram relevante o partilhar de suas lembranças. Ao fazê-lo, os indivíduos se reconheceram como membros de um grupo, tornando a memória individual ponto de vista sobre a memória coletiva. O lugar do indivíduo varia de acordo com as interações desenvolvidas com os outros meios (HALBWACHS, 2004), pois a identidade do grupo reside no vínculo do indivíduo com o espaço que, por sua vez, subsistiria nas lembranças, mesmo que esse lugar sofresse transformações (PEREIRA, 2002).

[...] mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. (HALBWACHS, 2004, p. 143).

A percepção sobre a da Vila Maria Zélia e o cortiço/mutirão Casarão como espaços segregados dentro do bairro fica evidente nos relatos das lideranças entrevistadas. A moradora do mutirão – antigo cortiço – relata que os moradores do bairro não desfizeram a imagem de espaço violento associado ao cortiço, elemento da luta pela transformação desse lugar. No entorno, o que ainda permanecia era a visão de periculosidade sobre os residentes no conjunto habitacional:

[...] Eu acho que o pessoal tem uma cisma com a gente, sei lá, tem uma má impressão com as pessoas que moram aqui. Hoje já melhorou muito, mas antes era muito difícil. Eu acho que talvez, por serem pessoas de cortiços. Pessoas de baixa renda, muito simples, pessoas muito humildes que resolveram ficar aqui no meio deles, porque não é bairro nobre, mas também não é um bairro tão pobre a região do Belém. (Maria Salomé, liderança do Mutirão Casarão apud OLIVEIRA, 2008, p. 151).

Ao mesmo tempo, a narrativa do morador da Vila Maria Zélia reforça o papel que os mecanismos de controle existentes no passado e que ditavam o ritmo da vida dentro da Vila, exercem no presente, provocando o distanciamento dos moradores da vida do bairro, gerando um estranhamento do mundo de dentro com o mundo de fora. Houve assim, uma tendência de que esses moradores circulassem pouco pelo entorno e, diferente da visão sobre o Mutirão do Casarão, a Vila seria um espaço onde as pessoas de fora gostariam de estar: “Porque no fundo todos gostariam de morar aqui, mesmo as pessoas que tem um pouco mais de capital” (Edécio Pereira,

liderança da Vila Maria Zélia apud OLIVEIRA, 2008, p. 170). Essas impressões nos remetem aos estudos de Marcuse (2004) sobre segregação entre grupos sociais e também aos atritos decorrentes da avaliação que um grupo pode fazer do outro, relações tão bem estudadas por Elias (2000) em *Os Estabelecidos e os outsiders*.

Chama a atenção o fato de habitações populares, conceitualmente oposta, enquanto tipologia habitacional, permitirem aproximações entre si, quando analisadas pelo viés das práticas pessoais. Edélcio Pereira, cuja família permanece há três gerações na Vila Maria Zélia, destacou que a quantidade de pessoas que residiam em sua casa aproximava-os das condições existente nos cortiços, quando observados aspectos como a pouca privacidade e ao alto adensamento na unidade:

[...] então eu fico pensando: naquela época quanta gente morava aqui. Tinha minhas duas irmãs mais velhas vivas ainda. No quarto da frente morava o meu avô com a minha avó, no quarto do fundo uma tia minha com o meu tio [...] as minhas duas irmãs eu lembro que dormiam na sala e no quarto do meio dormia eu, minha mãe, meu pai e meus cinco irmãos... (Edélcio Pereira, liderança da Vila Maria Zélia apud OLIVEIRA, 2008, p. 163).

A memória do espaço urbano também pode ser observada nos relatos sobre as transformações sofridas pelo Belenzinho decorrentes de um conjunto de intervenções viárias que recortaram o bairro e redefiniram suas novas fronteiras. Some-se a esse processo o esvaziamento populacional e o desaquecimento comercial, conforme apontado por Oliveira (2008). Essas mudanças foram decorrentes do processo de desconcentração industrial e da saída de diversas fábricas para outros locais no final dos anos 1970, quando outros bairros e municípios tornaram-se mais atrativos na perspectiva do capital. O Belenzinho, assim como outros bairros industriais, gradativamente teve seu patrimônio esvaziado, abandonado e no começo do século XXI, demolido.

Desde o último decênio do século passado até hoje, esses bairros são palco direta e indiretamente, das intervenções urbanas de reabilitação, revalorização, revitalização e requalificação urbanas, o que revela uma crescente atribuição estratégica de sua posição na reestruturação da cidade conferida pela municipalidade, pelo mercado imobiliário, pela sociedade civil e, mais recentemente, por órgãos multilaterais (PEREIRA, 2007).

Se esse processo gerou “novas formas de segregação sócio espacial” (PEREIRA, 2007, p.2), a consequência imediata foi a demolição de antigos galpões industriais, fábricas, conjuntos de vilas e cortiços – patrimônio edificado que representava um importante suporte físico para a memória industrial e do trabalho.

Para o mercado imobiliário, a memória tornou-se capital simbólico utilizado para a venda dos novos empreendimentos em campanhas publicitárias.

Resistir e lutar pela preservação de parte da memória popular

Se a luta pela preservação de imóveis símbolos de um período da história da cidade e de um tipo de produção habitacional pode ser observada na Vila Maria Zélia, no antigo cortiço Casarão, a batalha deu-se para que fosse realizada a reforma do prédio símbolo da resistência das camadas populares, por permanecer próximo ao centro da cidade e pela luta por uma política pública habitacional na região central. A disputa entre moradores de ambos projetos e o poder público, como financiador dessas propostas de preservação, tem longa data e, novamente, aproxima as experiências.

Tombada em 1992 pelo Condephaat e pelo Conpresp⁵ em seu traçado urbano, conjunto de casas, vegetação e prédios comunitários (escolas, armazéns, igreja, refeitório), a luta dos moradores da Vila Maria Zélia pela reforma e restauro dos prédios públicos data de 1981. Nesse período diversas propostas foram feitas por sucessivas administrações municipais de Museu do Trabalho sem, no entanto, nenhuma efetivação. Os prédios pertencem ao Instituto Nacional do Seguro Social (Inss), que vem há alguns anos discutindo a cessão dos imóveis a prefeitura da cidade. A preservação e reforma desses imóveis seria o reconhecimento da importância histórica desse espaço na história da cidade e no bairro, conforme Pereira (2007), mas as negociações para as obras são realizadas por diferentes esferas do poder público (municipal, estadual e federal), com pouca participação dos moradores, que nem sempre chegam a um consenso sobre o uso que querem para os espaços, embora concordem sobre a necessidade e importância de uma intervenção nos imóveis.

No caso do antigo cortiço Casarão, após a conclusão do conjunto habitacional, a associação dos moradores ficou responsável pela utilização do imóvel, embora a propriedade fosse da prefeitura municipal, especificamente da Secretaria Municipal de Cultura. Com a degradação do imóvel, os moradores começaram a discutir uma destinação para o local a partir das suas demandas específicas e das percepções sobre as carências do bairro, passando então a lutar para a transformação do espaço em Casa de Cultura. Apesar de diversas conversas com o poder público municipal, coube aos moradores conseguir recursos para a reforma do ex-cortiço, articulando

⁵ Condephat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo).

junto ao governo federal a destinação de recursos que contemplem essa reforma⁶. Esses processos, mesmo não efetivados, evidenciam a articulação de uma resistência popular em benefício da preservação da memória de espaços significativos de sua identidade e luta. Os restauros e reformas dos imóveis da Vila e o antigo cortiço Casarão reforçam essa ideia e, no âmbito da pesquisa desenvolvida, compreendemos que os esforços feitos por esses dois grupos foram e são determinantes para assegurar se não a efetivação de suas reivindicações em relação aos imóveis, a publicidade em relação a importância desses lugares de memória. Uma vez que, conforme afirmou Pereira (2007), os projetos de memória normalmente estão associados a agentes culturais cujas experiências na cidade passam pela flangem urbana e fruição do espaço, diferentemente das experiências aqui narradas, cujo foco é exatamente a preservação de parte de sua própria memória.

Algumas considerações

Ao analisarmos a memória por meio das experiências de moradores dos dois projetos de habitação popular localizados no Belenzinho, a Vila Maria Zélia e o antigo cortiço Casarão – transformado em conjunto habitacional – foi possível perceber que embora conceitualmente haja um distanciamento entre essas experiências, os espaços possuem diferentes aproximações que vão desde o número residências na escala dos projetos, às percepções sobre a constituição desses espaços como territórios segregados dentro do bairro, à luta para a preservação de imóveis símbolos de histórias do bairro e das trajetórias grupais: na Vila Maria Zélia onde se quer a preservação e o restauro dos prédios tombados, no Mutirão do Casarão onde a luta é pela transformação do antigo cortiço em Casa de Cultura.

Se essas experiências foram vistas como antagônicas como habitação operária, também o foram na sua produção, a Vila foi realizado por um industrial, o mutirão pelos trabalhadores. Infere-se que por ser um bairro industrial, o Belenzinho nasceu como território segregado, afastando os trabalhadores da elite, no entanto, a vila operária também separava os trabalhadores entre si, do bairro e dos moradores do cortiço, também trabalhadores, sendo estes últimos vistos sob o prisma da degradação e promiscuidade.

No Belenzinho, muitas contradições sociais inter e entre grupos se manifestaram. Na Vila Maria Zélia, ainda que, na década de 1940, se tenha desarticulado

⁶ Desde 2003 a associação de moradores passou a discutir uma proposta para a utilização do espaço, desde 2010 sucessivas emendas parlamentares foram destinadas a essa proposta assegurando recursos na Secretaria Municipal de Cultura, somente em 2014 foi assinada a ordem para execução e início das obras.

o controle patronal sobre o espaço, os diversos instrumentos que asseguraram seu distanciamento com o entorno foram determinantes na visão que os moradores desenvolveram como os de dentro e os de fora, o que impactou na relação desse espaço com o bairro. A Vila pertence ao Belenzinho, mas é como se ela tivesse vida própria, dissociada da espacialidade onde se insere. A instalação de barreiras físicas (muros, portão, guarita) que asseguraram a separação desse lugar do entorno, o lazer exclusivo e o confinamento dos moradores nesse espaço, fizeram com que a Vila se associasse a ideia de condomínio fechado, estando protegida do bairro, dos cortiços e galpões industriais que a rodeavam, conservando a sua tranquilidade e a privacidade. Essa imagem reproduz a visão da classe média em relação à proteção e segurança existente nos enclaves fortificados (CALDEIRA, 1997), preservando-se da violência urbana.

Por outro lado, o Mutirão do Casarão simboliza a vitória do movimento de encortiçados que passaram a ser reconhecidos como interlocutores da política habitacional e que inovaram ao apresentar um novo tipo de atendimento aos programas de habitação popular, assegurando o atendimento da população nos seus locais de residência, mudando o paradigma do deslocamento dos grupos para a periferia da cidade. Também se reconheceu que a produção de moradias de interesse social era instrumento de cidadania, buscando transformar o espaço urbano, modificando a imagem disseminada na cidade e associada aos moradores de cortiços, como espaços perniciosos.

Ao olharmos esses projetos (Vila Maria Zélia e Mutirão do Casarão) inseridos em um mesmo bairro, se observam aspectos da convivência entre os grupos ali residentes, a constituição de autoimagem e a sua inserção no bairro, ao mesmo tempo em que se reflete sobre formas como se constituiu a segregação sócio espacial – o Mutirão do Casarão representou, enquanto intervenção urbana, a transformação do espaço do antigo cortiço em moradia popular, ressaltada a visão que os moradores desses conjuntos tinham sobre si e sobre a sua condição. A segregação vivida pelo Mutirão do Casarão em relação ao entorno foi de fora para dentro, ao passo que na Vila Maria Zélia foi de dentro para fora.

O Mutirão do Casarão e a Vila Maria Zélia garantiram sua permanência no espaço por meio das ações que continuam a empreender: o Mutirão, fruto da mobilização dos moradores tornou-se um bem público, a Vila, por ser tombada não pode ser demolida. Dessa forma, com o processo de renovação urbana em curso no Belenzinho, esses espaços, até certo ponto, se protegem do enquadramento como artefatos da memória apropriados pelo capital imobiliário. Em ambos os casos, os espaços símbolos da memória desses grupos populares, sem uso, tendem a desaparecer e é contra esse processo que ambos os grupos empreendem esforços.

O abandono dos imóveis da Vila e do antigo cortiço Casarão demonstram o descaso da sociedade e do poder público com a memória, que continua, no processo de preservação, a cargo de agentes culturais ou grupos mais intelectualizados, o que não caracteriza nenhum dos dois grupos pesquisados, que são motivados pelo desejo de terem os marcos de suas memórias reconhecidos, preservados e valorizados. Também nesse caso, as semelhanças dos processos chamaram a atenção, embora os imóveis estejam na posse do poder público, coube aos moradores a luta para viabilizar os projetos de restauro e reforma. Esse texto não aponta resultados dessa última etapa de luta, mas vale ressaltar que as práticas dos grupos populares apresentam contribuições significativas à história urbana, assegurar, valorizar e validar as vozes desses grupos é um dos desafios do trabalho com a memória.

MEMORIES THAT REVEAL THE HISTORY OF AN INDUSTRIAL NEIGHBORHOOD IN THE CITY OF SÃO PAULO

ABSTRACT: *The history of urban space is not usually told from a popular point of view, relegating to the background the experiences, practices and perceptions of the city of this segment of the population. This article looks at the experiences of two leaders, one living in a workers' village built by an entrepreneur of the textile industry in 1917 and another in a housing development built by a community task force during the 1990s, both located in the expanded center of São Paulo. It attempts to expose the webs that entwine the memories of the urban space with individual memories and the strategies used by individuals to preserve landmarks of their personal history and the history of the groups to which they are connected, even through memory erasure processes. Thus, they ensure the preservation of the history of the neighborhood and of the city itself.*

KEYWORDS: *Memory. History. Urbanization. São Paulo.*

REFERÊNCIAS

BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar:** vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velho. 14. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 47, p. 155-176, 1997.

CORREIA, T. de B. **Pedra**: plano e cotidiano operário no Sertão: o projeto urbano de Delmiro Gouveia. 1995. 512 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GENARRI, L. A. Um aspecto da constituição da cidade de São Paulo: casa em série do Brás e da Mooca. In: GITHY, M. L. C.; CORREIA DE LIRA, J. T. C. (Org.). **Cidades**: impasses e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2007. p. 123-143.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

KOHARA, L. T. **Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços**: estudo de casos na área central da cidade de São Paulo. 1999. 256f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, R. S. **Renovação urbana nos bairros operários da cidade de São Paulo**: Brás e Belém (1992-2012). 2014. 277f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

_____. **Aproximações entre experiências de moradia popular no bairro Belenzinho (SP)**: mutirão do casarão e vila Maria Zélia: memória e segregação. 2008. 239f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PENTEADO, J. **Belenzinho, 1910**: retratos de uma época. 2. ed. São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.

PEREIRA, V. S. Memória industrial e transformações urbanas na virada do século XXI: os casos do Brás, Mooca, Belenzinho e Pari. **InterfaceHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 2, n. 4, p.01-27, 2007. Disponível em:

<<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/143/161>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. **Brás: canteiros da memória na modernidade de São Paulo**. 2002. 351f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p.200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. **Cada um no seu lugar: São Paulo, início da industrialização**: geografia do poder. 1981. 343f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TORRES, M. C. M. **O bairro do Brás**. São Paulo: PMSP/SEC, 1969. (Coleção dos Bairros de São Paulo).

VÉRAS, M. B. P. Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, n. 2, p. 233-292, 1999.

Recebido em 31/01/2015.

Aprovado em 25/11/2015.

Varia

DINÂMICAS DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO: ESTUDO SOBRE O DISQUE-CÂMARA

*Antonio Teixeira de BARROS**

RESUMO: O artigo analisa as dinâmicas de recepção e registro das demandas dos usuários do sistema de atendimento telefônico gratuito da Câmara dos Deputados. O objetivo foi efetuar uma imersão no universo em que os operadores do sistema de atendimento trabalham e convivem, com o intuito de entender como as demandas são recebidas, registradas e processadas. Foram priorizados os procedimentos na interação atendente-cidadão, o que inclui um protocolo específico para a linguagem telefônica. O resultado dessa interação é o registro material das mensagens, em texto e áudio, que são reduzidos a um dispositivo de inscrição burocrática, caracterizado pela racionalidade estatística. Em suma, o Disque-Câmara é regulado pela disciplina, mas constitui uma ilha funcional, desconectada das demais redes de participação social do parlamento. O referencial teórico tem como suporte visões sociológicas sobre a função mediadora do parlamento e o uso de redes sociotécnicas nesse processo. A metodologia consiste na realização de uma pesquisa de campo, que combinou visitas ao local, observação direta, entrevistas e análise documental.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento ao cidadão. Democracia. Câmara dos Deputados. Poder legislativo.

Os *inputs* da sociedade são considerados estímulos com potencial de revitalização da democracia representativa. No caso em estudo, os *inputs* são entendidos como os estímulos e demandas oriundos da sociedade, ou seja, as perguntas, críticas, denúncias e sugestões recebidas dos cidadãos por meio do serviço telefônico gratuito

* Cefor – Centro de Formação da Câmara dos Deputados - Programa de Mestrado em Ciência Política. Brasília – DF – Brasil. 70160-900 - antonibarros@gmail.com

mantido pela Câmara dos Deputados. Tal assertiva torna-se ainda mais expressiva se considerarmos o parlamento um órgão especializado de mediação política entre o Estado e a sociedade (WEBER, 1999). Essa perspectiva é ainda mais visível no âmbito da noção de democracia de públicos ou *audience democracy* (MANIN, 1995), o que se aplica ao atual contexto político, caracterizado pela centralidade dos sistemas de informação. A representação política passou a depender diretamente das dinâmicas e do ambiente informacional. Antes, a eleição dos representantes se dava pelos vínculos e laços de confiança construídos diretamente entre os eleitores e os eleitos, sob a égide da reputação de um determinado partido político. Com o avanço tecnológico, a democracia de públicos redefiniu e intensificou as formas de mediação entre representantes e representados. Nesse cenário político e informacional é que devemos considerar o papel de um sistema de atendimento público ao cidadão mantido pela Câmara dos Deputados, objeto de análise deste artigo.

O texto resulta do aproveitamento parcial dos dados de uma pesquisa de campo sobre o Disque-Câmara. A análise aqui apresentada compreende as condições institucionais em que são realizadas as atividades do atendimento ao cidadão. O serviço funciona desde 1998 e adquiriu maior notoriedade após a vigência da Lei de Acesso à Informação Pública, em maio de 2012 (BRASIL, 2011). O objetivo foi efetuar uma imersão no universo em que os operadores do sistema de atendimento trabalham e convivem, com o intuito de entender como as demandas são recebidas, registradas e processadas. O recorte aqui exposto tem como eixo, portanto, a esfera que concentra as tecnologias e os saberes organizacionais acionados para o ato de receber e registrar os *inputs* da sociedade.

O sistema de atendimento em estudo deve ser entendido à luz do contexto político brasileiro desenhado a partir da redemocratização, marcado por um *deficit* histórico de participação, transparência e *accountability* (DINIZ, 2000). Com a Constituição de 1988, várias iniciativas institucionais de contato e interação com o público começaram a ser implementadas. Incluem-se aí os serviços de atendimento criados pelas instituições públicas.

O Disque-Câmara funciona como se fosse uma porta de entrada para o cidadão que se dirige à Câmara dos Deputados por telefone (0800 619 619). Em suma, toda informação, reclamação, crítica, denúncia, sugestão ou qualquer outro tipo de manifestação oriunda de ligação telefônica da sociedade é recebida por este canal institucional. Após o recebimento e registro, o cidadão pode obter resposta diretamente de um dos operadores, nos casos de informações mais simples e rotineiras. Quando a resposta requer o pronunciamento de algum órgão especializado da Casa, as demandas são repassadas aos setores competentes. Cabe ressaltar ainda que todas as mensagens dirigidas aos parlamentares são compiladas, agrupadas e

repassadas para os gabinetes, por meio de um dispositivo eletrônico interligado ao Disque-Câmara.

O serviço telefônico gratuito (0800), conhecido como Disque-Câmara registrou cerca de nove milhões de atendimentos à população desde que iniciou suas atividades (1998-2015). Trata-se do primeiro canal de interatividade criado pela instituição e ainda hoje é reconhecido como o mais popular e mais democrático, uma vez que as informações são prestadas via ligação gratuita, de qualquer localidade do País e atende inclusive cidadãos analfabetos ou de pouca escolaridade, sem acesso a internet ou às redes sociais (BARROS, BERNARDES, RODRIGUES, 2012). O objetivo institucional do serviço é facilitar a comunicação do cidadão com a Câmara no que se refere a informações sobre projetos de leis, agenda de votações, composição das bancadas, acompanhamento de tramitação de projetos, informações sobre eventos, como audiências públicas, seminários, etc. As funções foram sendo revistas, ampliadas e redefinidas ao longo do tempo, de modo a torná-lo um serviço de participação social e não apenas uma central de atendimento.

Como a pesquisa foi realizada

O período de investigação, incluindo as visitas prévias para a negociação com a chefia do setor, durou quatro meses, de maio a agosto de 2012. A pesquisa de campo foi realizada em várias etapas, em função das dificuldades iniciais para a entrada no campo e a conquista da confiança dos atendentes e supervisores. Antes do início da investigação foi realizada uma reunião com os chefes do setor, que são servidores efetivos do quadro permanente de pessoal da Câmara dos Deputados, de nível superior. Da parte dos chefes houve compreensão imediata dos objetivos do estudo e da necessidade da presença do pesquisador no local. Tal compreensão, contudo, não foi a mesma da parte dos supervisores e atendentes, um corpo de 37 funcionários terceirizados.

Diante das dificuldades de comunicação, da desconfiança e da timidez dos informantes, decidimos aumentar o período de permanência, com um intervalo maior entre as visitas, a fim de permitir que as equipes se acostumassem com a presença do pesquisador. Assim, fizemos um cronograma de visitas semanais, um dia em cada turno, uma vez que as equipes funcionam em dois turnos (de 8h às 14h e de 14h às 20h). Outra estratégia foi solicitar autorização para consultar os arquivos do setor. Tal iniciativa foi motivada pela visão de Foucault de que o arquivo constitui um dispositivo de inscrição. Trata-se de “[...] um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretação histórica e culturalmente constituídas – sujeitas à leitura e

novas interpretações [...]” (FOUCAULT, 1986, p. 149). Não é à toa, portanto, que antropólogos

[...] têm se voltado para os arquivos como objeto de interesse, vistos como produtores de conhecimentos. Não preservam segredos, vestígios, eventos e passados, mas abrigam marcas e inscrições a partir das quais devem ser eles próprios interpretados. Sinalizam, portanto, temporalidades múltiplas inscritas em eventos e estruturas sociais transformados em narrativas subsumidas à cronologia da história por meio de artifícios classificatórios. (CUNHA, 2004, p. 292).

O acesso aos arquivos favoreceu a construção de um clima sociável que contribuiu para a negociação de um regime de convivência com os informantes, nos espaços de interação existentes no ambiente laboral, tais como conversas informais no tempo de espera para usar o elevador (a depender dos horários, esperava-se de 5 a 7 minutos), além do horário de folgas para cafezinho e refeições rápidas, em pequenos grupos. Nesse aspecto, a própria dinâmica de trabalho contribuiu, uma vez que há uma escala de pausas para descanso e lanches ao longo das seis horas de expediente de cada turno, em conformidade com a legislação que regulamenta as atividades de *telemarketing*. Os momentos informais de conversas e interação proporcionados por esses horários favoreciam o contato informal do investigador com os informantes e facilitavam a gestão, de ambas as partes, da arte de manipular a interação (GOFFMAN, 2011), com as máscaras sociáveis típicas dos rituais de civilidade da diplomacia cotidiana (SENNETT, 2012).

A existência de um ambiente exclusivo para as refeições favoreceu a construção das estratégias de interação com os informantes, de modo a estabelecer conversas sobre o atendimento, mas sem parecer uma entrevista formal inquisitória e desconfortável para os observados. Esse ambiente exclusivo para o usufruto das pausas favorece a construção social de laços, amizades e relações informais. Trata-se de uma sala de decompressão, com espaço para livre conversação, copa para refeições rápidas, aparelho televisor, sofás e poltronas. A cada hora de trabalho, o operador tem direito a 10 minutos de descanso, em forma de rodízio. Além disso, há uma escala para os lanches, com um intervalo de 20 minutos. Isso inclui o almoço para os que trabalham no turno matutino e uma refeição rápida no final da tarde para os integrantes do turno vespertino. Esse ambiente de convivência foi o mais propício para a interação e a conquista da confiança dos informantes.

O convívio informal contribuiu para o acesso do investigador aos espaços de confraternização, com a iniciativa de alguns dos informantes que resultou no convite para participar dos eventos internos habituais, mas até então desconhecidos do observador. Essas reuniões ocorrem para comemorar os aniversários do mês,

com todos os integrantes da equipe de cada turno, em datas negociadas com os supervisores. No período da investigação, participamos de outros eventos não rotineiros de congraçamento, como um almoço de despedida de uma das atendentes que decidiu deixar o setor porque conseguira emprego com remuneração superior, além de confraternizações para celebrar o retorno de duas colegas, após o gozo de licença maternidade de 120 dias, seguido de férias. Essas ocasiões tornaram-se espaços preciosos para a conquista da confiança dos informantes, especialmente quando eles próprios passaram a fazer perguntas sobre a natureza do trabalho acadêmico de um cientista social que faz pesquisa de campo. Ao entenderem que se trata de um procedimento corriqueiro na vida de um pesquisador, as resistências começaram a diminuir, especialmente ao tomarem conhecimento de outros estudos já realizados e da garantia do anonimato sobre a identidade dos informantes. A partir de então, o trabalho de observação tornou-se viável.

Cabe, contudo, compreender as razões que causaram desconfiança à equipe. Afinal, por que os atendentes de um serviço público de atendimento ao cidadão teriam resistência a falar de suas atividades, descrever suas rotinas e comentar suas impressões sobre o atendimento prestado à sociedade? Um dos dispositivos de inscrição social dessa postura de desconfiança foi o próprio arquivo. Lá observamos uma recorrência de eventos de elevado impacto crítico na estima profissional das equipes, tais como crises com as empresas terceirizadas, falências, contratos emergenciais¹, passivos trabalhistas, demissões, registro de advertências e suspensão de atendentes, etc. Tudo isso confirma o estatuto de precarização do trabalho de *telemarketing*, rubrica que agrega um expressivo segmento de trabalhadores com um histórico de dificuldades no campo do reconhecimento de seus direitos e de baixa capacidade de negociação para a conquista de reajustes salariais².

Nas conversas informais ficaram patentes os sentimentos de desprestígio da atividade. “Não temos nenhum valor aqui dentro, nenhum reconhecimento. Ninguém se importa com a nossa situação precária. Nosso salário está no mesmo valor há mais de cinco anos”, desabafou um dos informantes. Os supervisores expressaram que esse sentimento é generalizado: “Há uma desmotivação geral da equipe. Todos reclamam. A instituição tem um discurso de valorização do atendimento, mas isso não traz nenhuma melhoria concreta para a equipe”.

¹ A legislação brasileira permite que contratos emergenciais sejam feitos sem licitação pública, por um período máximo de seis meses – até que seja efetuada outra licitação, - nos casos em que haja risco de interrupção na prestação de serviços públicos. No caso do Disque-Câmara, houve um contrato nessas condições, no início de 2009, devido à falência da empresa titular do contrato oficial.

² No Brasil há um estigma de trabalho precário vinculado à imagem dos atendentes de telemarketing. O piso salarial médio é de R\$ 980,00, próximo do atual valor do salário mínimo (R\$ 788,00 em 2015). Em geral, os profissionais desse setor são estudantes ou indivíduos com baixa qualificação técnica.

Descrição do ambiente do atendimento

O Disque-Câmara funciona no 11º andar do Edifício Palácio do Comércio, no Setor Comercial Sul, aproximadamente a 5 km da sede da instituição, situada na Praça dos Três Poderes, área nobre da Capital Federal. Segundo dados registrados nos memorandos, o deslocamento da equipe, em 2006, decorreu de uma decisão institucional baseada no argumento de que se tratava de uma área sensível, que funcionaria mais apropriadamente fora das dependências da Casa, a fim de evitar ingerências dos parlamentares no atendimento. Tal argumento contudo, foi mal recebido pela equipe, entendido como exclusão do centro e marginalização para uma zona periférica de menor prestígio institucional e social.

Nas conversas informais surgiam comentários sobre eventos que ocorriam no entorno do ambiente de trabalho, tais como furtos, assaltos, presença de suspeitos e usuários de drogas. Os informantes consideram o lugar “muito arriscado a partir das 18h, quando a maioria das lojas fecham”, como disseram vários dos atendentes. Lembrando que o atendimento vai até as 20h. Por essa razão, “temos que sair em grupos e os homens acompanham as mulheres até a estação do metrô ou do ônibus”, revelou outro integrante da equipe. Em síntese, o discurso implícito dos operadores é que o serviço foi posto em uma zona recusada pelas áreas de maior prestígio da instituição. O Disque-Câmara funciona, portanto, em uma zona socialmente degradada, uma região moral, no sentido empregado por Robert Park (1973).

O edifício abriga escritórios do setor de serviços e alguns outros órgãos públicos. O sistema de atendimento ocupa um andar inteiro, com instalações precárias, embora em condições de funcionamento. A precariedade é perceptível no acabamento das paredes, no mobiliário velho, na falta de persiana nas janelas e na contiguidade a um depósito improvisado para armazenar cadeiras quebradas e equipamentos eletrônicos fora de uso, como microcomputadores, impressoras, cabos fios e jornais velhos. As estações de trabalho, contudo, mesmo velhas, seguem os padrões ergonômicos estipulados pela legislação.

Como as mensagens são recebidas e processadas

Durante a observação chamou atenção o protocolo interno associado ao aparato de registro e repasse das mensagens aos gabinetes parlamentares e órgãos administrativos da instituição. Um inventário dos sistemas informáticos usados no atendimento mostra uma complementação entre as diferentes formas de registro

e como os operadores, os equipamentos e as autoridades interagem, constituindo uma rede sociotécnica (LATOURE, 2000), na qual os atores humanos e não-humanos exercem uma espécie de simetria em termos de concertação em prol do registro e transcrição das demandas recebidas da população e o encaminhamento aos respectivos destinatários, em formato de texto, via e-mail institucional. Além disso, todas as mensagens são arquivadas em áudio e texto. Ao longo da observação tivemos acesso aos arquivos com essas mensagens, o que foi facilitado pela Lei de Acesso à Informação Pública.

Os supervisores e os técnicos de informática ocupam uma área escolhida estrategicamente para facilitar o contato visual e a vigilância das equipes de atendimento, uma espécie de panóptico. As estações de trabalho, equipadas com microcomputador com o sistema eletrônico *Easy Call* para o registro das chamadas, consulta às informações institucionais disponíveis na internet, fone de ouvido e os demais dispositivos para o encaminhamento das mensagens aos destinatários. Os postos de atendimento são organizados com divisórias de vidro para evitar a propagação de ruídos.

No protocolo de atendimento, a ênfase é dada ao cerimonial da interação que requer o uso de um rigoroso ritual de civilidade no cumprimento ao cidadão, no modo de abordar em caso de dúvida sobre uma determinada questão formulada pelo usuário, na condução e no encerramento da conversa. O padrão é o seguinte: “Câmara dos Deputados, Fulano de tal (nome do atendente), bom dia/boa tarde, em que posso ajudar?”. Em seguida, a interação prossegue, de forma cortês e paciente da parte do atendente, com o propósito de responder às perguntas feitas pelos cidadãos. Após satisfeitas as necessidades de informação do usuário, o operador pergunta; “Posso ajudar em algo mais, sr./sra.? Não havendo mais perguntas do demandante, a ligação é encerrada pelo operador com o seguinte *script*: “A Câmara dos Deputados agradece a sua ligação e tenha um bom dia/boa tarde”.

Trata-se de um jogo que segue os princípios dramaturgicos descritos por Goffman (2011), com o uso de expressões que reforçam as máscaras sociáveis da diplomacia cotidiana (SENNETT, 2012). Essa é uma característica que não é exclusiva do caso em estudo. Durante o período da pesquisa telefonamos para vários outros sistemas de *call center* de outras instituições públicas e privadas e observamos que há um protocolo comum, com pequenas variações.

Após os ritos iniciais do atendimento, o operador tem como dever funcional classificar e registrar as manifestações dos usuários. Para isso, há um protocolo que regula a tipologia das mensagens recebidas, em 12 categorias conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Tipologia das mensagens recebidas pelo Disque-Câmara

Tema	Categoria
1	Manifestações sobre projetos de leis e outras proposições
2	Solicitação de informações sobre atividades legislativas
3	Solicitações à Presidência da Casa e à Mesa-Diretora
4	Solicitações aos Deputados
5	Solicitações às Comissões
6	Solicitações às Unidades Administrativas da Câmara
7	Reclamações
8	Denúncias
9	Críticas
10	Sugestões
11	Congratulações e Agradecimentos
12	Participações nos veículos de comunicação da Casa

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Disque-Câmara.

A classificação das mensagens pelo operador “requer um certo jogo de cintura, pois nem sempre o cidadão é claro e, em outras vezes se manifesta sobre vários temas ao mesmo tempo”, revelou um dos supervisores durante a pesquisa de campo. Mais uma vez entra em cena o papel da supervisão do setor como guardião do protocolo de classificação das mensagens. “A classificação correta é fundamental para assegurar que os relatórios estatísticos que nós fazemos tenham credibilidade”, explica o mesmo supervisor entrevistado. O acompanhamento e a verificação do protocolo que estipula e regula essa taxionomia faz parte do trabalho diário dos dois supervisores (um em cada turno). “É uma das tarefas mais complicadas e que mais nos toma tempo, pois muitas vezes temos que reclassificar as mensagens porque o atendente classificou errado no sistema eletrônico”, comenta um dos supervisores.

O rigor protocolar segue na textualização e na formatação das mensagens para que sejam enviadas aos gabinetes parlamentares ou aos órgãos administrativos da Casa. Nesse caso, existe um zelo institucional com os pronomes de tratamento e a forma de redação, uma vez que cabe ao atendente traduzir a linguagem oral do cidadão para o formato de texto escrito, além de resumir e concatenar as ideias. A narrativa de um dos supervisores é emblemática de como é a rotina do atendimento:

A maior dificuldade é que há muita gente que fala, fala, fala e não sabe exatamente o que quer dizer. Isso dificulta para o atendente compreender a solicitação do cidadão e mais ainda para redigir. É uma complicação. Em alguns casos, nós como supervisores temos que entrar em ação e ajudar o atendente nessa tarefa.

Cabe agora discorrer sobre os agentes dessas formas ritualizadas de interação durante o atendimento e o registro das mensagens, ou seja, o corpo funcional. São 37 pessoas, distribuídas em uma variedade de categorias: supervisores, dois técnicos de informática, atendentes e um arquivista, além dos gestores institucionais, que trabalham em ambiente separado e cuidam especificamente da coordenação burocrática do serviço.

No topo da cadeia hierárquica operacional do atendimento propriamente dito estão os supervisores, considerando especificamente as hierarquias que se estabelecem pelas relações funcionais reguladas pelo contrato de prestação de serviço terceirizado. A atribuição institucional deles é orientar e subsidiar os atendentes na recepção e no registro das demandas cidadãs. Na prática, eles atuam como chefes dos atendentes, além de cuidarem da disciplina organizacional, do registro e controle diário de frequência e das pausas. São eles que fazem a avaliação mensal dos operadores e interferem diretamente em qualquer caso atípico, quando ocorrem demandas inusitadas que o atendente não consegue responder. São profissionais com bastante tempo de serviço no setor e com amplo conhecimento sobre o funcionamento da Câmara e a dinâmica das atividades legislativas. São reconhecidos como “grandes conhecedores do conteúdo do Regimento Interno da Câmara e da Constituição Federal”, nas palavras de um dos informantes. Esses documentos são consultados com frequência, a fim de guiar os procedimentos internos, além de conferir credibilidade às informações prestadas aos cidadãos.

Trata-se de algo similar a um guardião simbólico da tradição (GIDDENS, 2009), ressalvadas as proporções do caso em estudo. Afinal, o supervisor é o responsável pela condução protocolar do atendimento, especialmente no que se refere aos rituais de civilidade na conversação com os usuários do sistema. Atua como uma espécie de sacerdote do ritual das cerimônias (GIDDENS, 2009, p.124). Segundo o autor, a tradição é impensável sem guardiães, porque estes têm acesso privilegiado à verdade e esta “se manifesta nas interpretações e práticas dos guardiães”, de modo similar aos contextos e rituais religiosos. Essa aproximação é evidenciada nos casos em que os atendentes recorrem aos supervisores para confirmar sua interpretação sobre o texto de determinados tópicos do Regimento ou da Constituição. É como se o supervisor tivesse acesso privilegiado sobre os termos legislativos contidos nos documentos oficiais.

Para garantir a disciplina no exercício diário desses rituais de civilidade, além de redigirem *scripts* para as variadas situações de interação, os supervisores monitoram diariamente o desempenho dos operadores, inclusive do ponto de vista da entonação da voz, da empatia com o usuário e do tom de cortesia, mesmo nos casos em que o cidadão liga para manifestar sua indignação e protestar contra a atuação parlamentar. Em suma, o supervisor tem como função garantir que o caráter cerimonializado da interação seja preservado, inclusive em circunstâncias de exaltação do interlocutor. Por se tratar de uma ocasião formal, há necessidade de distanciamento, de manutenção da ordem protocolar. Afinal, a formalidade é entendida como uma propriedade do contexto social em situações cerimonializadas (IRVINE, 1984).

Em termos mais abrangentes, o caso em exame reforça visões já registradas na bibliografia sobre o estudo de situações vivenciadas em instituições parlamentares, reiterando a importância do cerimonial e dos rituais no âmbito das atividades e rotinas ritualizadas do parlamento, especialmente no que se refere às formas de comunicação (RAI, 2010; CREWE, 2010). Trata-se de uma das características inerentes ao campo das atividades parlamentares, ou seja, reitera tanto para os de fora como para os de dentro as visões dominantes e hegemônicas de política. Trata-se de uma forma de exercer o poder no plano cognitivo (ARMITAGE, 2010). Outros estudos nesse campo ressaltam a relevância da ordem protocolar e ritualística nas dinâmicas e rotinas legislativas (RAI, 2010; CREWE, 2010; ARMITAGE, 2010; WAYLEN, 2010).

A interação com os usuários na recepção e registro das mensagens

Em cada situação, tanto os atendentes quanto os cidadãos recorrem a estratégias de manipulação impressão pessoal, de auto apresentação e de retórica institucional (GOFFMAN, 2011). Por meio desse recurso, os interlocutores buscam gerenciar e regular as significações contidas nas mensagens. Segundo essa lógica, os interlocutores fazem uma espécie de edição em tempo real da sua comunicação, o que implica omitir algumas informações e escolher o que deseja comunicar, a fim de causar boa impressão ao outro interlocutor.

Nessa perspectiva, observa-se, do ponto de vista das estratégias de interação com os cidadãos, que a convergência simbólica do repertório aponta para uma lógica de monocultura discursiva institucional que simplifica os sentidos, mas com o propósito de tornar a interação formal e cerimonializada. O objetivo do protocolo, portanto, é tornar o atendimento impessoal, de modo que o cidadão sinta-se acolhido e bem atendido independentemente da personalidade do

operador que recebe a ligação. A estratégia institucional tem como propósito fixar determinadas formas discursivas. Mesmo quando o cidadão articula uma retórica indignada e usa um tom exaltado, a disciplina institucional leva o atendente a manter a postura de civilidade ritualizada e de normalidade na interação. Assim, pode-se afirmar que o protocolo aplicado na interação constituiu um modo de regular e manter as aparências, a fim de não supervalorizar a postura indignada do usuário. Como ressalta Sennett (2012), as aparências exercem função de extrema relevância no mundo social, tanto em termos de diplomacia cotidiana quanto no caso de relações políticas institucionais. Manter as aparências é um ritual de cooperação que permite que os fortes e os fracos passem a compartilhar um mesmo código de honra, escreve Frank Anderson Stewart (1994). O protocolo de atendimento exerce essa função.

No que se refere à interação com os usuários, um aspecto mencionado com mais recorrência pelos atendentes de telefone e os supervisores são as frequentes reclamações dos cidadãos acerca da necessidade de um cadastro para que as informações solicitadas sejam prestadas, mesmo nos casos de solicitações simples, como saber o horário de uma audiência pública, por exemplo. O cadastro é visto pelo cidadão como um entrave burocrático, devido ao tempo necessário para o registro dos dados pessoais, o que inclui nome completo, endereço, telefone, profissão, etc. Isso leva muitos usuários a desistir do processo, seja pela pressa, seja desconfiança em fornecer dados pessoais. Além disso, o sistema só aceita ligações originadas de telefone fixo, devido ao custo da telefonia móvel. Isso também é frequentemente contestado pelos usuários.

Da mesma forma, os cidadãos se queixam da impossibilidade de acompanhamento e cobrança de resposta pelos gabinetes parlamentares e pelos órgãos administrativos da Câmara. Nem o cidadão e nem os gestores do sistema podem acompanhar e cobrar, uma vez que o Disque-Câmara é subordinado à esfera administrativa da instituição, sem poderes de interferir ou opinar na gestão política da informação nos gabinetes parlamentares e na hierarquia superior da burocracia administrativa. Tal característica é objeto de frequentes reclamações dos usuários que sequer podem contar com um número de protocolo para acompanhar o andamento das solicitações, uma vez que o sistema do Disque-Câmara limita-se a receber a manifestação, crítica ou sugestão do cidadão e repassar aos gabinetes. Por isso o impedimento técnico de fornecer protocolo.

Igual fonte de insatisfação dos demandantes refere-se à impossibilidade de transferir a ligação diretamente para os gabinetes parlamentares. *“Todos os dias nós temos dezenas de reclamações desse tipo. O cidadão acha que o atendente é uma barreira e não um facilitador da comunicação”*, explicam os supervisores.

Por outro lado, do ponto de vista da gestão da participação, alguns mecanismos como o cadastro completo e o sistema de registro e encaminhamento das mensagens também podem ser avaliados como viabilizadores da interatividade, inclusive para garantir o registro das informações e a posterior extração de dados para relatórios estatísticos. Essa ideia encontra respaldo no pensamento social de Giddens (2009), que aponta o caráter ambivalente das estruturas sociais, com suas normas e códigos de significação que ora exercem caráter coercitivo e ora facilitam o trabalho dos próprios agentes e das instituições.

No contexto institucional analisado, quem parece deter maior grau de compreensão acerca dessa ambivalência são os supervisores do atendimento: *“A gente entende que o cadastro chateia o cidadão e às vezes falta mais habilidade do atendente para explicar porque o cadastro é necessário. Por outro, lado, a instituição tem razão ao solicitar os dados, pois é a única forma de permitir que sejam feitos os registros e os relatórios estatísticos”*, explicou um dos supervisores com muita convicção e fluência verbal. Essas são as fontes principais de desgastes na interação dos atendentes com os cidadãos. Rotineiramente, nas conversas durante os intervalos do expediente, esse assunto era recorrente e tratado ora com bom humor, ora com aborrecimento.

O resultado da interação entre o cidadão e o atendente é o registro material das mensagens, em texto e áudio, transformado em arquivo. Em suma, os rituais de interação são reduzidos a um dispositivo de inscrição burocrática, caracterizado pela racionalidade estatística. Os cidadãos são transformados em sujeitos indefinidos e despersonalizados, ou seja, coletivos construídos por agregados numéricos, organizados a partir de um sistema peculiar de classificações segundo o sexo, faixa etária, grau de instrução, origem geográfica e profissão.

Nessas operações de classificação e enfeixamento, as pessoas do mundo de fora perdem sua identidade e são transformadas em dados, matéria-prima para os relatórios estatísticos. É oportuno lembrar Bruno Latour (2000, p. 386), que trata a Estatística como *“a ciência por excelência dos porta-vozes e dos estadistas”*. Sob esse quadro analítico, os dados sistematizados formam um mapa do mundo de fora, além de um sistema de controle metrológico do volume do atendimento. Cabe ressaltar ainda o papel do arquivista, profissional especializado por este dispositivo de inscrição burocrática que assume a função de porta-voz do parlamento de coisas, ou seja, *“fala em lugar do que não fala”* e comporta-se *“como se fosse porta-voz do que está inscrito no mostrador do instrumento”* (LATOUR, 2000, p.119). Nessa visão, o arquivo em estudo funciona como um mecanismo para o registro das ocorrências cotidianas, base para a montagem dos relatórios estatísticos usados como dispositivos de demonstração visual ou mostradores.

Um breve levantamento sobre o perfil dos cidadãos, conforme a região geográfica e as unidades da Federação, mostra a prevalência de cidadãos das regiões Sudeste (46,90%), Nordeste (28,30%) e Sul (12,60%), ou seja, as regiões mais populosas e com o maior eleitorado, conseqüentemente. Os dados segmentados por estado também refletem, além da concentração geográfica do eleitorado, a tradição de participação política, especialmente no caso de São Paulo, Minas, Pernambuco e Bahia, unidades da federação reconhecidas na historiografia política brasileira como berço de rebeliões, revoltas e manifestações políticas importantes (FAUSTO, 1994).

Além disso, as regiões com maior participação apresentam configuração política específica, como uma elite parlamentar consolidada e tradição em participação. Conforme Messenberg (2007) há três agrupamentos na elite parlamentar brasileira: Nordeste, Sudeste e Sul. O primeiro se caracteriza pela presença de representantes dos grandes partidos de orientação ideológica de centro ou de direita, com vínculos estreitos com as administrações estaduais e municipais, além de apresentarem vasta experiência na vida pública local e regional. O segundo apresenta maior diversidade de filiação partidária, com uma carreira política construída nas capitais dos estados, com posições do alto escalão de empresas e órgãos públicos locais. O terceiro tem como marca a origem do interior, embora com características similares à elite do Sudeste.

Cabe ressaltar ainda que região é território de demarcação de identidade, espaço de formação de províncias de sentidos, de transações simbólicas, a partir de configurações relacionais próprias dos arquipélagos culturais. Apesar dos seus limites e fronteiras, do ponto de vista físico e político, uma região também se caracteriza pelas dinâmicas de mobilidades e expansões, que desencadeiam fluxos e entrecruzamentos de informações. Assim, a escala local se articula com a escala paroquial e esta, por sua vez, com as macroescalas sociais e políticas (HANNERZ, 1997).

Os dados do período apurado (1998-2014) revelam que 83% das manifestações dos cidadãos pelo Disque-Câmara foram considerações sobre proposições legislativas, ou seja, sobre propostas em análise pelos deputados. Mas como se trata de um universo de participantes muito heterogêneo, também há registros de cidadãos interessados em tirar dúvidas sobre a atuação das comissões, dos deputados, o teor dos projetos de leis, bem como acompanhar o andamento de determinados assuntos ou serviços da Câmara. Esse universo representa 11,30% do total de nove milhões atendimentos registrados. As solicitações a deputados e comissões somam 5,4% e as críticas apenas 0,98%. Assim, seja o cidadão que tenta utilizar o serviço como se fosse algo instrumental para um contato direto e interpessoal com os parlamentares, seja aquele com maior consciência cívica tentam, a seu modo, dialogar com a instituição e com seus representantes (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2012).

Considerações finais

Do ponto de vista específico do enfoque aqui proposto para a análise, observamos que, de fato, há uma ênfase acentuada dos gestores e supervisores nos procedimentos ligados à recepção e registro dos *inputs* da sociedade. Isso implica um controle disciplinar permanente da rotina dos atendentes do Disque-Câmara no que se refere à interação com o cidadão. O rigor nos protocolos anteriormente descritos comprovam tal constatação. O resultado dessa interação é o registro material das mensagens, em texto e áudio. Críticas, denúncias e sugestões recebidas são reduzidos a um dispositivo de inscrição burocrática, caracterizado pela racionalidade estatística. Os cidadãos são transformados em agregados estatísticos, organizados a partir de um sistema peculiar de classificações segundo o sexo, faixa etária, grau de instrução, origem geográfica e profissão. Os atendentes passam por um treinamento técnico a fim de adquirir a competência requerida na interação e no registro das mensagens. Em suma, o Disque-Câmara é regulado pela disciplina, mas constitui uma ilha funcional, desconectada das demais redes de participação social do parlamento.

Essa conclusão nos levou a uma reflexão mais abrangente, resultante do processo de pesquisa. Ao final do estudo de campo, observamos que o grupo é portador de uma cultura comunicativa muito específica, resultado de um treinamento técnico e de um aprendizado que os levou a desenvolver habilidades para a comunicação por telefone, especialmente em interações ritualizadas, ou seja, com o propósito de seguir um *script* com seu rigor protocolar. Em suma, há um estoque de saberes que funciona como facilitador do atendimento. Entretanto, há muitas dificuldades de comunicação fora desse *script*, inclusive para falar sobre o que eles fazem, como fazem e porque fazem.

O treinamento ritualizado parece ser suficiente apenas para informar ao cidadão sobre a pauta da ordem do dia, a agenda do Presidente da Casa, o horário de funcionamento para visitação turística, a tramitação dos projetos de leis etc. Em suma, os atendentes são habilitados a responder apenas às demandas cujas soluções estão prontas, ou seja, disponíveis no portal institucional na internet ou em algum outro dispositivo informacional. O mundo dos atendentes é emoldurado pelo *script* definido pelos supervisores e os gestores do sistema. O que importa é uma postura específica, que delimita um campo de competência pelas provas de atribuições pré-determinadas pelos supervisores.

Na prática, é como se não houvesse nada mais fora desse mundo interno. Indagados sobre questões relacionados ao funcionamento dos gabinetes, percebemos que eles nunca estiveram em um gabinete parlamentar e ignoram as dinâmicas e rotinas do ambiente legislativo no sentido mais amplo. Esse desconhecimento certamente interfere nas dinâmicas de mediação entre a sociedade e o parlamento, ou seja, na relação entre participação e representação política. Em suma, essa ilha na qual se localiza o mundo dos atendentes não dialoga com o mundo da política. A interação ocorre apenas no plano do aparato técnico que viabiliza o registro e o repasse das mensagens recebidas da sociedade.

O que se observa é que as associações e dinâmicas de sociabilidade no interior do mundo dos atendentes são guiadas pelos interesses em “criar um mundo interno para trabalhar”, de modo similar aos cientistas e engenheiros seguidos por Bruno Latour (2000, p.235). Trata-se de uma rede de atores voltados para as engrenagens internas de socialibilidade, ou seja, os elos, as alianças e os pontos de força desta rede ou associação humana. No mundo do atendimento, o que importa, portanto, é seguir as regras dos supervisores e aderir a todas as práticas ritualizadas. A política de conquista de respeitabilidade profissional está vinculada ao requisito de seguir os protocolos no interior dessa ilha funcional. Trata-se, portanto, de uma rede fraca (LATOURE, 2000), desconectada das demais redes do parlamento.

No plano macro, existem três redes que passam pelos mesmos pontos, mas que são heterogêneas e desiguais entre si, com lógicas específicas: a rede do sistema de atendimento; a dos cidadãos; e a dos gabinetes parlamentares. Caberia ressaltar ainda as dinâmicas singulares no interior de cada rede, uma vez que os fluxos, cruzamentos e entrefluxos são dinâmicos e não cabem em ordenamentos pré-determinados (HANNERZ, 1997). A rede dos cidadãos é polinucleada e multiator. A rede dos gabinetes também não cabe em um único quadro analítico. São mundos cujos atores são transformados em personagens semióticos, ou seja, presentes no contexto da interação que dita as regras de ação no mundo dos atendentes, “mas não estão presentes em carne e osso”. A eles se alude como se existissem independentemente do contexto de interação (LATOURE, 2000, p. 107).

O que o estudo revela é que o conhecimento dos atendentes é um fator preponderante no processo de mediação. Afinal, o operador do atendimento assume o primeiro nível da mediação institucional com o cidadão. Para quem usa o serviço interativo da instituição, a voz do atendente é a voz da Câmara. Basta lembrar o *script* já mencionado, no qual o atendimento inicia da seguinte forma: “Câmara dos Deputados, bom dia/boa tarde, em que posso ajudar”?

DYNAMICS OF CITIZEN SERVICES: A STUDY OF THE DIAL HOUSE

ABSTRACT: *This article analyzes the dynamics of reception and registration of demands from users of the free telephone answering system of the House of Representatives. The objective of the research was to delve into the workplace of the answering system operators,, in order to understand how the demands are received, recorded and processed. Priority was given to procedures relating to the interactions between clerks and citizens, which has a specific protocol regarding the language to be used on the phone. The product of this interaction is the material record of the messages in text and audio format, a bureaucratic registration device characterized by statistical rationality. In short, the Dial-Chamber is regulated by discipline, but is a functional island, disconnected from the other parliamentary social network participation tools. The theoretical framework of this work relies on sociological approaches about the mediating role of parliament and the possible uses of socio-technical networks in that process. The methodology consisted in carrying out a field survey, which combined site visits, direct observation, interviews and document analysis.*

KEYWORDS: *Citizen services. Parliament. Democracy. House of representatives. Legislative branch.*

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, F. The speaker, parliament ceremonies and power. **The Journal of Legislative Studies**, [S.l.], v.16, n.3, p.325-337, sep. 2010.

BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; RODRIGUES, M. R. Comunicação pública e participação política: o caso do Disque-Câmara. **Revista Estudos de Comunicação**, Curitiba, v. 13, n. 3, p. 159-169, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 26 out. 2015.

CREWE, E. An anthropology of the house of lords: socialization, relationships and rituals. **The Journal of Legislative Studies**, [S.l.], v.16, n.3, p.298-324, Sep. 2010.

CUNHA, O. M. G. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 287-322, 2004.

DINIZ, E. A reforma do Estado: uma nova perspectiva analítica. In: COELHO, M. F. et al. (Org). **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p.127-150.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1994.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.7-39, abr. 1997.

IRVINE, J. T. Formality and informality in communicative events. In: BAUGH, J.; SHERZER, J. (Ed.). **Language in use**. New Jersey: Prentice Hall, 1984. p. 211-228.

LATOUR, B. **Ciência em ação**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MESSEMBERG, D. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). **Sociedade e Estado**, Brasília, v.22, n. 2, p. 309-370, 2007.

PARK, R. A cidade: sugestões para investigação social no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.26-67.

RAI, S. M. Analysing ceremony and ritual in parliament. **The Journal of Legislative Studies**, [S.l.], v.16, n.3, p.284-297, Sep. 2010.

SENNETT, R. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

STEWART, F. A. **Honor**. Chicago: Chicago University Press, 1994.

WAYLEN, G. Researching ritual and the symbolic in parliaments: an institutionalist perspective. **The Journal of Legislative Studies**, [S.l.], v.16, n.3, p.353-365, Sep. 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. da UnB, 1999.

Recebido em 09/10/2014.

Aprovado em 25/11/2015.

Resenhas/*Reviews*

PALAVRA, MEMÓRIA E POLÍTICA¹

*Reginaldo Teixeira PEREZ**

Minha vida me dá nojo. Romper com essa inércia, sair do silêncio! ... Sim, a mudez é a verdade. Mas uma verdade muda, e a razão será daqueles que falam. Tenho de falar. Mais do que isso: de agir. Fazer uma tentativa de continuar uma vida que mereça ser vivida. (KERTÉSZ, 2014, p. 43).

Qual é o papel da palavra (escrita ou falada) na conformação da memória? Quais são as funções dos debates abertos na construção de espaços públicos horizontalizados – ou democráticos? Enfim, que conexões podem ser estabelecidas entre diferentes formas de linguagem (ou de silêncios) e a política? Em *História policial*, o escritor Imre Kertész (2014) enfrenta esses questionamentos com concisão (o texto é curto), fina inteligência (prevalecem as insinuações às afirmações) e virtuosismo textual (nada parece ser excessivo). A palavra é uma unidade de razão – e é com ela que escavamos (“pá-que-lavra”) a experiência da vida. Ou melhor, é com o seu emprego que podemos manusear as entranhas de nossa existência, mas alguma liberdade parece ser condição à sua efetividade.

O trecho da obra: um defensor público apresenta o seu representado (Antonio R. Martens, ex-policial), destacando conhecer as suas intimidades a partir da leitura de um documento em que este revolve as suas memórias. O contexto: a narrativa reporta-se a um imaginário país latino-americano submetido por uma ditadura (detalhe: Kertész é húngaro e, no período da escritura/publicação da obra, meados dos anos 1970, aquele país vivenciava, na condição de associado, a

* UFSM – Universidade Federal de Santa Maria - Departamento de Ciências Sociais. Santa Maria – RS – Brasil. 97119-900 - rtp10@hotmail.com

¹ Resenha da obra: KERTÉSZ, I. **História policial**. Tradução do húngaro para o alemão: Gabor Aranyi. Tradução do alemão para o português: Luis S. Krausz. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

repressão promovida em todo o Leste Europeu pela então União Soviética). Nota-se, entretanto, em todo o texto, a preocupação do seu autor em evitar a identificação de elementos materiais e/ou simbólicos à ambientação em determinado lugar. Tudo conspira à conferência de um sentido unicamente humano – e, portanto, universal – às situações.

Martens é apenas uma peça nos mecanismos impessoais e sufocantes de um Estado de exceção, no interior do qual os dramas humanos são potencializados pela força do texto do escritor húngaro. No entanto, quando encarcerado (supõe-se que houve alterações institucionais liberalizantes no tal país), decide escrever as suas memórias. Atente-se: motiva-se a refletir sobre a sua conduta quando lê uma espécie de diário de um dos presos do período anterior (Enrique Salinas) que foi abatido (juntamente com seu pai, Federico) pela máquina repressiva. Com isso, Kertész sinaliza que a palavra – embora já autônoma dos sujeitos promotores de sua enunciação, haja vista estarem todos mortos – possui o condão de provocar quem com ela contata. Entrelaçam-se, dessa forma, palavra, sujeito reconstituído e memória.

O que emerge da narrativa do policial, que revisa o seu passado, é o caráter contaminador de um processo político opressivo: com a sua rotinização, ninguém se salva – inclusive e, sobretudo, as figuras que personificam o Estado discricionário. Mais ainda: evidencia-se um descolamento das condutas repressivas em relação aos seus motivos (supostamente) substantivos. Trata-se de uma “[...] engrenagem insaciável, ávida e eternamente faminta”, estampa o texto (KERTÉSZ, 2014, p. 104). A propósito do tenso exercício da política em uma institucionalidade verticalmente autoritária e/ou totalitária – que, neste caso, podem ser confundidas –, aprecie-se o seguinte diálogo entre policiais que filosofam sobre a ordenação das coisas públicas:

- [Martens]: [...] bom, na verdade eu pensava que aqui nós estávamos a serviço da lei.

- Do poder, rapazinho – corrige-me Diaz [chefe]. Minha cabeça começava a doer. É curioso que tenha sido Diaz quem a fez doer, e não Rodriguez [outro policial].

[Martens]: Disse a ele: - Até agora eu pensava que os dois eram a mesma coisa.

- Bem, sim – admitiu Diaz. Mas não devemos nos esquecer da ordem.

[Martens]: Perguntei-lhe: - Que ordem?

- Primeiro o poder, depois a lei – Diaz respondeu calmamente, com aquele seu sorriso inigualável². (KERTÉSZ, 2014, p. 30).

² Compare-se esta passagem com uma das cenas do filme romeno *Polícia: adjetivo* (POLITIST..., 2009), que também possui como tema a atividade policial em um dos países satélites da ex-URSS: a

O que é peculiar em *História policial* é o seu caráter impactante. A título de comparação, tome-se *Mente cativa*, de Czeslaw Milosz (2010), outra obra referencial sobre o Leste Europeu no período de hegemonia do socialismo real. Trata-se, neste, do controle ideológico sobre o processo criativo de intelectuais e/ou artistas do período, enquadrando-os nas linhas diretivas advindas de Moscou. Com efeito, suprimindo-se qualquer espaço à independência cognitiva – o que resta fartamente documentado nas duas obras citadas e pela História (MONTEFIORE, 2008) –, prejudica-se gravemente a circulação simbólica, o que seria condição à formação de identidades criativas. E uma dessas identidades se opera entre palavra e (seu) significado – sem prejuízo à dinâmica constitutiva dessa relação: as palavras significam o que vieram a significar em função de ajustes semiológicos socialmente construídos³.

Complexíssima a relação das palavras com as coisas que representam. Ou, o que quer dizer o mesmo, entre signo e significado (FOUCAULT, 1999). **Romet**, termo destituído de significados – mas proclamado – em uma sociedade submetida, é um dos meios de interlocução entre pai e filho (Enrique e Federico), ambos perseguidos pela polícia política. Somente diante de uma compreensão dialógica sobrevém a figura de um anagrama que propicia a (re)significação: **temor** projeta sinais políticos, evidenciando um padrão particular de vida sociopolítica. Adicionem-se àquele **arutrot** e **rorret** – ambos termos de impossível compreensão em qualquer regime, mas passíveis de lançamento apenas em regimes arbitrários –, e tem-se um léxico político sujeito à compreensão em uma institucionalidade formalmente livre⁴: **temor** (individual) coaduna-se com **tortura** (praticada por agentes públicos) em um Estado de **terror**. Em suma: é possível (e compreensível) que em qualquer formação social societária haja algumas limitações às liberdades individuais ou coletivas – sendo a constituição da memória, em decorrência, um constante repto; em contrapartida, nos Estados discricionários, como é o caso do contemplado pelo redator de *História policial*, é certo que a ausência daquelas elide a hígida formação desta.

Uma chave interpretativa relevante para o que aqui se está a sugerir pode ser encontrada na segunda geração da Escola francesa de Sociologia, surgida no decorrer da primeira metade do século XX e detentora de assumido veio

do diálogo entre um policial (formalista), preocupado estritamente com os aspectos legais da conduta, e outro (substantivista) preocupado com justiça.

³ A Argentina redemocratizada tem resgatado memórias: “Produto da interação e da construção entre a subjetividade dos indivíduos e as normas coletivas, [...], o trabalho da memória fabrica identidades sociais, enunciando tanto laços de pertencimento como relações de diferenciação.” (CATELA, 2001, p. 2).

⁴ Justifica-se o “formalmente” pela lembrança de dois clássicos – críticos acerbos da modernidade burguesa: Rousseau (1978), no século XVIII, e Marx (1976), no século XIX, reclamariam de modo indignado da plasticidade da ideia de liberdade, presente nas instituições liberais então em gestação.

durkheimiano: ela documenta o dilema da mobilização da memória dispensando-se os quadros sociais reais que lhe conferem sustentação (HALBWACHS, 1990). A potência heurística do conceito de **memória coletiva** – com seu misterioso funcionamento e constituição, amalgamando indivíduo e sociedade (esta se encontra naquele ainda que não o percebamos) – aponta caminhos. De um lado, a Hungria sob o jugo soviético; de outro, qualquer país subsumido por estruturas autoritárias – a exemplo de países latino-americanos a partir dos anos 1960; todos são partícipes, na condição de subalternos, de um sistema presidido pelas querelas da Guerra Fria. Neles, máculas remanesçam submersas em suas quadraturas axiológicas, e só são enfrentadas pelas vinculações dos Martens, Enriques, Federicos e Kertészs, que insistem em fazer uso, para além de suas limitadas existências, do vigor da verve.

Quando Imre Kertész foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, em 2002, a Academia Sueca, responsável pela premiação, justificou a decisão em virtude de o escritor ter privilegiado, em sua trajetória, “uma escrita que resguarda a frágil experiência do indivíduo contra a bárbara arbitrariedade da história”. Sem dúvida, esse se constitui em um motivo à consagração do escritor, mas talvez se possa dizer mais sobre o porquê da importância de sua obra: a palavra, como uma unidade de representação – entenda-se: expondo ou escondendo –, conecta tempos distintos. E, à ordem lógica, pensar/dizer/agir insinuam-se inversões – e, notadamente, desafogos emocionais – só possíveis em ambientes onde as liberdades de consciência e de expressão são respeitadas e garantidas. Mobilizada por um *agon* humano submetido a um eterno presente, a razão/representação ousa enlaçar tempos distintos (que vão do antes do passado ao depois do futuro), e somente o consegue porque reconhece a memória como política.

REFERÊNCIAS

CATELA, L. da S. Pensar um arquivo que haga pensar: a cinco años de la creación del Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba. **Diario de la Memoria**, Córdoba, v. 4, n. 5, p.2, dez. 2001.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

KERTÉSZ, I. **História policial**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Lisboa: Estampa, 1976.

MILOSZ, C. **Mente cativa**. Osasco: Novo Século, 2010.

MONTEFIORE, S. S. **Stálin: a corte do czar vermelho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

POLITIST, adjectiv. Roteiro e direção: Corneliu Porumboiu. Romênia: IFC Films, 2009. (115 min). Título em português: Polícia, Adjetivo.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social: ou princípios do direito político**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

Recebido em 29/01/2015.

Aprovado em 25/10/2015.

O ÓDIO À DEMOCRACIA¹

*Sidnei Ferreira de VARES**

Jacques Rancière nasceu em Argel em 1940. Nos anos de 1960 se formou na renomada *École Normale Supérieure*, em Paris. Em 1969, começou a lecionar no *Centre Universitaire Expérimental de Vincennes*, que poucos anos depois se tornaria a Universidade de Paris VIII. Ali se aposentou em 2000. Trabalhou com Alain Badiou, Etienne Balibar e Pierre Macherey, todos eles discípulos do filósofo marxista Louis Althusser. O próprio Rancière seguiu Althusser até meados de 1968, quando, mediante o desenrolar dos levantes de maio, distancia-se de seu mentor, sobretudo em relação ao papel das revoltas populares, que Althusser, em seu elitismo intelectual, rejeitava completamente. Grande parte de sua produção inicial esteve voltada ao estudo e à recuperação histórica da experiência das classes trabalhadoras francesas no decorrer do século XIX que tinham sido negligenciadas pela historiografia oficial. Inclusive, sua tese de doutorado, *La formation de la pensée ouvrière en France: le prolétaire et son double*, defendida em 1980, é uma clara amostra disto. Mais recentemente, passou a se dedicar às interfaces entre estética e política e, também, ao tema da democracia na contemporaneidade, em especial à relação entre igualdade e liberdade, contrapondo-se, assim, a visão historicamente consolidada de filósofos como Platão e Aristóteles, bem como a de pensadores contemporâneos como Gilles Deleuze e a outros menos conhecidos como Joseph Jacotot e Gabriel Gauny.

Seu mais recente trabalho, *O ódio à democracia*, publicado no Brasil pela Editora Boitempo (2014), divide-se em quatro seções, precedidas por uma breve introdução. Trata-se, de um ensaio, cuja intenção é analisar os rumos da democracia contemporânea. Apesar do tom filosófico, o autor não deixa recorrer à história para

* UNIFAI – Centro Universitário Assunção. São Paulo – SP – Brasil. 04263-100 - vares@usp.br.

¹ Resenha da obra: RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014. 125 p.

captar as transformações e as continuidades que encerram a democracia clássica, a moderna e a contemporânea.

Logo na Introdução, Rancière chama a atenção sobre como a democracia é encarada em termos contemporâneos é por uma parcela considerável de jornalistas, filósofos, sociólogos, cientistas políticos e psicanalistas: “o reino dos desejos ilimitados dos indivíduos da sociedade de massa moderna” (p.8). Para o autor, essa acusação singular à democracia não constitui uma novidade. Desde a Grécia Antiga, pelo menos, é possível avistar insultos deste tipo por aqueles que, em defesa da ordem legítima, sentiam-se afetados com o avanço do governo da multidão. Aliás, a expressão democracia comporta um tom bastante depreciativo, “sinônimo de abominação para todos os que acreditavam que o poder cabia de direito aos que a ele eram destinados por nascimento ou eleitos por suas competências” (p.8), bem como, ainda hoje, é entendida como uma espécie de anomalia pelos supostos representantes de leis divinas reveladas. A violência decorrente desse ódio, passados tantos séculos, ainda se faz presente. A história, em contrapartida, também se encarregou de produzir formas de crítica à democracia, das quais duas merecem a atenção do autor, a saber, aquela representada por legisladores aristocratas e doutos, que viram na democracia um fato incontornável, como no caso da redação da constituição americana que se baseou na tentativa de preservar a meritocracia e a ordem social estabelecida; e a de seu antípoda, isto é, daqueles que lutam por uma democracia real, em que liberdade e igualdade estão longe de serem meros epifenômenos do Estado burguês. Destarte, segundo Rancière, o novo ódio à democracia se traveste na defesa de um poder estatal aparentemente democrático e real, conquanto as leis e as instituições que dele decorrem, subvertam-se em instrumentos da dominação burguesa. Desde Montesquieu, Madison ou Tocqueville, entretanto, é o povo em seu conjunto e não as instituições ditas democráticas, o alvo das críticas. Assim, o novo sentimento antidemocrático procura evitar que o governo democrático se deixe corromper pela sociedade democrática, cujo grande mote é luta pela igualdade e pelo respeito a todas as diferenças. Em outros termos, só existiria uma única democracia boa, a saber, “a que reprime a catástrofe da civilização democrática” (p. 11). É este escândalo contido na palavra democracia que Rancière procura denunciar.

Na primeira seção, intitulada Da democracia vitoriosa à democracia criminoso, Rancière destaca alguns fatos recentes de nossa história, como as eleições no Iraque, as manifestações em Beirute contra a Síria e as incursões militares dos Estados Unidos em países tradicionalmente autoritários, com vistas a demonstrar que por trás do elogio à democracia, escondem-se alguns dilemas importantes. Segundo o autor, aqueles que defendem que a democracia deve ser levada a qualquer custo (inclusive através da força) a povos não-democráticos, sob o argumento de que os benefícios de um Estado constitucional, eleições e imprensa livres constituem uma espécie de

marco civilizatório, paradoxalmente rejeitam a bagunça e a desordem típicas de um regime democrático real. Aliás, para esses paladinos da democracia, o real é ideal, ou seja, a noção de um governo do povo por ele mesmo não passa de mera utopia. Dessa maneira, dois são os inimigos da democracia: (a) o inimigo externo, composto por governos arbitrários, despóticos, totalitários ou ditatoriais; (b) e o inimigo interno, por isso íntimo, representado por governos pseudo-democráticos, que falam abertamente em uma boa democracia, isto é, em um sistema político que seja capaz de controlar os excessos, seja na forma de uma intensa atividade coletiva seja na forma de individualismo exacerbado, à medida que ambas as formas expressam um contexto de crise, cujos efeitos são perniciosos à consolidação da experiência democrática burguesa. Mas, o que seria uma boa democracia na ótica burguesa? Rancière responde: “A boa democracia deveria ser então uma forma de governo e de vida social capaz de controlar o duplo excesso de atividade coletiva ou de retração individual inerente à vida democrática [...]”, já que qualquer excesso, “significa a ruína do governo democrático e, portanto, deve ser reprimido por ele” (p.17). Ancorado em um trabalho de Jean-Claude Milner (2003), *As tendências criminosas da Europa democrática*, Rancière demonstra como essa visão acerca de uma boa democracia sorveu, sobretudo no decorrer da segunda metade do século XX, certos traços típicos do totalitarismo, transformando as diferenças e mesmo as tensões inerentes ao jogo democrático, num risco à sociedade democrática burguesa – a boa.

Na segunda seção Política ou o pastor perdido, adotando a posição do exegeta Rancière, lança o seu olhar sobre as origens da divisão entre a boa e a má democracia. Argumenta que o crime da democracia está atrelado ao crime político, isto é, ao surgimento da política enquanto prática desvinculada da religião ou do pastor divino que conduzia as massas. Nesse sentido, a democracia não nasceu da descrença moderna que acometeu o século das luzes, mas entre os antigos gregos, que romperam o vínculo com os que falavam em nome da divindade. Mas, segundo Rancière, essa constatação deve ser vista com algum cuidado. Isto porque, mesmo entre os antigos, alguns pensadores procuraram minimizar essa ruptura. O caso mais expressivo é, sem dúvida, o de Platão. Não que o filósofo ateniense negue por completo a separação entre política e religião, mas porque evoque em textos como *Político* ou mesmo em sua *República* a presença de governantes superiores aos guerreiros e aos artesãos, capazes de garantir a ordem social. Não por acaso, Platão, que dispensa a figura do governante-pastor, adota a figura do governante-médico ao falar de política. Na prática, porém, ambos se igualam, não só porque se opõem à figura do tirano, mas porque dispõem da virtude de governar em proveito dos que deles dependem, desde que estes não participem diretamente do governo. A crítica de Platão à democracia (entendida em seu sentido original, ou seja, como poder do povo) é justamente essa: trata-se de um estilo de vida e não de um regime político

autêntico, caracterizado pelos desejos desmedidos dos indivíduos que, igualados, põe em risco qualquer laivo de organização social.

Destarte, ainda que Platão contraponha o reino da política ao da tirania, não deixa de legitimar a figura do condutor político, do especialista, que, exatamente por sua capacidade de gestão, evite as desordens típicas da “desmedida democrática”, já que esta “inverte a relação entre governante e governado”, descartando as distinções sociais responsáveis por garantir “a ordem da sociedade e a ordem do governo” (p. 53). Mas Rancière vai ainda mais longe: afirma que Platão, ao admitir a existência de governantes e governados em todas as cidades, constitui o primeiro pensador ocidental a denunciar o escândalo democrático, “um escândalo para as pessoas de bem, que não podem admitir que seu nascimento, sua ancianidade ou ciência tenha que se inclinar diante da lei da sorte” (p.56). Assim sendo, o filósofo ateniense “quer suprimir a desordem democrática para fundar a verdadeira política, mas só pode fazê-lo com base nessa própria desordem, que cortou o vínculo entre os chefes das tribos da cidade e os *daimones*^{2*} que serviam a Cronos” (p.62). Prossegue o autor: “A democracia não é um tipo de constituição nem uma forma de sociedade. O poder do povo não é o da população reunida, de sua maioria ou das classes laboriosas. É simplesmente o poder próprio daqueles que não têm mais título para governar do que para ser governados” (p.63). Mas eis que há, aqui, um paradoxo. Se o poder dos que governam é um poder político, não natural e se a submissão dos governados é igualmente política, então, o poder dos melhores (seja o dos mais ricos, dos mais velhos ou dos mais sábios) só pode se legitimar pelo poder dos iguais. Por isso Platão faz do governante um homem sem propriedade, que apenas um feliz acaso chamou ao governo. Em suma, conclui Rancière sobre as queixas usuais sobre a democracia ingovernável: “a democracia não é nem uma sociedade a governar nem um governo da sociedade, mas é propriamente esse ingovernável sobre o qual todo governo deve, em última instância, descobrir-se fundamentado” (p.66).

Na terceira seção, Democracia, república, representação, Rancière procura desvelar os paradoxos que envolvem a noção de democracia representativa. Ao ressaltar o esforço circular de Hobbes que, ao descrever a natureza a partir da sociedade, termina por assumir a inutilidade em procurar a origem da comunidade política em uma virtude inata de sociabilidade, Rancière pretende demonstrar que uma filosofia destinada a procurar o princípio do bom governo ou das razões pelas quais os homens fundam governos é impossível. Isto porque a sociedade democrática não designa nem uma forma de sociedade nem uma forma de governo. Ela é apenas uma abstração, já que, tanto no passado quanto no presente, é organizada pelo jogo das oligarquias. De modo geral, afirma o autor, reduz-se a discussão através da

² Trata-se de uma expressão típica da mitologia grega que se refere a uma raça superior enviada pelos deuses para governar os homens.

oposição entre democracia direta e democracia representativa, sendo a primeira uma experiência adequada a sociedades demograficamente menores e a segunda a sociedades maiores. Mas é possível levar a sério a noção de representação? Bem, segundo Rancière, essa relação entre crescimento populacional e democracia representativa é uma grande falácia, pois, aqueles que supostamente representam a maioria são, na verdade, os que têm título para exercer o poder e se ocupar de negócios comuns. Em outros termos, talvez a denominação proposta por Raymond Aron (1965) de regime constitucional pluralista seja mais precisa do que democracia representativa, pois, ao fim e ao cabo, este tipo de sociedade está fundamentado no privilégio das elites, que exerce o poder reconhecidamente do povo, para que este não arruine o princípio do governo. Ora, desta feita, o sentido mais original da expressão democracia torna-se obsoleto. Aliás, essa é uma das artimanhas da ideologia republicana, que, embora faça apologia à inclusão de eleitores e elegíveis no processo político, restringe, a partir da dualidade do homem público e do cidadão comum, o limite da esfera pública, empurrando para o âmbito da vida privada as intervenções dos autores não estatais. Como resultado desta separação, tão difundida nas repúblicas modernas, impõe-se a dominação dos que dispõem do título de homens públicos nessas duas esferas. Em outras palavras, por trás do atrativo discurso do individualismo democrático, esconde-se uma lógica de dominação similar àquela imposta, por exemplo, pelos bem-nascidos na Grécia Antiga, pela nobreza na Idade Média ou pela burguesia Idade Moderna.

Na quarta e última seção, As razões de um ódio, Rancière encara os motivos que fomentam o ódio ao exercício democrático autêntico. O autor retoma, assim, o problema inicial do texto. Vivemos em sociedades e Estados que se denominam democráticos, quando comparados com sociedades governadas sem lei ou por leis religiosas. Entretanto, no interior dessas mesmas democracias há sempre uma *intelligentsia* dominante que, além de não abrir mão de seus privilégios, tão pouco esconde o que acredita ser o *leitmotiv* das desgraças humanas: a democracia. Aparentemente, trata-se, pois, de um paradoxo. Mas, considerando que essas democracias não passam, na verdade, de oligarquias travestidas, vê-se claramente que o motivo dessa acusação repousa em preconceitos atávicos, cujas origens são bem remotas. Grosso modo, viver em democracia não significa viver em uma forma de Estado, isto porque ela está aquém e além de quaisquer formas. Aquém, na medida em que tem como fundamento a igualdade, esquecida pelos Estados Oligárquicos. Além, na medida em que estimula a atividade pública, impensável em um Estado monopolizador. Mesmo que consideremos algumas regras mínimas para chamarmos uma sociedade de democrática, tal como sistema representativo, mandatos eleitorais, monopólio dos representantes do povo sobre a elaboração das leis etc., verificaremos que, na prática, essas regras só são capazes de garantir o

governo dos que amam o poder pelo poder. Desse ponto de vista, não vivemos em democracias, mas sim em Estados Oligárquicos, cujo poder é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das individualidades, mas que em seu *modus operandi* dá “à minoria mais forte o poder de governar sem distúrbios e criar uma maioria e uma oposição que estão de acordo com as políticas a ser praticadas” (p.97). Por trás dessa manobra está, sem dúvida, a grande aspiração das oligarquias, a saber, “governar sem o povo, isto é, sem divisão do povo; governar sem política” (p.102). Promovendo uma aliança entre riqueza e ciência, as elites dirigentes tentam impedir que o povo se divida e se multiplique. Em nome do consenso dominante, essas elites geram, propositalmente, uma contradição entre a legitimidade popular e a científica, encampando para si a autoridade desta última, de tal modo que toda a oposição ao discurso científico seja tomada como um ato de ignorância.

Com efeito, a ideia-força deste consenso é que o movimento econômico mundial e o avanço científico atestam uma necessidade histórica a que devemos nos adaptar e que somente os representantes de interesses arcaicos e ideologias ultrapassadas podem negar. O ódio à democracia, portanto, eclode na mesma medida em que as pressões populares se fortalecem e delimitam o raio de ação desses oligarcas, fazendo-os ceder neste ou naquele ponto.

O ensaio de Jacques Rancière não é para principiantes. O autor executa inúmeras incursões no campo da história e da filosofia política, sem se preocupar com didatismos. Mas apesar das dificuldades impostas pelos aspectos formais do texto, facilmente se extrai as ideias centrais. Nesse sentido, há uma perceptível preocupação do autor em demonstrar que a palavra democracia, embora agregue inúmeras possibilidades, que vão desde eleições diretas até a igualdade entre os cidadãos-republicanos, em nada se aproxima de seu sentido mais original do poder do povo. Historicamente, foram oligarquias revestidas de um discurso democrático que se efetivaram no ocidente, não democracias. Isto porque uma democracia autêntica pressupõe conflitos, divisões e tensões. Ora, é exatamente neste ponto que a ameaça democrática se faz presente: ela põe em risco a estabilidade, a unidade e a ordem social, à medida que amplia os limites da esfera pública. E isso, alerta o filósofo francês, é tudo o que as elites não desejam. Eis a farsa dos governos democráticos contemporâneos. A capacidade de análise de Rancière constitui o seu grande mérito, embora o autor não reivindique qualquer originalidade às ideias expostas já que muitos autores, a exemplo de Raymond Aron, Hannah Arendt, Alain Torraine, dedicaram-se até com mais afinco ao assunto. Sua sugestão de que a despeito da proliferação de governos eleitos, da expansão dos direitos humanos e do surgimento de novas tecnologias, há uma continuidade histórica acerca da prática autoritária, não deixa de ser perspicaz. É este, certamente, o ponto forte do livro: identificar os entraves que impedem a democratização da esfera pública e o avanço

do exercício da política em seu sentido mais estrito. Em suma, trata-se de um ensaio imprescindível para os estudiosos da área política, não por incrementar novas ideias à discussão sobre a democracia, mas por apresentar, de modo organizado e profundo, os paradoxos que corroboram para a sua inanição. Penso apenas que a discussão em torno dos entraves que emperram a efetivação de uma democracia autêntica poderia ser expandida para além do espectro político liberal, englobando, também, o espectro político socialista, em especial a nova esquerda que desponta com o fim da União Soviética e com a queda do Muro de Berlim.

REFERÊNCIAS

ARON, R. **Démocratie et totalitarisme**. Paris: Gallimard, 1965.

MILNER, J.-C. **Les penchants criminels de l'Europe démocratique**. Paris: Verdier, 2003.

Recebido em 29/01/2015.

Aprovado em 14/05/2015.

Pareceristas do v.20, nº 38 e nº 39

A **Revista Estudos de Sociologia** agradece a colaboração dos seguintes consultores que emitiram pareceres no ano de 2015:

Albertina de Oliveira Costa	FCC, Sao Paulo/SP, Brasil
Alexandre Montauray Baptista Coutinho	PUC-RJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Andrea Borges Leão	UFCE, Fortaleza/CE, Brasil
Antonio Alberto Brunetta	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
Antonio da Silveira Brasil Junior	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Antonio José Pedroso Neto	UFT, Palmas/TO, Brasil
Carla Milar Peñaloza Palma	UC, Santiago, Chile
Carlos Alberto Steil	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Cecilia Maria Bacellar Sardenberg	UFBA, Salvador/BA, Brasil
Célia Regina da Silveira	UEL, Londrina/PR, Brasil
Claudia Bacci	UBA, Buenos Aires, Argentina
Cláudio Reichert do Nascimento	UFOB, Barreiras/BA, Brasil
Cristina Scheibe Wolff	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
Cynthia Andersen Sarti	UNIFESP, Guarulhos/SP, Brasil
Daniela Vieira dos Santos	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Danilo Persch	UNEMAT, Alto Araguaia/MT, Brasil
Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira	UNESP, Rio Claro/SP, Brasil
Delma Pessanha Neves	UFF, Niterói/RJ, Brasil
Elisabeth Juliska Rago	PUC-SP, São Paulo/SP, Brasil
Enio Passiani	UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil
Érica Renata de Souza	UFMG, Belo Horizonte/MG, Brasil
Fernanda Cristina Covolan	UNASP, Engenheiro Coelho/SP, Brasil
Fernando Afonso Salla	USP, São Paulo/SP, Brasil
Flavia Cristina Silveira Lemos	UFPA, Belém/PA, Brasil
Flávia Inês Schilling	USP, São Paulo/SP, Brasil
Glícia Salviano Gripp	UFOP, Mariana/MG, Brasil
Ione Ribeiro Valle	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil

Izabel Cristina Petraglia	FMU, São Paulo/SP, Brasil
Janice Theodoro da Silva	USP, São Paulo/SP, Brasil
Joana Maria Pedro	UFSC, Florianópolis/SC, Brasil
João Carlos Soares Zuin	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
José Antonio Segatto	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Jose Cesar de Magalhães Júnior	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Kadma Marques Rodrigues	UECC, Fortaleza/CE, Brasil
Larissa Maués Pelúcio Silva	UNESP, Bauru/SP, Brasil
Laurindo Dias Minhoto	USP, São Paulo/SP, Brasil
Leandro de Lajonquière	USP, São Paulo/SP, Brasil
Lidia Maria Vianna Possas	UNESP, Marília/SP, Brasil
Lina Maria Brandao de Aras	UFBA, Salvador/BA, Brasil
Lucas Cid Gigante	UNIFAL, Alfenas/MG, Brasil
Luci Silva Ribeiro	UEL, Londrina/PR, Brasil
Luís Antônio Francisco de Souza	UNESP, Marília/SP, Brasil
Luzia Margareth Rago	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Manoel Ricardo de Lima Neto	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Marcia Cristina Consolim	UNIFESP, Guarulhos/SP, Brasil
Marcos Alexandre Gomes Nalli	UEL, Londrina/PR, Brasil
Marcus Fabiano Gonçalves	UFF, Niterói/RJ, Brasil
Maria Aparecida de Moraes Silva	UFSCAr, São Carlos/SP, Brasil
Maria Clara Ramos Nery	UERGS, Cruz Alta/RS, Brasil
Maria da Glória Bonelli	UFSCAr, São Carlos/SP, Brasil
Maria das Dores Campos Machado	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Maria José Fontelas Rosado-Nunes	PUC-SP, São Paulo/SP, Brasil
Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti	UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Maria Lucia Bueno Ramos	UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil
Maria Lygia Quartim de Moraes	UNICAMP, Campinas/SP, Brasil
Maria Thereza Rosa Ribeiro	UFPEL, Pelotas/RS, Brasil
Mariela Peller	UBA, Buenos Aires, Argentina
Miguel Ângelo Montagner	UnB, Brasília/DF, Brasil
Priscila de Oliveira Xavier Scudder	UFMT, Rondonópolis/MT, Brasil

Reginaldo Benedito Dias	UEM, Maringa/PR, Brasil
Ricardo Bitun	UP-Mackenzie, São Paulo/SP, Brasil
Rosana Horio Monteiro	UFG, Goiania/GO, Brasil
Sergio Figueiredo Ferretti	UFMA, São Luís/MA, Brasil
Silvia Beatriz Adoue	UNESP, Araraquara/SP, Brasil
Silvia Regina Alves Fernandes	UFRRJ, Nova Iguaçu/RJ, Brasil
Stefan Fornos Klein	UnB, Brasília/DF, Brasil
Suely Aparecida Martins	UNIOESTE, Francisco Beltrão/PR, Brasil
Thales Haddad Novaes de Andrade	UFSCAr, São Carlos/SP, Brasil
Victor Leandro Chaves Gomes	UFF, Niterói/RJ, Brasil
Wilson Roberto Theodoro Filho	UnB, Brasília/DF, Brasil

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à **RES** para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O **CR** se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo **CR** da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão

dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há

no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês.
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000)

assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.20 n.39

formato: 16 x 23 cm

mancha: 12,8 x 20,5 cm

tipologia: Times New Roman/11

papel: pólen bold 90 g/m2 (miolo)

cartão suprema 250 g/m2 (capa)

tiragem: 150



